

JÚLIO ANTONIO LOPES

BERNARDO CABRAL
UM ESTADISTA DA REPÚBLICA



©Copyright: Júlio Antonio Lopes

Coordenação editorial: Júlio Antonio Lopes

Revisão: Cláudia Adriane Souza

Capa e projeto gráfico: Lo-Amami Santos

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Ficha catalográfica: Bibliotecário Jânio Célio – CRB 532 /AM

V614r Lopes, Júlio Antonio

Bernardo Cabral: um estadista da república / Júlio Antonio Lopes .-
Manaus: Editora da Amazônia, 2013.

276 p. il.;

1. Brasil 2. República 3. Política 4. Cabral, Bernardo - Biografia
I. Título

CDD- 628.4



Editora da Amazônia Ltda

Avenida André Araújo, 2400 - Petrópolis

Manaus-AM

CEP 69083-000

Telefone: (92) 3643-1258

Facebook: EditoradaAmazonia

E-mail: editoradaamazonia@acritica.com.br

Loja Virtual: www.editoradaamazonia.com.br

Apoio institucional



SUMÁRIO

Prefácio	5
Nota do Autor	7
CAPÍTULO I <i>Resistir é preciso</i>	11
CAPÍTULO II <i>O AI 5, ou o Reinado das Sombras</i>	23
CAPÍTULO III <i>Família</i>	35
CAPÍTULO IV <i>O advogado e a Liberdade</i>	51
CAPÍTULO V <i>A Palavra em Ação</i>	87
CAPÍTULO VI <i>A Constituição Cidadã: Missão conquistada, missão cumprida!</i>	155
CAPÍTULO VII <i>No Senado</i>	191
Memorial e Biblioteca Bernardo Cabral.....	234
EPÍLOGO <i>Justiça histórica</i>	245
Entrevista	253
Curriculum Vitae Bernardo Cabral	258
Bibliografia.....	274
Sobre o Autor	277

PREFÁCIO

Não foi sem um certo sentimento nabuqueano que me defrontei com o título deste livro. No Império ou na República o que vale são os estadistas. Aqui se cuida de um deles.

Bernardo Cabral gosta de referir a frequência com que uso a expressão pernambucanidade, a mim ensinada por Gilberto Freyre. Pois dele posso dizer que é claríssima e permanente a sua amazonidade.

Se o pernambucano acentua o “rubro veio” em matéria de cidadania, o amazonense de beiradão também não faz por menos como heróico brasileiro. Bernardo Cabral é bom exemplo disso. Aliás, o coletivo desta obra confere significado ao particular de cada capítulo da sua vida. Há um tanto de paixão nas teses que defende, mas há nelas muita ciência. Por isso, Ernane Galveas disse ser ele um Quixote com os pés plantados na realidade. Paixão e ciência que lhe alongaram o olhar sobre sua terra e seu povo.

Na louca corrida da vida, deduza-se de tudo que aqui está contido, não perdeu o querer da grandeza, nem se atormentou com o vício de pensar.

Nada na vida de Bernardo Cabral é banalidade. Veja-se o seu pioneirismo na fixação da ideia ambientalista para proteger, sem deixar de desenvolver, a região amazônica. Seu “espírito agregador”, na sentença de Carlos Ayres Britto, foi sempre fundamental para expressar o entendimento das responsabilidades da bacia amazônica como compromisso internacional do Brasil. Reconheceu sempre na diversidade regional o sentido anti-fragmentação.

Se preciso fosse, que se fizesse a colagem dos fragmentos, nunca o desprezo, jamais a separação.

Quando lhe tocou o esforço maior de ser o Relator da Constituinte, em 1988, exerceu esse “espírito agregador” exponencialmente e, ao fim e ao cabo, legou aos brasileiros a convicção da supremacia da Carta Magna. É o que diz categoricamente, o Ministro Marco Aurélio Mello, sempre tão preciso nas suas conceituações preciosas.

Experimentou na vida pública as cumeeiras e cruzou banhados, sem arrepiar caminho. Estava constantemente a repetir o que lhe ditara o pai, um português destemido do Conselho da Régua, que veio morar em Manaus: “é muito bom poder exhibir as cicatrizes orgulhosas do dever cumprido”.

Hoje, quem for vê-lo em seu escritório da Confederação Nacional do Comércio, à qual serve com a ciência do Direito e emoção brasileira, vai encontra-lo, posto ali pelo saber e a sabedoria de Antonio Oliveira Santos, longe do conforto que os oitenta anos lhe dão direito, mas bem perto do bulício do cotidiano.

Ali se emociona por ser homem de pensamento e ação, sobrando nele a chamada “espartana dedicação”.

Tenho sempre presente que o futuro não é dádiva, é conquista. Bernardo Cabral me ensinou muito dessa verdade palmar quando conheci em Manaus o Centro de Memória que tem o seu nome e o patrocínio de outro amazonense criador e criativo, Phelippe Daou. Em razão do seu modo de encarar o futuro, na

Constituição de 88 cuidou, como disse José Roberto Tadros, em constitucionalizar o Modelo Zona Franca de Manaus, “blindando-o contra quaisquer possíveis ameaças”. Ciência e consciência. Ciência e paixão pela terra.

Nas páginas a seguir estão todos – ou quase todos – os Bernardo Cabral. O jurista, o professor, o parlamentar, o secretário de Estado, o ministro de Estado, o jornalista, o escritor, o acadêmico, o aluno do KingsCollege de Londres, da Universidade Católica de Portugal, da Universidade Urbaniana do Vaticano, presidente da OAB, o enólogo, o marido da exemplar Zuleide, pai amoroso do Julio e, sobretudo, ninguém fique desatento, o avô. Avô amantíssimo.

O sangue destemido de Sacadura Cabral que lhe corre nas veias fê-lo um destemido amigo. Na incerteza, ele chega. No desconforto, ele ampara. No desconhecimento, ele ensina.

Meu pai, o velho Antonio, como Antonio era o pai de Bernardo Cabral, ainda me pediria que acentuasse ser Bernardo Cabral filho de uma Cecília. Cecília é nome da minha avó e da minha filha.

Ao final, um recado ao homenageado. Você é filho da “Hora Certa”. Você sabe bem disso.

Marcos Vinícios Vilaça

*da Academia Brasileira de Letras e
da Academia Amazonense de Letras*

NOTA DO AUTOR

Não tivesse feito mais nada na vida Bernardo Cabral já estaria consagrado pela honra de relatar - um dos cinco brasileiros que tiveram o mesmo privilégio - uma Constituição do país. E logo aquela que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”, por colocar o ser humano em lugar de preeminência sobre todo o seu território, como deve ser um documento desta envergadura, feito pelos representantes do povo, para o povo e para o governo do povo.

Cabral é personagem singular, condutora e destinada a cumprir, no ciclo dos últimos 50 anos, um papel de proa no cenário nacional. Em 1968, através do odioso Ato Institucional nº. 5, teve ele a sua nascente, mas já brilhante carreira parlamentar interrompida pelas forças do arbítrio que se instalaram no Brasil com o golpe de Estado de 1964 e que o baniram injustamente da política por longos dez anos. Isto, entretanto, não foi o suficiente para derrotá-lo. Sempre de cabeça erguida, naqueles tempos difíceis, deu a volta por cima, despontando como presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em pleno regime militar, para habilmente, por meio da respeitada e ativa instituição, pedir o fim da ditadura e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANL), dentre outras mais caras aspirações da sociedade.

Com a distensão, Cabral elegeu-se deputado federal novamente e, desta vez, na condição de constituinte, onde, de início, venceu uma disputa renhida, no voto, com dois poderosos candidatos ao cargo de relator da Carta, o en-

tão senador paulista Fernando Henrique Cardoso, que mais adiante tornar-se-ia presidente da República, e o deputado mineiro Pimenta da Veiga, que virou, tempos depois, ministro das Comunicações. Na ANL, ao lado de Ulysses Guimarães, de quem foi o braço direito, enfrentou o desafio quase insano de escrever uma Constituição partindo do nada, apenas das contribuições dos próprios parlamentares, das entidades de classe e da população. O resultado foi a mais democrática de todas as nossas constituições, tarefa que o colocou no panteão dos heróis da Pátria.

Ministro da Justiça, senador, escritor, cronista, tribuno, político de visão e de antevisão, José Bernardo Cabral é, sem nenhuma dúvida, aquele tipo de homem - e de político honesto, convergente, atuante e realizador - que está cada vez mais difícil de se encontrar. Um Estadista, mesmo, da República.

Este livro vem preencher, de fato, uma lacuna. É incrível que, até agora, apesar de tanto que foi dito a seu respeito, de tudo o que foi escrito, das centenas de homenagens recebidas, da figura humana que é, do tanto que fez pelo Brasil e pelos seus concidadãos, ainda não se tivesse traçado um perfil que reunisse, a um só tempo, discursos, testemunhos, iconografia e os fatos mais importantes de sua vida, para que seja objeto de novos e aprofundados estudos e, também, de exemplo para as futuras gerações.

No ano passado, estive com Bernardo Cabral, em Brasília, na cerimônia solene que a Câmara dos Deputados realizou para a devolver

os mandatos usurpados pela ditadura. Cabral recebeu um diploma e o broche de deputado, mas nem precisava. Deus e a História já lhe haviam feito justiça, colocando-o no lugar mais alto reservado a um servo do povo: o de legislador e o de construtor do futuro de sua gente, pois um político, como disse James Freeman Clarke, pensa na próxima eleição, um Estadista, na próxima geração.

“ Parar. Parar não paro.
Esquecer. Esquecer não esqueço.
Se caráter custa caro
Pago o preço.
Pago, embora seja raro.
Mas homens não têm avesso
E o peso da pedra eu comparo
À força do arremesso.
Um rio, só se for claro.
Correr, sim, mas sem tropeço.
Mas se tropeçar não paro
- Não paro nem mereço.
E que ninguém me dê amparo
Nem me pergunte se padeço.
Não sou nem serei avaro
- Se caráter custa caro
Pago o preço. ”

Sidônio Muralha, poeta português

CAPÍTULO I

Resistir é preciso

Em 1964, os militares brasileiros deram um golpe de Estado e empalmaram o poder político. Deposto, o presidente João Goulart, que era vice de Jânio Quadros, o qual, por sua vez, renunciara, assumiu o posto de primeiro mandatário do país o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, um veterano da 2ª Guerra Mundial.

Castelo foi sucedido por Arthur da Costa e Silva, que enfrentou muita resistência, inclusive de grupos armados e insurgentes, vinculados a organizações de esquerda.

No curto espaço de tempo em que governou, Costa e Silva debateu-se, a cada mês, com uma grande crise. Para que a “revolução não se perdesse”, Costa e Silva passou a tramar, com o apoio e incentivo pressuroso de seu ministro da Justiça, Gama e Silva, um “golpe dentro do golpe”, que resultou no odioso Ato Institucional nº5, o AI 5, o documento mais duro de todo o período em que o Brasil foi governado pelos militares.

A “gota d’água”, segundo a versão oficial da época para que a ditadura deixasse quaisquer disfarces de lado, foi um discurso violento, mas curto e proferido no pequeno expediente da Câmara pelo deputado Márcio Moreira Al-

ves, do Rio de Janeiro. Marcito, como era conhecido, pedia, dentre outras coisas, o fim da repressão e conclamava para um improvável “boicote” das mulheres, esposas e namorados, aos seus companheiros militares.

Dizia, na ocasião, Moreira Alves:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Todos reconhecem ou dizem reconhecer, que a maioria das Forças Armadas não compactuam com a cúpula militarista, que perpetra violência e mantém este país sob o regime de opressão.

Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Esse é, também, o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam o seu repúdio à violência. No entanto, isto não basta. É preciso se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já se começou a estabelecer nesta Casa por parte das mulheres de parlamentares da ARENA, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de setembro. As cúpulas militares procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se comprometesse de que a presença de seus filhos nesse desfile é

um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicotasse esse desfile. Este boicote pode passar também – sempre falando de mulheres – às moças, àquelas que dançam com os cadetes e que namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam a Nação, recusassem aceitar aqueles que silenciam e que, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das Forças Armadas, falando e agindo em seu nome.

Creio, Sr. Presidente, que é possível resolver esta farsa, esta “democratura”, este falso entendimento, pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares, deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos, que não compactuam com os desmandos de seus chefes, que tiverem a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário de seus superiores”.

O discurso fora proferido em virtude da invasão militar à Universidade de Brasília, resultando em espancamentos, quebra-quebra e



Márcio Moreira Alves fala aos colegas sobre o pedido de sua cassação (12.12.1968).

a prisão de cinco estudantes, inclusive do presidente da UNE.

No dia seguinte, o governo pediu licença ao Supremo Tribunal Federal (STF) para processar o deputado Moreira Alves. Sucede que a Corte obtemperou, com razão, que era a Casa Legislativa quem deveria decidir sobre o tema. Por quase quatro meses, então, o assunto virou uma queda de braço. Mas era uma que-rela falsa. Tudo não passava de pretexto para justificar o endurecimento do regime. É do economista Antonio Delfim Neto, ministro do Planejamento de Costa e Silva, naquela oportunidade, a seguinte confissão, transcrita no livro “A ditadura Escancarada”, do jornalista Elio Gaspari:

“Naquela época do AI 5 havia muita tensão, mas no fundo era tudo teatro. Havia passeatas, havia descontentamento militar, mas havia sobretudo teatro. Era teatro para levar ao ato. Aquela reunião (que decidiu pelo AI 5) foi pura encenação. O Costa e Silva de bobo não tinha nada. O discurso do Marcito não teve importância nenhuma. O que se preparava era uma ditadura mesmo. Tudo era feito para levar àquilo”.

Delfim, aliás, disse na funesta reunião promovida com Costa e Silva, que estava “plenamente de acordo com a proposição”, indo além ao sustentar, num átimo de servilismo, que o AI 5 “era insuficiente” para a promoção das “mudanças constitucionais necessárias para o desenvolvimento do país com maior rapidez”.

A cúpula do regime militar pegara o discurso de Márcio Moreira Alves como um pretexto. O que se dava, porém, era uma sequência de eventos desfavoráveis à ditadura, colocando-a contra a parede.

Primeiro, veio a resistência armada. Só em 1968, dentre outras situações, seguem-se a guerrilha do Araguaia; a explosão de uma bomba na Embaixada Americana em São Paulo, atribuída à Aliança Nacional Libertadora (ALN); a morte de um soldado no Quartel General do 2º Exército, também por explosivo. Isto sem falar nas ações do Colina (Comando

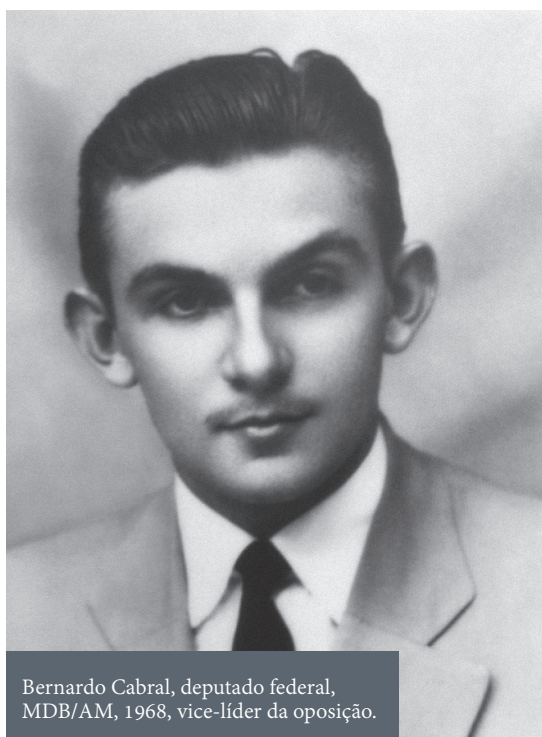
de Libertação Nacional) e do VPR, que, em dois atentados, atingem um major alemão e um capitão americano. De outro lado, a revolta do movimento estudantil, responsável pelas grandes manifestações de rua contra a ditadura militar, cujo estopim fora o assassinato do estudante secundarista Edson Luís pela PM do Rio de Janeiro, acontecido durante um protesto contra a má alimentação fornecida pelo restaurante “Calabouço”. Os estudantes também estiveram à frente da “Passeata dos Cem Mil”, em junho de 1968, quando a Cinelândia foi literalmente tomada pela multidão que queria o país de volta à democracia. E, mais ainda, as greves, com os operários ocupando fábricas como a Siderúrgica Belgo-Mineira e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário. Em outubro daquele ano a polícia invadiu o 30º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), realizado em Ibiúna, prendendo muitos de seus participantes.

A linha dura do militarismo, por seu turno, retaliava. Conta-se que dos 29 explosivos detonados em São Paulo, pelo menos 14 deles foram de sua responsabilidade. Ficou, enfim, bastante conhecido o caso “Para-Sar”, denunciado pelo major Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, segundo o qual o brigadeiro João Paulo Burnier teria cogitado de explodir o gásômetro do Rio de Janeiro para jogar a culpa na oposição. Essa farsa também servia para justificar o novo golpe.

A realidade era que ou o regime reagia ou iria cair. Motivos para reagir havia de sobra. Mas sobrou, mesmo, para o discurso do deputado Moreira Alves.

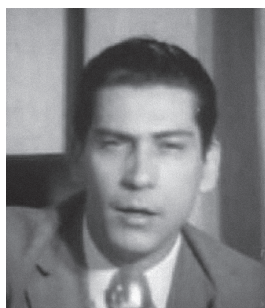
O pedido de sua cassação chegou à Câmara dos Deputados, que se reuniu em 12 de dezembro de 1968 para deliberar.

O primeiro discurso deveria ser do líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o deputado **Mário Covas**, que teve, todavia, um contratempo em São Paulo e pediu para que o seu vice-líder iniciasse os trabalhos em seu lugar.



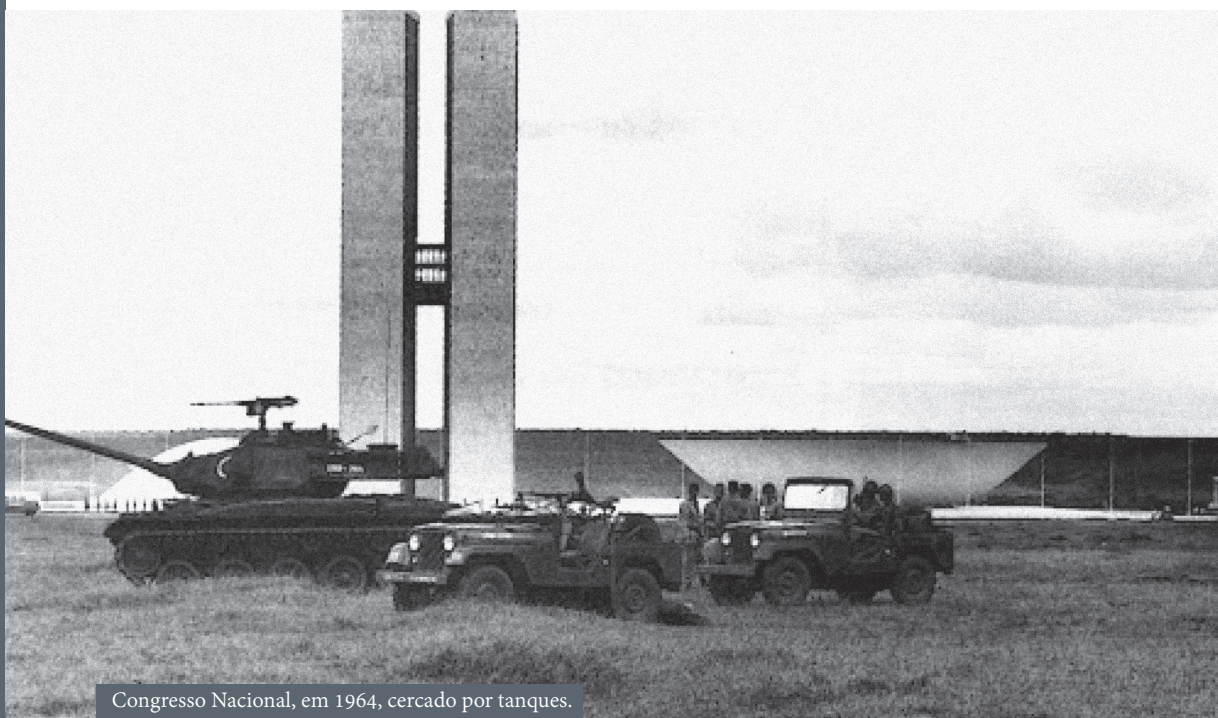
Bernardo Cabral, deputado federal, MDB/AM, 1968, vice-líder da oposição.

O vice-líder do MDB era o jovem deputado amazonense **José Bernardo Cabral**, jurista brilhante, professor de Direito na Universidade de Brasília, político articulado e agregador, dono de discurso equilibrado e persuasivo e que saíra de seu Estado com a maior votação entre todos os candidatos¹. Uma revelação.



Mário Covas, deputado federal, MDB/SP, líder da oposição.

1 A bancada amazonense na Câmara dos Deputados fora eleita com a seguinte votação: Bernardo Cabral, 11.861; Joel Ferreira da Silva, 4.481; Paulo Ramos Coelho, 3.369; Djalma Passos, 2.715; Monsenhor João Costa, 1.413; Manoel José M. Barbuda, 1.148; Justino Melo, 967.



Congresso Nacional, em 1964, cercado por tanques.



Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro presidente da Revolução de 1964, recebendo continência dos militares.

Cabral, inclusive, em 1962, tivera o seu nome lançado para concorrer ao governo do Amazonas, pois contava com o apoio de muitos prefeitos e vereadores do interior. Segundo o noticiário político da época, não havia um nome com melhores qualidades e aceitação para substituir Gilberto Mestrinho, em pleno exercício do mandato. Este, porém, escolheu Plínio Coelho, que acabou cassado em 1964. Bernardo foi eleito deputado estadual.

É ele que nos conta:

“O meu mandato de deputado estadual cumpri todo. Rigorosamente. Do segundo mandato para o terceiro, eu dizia que não seria mais político. Eu achava muito subserviente. De trinta deputados, nos éramos apenas cinco na oposição. E aí aconteceu um fato curioso. A revolução de 30 de março de 1964. Logo a seguir cassaram o governador Plínio Coelho, e veio o general Jurandir Mamede para tratar da eleição indireta, trazendo o nome de um homem sério, decente, que era o Arthur Reis. E convidou para uma reunião na casa do comandante da região, que era ao lado da Assembleia, era ali que era a casa do general. Quando o líder do governo me convidou, eu disse que não iria a casa do general, porque o foro competente para tratar de assunto da Assembleia era a própria Assembleia. E não fui. E disse a dois colegas meus, que eu iria votar contra o Arthur Reis, não pelo que ele era, mas porque ele estava cometendo ‘um estupro constitucional’, pois o Plínio não tinha completado seu segundo ano de governo e a Constituição do Estado exigia, determinava que, se isso acontecesse, far-se-ia nova eleição direta. E eles chamavam de ato adicional.”



Manaus, 1968, Avenida Eduardo Ribeiro.



Gilberto Mestrinho e Plínio Coelho, que se revezavam no Poder no Amazonas entre as décadas de 50 e 60.



Arthur César Ferreira Reis, o primeiro governador do Amazonas indicado pelo governo militar de 1964.

Eu fui o quinto deputado a votar. O presidente da Assembleia, meio acovardado, não queria me dar a palavra para justificar o meu voto. E comecei. A turma que estava atrás, assistindo, nas galerias, diziam, ‘mais um a ser cassado.’ Eu disse, então, que não votaria no Arthur Reis não pelo nome apresentado, que era um nome conhecido, mas pela forma que estava sendo levado, por eleição indireta, eu me rebelava quan-

to a isto e, portanto, não votava nele, votava no Waldemar Pedrosa. Votava contra. E o Waldemar Pedrosa não era sequer candidato. Era ministro aposentado, uma pessoa que eu respeitava muito. Eu quis calçar o meu voto num nome respeitado como o dele. Mas no dia seguinte, A Crítica e todos os demais jornais estamparam: “Bernardo, único voto discordante.” E com isso, sem que eu quisesse, eu que não queria ser mais deputado, me tornei líder da oposição.

A seguir veio o Ato Institucional nº 2. Extinguíram os partidos e criaram só dois: Arena e MDB. No Estado, os fundadores do MDB foram o Arthur Virgílio Filho e eu. E o Arthur, então, de logo disse: ‘Você vai ser o nosso candidato a deputado federal e eu continuo no Senado.’ Eu fui o deputado federal mais votado, com 18% da votação da capital. Tanto que eu me lembro que quando eu cheguei a Santos, um deputado do interior disse que teve 46% dos votos. Mas eu tive 18 só da capital. Ele não acreditava nisso.

Pra encurtar a história. Como líder da oposição me elegi deputado federal. Não tínhamos candidato a governador, porque o Arthur Reis já havia escolhido o Danilo Areosa. Não tínhamos nada a oferecer ao povo a não ser o nosso

palanque e o nosso protesto. Fui para a Câmara Federal onde só exerci dois anos de mandato. O Arthur tinha sido eleito senador em 62, portanto, em 66 ele ainda era senador. No meu segundo ano, o AI 5, de 13 de dezembro de 1968. O ato de cassação foi uma aberração. Eu fiquei no RJ. Quando fomos cassados, o Daniel Krieger disse que estavam ‘cassando dois homens honrados, não há nada contra eles.’ Não são comunistas, nem contrarrevolucionários, nem nada”.



Arthur Virgílio Filho, que em 1968 era senador pelo Amazonas e foi cassado junto com Bernardo Cabral.



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, na Praça Pedro II, Centro.

Ao fim do primeiro ano da legislatura na Câmara dos Deputados, em Brasília, Cabral já tinha o reconhecimento geral de seu trabalho. Ele mereceu do vice-presidente da República e presidente do Congresso Nacional, Pedro Aleixo, o seguinte registro: “Da presidência do Congresso Nacional venho acompanhando as atividades parlamentares do deputado

Bernardo Cabral. Presto, a propósito, este depoimento: é um congressista que intervém com eficiência em todos os trabalhos, demonstrando inteligência, sabedoria e espírito público”.

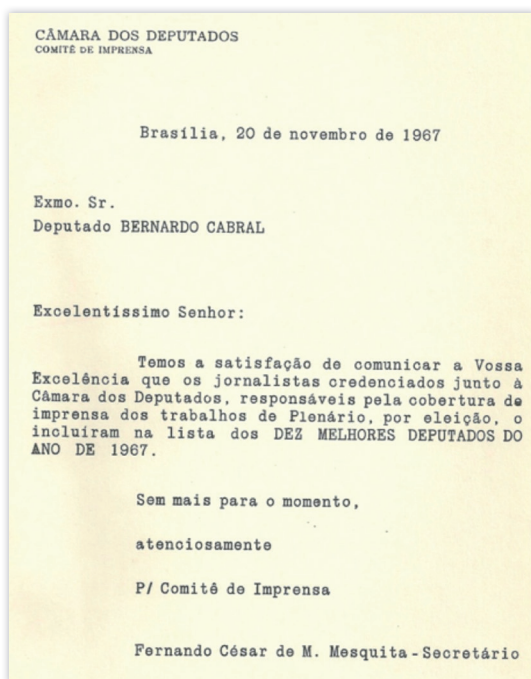
A seu respeito também falou o deputado Raymundo Padilha, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos deputados: “Esta presidência expressa, por meu intermédio, o seu reconhecimento pela valiosa contribuição que a Comissão de Relações Exteriores recebeu de Bernardo Cabral, na presente Sessão Legislativa, pela sua presença ativa e assídua participação”.

Outro depoimento veio do presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, deputado Broca Filho, que asseverou: “Bernardo Cabral teve uma das mais brilhantes atuações que esta Comissão tem conhecimento, quer nos debates, nos seus pareceres e na sua assiduidade às reuniões. Um parlamentar de tão altos méritos como Bernardo Cabral orgulha o seu Estado”.

Naqueles tempos de incerteza e de medo, Cabral também demonstrava destemor. Em aparte ao vice-líder da ARENA, o partido do governo, o qual dizia que a “oposição via com simpatia certos tipos de baderna”, ele contestou de maneira veemente: “**Não confunda, Excelência, um fato concreto com uma intenção aparente. Ao longo do seu discurso lembrei-me de Voltaire, que está sempre atualizado em sua polêmica com Rousseau. Principalmente quando Vossa Excelência se refere ao artigo do senhor Hélio Fernandes, recordei aquela célebre frase de Voltaire: ‘Não concordo com coisa alguma que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito de dizê-lo’. O governo está fazendo exatamente o contrário. Apesar de não concordar, também não permite que se lhe diga aquilo que não gosta de ouvir. Vossa Excelência pergunta se não teria a oposição respostas às indagações quanto a esses atentados. A oposição, em contrapartida, lhe pergunta: quem promoveu, em Recife, o atentado – que também é terrorista – ao**

marechal Costa e Silva, quando era candidato à presidência da República? Até hoje ninguém tomou conhecimento de quem teria promovido tal atentado. Posso garantir que não foi a oposição. Posso assegurar a Vossa Excelência, deputado Leon Peres, que não foi também a oposição que promoveu a invasão de conventos no Estado de São Paulo. Posso dizer a Vossa Excelência que o papel da oposição, aqui, ainda que ela seja minoritária, mas na defesa de seu direito de participar do processo democrático, há sido este. Vossa Excelência, da linha radical, no sentido de não querer que a democracia vingue em nosso país, há de reconhecer que a oposição, nesta Casa, quando não concorda com a opinião de muitos, defende, até a morte, o direito de que seja expendida essa opinião”.

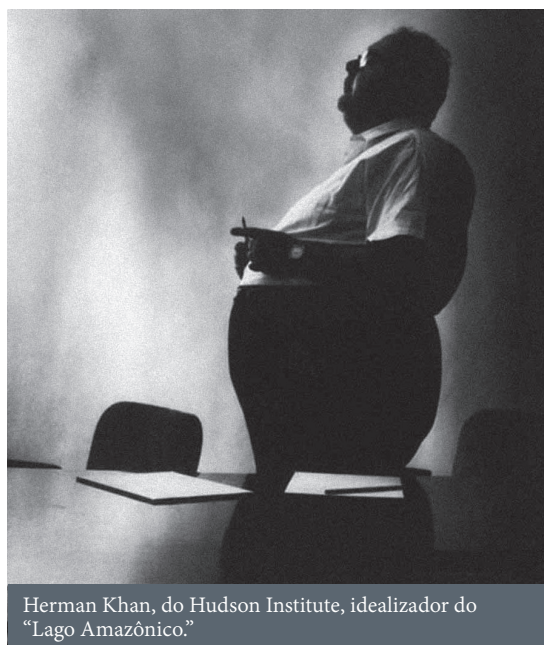
Ao fim de seu primeiro ano de mandato, Cabral recebeu as medalhas “Craveiro Lopes”, da República Portuguesa; e “Tamandaré”, da República do Brasil. Fora escolhido, também, pelos jornalistas que cobriam a Câmara, como um dos dez melhores deputados daquele ano de 1967.



DEFENSOR DA AMAZÔNIA - O HUDSON INSTITUTE E O “LAGO AMAZÔNICO”

Foi marcante nesta primeira legislatura de Bernardo Cabral o vigoroso discurso que proferiu na Câmara dos Deputados em defesa da Amazônia, ameaçada de ter grandes extensões de terra inundadas se vingasse o projeto de Herman Khan, futurólogo americano muito respeitado na época, fundador do Hudson Institute, que apregoava a necessidade de se criar “O grande Lago Amazônico”, a fim de se estabelecer um trecho de comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico e, via de consequência, internacionalizar a região.

Cabral denunciou o caso que já estava, inclusive, em avançado estágio de estudos e de articulação, impedindo, através da constituição de uma CPI, que o malfadado intento se concretizasse.



A CPI foi, então, criada pela Resolução n° 56, e sua atuação impediu que o malfadado intento se consumasse, preservando a Amazônia e, via de consequência, a soberania nacional. Cabral liderou o movimento.



Amazônia, cobiça internacional.

Resolução da Câmara dos Deputados nº 58, de 1968

Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar os objetivos reais dos planos do Hudson Institute de Nova York para construir o “Grande Lago Amazônico”, origem destes planos e pessoas físicas e jurídicas neles envolvidas, levantamentos realizados e possíveis atentados contra a soberania nacional.

Senhor Presidente;

Nos termos do Regimento Interno, requeremos a Vossa Excelência a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar:

a) os objetivos reais dos planos do Hudson Institute para construir o “Grande Lago Amazônico”;

b) a origem da iniciativa de tais planos;

c) pessoas físicas e jurídicas nacionais envolvidas nos planos ou em suas causas;

d) os levantamentos feitos na Amazônia, nos quais se calcaram tais planos;

e) os atentados contra a soberania nacional, quer pela causa, quer pelo efeito dos planos para construção do “Grande Lago Amazônico”.

A Comissão será integrada por 11 (onze) membros, disporá de verba de NCr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros novos) para custear as despesas com a realização das diligências e investigações a seu cargo, e terá o prazo de 180 dias, contados de sua instalação, para conclusão dos respectivos trabalhos.

Justificativa

Há muito, vem a imprensa divulgando declarações, de homens públicos, contrários à construção de um “Grande Lago Amazônico”.

Afirma-se que tal lago é o resultante de planos do Hudson Institute de Nova Iorque, para “desenvolvimento da Amazônia”.

Pergunta-se: que plano é esse? quem o encomendou? Não sabemos responder, pois desconhecemos completamente seus objetivos, bem como seus interessados.

Chega-se a não acreditar que uma empresa estrangeira tenha ousadia de planejar o “desenvolvimento” de uma região de nosso País, sem qualquer autorização. Inclusive, os custos de tais planos devem ter responsável

Face à necessidade de responder às perguntas que nos formulamos, é que requeremos a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 1968.

Bernardo Cabral - Raimundo Parente - Nunes Freire - Adhemar Ghisi - Zaire Nunes - Feu Rosa - Themistocles Gadelha - Emílio Murad - Osmar de Aquino - Joaquim Macedo - Lacorte Vitale - Ivar Saldanha - Marão Filho - Aniz Badra - Mário Covas - Rubem Medina - João Herculino - Feliciano de Figueiredo - Hermano Alves - Reynaldo Sant'Anna - Getúlio Moura - José Carlos Teixeira - Ademar Carvalho - Ulysses Guimarães - João Manazes - Gastone Righi - Dorival de Abreu - Nadyr Rossetti - Mário Piva - Doin Vieira - Matheus Schmidt - Adolfo de Oliveira - Baldacci Filho - Otávio Caruso da Rocha - Humberto Lucena - Padre Godinho - Fernando Gama - Francisco Amaral - Régis Pacheco - Levy Tavares - Celestino Filho - Antônio Annibelli - Alylio Vianna - Adalberto Camargo - José Mandelli - Ozires Pontes - Floriceno Paixão - Nysia Carone - Paes de Andrade - Athiê Coury - José Richa - Dias Menezes - Renato Azeredo - Jairo Brum - Pedro Marão - Glênio Martins - Paulo Macarini - Amaral Netto - Padre Nobre - Erasmo Martins Pedro - José Maria Magalhães - Henrique Henkin - Jamil Amiden - Edgard Pereira - Santilli Sobrinho - Mariano Beck - Romano Evangelista - Padre Antônio Vieira - Simão da Cunha - David Lerer - Antônio Magalhães - Renato Celidônio - Joel Ferreira - João Borges - Affonso Celso - Aldo Fagundes - Bivar Olyntho - Victor Issler - Figueiredo Correia - Márcio Morelira Alves - João Lyra - Amaral Furlan - Sadi Bogado - Ário Theodoro - Ivette Vargas - Hélio Navarro - José Freire - Petrônio Figueiredo - Hélio Gueiros - Ney Ferreira - Mário Gurgel - Raul Brunini - Janduhy Carneiro - Milton Reis - Martins Rodrigues - Nelson Carneiro - Amaral Peixoto - Mata Machado - Chaves Amarante - Chagas Rodrigues - Anapolino de Faria - José Maria Ribeiro - Léo Neves - Cid Carvalho - Freitas Diniz - Altair Lima - Prestes de Barros - Lígia Doutel de Andrade - Lurtz Sabiá - Alceu de Carvalho - Wilson Martins - Celso Passos - Djalma Falcão - Anacleto Campanella - Paulo Campos - Antônio Bresolin - Adhemar Barros Filho - Aloysio Nonô - Pedro Faria - Thales Ra-

malho - Cleto Marques - Edgard de Almeida - José Burnett - Franco Montoro - José Colagrossi - Waldyr Simões - Tancredo Neves - Breno da Silveira - Dirceu Cardoso - Unírio Machado - Júlia Steinbruch - Antônio Neves - Ewald Pinto - Chagas Freitas - Maria Lúcia - Aquiles Diniz - Ruy Lino - Monsenhor Vieira - Pedro Gondim - José Mandeli - Jonas Carlos - Moury Fernandes - Aurino Valois - Raimundo Bogéa - Rozendo de Souza - Edgar Martins Pereira - Clodoaldo Costa - Armindo Mastrocola - Euclides Triches.

Publicação: *Diário do Congresso Nacional – Seção 1 – 03.04.1968, página 1037.*

Parlamentar de oposição, quando mais fácil e cômodo era estar ao lado do regime de exceção constitucional; senhor de grande conceito entre seus pares e figuras de relevo do país; e, sobretudo, um democrata, Bernardo Cabral não iria decepcionar aqueles que acreditavam que ainda era possível manter a dignidade naquelas circunstâncias e defender aquilo que as Institutas de Justiniano já ensinavam: “*Ser honesto, não ofender ninguém e dar a cada um aquilo que é seu*”. Num gesto de grande coragem, Cabral falou em primeiro lugar na sessão convocada para decidir o destino de Márcio Moreira Alves. Apoiando-se em fortes e irrefutáveis argumentos jurídicos, Cabral votou contra a licença requerida pelo governo militar.

É dele, em entrevista que concedeu ao autor, o seguinte depoimento:

“Quando eu cheguei à Câmara, logo nos primeiros dias, nós do MDB combinamos que estávamos ali, nós os parlamentares mais novos, isso em 1966, antes de tomarmos posse em 67, que queríamos mudar o quadro, as feições da oposição naquela Casa. Então decidimos escolher o Mário Covas, moço idealista, que vinha de São Paulo com grande votação, sobretudo de Santos. Quinze dias depois, por escolha do Mário e dos demais colegas, fui eleito vice-líder.

Logo a seguir veio o processo de cassação do Márcio Moreira Alves, que era representante do Rio de Janeiro e que tinha feito um discurso no pequeno expediente da Câmara, no chamado

“Pinga-Fogo”, um discurso rápido e sem muita importância, mas que chamou a atenção do governo. O Márcio fazia críticas aos militares, pedia que os rapazes não comparecessem ao 7 de setembro e que as moças não dançassem com os cadetes, dentre outras coisas. Os militares, então, quiseram tirá-lo da vida pública. Aqui vale registrar que alguns parlamentares da ARENA, o partido do governo, votaram contra o pedido. O processo foi para Plenário. O Márcio, que estava em São Paulo, pediu-me que assumisse o comando dos debates até que ele chegasse.

Na condição de vice-líder eu fui o primeiro orador. E fiz a defesa do Márcio. Não pelo que o Márcio tinha dito, mas pelo seu direito de dizer, conforme garantia a Constituição. Não o conteúdo, mas o seu direito de fazê-lo. A Constituição dizia que o parlamentar era inviolável em suas opiniões, palavras e votos. Eu provei, com vários tratadistas de direito constitucional, que o governo não podia amordaçar o Legislativo. Era um abuso muito grande, porque o governo queria amordaçar o legislativo.

O Jornal do Brasil, edição de 12.12.68, relata assim aqueles fatos, destacando a atuação de Bernardo Cabral²:

“O CASO MÁRCIO.

Na manhã de hoje, após discursos dos líderes da ARENA e do MDB, e da defesa do deputado Márcio Moreira Alves, a Câmara votará o pedido de licença para processar o parlamentar da Guanabara. No fim da sessão noturna de ontem estavam presentes 244 representantes arenistas – número que o líder Geraldo Freire considera insatisfatório.

O vice-líder do MDB, deputado Bernardo Cabral, declarou ontem que “é preferível que esta Casa seja fechada a funcionar sem honradez, dignidade e decência”. O processo contra o Sr. Márcio Moreira Alves foi encerrado à noite e a votação ficou para esta manhã. Se a licença for concedida, afirmou em tom patético o deputado Arruda Câmara, (ARENA-PE),

2 Jornal do Brasil, periódico do Rio de Janeiro, 1º Caderno, quinta-feira, 12.12.1968.

o Parlamento estará desacreditado e morrerá moralmente perante os outros poderes e diante do povo.

DILAPIDAÇÃO DO RESPEITO.

Ressaltou o deputado Bernardo Cabral que não queria “ser partícipe da dilapidação do respeito ao princípio da inviolabilidade nem conviva do triste banquete em que querem transformar esta Casa. Eu não acredito na lei que não garante o meu adversário hoje, porque ela não me garantirá amanhã” – disse o deputado, lembrando que são constantes os rumores de que na próxima lista de cassações muitos representantes da ARENA nela figurariam.

Escudando o seu pronunciamento em tratadistas de Direito Constitucional, o deputado, que é professor de Direito, acentuou que, “pela regra contida no art. 34, caput, da Constituição, a opinião do deputado ou senador é livre, vez que os chamados crimes de opinião não os alcançam e que as regras do Direito Penal e outras leis sobre a manifestação do pensamento não chegam até a tribuna”.

O Diário de Notícias³, por sua vez, também narra aqueles acontecimentos, reproduzindo trechos do discurso de Bernardo Cabral em defesa de Márcio Moreira Alves:

“CÂMARA DOS DEPUTADOS. MDB DEFENDE MÁRCIO ATACANDO O GOVERNO.

“Não quero ser partícipe da dilapidação do respeito ao princípio da inviolabilidade nem conviva do triste banquete em que querem transformar esta Casa”, disse ontem o Sr. Bernardo Cabral (MDB/AM), como primeiro orador da discussão do pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. “Seria trair o meu longo aprendizado na Faculdade de Direito do Amazonas e não poder continuar como professor universitário”.

Ele declarou que “não há porque confundir entre inviolabilidade e imunidade absoluta e a imunidade relativa ou simples. REGRA DE

3 Diário de Notícias, veículo do Rio de Janeiro, p. 3, 1ª Seção, 12.12.1968.





Foto: Evandro Teixeira

A passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, 1968.

DIREITO. *A primeira é a relativa a opinião, palavras e votos no exercício do mandato, enquanto a segunda é a faculdade dada ao parlamentar de não poder ser preso nem processado por atos praticados fora do exercício do mandato, sem prévia licença da Câmara. O que é mais grave é que o presidente da República tem asseverado, reiteradas vezes, que não permitirá a reforma da Constituição, pois ela é intocável, e, no entanto, pretende uma reforma com a cumplicidade da Câmara. E se esquece, lamentavelmente, de que o princípio da tipicidade já acentua que não há sanção sem o fato típico*. **FEITO HISTÓRICO.** *Concluindo o Sr. Bernardo Cabral reportou-se ao feito heróico das Termópilas, ao afirmar: “Se esta Câmara for impedida de funcionar – como anunciam as cassandras – porque manteve inatingível o princípio da inviolabilidade, que se mande erigir, à sua entrada, um monumento com esta inscrição: “Visitante, esta Casa se encontra fechada porque a maioria de seus integrantes decidiu defender-lhe a honra, a dignidade e a decência”*.

Além do Sr. Bernardo Cabral, falaram os Srs. Monsenhor Arruda Câmara e Paulo Brossard (MDB-RS), ambos contrários à aprovação. A seguir, a presidência da Câmara convocou sessão extraordinária noturna para o processamento, discussão e votação, prevendo-se que 30 deputados usarão a palavra. Encerrada a dis-



Estudantes presos em Ibiúna, no Congresso da UNE.

cussão, o projeto será votado na sessão matutina de hoje, já convocada”.

A posição defendida por Bernardo Cabral e por outros valentes e ilustres deputados, influenciou a decisão final da Câmara que, de maneira surpreendente e heróica, negou, por 216 votos a favor e 141 contra, a licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado, num dos momentos de maior independência do Parlamento, que não se rendeu ao arreganhos dos detentores do poder ilegítimo de então.

Em tempos de ditadura feroz, quando muitos se intimidaram e silenciaram, homens capazes de lutar pelos seus princípios e pela democracia, como José Bernardo Cabral, porém, não arquivaram a esperança de dias melhores.

E pagaram um preço caro por isto.

VÍDEO

Ouçã a música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré

<http://youtu.be/szqw5-F8uFU>

FOLHA DE S. PAULO

Decreto de recesso do Congresso Nacional

GOVERNO BAIXA NOVO ATO

marítimos:
terá mais
200 milhões

aria Lima dá
nício oficial às



A CRÍTICA

BAIXADO O ATO INSTITUCIONAL

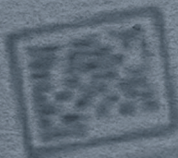
EDITADO O ATO 5

- 1) Congresso em recesso
- 2) Confusão de leis
- 3) Suspensão "abusiva" política
- 4) Instabilidade de instituições
- 5) Legitimidade e constitucionalidade



O GLOBO

ASSIM ESTAVA A CRÍTICA



JORNAL DO BRASIL

Governo baixa Ato Institucional e co Congresso em recesso por tempo ilimitado

CAPÍTULO II

O AI 5, ou o Reinado das Sombras

Nas próximas horas os acontecimentos se precipitariam.

É que, enquanto os deputados discutiam e deliberavam sobre o pedido dos militares a respeito de Márcio Moreira Alves, nos escaninhos do regime o ministro da Justiça, Gama e Silva, já rascunhara e dera contornos finais no instrumento que jogaria o país, de vez, na escuridão: o Ato Institucional nº 5, o AI 5, o qual fora aprovado em reunião do Conselho de Segurança Nacional, convocado pelo presidente da República, Arthur da Costa e Silva, numa sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, no Palácio das Laranjeiras, sede do governo federal, no Rio de Janeiro.

A ata daquela reunião, que registra um dos episódios mais lamentáveis de nossa história, mostra que apenas um dos membros do Conselho, o vice-presidente Pedro Aleixo, colocou-se com habilidade contra a medida, mas disse tratar-se de uma ditadura que estava prestes a ser implantada:

“(...) Nessa oportunidade, pois, o que me parece mais aconselhável, seria antes do exame de um ato institucional, seria a adoção de uma medida de ordem constitucional que viesse a permitir um melhor exame do caso em todas

as suas conseqüências. Essa medida seria a suspensão da Constituição por intermédio do estado de sítio. Acrescento, Sr. Presidente, que da leitura que fiz do Ato Institucional, cheguei à sincera conclusão de que o que menos se faz nele é resguardar a Constituição que no artigo primeiro se declara preservada. (...). Porque da Constituição, que é antes de tudo um instrumento de garantia de direitos da pessoa humana, de garantia de direitos políticos, não sobra nos artigos posteriores absolutamente nada que possa ser razoavelmente apreciável, como sendo uma caracterização do regime democrático. (...). Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado esse caminho, o que nós estamos, é uma aparente ressalva de existência, dos vestígios dos poderes constitucionais existentes em virtude da Constituição de 24 de janeiro de 1967, é instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura. (...). Do ponto de vista jurídico, eu entendo que o Ato Institucional elimina a própria Constituição”.

Costa e Silva abriu os trabalhos, tentando justificar a medida que iria implementar:

“Eu convoquei o Conselho de Segurança Nacional para colocá-los em face de um problema que se apresenta com uma gravidade

muito grande, e que deve ser equacionado e resolvido com a maior tranqüilidade possível. O presidente da República se considera ainda o legítimo representante da Revolução de 64, de 31 de março. Vê-se nesse momento crítico que ele tem que tomar uma resolução optativa: ou a Revolução continua ou a Revolução se desagra. (...).

Nós compreendemos perfeitamente que foi um fato talvez aparentemente insignificante que tenha motivado esta, não digo, não vou empregar um termo que seria muito forte, mas essa revelação da falta de apoio político do governo, quando o governo contava que pela compreensão dos homens públicos do país, eles que também tem tanta responsabilidade quanto nós, nessa manutenção da paz, da ordem e da tranqüilidade públicas, compreendessem perfeitamente que não podiam colaborar numa agressão a uma outra área, também responsável pela Revolução, e que se tem mostrado dignamente acatadora de todas as ordens e de todos os princípios estabelecidos pela Constituição na ordem jurídica e civil. (...).

Apresenta-se, portanto, um fato novo, com características líquidas de provocação, para que não continuemos nesse processo evolutivo

da Revolução, para consecução da ordem democrática, ou do regime democrático completo. (...).

Eu disse perante homens no Congresso, era mais fácil para mim adotar medidas de prepotência e força do que manter a continuidade do regime dentro da Constituição, porque eu não estava tendo a compreensão necessária nem o denodo daqueles que deveriam me ajudar a defender essa ordem democrática.

E, meus senhores, naquela eu nem sabia o que se estava preparando, nem o que ia acontecer. E o que aconteceu foi muito pior do que se esperava. Porque, como vamos tomar a manifestação do Congresso? No sentido meramente de solidariedade a um membro? Vamos tomar no sentido de uma manifestação, uma expansão, uma extrapolação de recalque, que porventura tenha sido causado pela hostilidade do poder público em relação à área política?. (...).

A decisão está tomada, e a proposta ao Conselho de Segurança Nacional, para ampla discussão, para ampla opinião de cada um, porque eu não desprezo o conselho do Conselho. Eu preciso que cada membro diga aquilo que pensa, que sente. Aquilo que está errado nisso,



Reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pelo AI.

pra que com consciência tranqüila, possamos vivamente apoiados, numa, num Conselho como este, de responsabilidade enorme perante a Nação, eu possa autenticar e estabelecer uma discussão. Muito obrigado”.

Costa e Silva foi efusivamente aplaudido pelos presentes, os quais passaram a manifestar-se a favor da ditadura sem disfarces, falando, paradoxalmente, em democracia, liberdade e escrúpulos.

O ministro do Trabalho, coronel **Jarbas Passarinho**, foi o mais incisivo de todos: *“Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim, e creio que a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece claramente que esta é que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso que o próprio ministro das Relações Exteriores quando disse que não sabe se o que restou caracterizada a nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial. Eu admitiria que ele é ditatorial. Mas, às favas, Sr. Presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência. (...). Com toda a minha vocação libertária e não liberticida, eu acho também, que cumprindo o dever para com o meu país, eu aceito uma nova revolução”.*

O chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), **Emílio Garrastazu Médici**, que depois se tornaria presidente da República, no período em que a ditadura radicalizou, incentivava: *“Eu me sinto perfeitamente à vontade, Sr. Presidente, e porque não dizer, com bastante satisfação em dar o meu aprovo ao documento que me é apresentado. Isto porque, Sr. Presidente, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho das funções que Vossa Excelência me atribuiu como chefe do Serviço Nacional de Informações, tive a oportunidade de fazer um minucioso relatório sobre a situação nacional brasileira. E demonstrei aos conselheiros por fatos e ações, que o que estava nas ruas era a contrarrevolução. Acredito que, com sua formação democrática foi Vossa Excelência tolerante demais. Porque naquela oportunidade eu já solicitava a Vossa*

Excelência que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contrarrevolução que estava na rua”.

O ministro Gama e Silva, que elaborou o documento, fez longa peroração em seu favor: *“Sr. Presidente, Srs. Membros deste Conselho. Considerandas apresentadas justificam as razões determinantes do Ato Institucional. Motivos de natureza política, motivos de segurança, motivos de defesa da ordem revolucionária. (...). Não encontramos outro instrumento dentro dos quadros legais do Brasil que possa conter a subversão. E que possa assegurar a ordem, a paz, a tranqüilidade, o progresso e o desenvolvimento cultural e social do país”.*



VÍDEO

Locutor Roberto Figueiredo anuncia o fim do “Repórter Esso”, em 31/12/1968, e chora no ar.



http://youtu.be/IRgdUT-f_Xo

Daí a pouco, o Repórter Esso, programa radiofônico de muita audiência na época, comunicava ao país que o governo acabara de editar o Ato Institucional nº 5 e que, por ele, dentre outras coisas, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais entravam em recesso por prazo indeterminado; o Executivo ficava autorizado a legislar sobre toda e qualquer matéria; nomeavam-se interventores para estados e municí-



pios; eram suspensos os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez (10) anos e cassavam-se dezenas de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; podia o presidente da República, mediante decreto, demitir, remover, aposentar e por em disponibilidade quaisquer servidores públicos, bem como decretar o confisco de seus bens; suspendia-se a garantia sagrada do habeas corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular; excluindo-se, ainda, os atos praticados de acordo com o AI 5 de qualquer apreciação judicial.

Aquele que, por contrariar o interesse dos ditadores, fosse cassado, além da suspensão dos direitos políticos, estaria ainda sujeito às seguintes e violentas restrições: cessação do privilégio de foro por prerrogativa de função; suspensão do direito de votar e de ser votado

nas eleições sindicais; proibição de atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política; aplicação das “medidas de segurança” como liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio determinado.

Os homens que se reuniram naquela sexta-feira 13 de dezembro de 1968 para decretar uma longa noite de escuridão democrática no Brasil¹, integrantes do Conselho de Segurança Nacional, foram os seguintes:

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

¹ O áudio da reunião que decidiu pelo AI 5 pode ser acessado em <http://migre.me/6dydA>



Arthur da Costa e Silva
Presidente



Pedro Aleixo
Vice-Presidente



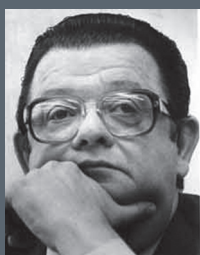
Augusto Rademaker
Ministro da Marinha



Lyra Tavares
Ministro do Exército



Magalhães Pinto
Ministro das Relações Exteriores



Delfim Netto
Ministro da Fazenda



Mário Andreazza
Ministro dos Transportes



Ivo Arzua
Ministro da Agricultura



Jarbas Passarinho
Ministro do Trabalho



Leonel Miranda
Ministro da Saúde



Márcio de Souza e Mello
Ministro da Aeronáutica



Tarso Dutra
Ministro da Educação e Cultura



Huet Sampaio
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica



Costa Cavalcanti
Ministro de Minas e Energia



Albuquerque Lima
Ministro do Interior



Hélio Beltrão
Ministro do Planejamento



Carlos Simas
Ministro das Comunicações



Gama e Silva
Ministro da Justiça



Emílio Garrastazú Medici
Chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação)



Orlando Geisel
Chefe Do EMFA (Estado-Maior Das Forças Armadas)



Adalberto de Barros Nunes
Chefe do Estado-Maior da Armada



Adalberto Pereira
Chefe do Estado-Maior do Exército



Rondon Pacheco
Chefe do Gabinete Civil



Jayme Portella
Chefe do Gabinete Militar

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que “não se disse que a Resolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do

País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores, da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

Art 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer

cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º - o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, mamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art 7º - O Presidente da República, em qual-

quer dos casos previstos na Constituição, po-

derá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grunewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso A. Lima
Carlos F. de Simas

O AI 5 foi devastador. Seus números assustam: 1.577 pessoas punidas, sendo que, destas, 454 foram cassadas ou tiveram os direitos políticos suspensos. Mais de 500 filmes e telenove-

las, 450 peças de teatro, 200 livros e 500 letras de música foram censurados. Os jornais o Estado de São Paulo e a Tribuna de Imprensa sofreram censura prévia e pesada, a revista Veja também, assim como vários outros órgãos de imprensa do país. Entre os servidores públicos deu-se 548 civis aposentados, 334 demitidos e 241 militares reformados. Três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Victor Nunes Leal, Evandro Lins e Silva e Hermes Lima foram aposentados.

O jornal A Crítica, de Manaus, onde Bernardo Cabral havia trabalhado, ele que também era jornalista e fundador do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Amazonas, noticiou com pesar a sua cassação, assim como a de Arthur Virgílio Filho, outro ilustre amazonense e que fora líder de Jango.

Bernardo entrou na linha de tiro da ditadura justamente por ter votado contra a cassação de Márcio Moreira Alves e, mais do que isto, por ter defendido juridicamente a inviolabilidade parlamentar. Logo a seguir, com uma

dezena de outros companheiros, foi cassado. É ele quem nos conta:

“Houve um episódio histórico que pouca gente conhece. O marechal Cordeiro de Farias se reunira com algumas lideranças do MDB e teria dito que o nosso ato de coragem – de não conceder a licença para processar o Márcio – seria preservado. Nunca soubemos se se tratava de uma armadilha ou se ele desconhecia a realidade dos fatos.

Mas logo após o AI 5 eu me encontrava no Rio de Janeiro. De noite, o Eron Domingues, que apresentava o Repórter Esso, foi o primeiro a dar as últimas notícias. Ele listou todos os cassados.

De forma curiosa, apareci duas vezes nessa lista, como Bernardo Cabral e com o meu nome completo. Eu acho que eles confundiram, pensando que eram pessoas diferentes. Como naquela altura existia o Estatuto do Cassado, eu fiquei confinado no Rio de Janeiro, porque eles não permitiam que você saísse do local onde a cassação lhe encontrasse. E eu não pude, durante anos, vir a Manaus visitar a minha mãe, porque eu estava proibido.

Eu não tinha carteira de identidade, não tinha conta em bancos oficiais e estava proibido de fazer concurso público em qualquer instituição.

Com isso, passei a advogar no Rio de Janeiro, àquela altura já tinha 15 anos de advocacia. Eu não era conhecido no Rio como advogado, mas alguns juízes vieram a saber que eu era cassado, mas não tive, com eles, nenhuma dificuldade. Outros estranhavam porque eu tinha muito conhecimento para ser um advogado estreado.

Mas devo lhe dizer que, quando eu fiquei no Rio advogando, eu não podia ter alvará de licença para advogar. Eu fui advogar no escritório de um amigo meu, que não era amazonense, chamado Haroldo de Melo, que, hoje, está com quase 90 anos. Mas o escritório dele era tão pequeno que, quando vinha algum cliente, eu tinha de ir para a janela. E assim fui levando. As causas que eu trazia para o escritório, deixava 50% (cinquenta por cento). Eu não pagava



Foto: Evandro Teixeira



Tomada do Forte de Copacabana, cavalaria avança sobre a multidão, em 01/04/1964. Ditadura. Foto: Evandro Teixeira.

aluguel nem nada. Nas causas que patrocinava junto com o escritório, nada ganhava. Em dois anos, porém, montei o meu próprio escritório e passei a ter independência total.

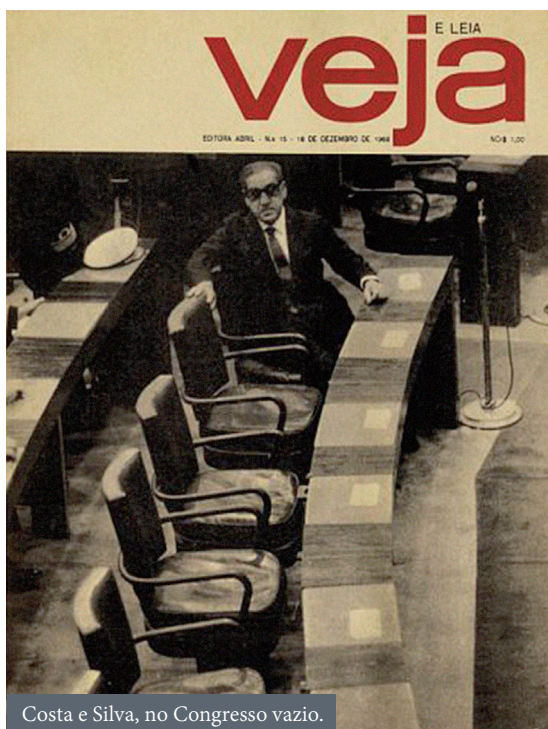
A vida de cassado não era fácil. Havia um delegado da Polícia Federal que era um cidadão que tinha prazer de molestar eu e outros. Ele “convidava” a gente para ir à Polícia Federal, sem dizer o motivo, às 7h da manhã, e nós tínhamos que chegar às 6h15m, para não correr nenhum risco. O tempo ia passando, e a gente ia esperando, sentados, o dia inteiro. Às 19h não tínhamos prestado depoimento. Era uma coisa que se repetia, sistematicamente. A família ficava aflita com a demora. Era um espécie de tortura – não física- mas psicológica. E quando chegava às 22h, ele mandava liberar, para que voltássemos no dia seguinte...

Eu não fui anistiado. Quando veio a anistia eu já tinha cumprido a minha pena, os dez anos de ostracismo. Um fato curioso é que, quando assumi o Ministério da Justiça, havia muitos jovens delegados na frente, mas eu vislumbrei, lá no fundo do auditório aquele dito delegado. Lá pelas tantas, eu disse, no meu discurso, para os

jovens delegados que ali estavam, que tratassem bem as pessoas quando fossem a eles prestar depoimentos, ou como testemunhas ou como acusados, porque a vida, o mundo, dá muitas voltas. Aí eu me levantei, apontei para o fundo do auditório, onde estava já meio escondido o tal delegado, e falei: ‘Não é verdade, Dr. Fulano?’ Ninguém entendeu. Mas ele entendeu. Isso quase vinte anos depois.

Alguns companheiros foram torturados de fato. Nós fomos chamados à Polícia Federal, mas outros foram para o DOI-CODI² e foram brutalmente torturados. Era uma coisa terrível.”

2 Destacamento de Operações de Informações – Cento de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo do Brasil durante o regime militar inaugurado em 31 de março de 1964.



Costa e Silva, no Congresso vazio.

Proibido de voltar à sua terra natal, sem poder trabalhar livremente, sem poder manifestar-se sobre política, havendo sido ainda retirada a sua cátedra na Centro Universitário de Brasília (antigo CEUB) e exilado em uma cidade estranha, com mulher e filho pequeno, Cabral passou por uma temporada de provas, que não chegaram, contudo, graças à sua capacidade de resistência e de trabalho, a ser de privações, como confidenciou ao autor.

Aliás, Bernardo Cabral, reconhecidamente, é um sujeito que não guarda rancores. Que não tem inimigos. De tudo o que sofreu, porém, durante os dez anos de cassação, revelou só um desgosto:

“A grande mágoa que eu e a Zuleide temos de todo esse período é que o nosso filho, o Antonio Júlio, tinha aprendido a falar francês lá em Brasília. Depois da cassação, já no Rio de Janeiro, a Zuleide o levou para o colégio Franco-Brasileiro, que era o antigo Liceu Francês, até por uma sugestão de amigos nossos.

Acontece que, um mês e meio depois ou dois meses de aulas, a diretora me chamou lá e eu fui pensando que o Júlio, que era danado, po-

deria ter arrumado alguma confusão. Eu entrei e dei bom dia. A diretora, que estava de pé, de pé ficou, falando e sem me indicar a cadeira. De forma áspera ela me disse: ‘Amanhã o Sr. venha buscar seu filho e não o traga mais para cá’. Eu perguntei – ele fez alguma coisa? ‘Não. É que ele é filho de deputado federal cassado e nós não queremos ter aqui um filho de deputado cassado!’.

Essa é a pior lembrança que eu trago daqueles tempos. O Júlio foi para o Anglo-Americano, onde fez todo o seu curso e depois concluiu o seu curso de direito na Faculdade de Direito Candido Mendes. E aquela senhora, quando fui ministro da Justiça, ficava muito sem jeito quando passava por mim. Essa, realmente, foi uma humilhação muito grande que Zuleide e eu passamos”.

Mas Bernardo não se vergou. Encarou aqueles tempos com dignidade e coragem. Deles tirou ensinamentos. Buscou forças para dar a volta por cima em meio às hostilidades.

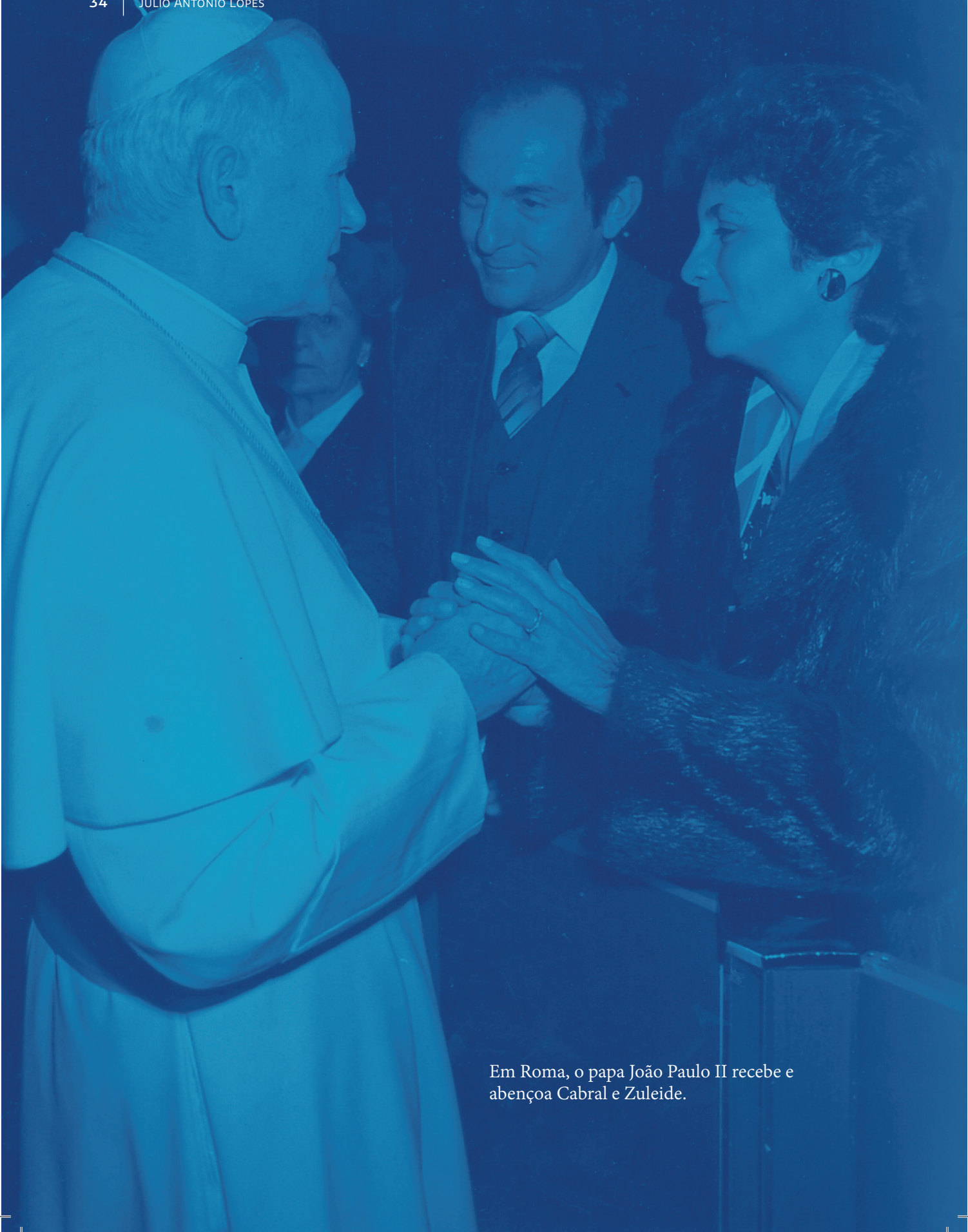
Um cassado, na época, era quase um lazerento. As pessoas dele se procuravam afastar, com medo de sofrer as mesmas perseguições da ditadura. Já os partidários do regime, covardes e subservientes, faziam de tudo para dificultar a vida de quem tombara lutando pela liberdade. Muitos dos cassados pelos governos militares, fugiram, exilaram-se e, depois da anistia, voltaram para ajudar o país a retomar o caminho da democracia. Outros, como Cabral, ficaram aqui, banidos em sua própria terra, mas mantendo firme a esperança de que, mesmo manietados e temporariamente amordaçados, podiam contribuir, de alguma forma, para que o Brasil se reencontrasse com seus melhores dias. Estes enfrentaram o pior bocado.

A brutal injustiça praticada contra o jovem parlamentar amazonense, que defendera o direito e a Constituição, que defendera a independência do Legislativo e os seus princípios mais caros, poderiam ter-lhe transformado em um homem amargo, vingativo, isolado, recalçado ou deprimido.



Copacabana, anos 60.

É verdade que toda essa aventura épica vivida por ele e por seus colegas de geração, que se opunham ao regime da força, deixara-lhe cicatrizes. Cicatrizes, não feridas. Cicatrizes, que são feridas curadas. Bernardo Cabral, de fato, saiu um homem melhor de toda essa expiação. Manteve a infatigável capacidade de trabalho, a fantástica vocação agregadora, a habilidade para conseguir convergências mesmo em meio às piores divergências, intensificou os estudos e aperfeiçoou o espírito, burilando a arte de benquerer o próximo. Não se deixou abater pelas sombras, ainda quando parecia que elas nunca teriam fim.



Em Roma, o papa João Paulo II recebe e abençoa Cabral e Zuleide.

CAPÍTULO III

Família

José Bernardo Cabral nasceu em 27 de março de 1932, em Manaus, capital do Estado do Amazonas, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, que hoje está desativada, mas que, na época, gozava de grande prestígio. Ele é filho de Antonio Bernardo Andorinha e de Cecília Cabral Bernardo. O médico obstetra que o assistiu se chamava Jeremias Valverde, o qual, tempos depois, tornou-se patrono de uma das cadeiras na Academia Nacional de Medicina.

A pequena cidade de Manaus de então experimentou um grande rebuliço com o nascimento de Bernardo Cabral, posto que nascera com 6k e 12g, o que lhe fez, dentre outras circunstâncias, merecer o título de “Bebê Johnson” daquele ano, fato que orgulhava muito a sua mãe, dona Cecília, que sofrera bastante para dar à luz, havendo ficado quase 48 horas em serviço de parto. Naqueles tempos não se fazia cesariana, a não ser em casos extremamente necessários e, portanto, de muito risco.

Cabral lembra que, anos depois, seu pai costumava dizer, à mesa, que ficara feliz que tivesse sido um homem. Era esta a expectativa. Na época não se tinha como saber o sexo da criança. Seu pai correu logo para registrá-

-lo com o nome do avô, José Bernardo. A mãe, que era Cabral, prima do Sacadura Cabral, que fez a travessia do Atlântico, então falou de lá: *“Mas tem que levar Cabral.”*

A família, de início, foi morar na rua Miranda Leão, que se chamava rua dos Remédios. O pai era funcionário da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, primeiro emprego que teve, onde ficou dois anos. Seu Antonio Bernardo “Andorinha” era natural de Armamar-Arícera (Concelho de Régua), Portugal, e veio para o Brasil em 1929 com o seu avô, José Bernardo, então viúvo, que não permitiu que, após a conclusão dos estudos no Liceu, Antonio mudasse para Coimbra, onde pretendia se matricular na tradicional Universidade de lá.

Quando Bernardo Cabral nasceu, Antonio resolveu deixar o emprego e virar empresário. Disse, então, para o diretor da Colônia dos Alienados, que era Urbano Nóvoa e pai da acadêmica amazonense Carmen Nóvoa, um grande amigo seu: *“Agora que nasceu meu filho, eu vou criar minha empresa, porque eu vim de Portugal para isto, pois, na verdade, eu queria cursar Coimbra, mas meu pai e meu avô não me deixaram. E desse modo, já que eu não pude cursar direito, vim pra cá e só tirei guar-*

da-livros. Daí, eu quero que um filho meu siga um curso desse de direito.”

E assim o fez. A princípio Antonio Bernardo foi trabalhar no mercado Adolpho Lisboa, com uma banca de venda de carne bovina, ocasião em que ganhou o apelido de “Andorinha”, que acabou incorporando ao seu nome. Depois alguns anos, passou a atuar no Matadouro do Mercado Municipal, também conhecido como “curro”. Bernardo Cabral lembra: “O papai continuou lutando. Quando eu completei oito para nove anos, papai comprou uma fazendola no Careiro, que foi comprada com empréstimo no Banco do Brasil e o avalista foi o Virgílio Rosas, que era nosso vizinho na Marcílio Dias e meu padrinho de batismo. Com essa fazenda o papai começou a criar o gado, transportava para Manaus, abatia o gado e começou a ser fornecedor da Santa Casa, da Beneficente, do Exército, porque não tinha atravessador para encarecer o preço do produto. Era ele mesmo que fazia tudo. Então ele dizia para mim: “Vê bem, vai estudar, você tem que tirar o curso, não pode ficar nisso.”

A mãe de Bernardo Cabral foi a sua primeira professora. Ela, quando tinha 15 anos, foi com os tios para uma longa estada em Paris, onde aprendeu a arte da ouriversaria. Ela montou, depois de casada com Antonio e já nos primeiros anos de vida de Bernardo Cabral, uma relojoaria na rua Miranda Leão, no centro de Manaus. A loja, a seguir, foi transferida para a rua Marcílio Dias, com o nome de “Ourivesaria e Relojoaria Hora Certa”, que tinha muitos clientes.

Na rua dos Remédios Bernardo Cabral foi crescendo. Foi moleque de rua, como ele mes-



A família Cabral: o pai Antonio Bernardo “Andorinha”, a mãe Cecília Cabral Bernardo, o irmão Antonio Lopes Correia, e José Bernardo Cabral, o caçula.

mo gosta de afirmar, “da melhor categoria,” naqueles tempos em que se podia brincar pelas calçadas sem sobressaltos. Jogava bola de gude, confeccionava, junto com seus colegas, bola de meia para jogar futebol.

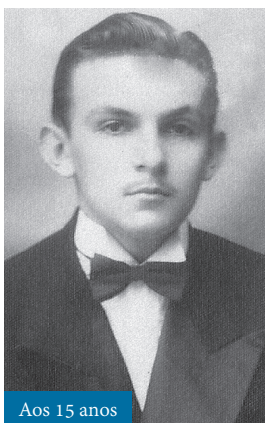
É de Bernardo, ainda, a lembrança daqueles tempos: “A minha primeira professora, depois da minha mãe, foi uma senhora que tinha mandado o filho para a Inglaterra. Este filho ficou lá, formou por lá e eu aqui, aluno dela. Ela se chamava Felícia Mesquita, que ensinava as primeiras letras, alfabetização. Quem



Bernardo Cabral, aos 3 anos de idade



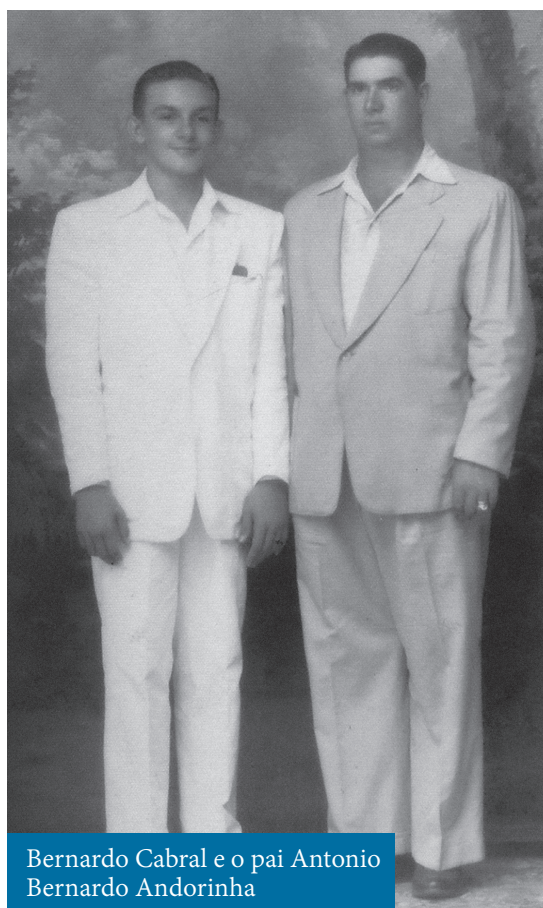
Aos 14 anos



Aos 15 anos



Aos 17 anos



Bernardo Cabral e o pai Antonio Bernardo Andorinha

era este filho? Era Carlos Mesquita, que foi professor catedrático de inglês do Ginásio Amazonense Pedro II, depois Colégio Estadual, e que foi também vice-presidente da Associação Amazonense de Imprensa. Da dona Felícia eu passei para a rua Miranda Leão, para Escola Acadêmica, cujo professor, muito famoso, vindo de Coimbra, chamava-se Vicente Blanco. O professor Vicente Blanco foi nosso grande mestre, nos preparava muito bem. Naquela altura não tinha vestibular – eu fiz segunda, terceira, quarta, quinta séries e o exame de admissão no Colégio Estadual do Amazonas. No Colégio Estadual fiquei do primeiro ano até o terceiro científico. E fui para o científico porque, apesar de meu pai achar que eu deveria seguir o direito, mas eu queria seguir engenharia. E por isso foi que eu fiz o científico. Mas no segundo ano de direito, eu conheci o professor Carlos Mesquita, filho daquela professora, que sabendo que eu ti-

nha sido aluno da mãe dele enquanto ele estava na Inglaterra, tinha sempre uma atenção muito especial para mim. E eu comecei a aperfeiçoar o inglês graças a ele. Mas o inglês na minha vida deve-se, também, a um episódio da parte da minha infância e adolescência. Eu tinha um colega no ginásio chamado Eton Barros, que ainda hoje está vivo. E ia sempre, antes da hora do almoço, jogar ping-pong com ele. Na casa dele tinha um porão, na rua Lauro Cavalcante. O pai dele era um homem de muito boa situação, porque era fiscal de consumo, que era a maior referência, em salários, naquela altura. Mas o pai, vendo que o filho jogava esse ping-pong, contratou uma professora que tinha vindo de Oxford para o Amazonas, para dar aula para o filho. E eu fiquei ao lado dele, assistindo às aulas, de graça, dos 13 aos 14 anos. Então, aprendi inglês suficiente para, aos 17 anos, dar algumas aulas particulares. Mas isto tudo é porque eu

estava me preparando para disputar uma bolsa de engenharia nos EUA. Era isso que eu queria. E acabei ganhando essa bolsa de estudos. Essa bolsa me foi comunicada nos primeiros dias de maio de 1949. Foi um momento muito feliz, para mim, para minha mãe e para meu pai. Quinze dias depois, porém, o meu irmão é brutalmente assassinado, dia 15/05/1949. Com esta ocorrência, minha mãe pediu, pelo amor de Deus para que eu não fosse, que ela não queria chorar pelo filho morto e pelo outro distante. Atendi minha mãe.

A história, daí por diante, segue relatada no próximo capítulo, que trata da trajetória de Bernardo Cabral como advogado, cuja definição profissional foi motivada pela morte do irmão Antonio Lopes, conhecido carinhosamente como “Caroço”.

Um texto de máquina de escrever, facultado ao autor, explica o jeito de ser de Antonio Andorinha. “Os negócios de Antonio Bernardo Andorinha, prosperavam. Em 1943 ele adquiriu a Fazenda São José, no município do Careiro, no Amazonas. Daí a mais um tempo,

comprou mais três, conseguindo nelas fazer a engorda do rebanho, que vinha do então Território do Rio Branco e do Baixo Amazonas. Em 1956 ele criou a “Marchantaria Imperial”, da qual foi o seu presidente até a sua morte e que era integrada por todos os marchantes importantes da época.

Antonio Bernardo Andorinha também era membro da Maçonaria, integrando a loja “Aurora Lusitana”. Também era sócio da Beneficente Portuguesa, onde estavam seus melhores amigos, dentre os quais se destacava o senhor José Cruz, presidente da fábrica de guaraná Magistral.

Ele, junto com a esposa Cecília e com o filho Bernardo, não perdiam nenhuma festa, eventos e sobretudo as denominadas “Pastorinhas” do Luso, clube de portugueses em Manaus. Antonio Bernardo Andorinha transmitiu ao filho brasileiro o amor por Portugal e pelos seus filhos ilustres... as conquistas marítimas... os seus enclaves em todos os continentes. Orientou-o na leitura dos clássicos e na interpretação das suas obras: Camões, Antero de



Um dos prazeres do jovem Bernardo Cabral: cavalgar na fazenda do pai, localizada no município de Careiro, no Amazonas.



Aniversário de 18 anos de Bernardo Cabral (ao centro), com um amigo e com o pai Antonio Bernardo.

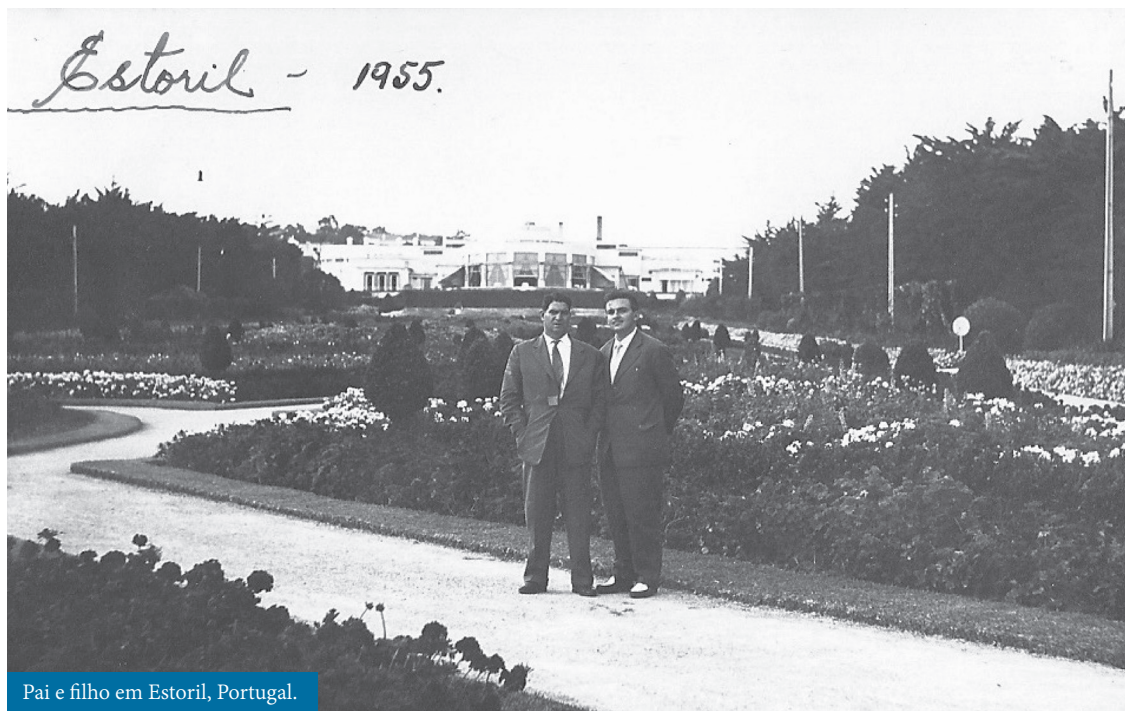
Quental, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Gil Vicente, Eça de Queiroz e tantos outros.”

Bernardo Cabral possui também a grata lembrança das atividades filantrópicas do pai. Em domingos alternados, em companhia de Cecília e do filho, Antonio Bernardo Andorinha visitava o Hospício, a Beneficente Portuguesa e a Santa Casa de Misericórdia. A intenção do pai era que o filho pudesse verificar o sofrimento de seu semelhante e entender a importância da caridade. Leva sempre biscoitos e jornais e mostrava ao filho que “ele talvez não pudesse servir de modelo, mas, sem dúvida, era um exemplo a ser seguido.”

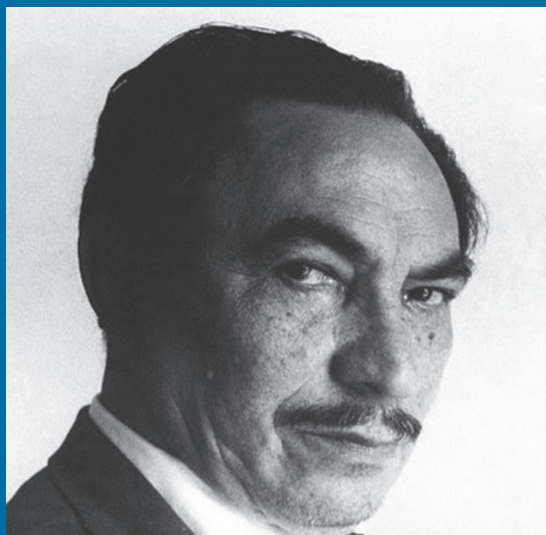
Antonio Bernardo Andorinha apenas duas vezes voltou a seu Portugal querido. Na última levou o filho Bernardo Cabral para que visse a cidade onde nascera. E lá Antonio Bernardo Andorinha ainda encontrou o seu pai e avô de Bernardo, vivo, gozando de ótima saúde, aos 92 anos. Era para que Bernardo “sentisse que, em verdade, alguém só é universal quando canta a sua aldeia.”

Antonio Bernardo Andorinha morreu antes de completar os 51 anos de idade. Seus amigos, em peso, compareceram ao funeral e ali, como conta seu filho, assistiram a uma cena que chamava a atenção: o caixão estava coberto pela bandeira do Luso Sporting Clube. Cumpria-se, assim, de forma prematura, a sua última vontade. Daí a alguns anos, dona Cecília também faleceu.

Bernardo Cabral, entretanto, não ficou sozinho. Muito jovem, aos 18 anos, ele começou a namorar com Zuleide da Rocha, de 16 anos, isto em 1950. Daí a quatro anos, em 1954, ao estilo de outrora, os pais de Bernardo foram à casa dos pais de Zuleide, o português Domingos Joaquim da Rocha e a cearense Maria de Lourdes Teixeira Rocha, para pedir-lhe a mão em casamento. Casaram-se, no civil, em 10 de setembro de 1955, na residência dos pais da noiva, que ficava localizada na rua 24 de maio, 225, no centro de Manaus. O celebrante foi o juiz de direito Adelino Costa. No religioso o celebrante foi o monsenhor Monteiro, antigo professor de latim de Bernardo no Colégio



| Depoimento de **Mário Ypiranga Monteiro** |



“Conheci José Bernardo Cabral nos idos de 1937. Era então um garoto compenetrado, pouco chegado às rodas de bamburrões, zelado pelos cuidados de sua mãe. Em 1943 tive-o como aluno no Colégio Estadual do Amazonas, na cátedra de Geografia Geral. Até 1949 foi-me dado observar a mutação sensível na vida daquele menino, vivia exclusivamente para o estudo. José Bernardo Cabral foi um dos melhores alunos que tive no ginásio e vem dali a sua experiência como futuro político. Havia no Colégio Estadual do Amazonas um grêmio muito atuante, cuja estrutura jurídica servia de apoio a reivindicações não raro tempestuosas. Cabral era membro ativo da tertúlia e elemento falante. Aquela simpatia que nunca o abandonou até hoje e a cortesia com que tratava os adversários granjearam-lhe fama. Sua ascendência como discípulo estudioso e bem comportado levou-o, sem agressões na luta partidária, ao culmen da liderança, ao apogeu da primeira conquista: orador de sua turma, não pelo fato de saber verbalizar conceitos primorosos, mas por ser o primeiro em aplicação nas disciplinas e no comportamento diuturno, liderança que manteve ao ingressar na Faculdade de Direi-

to do Amazonas, em 1950. Moldado naquele tradicional viveiro de juristas e de oradores de nomeada, o menino de ontem iniciou sua marcha triunfal na sociedade dos homens, conquistando, dessa vez, e com ruído, o disputado título de orador oficial de sua turma. O reconhecimento das virtudes morais, intelectuais e humanistas do cidadão amazonense se fez por via de seus atos ordinários na vida, pautados na mais rigorosa conduta interior e exterior. É costume apontar-se os homens de Emerson como os mais marginados superiormente. Eu iria mais longe: o nosso homem, no caso, seria plutarqueano. Um viril rebento de Plutarco recomendado a exemplaridade. O Dr. José Bernardo Cabral ingressou na política fazendo exatamente o contrário do que certos paredros fazem: disse o que era necessário fazer e não o que o fulano ou sicrano não haviam feito por inépcia e/ou descaso. Não apunhalou os oponentes pelas costas, não devassou a vida familiar e pública de ninguém, não desceu a objurgatórias infamantes, não mexeu no atasqueiro administrativo desse e daquele, não criou inimigos. Fez a política da necessidade orgânica e das esperanças do povo. Não prometia senão aquilo que a sua visão de homem probo podia considerar viável, necessário e urgente. A condição de político honesto a caminho da conquista de uma cadeira representativa não era então exceção à regra: os demagogos prometem faraônicos modelos de assistência social e pessoal, mas sabem ser difícil aquinhoar o povo com soluções verbais, apenas. A honra maneira de agir do nosso cônsul das Assembleias Legislativas foi igualmente desenvolvida quando Ministro da Justiça: não foi envolvido num arrastão pela sua capacidade energética de resistir às tentações maravilhosas. Os que o atacaram então calaram-se de vez ao perceber que estavam diante de inamovível representante daquela casta de homens plutarqueanos. Aquela foi a mais

edificante fase da vida do político: saiu ileso da catástrofe pela sua determinação consciente. Continua liderando como o estudante de ginásio.

A longa caminhada do nosso ilustre conterrâneo não se fez sem as rêmoras que nobilitam qualquer escadaria no sentido vertical. Diziam os antigos franceses: 'quem vence sem perigo triunfa sem glória'. O triunfo do Dr. Bernardo Cabral representa uma série de renúncias, de vontadosa luta, de concessões e repulsa às exigências da sociedade dos homens, do contínuo trabalho mental, pois além do político que nele inspira atos de benemerência, existe a voluptuosa inclinação para os livros, para as viagens ilustrativas, para o colóquio cortesão, a necessidade de dizer não oralmente, mas usando o grafite, o que pensa e o que sente.

”

Historiador amazonense. Membro da Academia Amazonense de letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas. Autor de mais de uma centena de livros. + 1909/- 2004. Fonte: apresentação à plaqueta "Cem anos do Teatro Amazonas", editada pelo Senado Federal, 1996.



Ginásio Amazonense Pedro II.

Estadual do Amazonas. Ela passou a assinar Zuleide da Rocha Bernardo Cabral.

Após o casamento o casal partiu para Itacoatiara, pois Bernardo passara no concurso para promotor de justiça, que exerceu por apenas 8 meses. Não desejando seguir a carreira do Ministério Público, o casal instalou escritório de advocacia na Avenida Eduardo Ribeiro, onde funcionava a Sociedade Amazonense de Professores. Bernardo advogou, em princípio, até 1962, ocasião em que se elegeu deputado estadual. Em 1966 foi eleito deputado federal, com 18% dos votos válidos, algo inédito naqueles tempos, transferindo-se para Brasília. Exerceu o seu mandato até 13 de dezembro de 1968, quando teve os seus direitos políticos cassados por dez anos pelo Ato Institucional nº5.

Na ventura ou na desventura, na saúde ou na doença, ao longo de 62 anos nunca o convívio iniciado por Bernardo e Zuleide, quando ambos ainda eram quase garotos, foi interrompido. Zuleide foi a companheira fiel e ativa de todos os momentos.

De Bernardo para Zuleide

“Zuleide sempre foi o esteio do lar. Nos momentos difíceis da cassação do meu mandato de deputado federal e a suspensão de meus direitos políticos por dez anos (cumprida a pena integralmente, não sendo beneficiado pela anistia) ela jamais faltou com uma palavra de incentivo, de ânimo, de encorajamento e de inquestionável solidariedade. Nunca esboçou a mais leve manifestação de lamúria e, religiosa que é, a sua expressão invariável era: “Seja feita a vontade de Deus.”

Como esposa, mãe, avó e bisavó, eu não a comparo com qualquer outro ser humano. Ela eu separo.

Companheira dedicada, enfrentou todas as adversidades que a ela reservou o destino com dignidade, altivez e compostura exemplar.

Não é à toa que até na sonorização do seu nome ela é uma lady.”

Bernardo Cabral

De Zuleide para Bernardo

“Conheci Bernardo muito jovem, aos 16 anos de idade. Namoramos, noivamos, casamos e a maturidade nos encontrou juntos, razão pela qual, após tantos anos de convívio, penso que não existe ninguém que dele tenha tanto conhecimento como eu. Por isso, serei breve.

Bernardo é um ser humano, por inteiro. Atravessou mais de

40 anos de vida pública sem o estigma da desonestidade ou da deslealdade. Dos cargos que ocupou sempre deles saiu com as mãos limpas, o que me dá imenso orgulho de levar comigo o seu honrado sobrenome.

“Talvez ele não possa vir a ser um modelo para alguns poucos – os invejosos – mas tenho a convicção de que servirá de exemplo para muitos.”

Zuleide

Bernardo e Zuleide tiveram um filho, a quem deram o nome de Antonio Júlio, que foi deputado federal e hoje é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.



Baile de formatura da turma de direito de Bernardo Cabral. Ele dança com sua noiva, Zuleide.



Bernardo e Zuleide recebem as bênçãos do casamento. O celebrante foi o monsenhor Monteiro.

| Depoimento do filho **Júlio Cabral** |

“ **O meu modelo**

Quando meu pai recebeu o título de doutor honoris causa na Universidade Federal do Amazonas – UFAM – em uma Sessão Solene com tantas autoridades, políticos, parentes e amigos, que lotou o Salão de Honra, tomei o maior susto da minha vida e também uma grande surpresa, tudo se transformando numa imensa alegria.

É que no seu discurso de agradecimento, meu pai, ao se referir a mim, leu um cartão de Natal que eu tinha entregue a ele, pessoalmente, com apenas 8 anos incompletos, em que dizia que o amava muito e por isso queria ser como ele quando crescesse.

O meu desejo continuou sendo sempre o mesmo. Estive ao seu lado, na minha 1ª viagem a Europa, com apenas 14 anos de idade, instante em que comecei a comprovar a sua

cultura geral. Fui seu companheiro nas eleições que disputou e com ele estive na sua atuação como Relator Geral da Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, o que mais nos uniu foi a sua reação à cassação do seu mandato de deputado federal e a suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos. Apesar dos meus 15 anos incompletos pude ver a dignidade com que se comportou, a seriedade, a correção, a honestidade, a fé inquebrantável, que não se desesperou em nenhum momento, buscando o sustento dos seus familiares com a honradez com que se deve pautar um homem de bem.

Tenho muito orgulho de ser seu filho. O sobrenome que carrego é a maior condecoração que ostento. O meu pai não é só o Amigo e Companheiro, o exemplo. É mais que tudo isso: é o meu modelo. Eterno modelo. ”



Bernardo e Zuleide com o filho Antonio Júlio.



No Vaticano.



Bernardo e Zuleide, chegando em Manaus de uma de suas muitas viagens.



Rio Jordão, Israel.



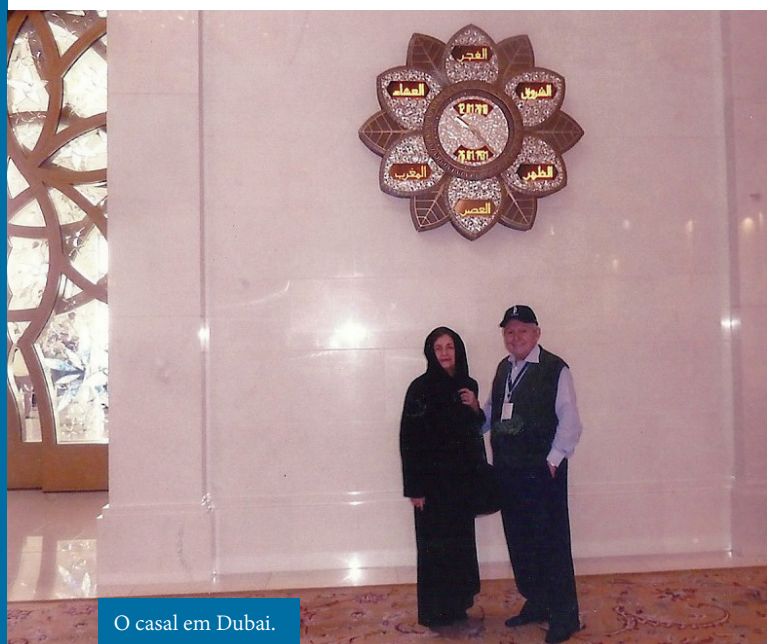
A família reunida. Bernardo e Zuleide, com o filho, netos e bisnetos. Da esquerda para a direita: Everaldo, marido da neta Márcia (no colo de ambos, respectivamente, as bisnetas Júlia e Isabela); as netas Gabriela e Giovana; o filho António Júlio, e os netos Júlio e Ana Carolina.



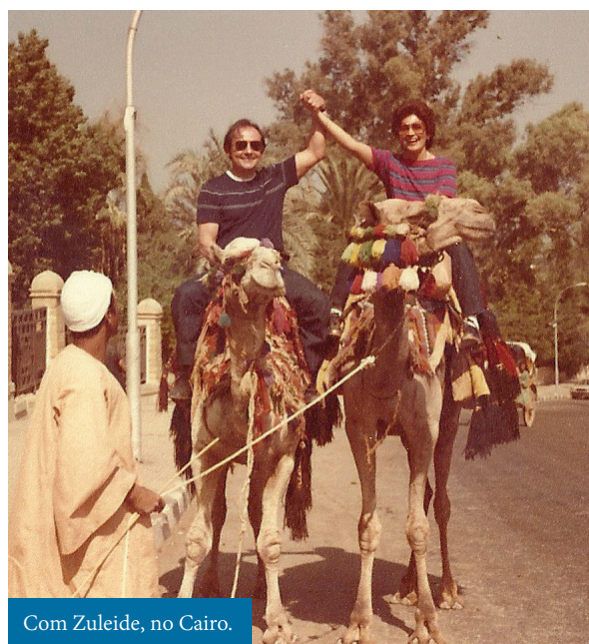
Fátima, Portugal.



Torre de Pisa, Itália.



O casal em Dubai.



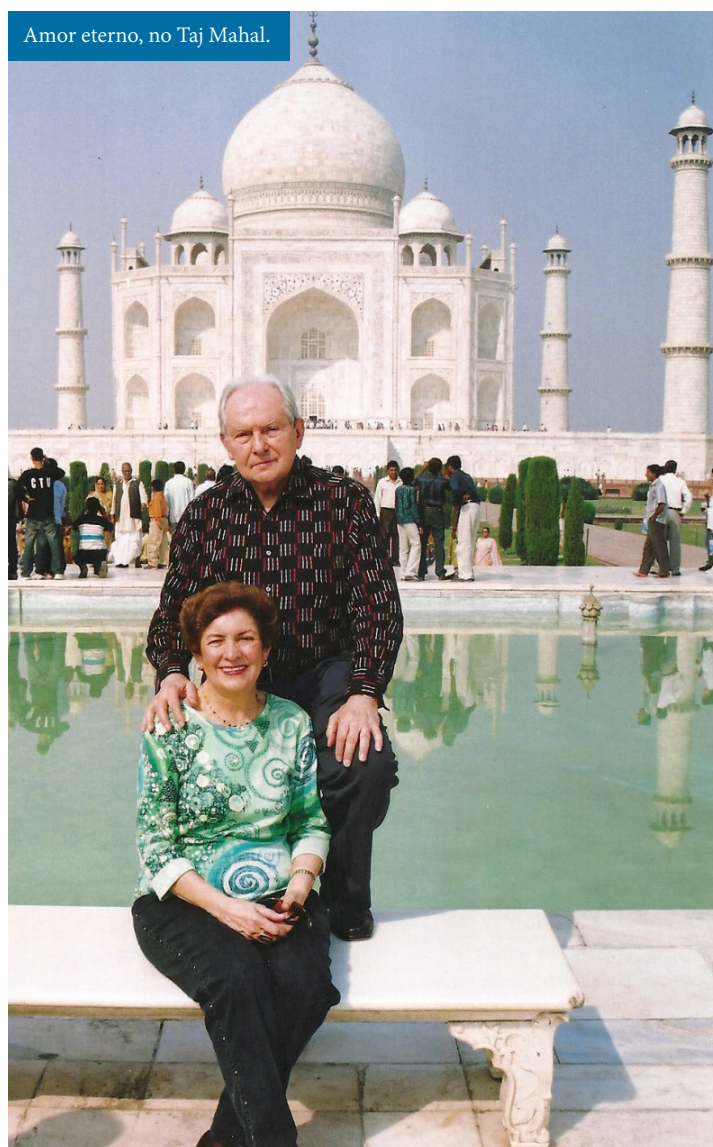
Com Zuleide, no Cairo.



Em Atenas, no Partenon.



No Hawaí.



Amor eterno, no Taj Mahal.



Colônia, Alemanha.



Na China.



Veneza, Itália.



Hong Kong.

| Depoimento de **Robério Braga** |

“ Sei que se trata de cidadão do mundo. Reconheço que o Brasil é regido por uma Constituição republicana, na mais completa acepção do termo, da qual ele foi o artífice central. Revejo a sua trajetória no exercício da advocacia em que foram símbolos e mestres Ruy Barbosa e Sobral Pinto. Reviso o largo caminho do político, que ele encarna com extrema habilidade. Posso vê-lo na tribuna acadêmica a receber os louros da Casa de Adriano Jorge sob os aplausos de todos que o recebemos.

De toda essa caminhada tenho memória mais antiga, que nasce desde outros tempos de sua vida, quando na acanhada cidade de Manaus éramos todos reconhecidos pelo nome patronímico, e ele firmava os passos em busca de realizar seus sonhos, ora vestido em trajes sociais ou de beca para enfrentar os tribunais, outra vez de mangas arregaçadas nos comícios políticos a pregar suas ideias. Não poucas vezes dei-me diante dele, eu ainda menino de calças

curtas na Rua de Marçílio Dias onde morávamos, e pude vê-lo sempre com o porte elegante e refinado, cabeleira bem composta, fronte agigantando-se a cada palavra dita mansamente quando nas conversas miúdas, e ainda mais alçada quando das pregações cívicas em que se envolvia.

Partia dali, diante da minha janela sempre aberta em busca de novidades da qual muitas vezes vi o sol se por em desenhos marcados pelo fogo de sua luz, dali partia aquele jovem advogado e político, modelo espartano, às vezes muito cedo do dia, outras tantas nas primeiras horas da tarde, mas sempre abençoado por dona Cecília que vinha à porta principal da joalheria para o aceno carinhoso. Não sei agora dizer quais horas marcavam os relógios de sua extremada mãe - os muitos expostos na parede de fundo da relojoaria - mas sei que o tempo passou tão célere que nos vemos hoje diante dele aos oitent’anos vivendo a serenidade das

boas colheitas que, apesar de não serem unicamente frutos amazonenses posto que seu trabalho desdobrou-se por outros recantos brasileiros, são colheitas fundamentalmente nossas porque ele sempre fez questão de ressaltar onde nascera a sua voz e de onde viera a pena que usava para a construção de uma jornada que se fez praticamente universal.

Indo ou vindo do sorvete do seu Messias, cruzando da Casa do Trabalhador ou o recanto dos Tadros, deparando-se com a Delegacia Fiscal, o depósito de borracha ou com a loja do Philippe Daou que expunha ricas bicicletas que embalavam meus infantis desejos, tudo era harmonioso na paisagem que contemplávamos todos os dias na mansidão de uma cidade perdida no tempo, ritmada naquele pedaço pelos sons das serras das oficinas do seu Queiroz e da funilaria do Beco da Indústria. Hoje tudo parece que foi um sonho. Ainda mais quando me vem à mente que nas noites de muito calor corríamos para a Praça de Adalberto Vale em busca de receber a brisa que vinha do rio Negro, e ficávamos a contar e recontar, em apostas inocentes, em qual andar os elevadores do Hotel Amazonas have-

riam de parar. Nada disso jamais se apagou da minha lembrança. Nem os momentos de dor e tristeza que provocaram profundo silêncio em todos os vizinhos e amigos, na rua inteira, quando da morte do Andorinha e do Queiroz, que nos abalaram como se tivessem sido em nossa casa.

É bem verdade que se trata de cidadão do mundo, mas eu o conheço de quando era ainda menino, e das conversas muitas que ouvia ávido por me tornar logo homem de barbas feitas, intrometido nas conversas de meus pais e mestres Lourenço e Sebastiana, e dos irmãos mais velhos, todos a comentarem do seu talento. Sei que se trata de um amigo, daqueles com quem se pode contar nas horas de precisão como diz o homem simples do nosso beiradão, e que nada vai apagar sua história e suas vitórias. Sei o quanto o Amazonas lhe deve, e que o futuro dirá melhor que agora, por isso o meu testemunho em reverência fraterna a José Bernardo Cabral, o cidadão constituinte. ”

Secretário de Estado de Cultura

“

Todos os cargos que assumi foram por eleição ou por concurso, mas o cargo mais difícil de todos, foi o de ter sido presidente da OAB. Deputado, senador, qualquer um pode ser, relator da CF, apesar de só termos 5 em toda a história do Brasil, qualquer um pode ser. Mas para presidente da OAB, precisa ser advogado, depois de eleito por sua classe. É uma classe que tem que ter um colega seu na presidência. É o cargo que me dá a maior satisfação. Eu, revendo meu passado, minha vida, chego à seguinte conclusão: eu não poderia ter sido outra coisa, senão advogado. Disto eu me orgulho.

Bernardo Cabral

”

Heráclito Sobral Pinto visita Bernardo Cabral e o felicita pela vitória nas eleições para a presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

CAPÍTULO IV

O advogado e a Liberdade

Em 1999, a Associação Mundial de Juristas ergueu um monumento para homenagear dez homens que, em seus países, atuaram contra as ditaduras, lutando pelo Estado Democrático de Direito e promovendo a paz.

Este monumento, de pé até hoje, fica em St. Margareth, na fronteira da Áustria com a Hungria e é composto em pedra de duas faces. Em uma delas, está escrito em latim “Pro pace libertate mortuis”, ou “Por aqueles que morreram pela liberdade.” É que, naquele local, ao fim da Segunda Guerra Mundial, as tropas nazistas se renderam.

Ali, entre figuras ilustres, está gravado na pedra, por iniciativa da Associação Mundial de Juristas, para orgulho dos brasileiros, o nome do advogado Bernardo Cabral, que, após ser cassado pela ditadura militar, chegou sucessivamente à presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; elegeu-se deputado federal Constituinte, resgatando pelo voto o mandato que lhe fora violentamente tirado com o AI; venceu, no voto, a disputa para tornar-se o Relator Geral da Constituição de 1988; tornou-se Ministro da

Justiça de seu país; e depois, cumpriu com inegável brilho, o mandato de senador da República, dentre outros episódios dignos, mesmo, de uma epopeia.

Mas isto tudo começou lá atrás, impulsionado por uma tragédia pessoal. O amazonense José Bernardo Cabral optou pelo curso de Direito para buscar a condenação do assassino de seu irmão. É ele quem conta:

“Estava terminando o ano de 1948 e eu tinha me submetido com outras pessoas no Brasil inteiro a certame para disputar uma bolsa para estudar Engenharia nos Estados Unidos da América. Fui escolhido para ir em julho de 1949. Eu tinha 17 anos.

A essa altura, no dia 15 de maio de 49, portanto dois meses antes, um irmão meu, Antônio (éramos mais dois, já falecidos) estava numa festa, quando chegou um policial, um guarda civil, que mandou parar a festa. O meu irmão cometeu a imprudência de perguntar por que iria parar a festa. Era uma festa num bairro distante, mal chegava automóvel. O guarda, então, sacou de um Parabellum e começou a atirar. O primeiro foi no joelho. Depois mais dois tiros no abdome.

Em função deste homicídio, a minha mãe me pediu para não viajar mais, porque ela não queria ver um filho morto e outro longe. Mãe sofreu muito. Passou mais de trinta dias se alimentando só de soro. E papai ali do lado, também sofrendo e fazendo a mim a mesma solicitação.

Durante aquele mês inteiro fiquei pensando que o guarda seria processado e julgado. Mas o processo não andava, não se mexeu uma palha. Hoje entendo: era o espírito de corpo.

Eu resolvi, então, fazer o exame vestibular para a Faculdade de Direito. Não tinha me preparado, mas como eu tinha tirado o primeiro lugar no colégio Pedro II, passei direto. E no quarto ano de direito havia aquela altura a possibilidade de tirar uma carta de solicitador, que era uma espécie de diploma expedido pelo Tribunal de Justiça. Com aquele documento você poderia assinar petições. Eu me lembro bem que já no quarto ano de direito eu comecei a mexer no processo do meu irmão.

Havia um juiz, Eliziário de Andrade Lima, que pronuncio o nome dele com muito respeito e o promotor Ivan Coelho Cintra. Ele teve a coragem de denunciar o assassino, que se chamava Manuel Carlos de Melo. E o juiz teve a coragem de pronunciá-lo e o mandou ao Tribunal do Júri.

No primeiro julgamento – e aqui um dado histórico – funcionou como assistente do Ministério Público um advogado casado com uma prima nossa, chamado Mário Ypiranga Monteiro. E, ao final do julgamento, o Mário, que já era um grande escritor e historiador, e muito meu amigo, conseguiu condená-lo a treze anos de prisão.

Mas a defesa, constituída por três grandes advogados: um, meu professor na Faculdade de Direito, Manuel Barbuda, depois virou desembargador federal; Milton Asensi; e Rodolfo Vale, apelaram e conseguiram novo júri.

Neste novo júri eu próprio requeri assistência ao Ministério Público, que foi deferida. Meu pai e minha mãe, sofrendo demais, não foram assistir ao julgamento. Até para não explorarem



O jornal A CRITICA, de Manaus, noticia, em 17 de maio de 1949, os desdobramentos relacionados ao assassinato de Antonio Lopes Correia Filho, irmão de Bernardo Cabral.

que havia uma coação psicológica. Depois da saudação protocolar aos presentes, levantei os processos e, ao levantá-los, dirigi-me ao Conselho de Sentença, dizendo que me encontrava ali, naquele dia, naquele Tribunal, com uma procuração de meus pais para acusar o matador de meu irmão. E apontei para ele, que estava sentado no banco dos réus.

Apesar do trio respeitável de advogados, o réu tomou uma condenação de vinte anos de prisão. Como o Código Penal permitia o protesto por novo júri nesse julgamento, consegui que a pena fosse aumentada para vinte e um anos. Ele foi direto para a Penitenciária.

Um fato curioso que nunca revelei a ninguém lhe revelo agora. Uma noite, logo após o brutal crime, vendo minha mãe sofrer e eu sofrendo com a perda de meu irmão, peguei o revólver do papai. Minha mãe perguntou aonde eu ia. Eu lhe respondi que iria matar o homem que matou meu irmão. Ela então me pediu pelo amor de Deus que não fizesse isto. Que não queria



Bernardo Cabral e sua turma na Faculdade de Direito.

chorar por um filho morto e o outro na Penitenciária. Essa frase de minha mãe foi decisiva para que nós aguardássemos a justiça, que acabou efetivada.

Meu irmão, por parte de mãe, Antonio Lopes Correia Filho (o pai dele era José Cabral Correia), tinha trinta anos quando foi morto. José Correia, o outro irmão, era pai de Cecília, que veio a falecer.

Uma vez eu disse para o meu pai, Antonio Andorinha: “Veja só, pai, que coincidência. Se eu tivesse ido estudar engenharia, seria um péssimo engenheiro, porque sou vocacionado para a advocacia. Então, disse ele uma frase que nunca esqueci. Essa frase eu não sei onde ele a viu, onde a leu, mas também me marcou. Ele me disse:

“Meu filho, nunca fale em coincidências. Coincidências e acasos são pseudônimos que Deus utiliza quando não quer assinar suas próprias obras. Quando isto acontece, Deus subcreve: acaso ou coincidência”.



Cabral, orador e primeiro lugar na sua turma na Faculdade de Direito do Amazonas.

Bernardo cursou Direito com excelência. Foi o primeiro colocado em sua turma e, também, o orador na formatura. Ali se iniciava uma jornada que o consagraria.

| Depoimento de **Clynio de Araújo Brandão** |



“Eis aqui entre nós, Senhores, o advogado da redemocratização e o grande constituinte de 1988. Eis o defensor do ensino jurídico. Eis aquele que já foi chamado de o patrono das águas. Eis aquele que completou o nosso próprio nome: Universidade Federal do Amazonas. Eis um homem integral: seus talentos se doaram às instituições, ao povo, à natureza, desenvolvendo em torno de seus contemporâneos um círculo de completa honra.

Tendes recebido, Dr. Bernardo, honrarias nos mais elevados graus, de entidades jurídicas e culturais, no Brasil e no exterior. Hoje recebeis da UFAM o título de Doutor Honoris Causa, que vos entregamos como oferenda ao mérito e ao trabalho. Nesta solenidade, nossas

vozes reunidas escolheram as palavras definitivas que podem congregam os significados do nosso gesto: justiça e gratidão. Justiça grata seja o nome desta hora. Justiça e gratidão formam a única síntese possível quando se quer reconhecer e expressar o belo e o bom, o verdadeiro o transcendente na felicidade recíproca. Estamos no centenário da Universidade. Estais hoje no dia de vosso aniversário. Há, portanto, na dupla festa, um abraço entre o século e o dia que se encontram. Nosso século é o júbilo das cátedras triunfantes, dos saberes distribuídos. Vosso aniversário tem o apogeu de alegria da vossa família, os parabéns de tantas amizades que ornamentam vossa vida. E acontece que, sob a grande noite amazônica, a noite que amais, é justo, é maravilhoso mesmo que, em vossa homenagem, um século, cem anos se inclinem em reverência à passagem de um dia. Agora o centenário e o aniversário olham-se nos olhos, reftem-se um no outro, erguem as taças repletas e brindam à felicidade de nós todos.”

Diretor da Faculdade de Direito/UFAM

Trecho do discurso de homenagem a Bernardo Cabral, proferido por ocasião da outorga do título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Amazonas.

Bernardo fala de seus tempos de Faculdade de Direito:

“Entre na Faculdade de Direito em 1950 e fui até 1954. Curso seriado. O meu colega do primeiro ano do Ginásio até o final da Faculdade, foi o único, se chamava Antonio Miguel Raposo da Câmara. Foi conselheiro seccional da OAB. Junto comigo, naquela altura, era o Phillippe Daou, também. Fiz amizades com outros colegas: Rui Marinho, cujo irmão era o professor Jauary Marinho, mais tarde reitor. Outros, Arlindo Porto. Leopoldo Peres. Mas tinha

moças também, como a Lígia Brito, que depois casou com o Almino Affonso. Um deles. Também brilhante, era o Antonio Alexandre Pereira Trindade, de quem eu fui padrinho de um filho. E o pai deixou um belo nome no Ministério Público, tem até uma penitenciária com o nome dele.

Outro bom amigo chamava Izwar Vasconcelos Mendes, nosso colega na Faculdade e no ginásio. Tem um filho que hoje é delegado. O Joaquim Donato Lopes, Joaquinção, que era muito alto. A nossa amizade era tão grande que

quando disputei o lugar de orador da turma com o Antonio Trindade, ele só teve um voto, que se dizia que era o dele, e eu fui eleito, o orador mais moço e fui o primeiro lugar da turma. A nossa vivência na Faculdade de Direito foi uma coisa brilhante, porque nós tínhamos o Diretório Acadêmico, que era onde se formavam os grandes quadros políticos, pois fazíamos concursos de oratória, discutíamos as questões políticas. Tanto assim que no meu discurso de formatura, faço denúncia sobre isto. De modo que havia um convívio em que todos participavam. Qual foi o crime que o governo militar cometeu contra os diretórios acadêmicos. É que nós começávamos o primeiro ano até o quinto ano, numa única turma. Depois, com a reforma educacional, passaram a adotar os créditos, e os alunos nunca mais são os mesmos, quebrando a coesão que se tinha. E o que é pior, é que deixaram proliferar uma quantidade enorme de faculdades de fim de semana, que estão catapultando bacharéis a cada 6 meses, que postulam mal e redigem pior. A nossa geração era dura porque as provas eram duras. A nossas turmas não chegavam a 30 pessoas. Hoje, se não me engano, há turmas com mais de 60 alunos. Todos os nossos professores eram catedráticos. E os que não eram, estavam se submetendo ao exame para assumir a cátedra. Dois nomes: Adriano Guedes de Queiroz e Olavo das Neves, de Medicina Legal. Eu me lembro que a nossa geração assistiu à defesa de tese de José Lindoso. A gente fazia as denúncias que queria fazer. Aí os discursos caíram em desuso. Não havia mais aquela turma aguerrida. Quando saímos da Faculdade de Direito o nosso caminho foi para deputado estadual para ver se conseguíamos melhorar o nível da Assembleia. De modo que a minha passagem pela Faculdade de Direito do Amazonas me deixa até hoje muito feliz, muito engrandecido, mais ainda depois que recebi homenagem recente: me deram uma placa em que registram a minha contribuição para dar o nome de Universidade Federal do Amazonas. E depois me deram o título de doutor honoris causa, cuja solenidade foi muito bonita. O discurso de saudação foi feito de forma brilhante pelo



Ao receber o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal do Amazonas.

diretor, professor Clynio Brandão. De modo que tenho muita saudade da minha terra, do meu Estado, da minha vivência, mas tenho muita alegria de ter tido uma infância muito boa, uma mocidade maravilhosa. Melhor ainda. Meu pai foi um pai fantástico; pena que tenha morrido aos 50 anos, moço e eu estava com 25 anos e fui um dos poucos rapazes, na época, que tinha carro, um Chevrolet, presente dado por ele quando fui aprovado no vestibular.”

Concluído o curso de Direito, Bernardo Cabral passou, desde logo, a advogar, com apenas 22 anos. Aos 23 tornou-se delegado de Polícia. Aos 24, promotor de Justiça. Aos 25, chefe de Administração do Departamento de Assistência e Previdência Social e Secretário de Segurança Pública no Amazonas. Aos 26 a exercer o cargo de Secretário de Interior e Justiça do mesmo Estado. Aos 27 foi chefe da Casa Civil do governador. Aos 30 elegeram-se deputado estadual. Aos 32 foi eleito Conselheiro da OAB/AM. Aos 36 passou a exercer o magistério na Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB) e, ao mesmo tempo, elegeram-se depu-

tado federal pelo Amazonas. Esta fulminante trajetória, como já se viu, foi interrompida pela cassação de seus direitos políticos pelo AI 5.

Cumpridos os dez anos de ostracismo que a ditadura lhe impôs, Cabral elegeu-se, em chapa avulsa, secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, uma função de relevância, a qual lhe pôs em contato direto com as demandas dos advogados e, de novo, frente aos grandes temas nacionais.

A seguir Cabral decidiu disputar a presidência e teve como adversário o advogado José Paulo Sepúlveda Pertence, a quem venceu de maneira inapelável com 70% dos votos dos Conselhos Federais das seccionais da OAB.

A vitória de Bernardo Cabral, naquelas circunstâncias, pode se dizer surpreendente, mas também se revelou espetacular. Em primeiro lugar, porque o conselheiro era oriundo do Amazonas, Estado de pouca representatividade nacional na OAB, na época dominada pelos representantes do Sul e Sudeste do país. Em segundo lugar, porque vencia o candidato do então presidente Eduardo Seabra Fagundes, oriundo de uma família de tradição jurídica – o pai dele, Miguel Seabra Fagundes igualmente presidiu a Ordem – cujo mandato obtivera bastante destaque pelas posições firmes contra os abusos da ditadura militar, posição que rendeu, infelizmente, o atentado com uma carta-bomba dirigida a sua pessoa, a qual, porém, acabou por vitimar, num dos episódios mais negros e ousados dos radicais governistas, que atuavam nos subterrâneos torturando, matando, perseguindo e fazendo desaparecer adversários do regime. Além disso, Cabral enfrentava um oponente de peso, não apenas pelo apoio político de que dispunha, mas também pelas suas credenciais como jurista de renome e como cidadão de conduta ilibada. Pertence era natural de Sabará, Minas Gerais. Quando estudante chegou a vice-presidência da UNE. Foi membro do Ministério Público Federal entre 1961 a 1969, ocasião em que foi “aposentado” pelo AI 5. Desta data e até 1985 dedicou-se à advocacia, elegendose vice-presidente do

Conselho Federal, condição na qual disputou a presidência com Bernardo Cabral. Em 15 de março foi nomeado Procurador Geral da República pelo presidente José Sarney, onde ficou até 1989. Daí foi nomeado ministro do STF, onde desenvolveu brilhante atuação, chegando a presidir a mais alta Corte do país. Na gestão de Cabral, Mário Sérgio Duarte Garcia, vice-presidente da Seccional de São Paulo, foi eleito vice da Ordem; Raul de Souza Silveira foi eleito subsecretário e J. M. Othon Sidou foi eleito tesoureiro. Uma luta de gigantes, enfim.



Sepúlveda Pertence que se tornou ministro e presidente do STF.

| Depoimento do jurista **Ives Gandra da Silva Martins** |



“Conheço Bernardo Cabral há pelo menos 40 anos, tendo, desde o nosso primeiro encontro particular, admiração por sua ação como advogado, como jurista, como líder de classe e, posteriormente, como político e constitucionalista.

Quando foi o bastonário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, admirei o trabalho realizado sob sua presidência, que coincidiu com o período de redemocratização. A forma como conduziu a instituição, com moderação, para evitar um radical revanchismo, e com firmeza, para exigir a volta do País à plenitude de um Estado Democrático, foi apenas a decorrência de um extraordinário espírito de liderança persuasiva, atributo maior de sua convivência com amigos e a sociedade em geral.

Comentarei apenas brevemente seus títulos, de resto conhecidos por todos os que militam no direito e pela grande maioria dos brasileiros.

Tendo feito o ginásio e o científico no Colégio Estadual do Amazonas, foi primeiro colocado de sua turma, classificação que, igualmente, ostentou ao concluir o curso da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas, onde, brilhante orador que é, foi também o orador da turma. Foi ainda orador da turma no curso de Psicologia e Serviço Social, que concluiu em 1958. Fez inúmeros cur-

sos de especialização. Foi advogado, delegado, promotor de justiça, secretário de Segurança Pública do Amazonas, chefe da Casa Civil, procurador do Estado e Conselheiro da Ordem dos Advogados, Seccional do Amazonas.

Professor titular da Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB), foi deputado federal pelo Amazonas, tendo sido eleito pelo Comitê de Imprensa da Câmara Federal com um dos dez melhores parlamentares do período de 1967/1968. Afastado da vida pública por dez anos, teve todos os seus direitos políticos cassados. Desde então, passou a advogar intensamente, a partir de 1969, tendo sido eleito conselheiro pela Seccional da OAB pelo antigo Estado da Guanabara. Eleito também para o Conselho Federal da OAB, passou a ser seu secretário-geral em 1979/1981, e presidente, em 1981/1983. Sua passagem pelo Conselho Federal é lembrada até hoje por todos os que viveram aqueles momentos tensos da redemocratização do País. Pertence ao IAB, do qual foi orador oficial. Membro do Instituto Histórico do Amazonas, presidiu duas comissões de concursos na VI e VII Conferência Nacional da OAB e presidiu a World Association of Lawyers of the World Peace Through Law Center (delegação). É membro titular da Academia Amazonense de Letras, da Academia Internacional de Direito Comparado, emérito da Academia Rondoniense de Educação e da Academia Internacional de Direito e Economia, cujo presidente aqui se encontra, professor Ney Prado. Deputado federal em 1986, foi relator da Constituinte em 1987, ministro da Justiça e senador da República, tendo ocupado nas últimas décadas, inúmeras presidências e vice-presidências de comissões, inclusive CPIs, no Brasil e no exterior. É professor da Universidade de Tel-Aviv, presidente da Associação Mundial de Juristas, membro do Conselho Editorial da Revista Justiça e Cidadania e do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e Consultor da presidência da Confederação Na-

cional do Comércio de Bens e Serviços e turismo, sobre ser membro da Associação Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Não citarei suas condecorações e medalhas outorgadas por entidades públicas e privadas, apenas lembrando que não são nada menos do que 68! E todas elas de grande significado e valor, por força das instituições outorgantes. Recebeu, a título de homenagem, 68 placas comemorativas e as ordens em que foi empossado são nada menos do que 25! Os diplomas e certificados, principalmente acadêmicos, totalizam o expressivo número de 56, sobre ter sido paraninfo e patrono de turmas universitárias repetidas vezes. São nove os colares recebidos de Tribunais e do Poder Público e seus estudos, de imensa profundidade acadêmica, são 11; e 28 os livros que escreveu sozinho ou em obras coletivas.

Como se percebe, por mais breve que tenha pretendido ser, não há como deixar de ficar profundamente admirado com o que Bernardo realizou em toda a sua vida.

Neste discurso de recepção em nossa Academia, como o mais novo Doutor Honoris Causa, quero realçar, todavia, aspectos de sua personalidade, como advogado, como jurista, como líder de classe, como político e como amigo.

Como advogado seus méritos são conhecidos mais nos Estados onde advogou (Amazonas e Rio), principalmente nos Tribunais Superiores, onde atuou parte de sua vida. Como líder de classe e político, é reconhecido por todos por seu espírito de luta e sua capacidade de aconselhamento, como deve ser a atuação dos antigos causídicos, fiéis à lição de nossos maiores, que só ingressavam em júízo para defender os interesses de seus constituintes quando esgotadas todas as formas de conciliação possíveis.

Meu Decálogo do Advogado, inspirado na observação da modelar atuação profissional de alguns colegas, teve Bernardo Cabral também como um de seus inspiradores.

Com jurista, basta ler sua obra (livros e artigos) para perceber seu sólido embasamento

doutrinário e sua extraordinária capacidade de buscar na interpretação do Direito, soluções novas e criativas.

Não sem razão, foi conselheiro de duas seccionais, participou do Conselho Federal, que presidiu, em eleição disputadíssima, vencendo o amigo comum e, posteriormente, ministro do Supremo Tribunal Federal, José Paulo Sepúlveda Pertence.

No seu período de presidência, abraçou, dentro da entidade, e, depois, transbordando para as ruas, a luta intransigente que a OAB vinha adotando desde o AI 5. Sua ação na sociedade passou a ser direta, já com o apoio de lideranças do Congresso Nacional e de outras instituições jurídicas, dentre as quais o IAB e o IASP se destacaram.

É, todavia, como deputado eleito e como constituinte que Bernardo Cabral deu a maior contribuição que um parlamentar e um cidadão poderia dar à redemocratização do País, como Relator da Constituinte de 1988.

Quem viveu aquele período sabe o quanto o ambiente era de difícil controle, com a multiplicação de partidos políticos, com a participação das mais variadas organizações não governamentais, com as audiências públicas em que especialistas de todo o Brasil foram ouvidos e com propostas as mais variadas para conformar o texto maior.

Bernardo Cabral chegou a receber nada menos que 2.500 artigos – era o anteprojeto que resultou da soma de todas as Comissões – para produzir uma Constituição que, nesse perfil, seria de difícil cumprimento e absolutamente inviabilizadora do País, sobre propiciar, no futuro, nova ruptura institucional.

Com sua proverbial capacidade de tolerar todas as correntes, recebendo seus representantes com cordialidade e argumentando com bom senso, conseguiu reduzir o projeto inicial a 246 artigos de disposições permanentes e 70 de disposições transitórias, logrando aprovar em 05/10/1988, o texto que hoje temos.

É bem verdade que o texto é repleto de disposições que poderiam estar em legislação

complementar ou ordinária, por não terem intrinsecamente característica principiológica ou constitucional. Sem Bernardo, todavia, a multiplicação desses dispositivos seria infinita. O texto atual, contudo, pela primeira vez, estabeleceu o equilíbrio dos Poderes – talvez porque foi formatado para um modelo parlamentar de governo – possibilitando que, tendo o País passado pelas crises por que passou desde então (impeachment presidencial, superinflação, escândalos do Congresso, alternância de poder), jamais tenha se voltado a falar em ruptura institucional dos Poderes, ao vigoroso e sábio trabalho de Bernardo Cabral, que soube conciliar as pressões e propostas das diversas correntes – escoimando a grande maioria de seus aspectos inviabilizadores ou de manifesta inadequação a um texto constitucional – com a necessidade de estabelecer o principal como algo definitivo, a saber, os direitos fundamentais, as cláusulas pétreas, a Federação, a administração brasileira e os demais regimes jurídicos essenciais à manutenção dos Poderes equilibrados, sobre conformar uma ordem econômica caracterizada pela economia de mercado e uma ordem social delineada para promover o cidadão.

Se mais não fez, é porque, num regime democrático de direito, muitas vezes a transigência no não essencial é a melhor forma de preservar o essencial.

É Bernardo Cabral, realmente, aquele relator que não declinou de sua função, exerceu-a com magnitude, instituindo a mais democrática Constituição da história do Brasil.

Quero terminar estas palavras dando realce a uma qualidade que é, de todas, a que mais me toca e comove do amigo leal, do companheiro em todas as horas. A do cidadão justo, que percebe que a verdadeira amizade é um bem que devemos saber preservar e que, na vida, não são muitos os que conseguem construir.

Todos os que convivem com Bernardo Cabral sabem de sua fantástica capacidade de fazer amigos – e o que é mais relevante: de mantê-

-los para toda a vida. Assim ocorreu comigo, há 40 anos, jamais tendo havido, mesmo nas divergências, que foram poucas, quaisquer rusgas, ressentimentos ou desavenças. Se o autor do livro *A arte de fazer amigos* não fosse mais velho que Bernardo, eu diria que se inspirou em Bernardo para escrevê-lo. Suas amizades são mantidas porque é leal com todos e, como disse, sempre disposto a auxiliá-los, como um porto seguro para momentos difíceis.

Esse retrato de amigo leal certamente se refletiu no meio familiar como verdadeiro pater familiae, nos moldes da Roma Republicana, em que a família era a base da sociedade, permitindo os quatro séculos de expansão do Império.

E sua esposa, Zuleide, a quem deve tenho certeza, grande parte de seu sucesso, por sua paciência e amor, assim como a seu filho, Júlio, seus quatro netos e duas bisnetas, que sempre o acompanharam, certamente não discordam do que eu disse.

Como homem de família, amigo, conselheiro de grandes instituições – entre elas destacando-se a CNC, cujo presidente presente está, Professor Antonio de Oliveira Santos -, como ex-presidente da OAB, Relator da Constituinte, líder de classe, jurista e advogado, chega Bernardo Cabral à flor da idade. Aos 80 anos, pode contemplar tudo o que construiu para o bem deste País, ao lado da família e dos amigos, com fortaleza física e disposição invejáveis. Assim, se o Altíssimo permitir – como todos desejamos – teremos ainda por algumas décadas suas virtudes iluminando o nosso futuro com os faróis altos de sua inteligência e integridade.

Grande Bernardo Cabral, nossa Academia, aqui representada por muitos acadêmicos e por seu notável presidente, João Ricardo Moderno, sente-se, pois, honrada em tê-lo, agora, nos quadros de nossos Doutores Honoris Causa. ”

Discurso de saudação pronunciado pelo jurista Ives Gandra da Silva Martins na posse de Bernardo Cabral como membro da Academia Brasileira de Filosofia, em 27/03/2012, na CNC, Rio de Janeiro.



Cabral, com João Ricardo Moderno, presidente da Academia Brasileira de Filosofia, e Antonio Oliveira Santos, presidente da CNC.



No IAB, Bernardo Cabral, prof. José Fragoço e prof. José Afonso da Silva, em ciclo de estudos de Direito Constitucional.

Na ocasião havia duas correntes ideológicas bem distintas representadas pelos candidatos. Pertence, na linha desenhada por Eduardo Seabra Fagundes, certamente também sob o impacto emocional da morte de dona Lyda, mantinha o discurso político de enfrentamento ao poder dos generais. O grupo de Cabral, por sua vez, sem descurar disso, percebendo que o último presidente militar, o general João Baptista de Figueiredo, sinalizara inequivocamente no sentido de que iria dar curso a distensão iniciada por Ernesto Geisel, havendo prometido, inclusive, “fazer do país uma democracia”, entendeu que o momento não era de confronto, mas de transição inteligente para um regime de liberdade, estratégia que se revelou eficiente e conectada com os novos tempos que se vivia. Tanto que, mesmo em meio ao terror da linha dura da caserna, veio a anistia, a primeira eleição, para governadores, a campanha das diretas já e a eleição de Tancredo Neves, como o primeiro presi-

dente civil depois de vinte anos de exceção constitucional.

Segundo o professor Aurélio Wander Bastos, em notável trabalho que realizou sobre esse período e sobre o papel da OAB naqueles acontecimentos, Bernardo Cabral centrou sua atuação à frente do Conselho Federal por uma “*posição prospectiva, sem qualquer manifestação retaliadora, que se apoiava em seis pontos: a valorização profissional do advogado; o equacionamento do ensino jurídico; a reforma eleitoral com a revogação do entulho autoritário legislativo; a defesa dos direitos humanos; a luta por eleições livres e diretas para o Executivo; e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.*”

Em seu discurso de posse na presidência da Ordem, disse Bernardo Cabral, assumindo compromissos inarredáveis com a melhoria do ensino jurídico, com as condições de trabalho dos advogados e, sobretudo, com a redemocratização, ali plantando a semente e fa-



OAB inaugura placa de homenagem a dona Lyda Monteiro da Silva, morta no atentado de 27/08/1980.



Dona Lyda.



Eduardo Seabra Fagundes.



O arquiteto Oscar Niemeyer vai ao encontro de Cabral para felicitá-lo pela vitória nas eleições para a OAB.

zendo desabrochar a necessidade de uma nova Constituição para o país:

“(...). Sou um homem que me vi em determinada quadra de minha vida, privado do meu mandato parlamentar – que só ao povo pertencia – e dos meus direitos políticos. Minha eleição para presidente da OAB constitui a síntese da consagração da sociedade civil, pois recoloca ela em pedestal dos mais elevados as lideranças que foram podadas e que ora rebrotam, com mais destemor e mais independência. (...) É preciso a valorização profissional, a previdência e assistência social, o salário mínimo profissional e as férias coletivas para os advogados. Darei prioridade idêntica na solução dos problemas institucionais que afligem a nação e na dos específicos que atormentam a própria classe. Não será possível pensar em preparar um profissional que, mais adiante, possa substituir os que hoje detêm a liderança da classe, sem dar ênfase a um equacionamento ou aprimoramento do ensino jurídico, hoje padecendo de grandes equívocos: o da estrutura organizacional, o da inadequação curricular e o da dimensão do mercado de trabalho. É preciso melhorar o estágio profissional e o Exame de Ordem, sem desprezar a formação do advogado frente a uma nova realidade nacional, assim como atacar o descompasso que há entre o sistema jurídico vigente e contexto real subjacente. No campo político-institucional não é possível reforma eleitoral sem a revogação da Lei Falcão, sem a extinção da sub-legenda, sem permissão

de coligações partidárias, sem a não aceitação de vinculação de votos, sem a disciplinação do prazo para a desincompatibilização de ocupante de postos elevados na administração pública e, sobretudo, sem a existência de eleições livres e diretas em todos os níveis, a começar pela mais humilde prefeitura municipal até a presidência da República. Finalmente, deve-se dar continuidade à luta pela defesa dos direitos humanos e pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, colocando sempre a OAB como a vanguarda na devolução do poder político à nação.”

Um mês depois de eleito presidente da Ordem, Bernardo experimentou sua maior provação: o atentado no Riocentro, quando uma bomba, a qual seria possivelmente plantada naquele lugar para matar a um show em 30 de abril em comemoração ao dia do trabalhador (1º de maio). O artefato acabou explodindo dentro de um carro em que estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu, e o capitão Wilson Machado, o qual ficou gra-

Quem explodiu estas bombas no Rio? Veja os fatos e julgue.



vemente ferido, ambos membros do DOI-CODI, órgão da repressão.

Cabral, representando a OAB, ao lado de Barbosa Sobrinho (ABI) e Benjamin Albagli

| Depoimento de **Felix Valois** |



“ A Universidade Federal do Amazonas praticou ato da maior justiça, concedendo o título de doutor “honoris causa” a José Bernardo Cabral, amazonense cuja projeção no cenário nacional é indiscutível e inegável, salvo por aqueles corroídos pelo vírus da inveja, infelizmente não tão raro em nossa terra.

Não fui à solenidade, apesar do convite que me foi enviado. Explico-me: a idade vai criando na gente algumas idiossincrasias. Em mim, elas se manifestam de forma principal pela absoluta ojeriza a discursos, os quais costumo classificar, numa tabela de chatice, logo após as cerimônias religiosas de qualquer espécie, enterros e aniversários de um e quinze anos. E aulas, naturalmente.

Mas vibrei feliz com o evento. Foi uma forma de resgatar a história de um homem que, ainda na juventude, já se destacava na advocacia e na política, até ser atingido pela violência da ditadura militar, que lhe cassou os direitos de cidadania, relegando-o a um ostracismo de todo em todo injusto.

Isso não o impediu de, numa luta memorável, assumir a presidência nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, ali mantendo a postura da entidade de não conciliar com os ideais antidemocráticos do novo regime.

Na política, Bernardo ressurgiu com a redemocratização do país e, deputado federal, logrou êxito da maior importância: foi o relator geral na Assembléia Nacional Constituinte, de sua pena saindo o molde definitivo da Carta Política que adotamos a partir de 1988.

Ministro da Justiça, saiu politicamente incólume do governo a que serviu, o qual, como é de lembrança geral, se desfez num inédito “impeachment”, motivado pela mais desenfreada corrupção. (Será que estamos vendo de novo esse filme, agora com os coloridos da tecnologia?).

Depois de sua atuação no Senado da República, Bernardo Cabral foi vítima de soez ataque por parte de conhecida figura do oficialismo brasileiro. Em um livro, dele se disseram coisas que o raciocínio mais elementar repudia por primárias e inverossímeis, eis que trazem mais de perto um rele sentimento de despeito.

Um amigo me mostrou a verrina de beira de igarapé. Que tristeza! Recusei-me a ler o restante do tal livro que, pela amostra, não há de servir para o engrandecimento cultural de ninguém. De par com isso, liguei para Bernardo Cabral, quando em visita ao Rio de Janeiro, e lhe transmiti a minha integral solidariedade, pelo que ela possa valer, já que tenho absoluta consciência da minha insignificância.

Renovo-a agora, cumprimentando-o pelo merecido título. ”

Ex-presidente da OAB-AM, por dois mandatos (1975/1977 e 1977/1979)

Professor da UFAM

Fonte: Diário do Amazonas, em 10.04.2009



De general para general: Ernesto Geisel, que começou o processo de distensão política do governo militar, passa a faixa a João Baptista de Figueiredo, que devolveu, enfim, o poder ao civis.



Bernardo Cabral e, logo atrás, o grande amigo Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

(ABE) e outros representantes da sociedade civil foram ao Congresso Nacional para denunciar os fatos, cobrar ação dos parlamentares e manifestar apoio ao presidente João Baptista de Figueiredo, que declarara repudiar e combater esse expediente. como noticiava o jornal O Estado de São Paulo:

“O presidente João Figueiredo fez ontem em Brasília um discurso emocionado sobre os atentados terroristas, ao agradecer o apoio de representantes da indústria nacional: ‘Apesar de soldado, não aceito a guerra em tempos de paz.’ Ele desafiou os que teimam em não aceitar a pacificação. Teimam em copiar.

Apesar disso o Inquérito Policial Militar que “apurou” o caso foi inconclusivo, o que gerou vigorosa reação da OAB, através de seu presidente Bernardo Cabral, que se manifestou nos seguintes termos na 1.426ª Sessão Extraordinária da 51ª Reunião do Conselho Federal, em 30/06/81:

“A Ordem dos Advogados do Brasil, como toda a nação, diante de mais um atentado terrorista, vê-se novamente frustrada em seu reclamo no sentido da efetiva apuração da responsabilidade daqueles que pretendem, através da violência, inviabilizar o compromisso de transformar este país numa democracia. Mesmo sem o exame dos quatro volumes do inquérito policial-militar, ainda resguardado por um injusti-

ficável sigilo, fácil seria à luz dos mais elementares princípios da criminalística, evidenciar a inconsistência e a parcialidade da maioria das conclusões a que chegou o senhor encarregado do IPM em seu relato difundido pela imprensa. As lacunas e os ilogismos geram perplexidade de ordem técnica, que apenas relevam o açamento em confirmar hipótese preordenada e impõem a necessidade de prosseguir-se e aprofundar-se nas investigações, visando esclarecer os pontos fundamentais deixados na obscuridade, como por exemplo, a explicação do local e a oportunidade em que o artefato explosivo teria sido arditosamente colocado no interior do carro, ou a falta de explicação para o fato de supostos subversivos de esquerda terem logrado descobrir que aqueles dois homens, vestidos à paisana, no interior de um carro esporte particular, camuflado com secreta chapa fria, seriam militares integrantes do DOI-CODI. Entretanto, acima da evidenciação de ordem criminalística, ressalta um denominador comum a unir os atos de violência política que inquietam, ultimamente, o país. Desde as bombas contras as bancas ou oficinas de jornais, aos atentados a personalidades defensoras dos direitos humanos, ao crime que enlutou a Ordem dos Advogados, com sacrifício de D. Lyda Monteiro da Silva, até o episódio das explosões do Riocentro, todos estes fatos têm em comum o mesmo timbre que os caracteriza. Constituem eles o

produto de pensamento obscurantista que tem em mira impedir a manifestação soberana dos povos, fonte única do poder, num regime democrático. A ninguém mais do que aos inimigos da implantação de um autêntico Estado de Direito aproveita o clima de insegurança e de intranqüilidade. Embora encapuzados pelo sigilo das investigações os semeadores do terror já estão identificados pela sociedade brasileira. De lastimar que os outrora eficientes órgãos especializados na repressão aos crimes contra a segurança nacional, tenham, nos dias de hoje, quando o projeto democrático está em risco mais uma vez, tenham fracassado em sua tarefa investigatória, embora se trate de um caso que, pelas circunstâncias de que se revestiu, não pareça de difícil solução. Os advogados brasileiros – e a história registrará o acerto desta posição – não aceitam os resultados do inquérito. A impunidade dos grupos geradores da violência continuará a estimular o terrorismo. No exercício de sua competência legal e defesa da ordem jurídica, a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, superando esta nova frustração, reafirma que continuará vigilante e proclama que mais danoso que o poderio explosivo das bombas, é o descumprimento dos deveres de tranqüilizar a nação e possibilitar ao povo a escolha livre de seus governantes.”

A estratégia adotada pelo presidente da OAB foi, de modo inteligente e com habilidade extrema, tentar comprometer, no bom sentido, o presidente Figueiredo contra o terror do Estado, evitando, assim, que ele fosse envolvido pelos radicais de direita, os quais queriam melar o processo então frágil de redemocratização, que começara dois anos antes com a Lei da Anistia.

No ano seguinte, entre os dias 2 e 5 de maio de 1982, sob a presidência de Cabral, realizou-se uma dos mais importantes encontros dos advogados brasileiros de todos os tempos, a **Conferência de Florianópolis**, cujo temário era “**Justiça Social.**” Mas, da efervescência daqueles tempos e das discussões ali ocorridas, saíram propostas que iriam mudar a advocacia e, sobretudo, o Brasil.

**BERNARDO CABRAL - Discurso
de abertura da IX CONFERÊNCIA
NACIONAL DA OAB – Florianópolis, SC,
em 02/05/1982**

Minhas senhoras,

Meus senhores:

Sei que a rigidez protocolar impõe a feita, por escrito, deste discurso, dado o caráter solene do ato. Cedo à exigência, ainda que contra ela me rebelo, eis que preferiria pronunciá-lo de improviso, ao sabor da ardência dos acontecimentos, envolvido pela emoção do momento.

Assim, ao curvar-me ao protocolo, devo, de logo, destacar que, a partir desta noite e no instante em que tenho a honra suprema de fazer a abertura oficial desta IX Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, a cidade de Florianópolis, ao longo desta semana, será a acústica social das reivindicações populares.

Os participantes da Conferência, durante a sua duração, mais uma vez darão prova de que a Ordem dos Advogados do Brasil vem sendo altaneira na sua missão de vincular os anseios da classe aos reclamos democráticos da sociedade civil, porque não se tem batido apenas nas pugnas que são possíveis – mas, e principalmente – por não ter nunca cedido no sustentar os princípios que lhe garantem a posição de estuário de todos os que lutam em favor do fortalecimento das instituições democráticas e a de vanguardeira na devolução do poder político à Nação.

Por esta razão cresce de importância a mensagem do Presidente da República, há pouco lida, quando reconhece e proclama a que a OAB e seu Presidente vêm demonstrando a respeito do ensino jurídico – meta desta diretoria no campo profissional – um espírito de construtiva colaboração. E mais: ressaltou ele, não só aí – no ensino jurídico – “mas sobretudo em prol da Justiça Social e do fortalecimento das instituições democráticas” – meta no âmbito institucional.

Mais ainda: estando acima e além das linhas de situação ou oposição, quer ao Governo ou ao regime, a OAB não se atrela a partidos políticos – muito embora sejam integrantes de seus quadros profissionais das mais diversas tendências partidárias – assim como não se subordina a qualquer dos poderes, mantendo a sua filosofia, qualquer que tenha sido ou venha a ser a sua diretoria, comprometida apenas com a participação no processo institucional brasileiro. E o faz com tolerância no julgar; compreensão no discernir, com capacidade e firmeza no decidir.

Por isso mesmo “e que nas teses a serem discutidas e votadas não de aparecer as naturais divergências; existirão as inconformações, ou mesmo, quem sabe? – até rebeldias nas conciliações. Mas estou certo de que a figura de advogados nos vinculará e obrigará a todos a uma única finalidade: a da democracia.

O tema central da Conferência – Justiça Social – expressão que começou tímida no século passado, para ter aceitação a partir do Tratado de Versailles, de junho de 1919, quando se bradou ao mundo que a paz não podia ser fundada senão na base da Justiça Social; que apareceu nos documentos oficiais da Igreja, com o Papa Pio XI, na sua “Quadragesimo Anno”, de maio de 1931, firmando com Pio XII, na prece do Ano Santos de 1950, quando pontificava:

“Pai celeste, avivai nas almas dos que vos chamam com o nome do pai, a fome e a sede de uma Justiça Social.”

para se tornar irreversível com o Papa João Paulo II, na sua recente visita ao Brasil, reunido com os trabalhadores no Morumbi, São Paulo, ocasião em que sentenciou:

“Repelir a luta de classes é também optar resolutamente por uma nobre luta a favor da Justiça Social.”

Por outro lado, é oportuno destacar – o termo foi utilizado pela primeira vez, em nosso sistema constitucional de 1946, quando a Carta Magna daquela época, em seu art. 145 instituiu:

“A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da Justiça Social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho.”

E mantida na atual Emenda Constitucional n° 1, de 1969, em seu art. 160 e incisos.

Ora, os clamores por uma Justiça Social ressurtem mais vivos, à medida em que se vão respirando novos ares democráticos; os quais não mais aceitam nem admitem o fanatismo sectário ou a prepotência arbitrária, a demonstrar que a reivindicação de uma liberdade obtida leva, indubitavelmente, à reivindicação social.

Mas pode-se pensar em Justiça Social sem que, em verdade, sejam eficazes os princípios constantes da Carta Constitucional?

Ou sem igualdade humana?

Ou sem o acesso às minorias não privilegiadas?

Ou sem a participação política do povo em todos os níveis?

Ou sem o bem comum?

Ou sem a participação dos empregados no universo da empresa?

Ou sem as liberdades concretas de um Governo legítimo?

Ou sem a abolição do Estado autoritário?

Ou sem as garantias dos direitos humanos, compreendidos estes nos políticos, sociais e econômicos?

Ou sem o uso do solo urbano, preservado o meio ambiente, ou sem a criação de uma Justiça Agrária?

Ou sem um freio à criminalidade violenta em nosso país?

Ou sem que haja novos instrumentos de aplicação face à crise do Judiciário?

Ou sem a representação proporcional como expressão dela no direito público?

Ou sem uma assistência judiciária gratuita, de exclusiva responsabilidade do Poder Público?

Ou sem a seguridade social efetiva para todos os brasileiros?

Ou sem a descriminalização do aborto, como solução humana para a maternidade indesejada?

Ou sem a liberdade sindical e a autonomia sindical?

Ou sem um amplo diálogo nacional?

Ou, por fim – mas não como um ponto final – sem um amplo pacto nacional, que abranja trabalhadores e empresários; profissionais liberais e universitários; militares e forças políticas?

É evidente que tais indagações são a comprovação de que o país ainda mostra as marcas de grave deformação jurídica, em que não há regras estáveis, com a figura do Executivo cada vez mais forte, destruindo a harmonia e independência dos poderes, impondo a quebra da autenticidade da representação popular e impedindo a alternância do poder, características basilares do regime democrático.

Impõe-se o respeito à volta às prerrogativas do Parlamento, notadamente desfalcado do instituto da imunidade parlamentar, que é instrumento seu – não para uso abusivo por parte de quem o desvirtua, mas para sua real independência, uma vez que, sem a sua existência, ficará submetido à volúpia do Executivo.

Volta tão mais apressada porque a existência e a utilização da Lei de Segurança Nacional – verdadeira aberração do nosso direito positivo e cuja revogação está a tardar – fere a consciência jurídica da Nação e adia o salto da platéia sombria do arbítrio para o palco iluminado do reordenamento institucional.

A OAB deseja e quer um Judiciário livre, não só para julgar o comportamento humano, os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, mas, também sua completa autonomia, compreendida esta no preenchimento dos seus quadros e na sua vida financeira, sem a intromissão que é feita pelo Executivo.

Claro que tais ânsias são entendidas sem manifestações de força – ou sem revanchismo – posto que constituem produto do pensamento obscurantista que outra coisa não visa senão o cerceamento da ação soberana do povo, única

fonte de poder e que, sem o seu consentimento, jamais será legítimo.

É preciso lembrar, e aqui invoco a lição de Maurice Duverger (Ciência Política – Teoria e Método, p. 15, Editora Zahar, 1962):

“O poder legítimo não tem necessidade da força para se fazer obedecer...Se a legitimidade é sólida, o poder pode ser suave e moderado.”

Se não há necessidade de força, como atingir a legitimidade do Poder e, em decorrência, o indispensável reencontro conciliatório de governantes e governados?

Com uma simples reforma constitucional?

É esse o caminho que nos conduzirá à democracia?

Ora, a Nação está de joelhos...É imperioso que se levante...ponha-se de pé, posto que de pé terá mais condições de receber o abraço de legitimidade do povo brasileiro.

Legitimidade que só tem um único caminho: o da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Tenho reiterado, amiúde, a sua necessidade. Livre e soberana, com representantes eleitos para esse fim, já que a Constituição de um país não pode ser um documento abstrato, com o objetivo de adulterar a realidade social para situá-la dentro dos desejos de eventuais detentores do Poder.

Ademais, não aceita a OAB uma Constituição elitista, e sim aquela que restaure a Federação, reduzida nos últimos tempos a uma ficção jurídica e implodia pelos abusos cometidos sucessivamente pelo poder central.

Por igual, também não aceitamos a transformação do atual Congresso Nacional em Assembleia Constituinte, porque lhe falta legitimidade para tanto, eis que não eleito para esse fim e porque – deplorável reconhecer – composto numa época em que significativas parcelas da opinião pública estavam proscritas e silenciadas.

Ter-se-ia, no caso, uma Constituinte estrábica, do que resultaria uma Constituição capenga.

Ao contrário, exige a OAB uma Constituinte eleita livremente, com convocação específica

para esse objetivo, em que os seus postulantes a ela tenham chegado através da utilização de todos os meios de comunicação, e que sintam que a sua participação não se reduziria apenas a um mero exercício de intelectuais e de políticos bem intencionados.

Sei que a luta por esta causa não é fácil, como também não desconheço que não é ela causa para os filhos da omissão... ou para os enteados da ambição... ou para os netos da corrupção.

Por sabê-lo e que me valho das palavras de Rui – sempre Rui, o patrono do solo brasileiro:

“Esta causa vale pela majestade dos direitos que ela encerra, vale pela força da opinião com que entra nesta Casa, vale pela grandeza da Justiça que há de fazê-la triunfar. Esta causa não necessita de aplausos, não carece de palmas, não precisa de manifestações; é a afirmação do Direito na sua expressão mais sublime, em nome do qual se acham reunidos neste arêopago, de que vós, honrados membros dele, não desconheci hoje a sua evidencia, em nome da qual me dirijo a vossa justiça.” (Obras completas, p.l 111, vol39, tomo I, Ed. do Ministério da Educação e Saúde, 1950).

Tais palavras induzem à reflexão: o que a elas acrescentar, na hora em que devo concluir, como fecho desta oração? Quais palavras? O que mais precisa ser dito, como reafirmação daquela acústica social que registrava eu ao seu começo?

Talvez, apenas, uma afirmação: manter, em defesa de tão justa causa, uma única coisa: fidelidade a ela, ainda que tal fidelidade – volto a lembrar Rui:

“A este meu dever me custasse a vida, tão cara, de meu filho, a quem quero com o mais vivo amor paterno, mais do que a mim mesmo, eu cumpriria este dever, esgotando-lhe o cálice. Por salvar a meu filho da orfandade a meus netos, daria eu a existência com prazer. Mas a minha honra e a minha consciência, não as posso dar a ninguém. A mais triste das vidas e a mais triste das mortes são a morte do homem que não tem a coragem de morrer pelo bem, quando por ele não possa viver.”

Naquela conferência histórica a OAB pedia, dentre outras questões corporativas: a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita livremente e com finalidade específica de fazer a nova Carta; a restauração das prerrogativas dos poderes Judiciário e Legislativo; o fim do entulho autoritário, especialmente a Lei de Segurança Nacional e a Lei Falcão; a queda da prorrogação dos mandatos de vereadores e prefeitos; e o fim, também, do mecanismo do decurso de prazo para a aprovação dos decretos-lei oriundo do Poder Executivo. Foram conferencistas, na ocasião: Miguel Reale Júnior, Antonio Carlos Elizal de Osório, Antônio Evaristo de Moraes Filho, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Adauto Vieira, Carlos de Araújo Lima, Célio Borja, Celso Antonio Bandeira de Mello, Cyro Aurélio de Miranda, Eugênio Roberto Haddock Lobo, Félix Valois Coelho, Francisco Ary Montenegro Castello, George Tavares, Godofredo Telles Júnior, Hélio Saboya Ribeiro do Santos, Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Joaquim de Arruda Falcão, José Lamartine Corrêa de Oliveira, Juarez Estavam Tavares, Carlos Alberto Silveira Lenzi, Marcelo Lavenère Machado, Marcos Afonso Borges, Néelson Saldanha, Olímpio Costa Júnior, Paulo Brossard, Raimundo Pascoal Barbosa, Raymundo Faoro, Roberto Rosas, Romy Medeiros da Fonseca, Sérgio Ferraz, Marcelo Duarte, Themístocles A. C. Pinho, Luiz Carlos Valle Nogueira, Haroldo Valadão, Ruy Homem de Melo Lacerda, Dalmo Marie Grando Rauen, Aloysio Tavares Picanço, Paulo Oliver, Maria Jovita Leite Costa, Aloísio Afonso Campos e Sanny, Ribeiro Japiassú, Inezil Penna Marinho, Glória Márcia Percinoto, Abílio Minucci Teixeira, Paulo Kreitchmann, Manoel Moreira Camargo, Saul Quadros Filho, Felicíssimo José de Sena, Walter Amêndola, Moacyr Mota da Silveira, Ana Angélica Vaz Curvo e Hamilcar Nogueira de Freitas.

Do conjunto de discussões saiu a Carta de Florianópolis, a qual norteou os acontecimentos futuros da história do Brasil que desagua-



IX Conferência Nacional do Advogados, em 1982, Florianópolis. Ladeando o presidente Cabral, o então governador Jorge Bornhausen e o presidente do STF Rafael Mayer.

ram na promulgação da Constituição Federal em 1988. O documento sustenta:

“Os advogados brasileiros manifestam, em declaração solene, as conclusões a que chegaram na 9ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em Florianópolis, após o debate de magnos problemas que afligem a nação. Passados dois anos da “Declaração de Manaus”, percebem, contristados, que, não obstante se tenha ampliado a faixa de exercício de algumas das liberdades fundamentais, estamos longe de atingir as garantias basilares almejadas pela grande maioria do povo brasileiro. Urge, hoje mais do que nunca, restaurar a dignidade da nação, como condição de sua própria sobrevivência. Ninguém poderá negar, sinceramente, que a ilegitimidade do poder conspurca a dignidade nacional e nos deprecia no conceito internacional. Os advogados brasileiros estão conscientes de seu relevante papel social e da grandeza de suas atividades e proclamam a imperiosidade da reforma do ensino jurídico, cuja qualidade baixou a níveis alarmantes, para que posam bem empregar a representatividade dos cultores do Direito, compatível com as exigências da época. Manifestam-se pelo ensino público e gratuito em todos

os níveis, como instrumento de justiça social. Pugnam, também, por uma reforma de base do Poder Judiciário, em cuja independência e eficiência devem repousar os anseios e o respeito dos que procuram a Justiça e reclamam contra o ônus cada vez maior que grava o exercício do direito de ação. O valor do Direito depende de seu conteúdo de justiça. Sem legitimidade não há justiça autêntica, nem justiça social possível. Os advogados brasileiros querem um governo legítimo e uma ordenação jurídica legítima. Querem uma Constituição que seja o espelho da nação. Que sejam desobstruídos e livres os canais de comunicação entre a sociedade civil e o Estado, e os cidadãos brasileiros tenham liberdade ampla de escolher seus legítimos representantes, em eleição direta, secreta e universal. Desejam os advogados que os partidos políticos sejam autênticos, com liberdade para propagar seus programas e defender seus candidatos. A alternância do poder é um fato normal no processo democrático e não se justificam os casuísmos eleitorais que visam a impedir a livre manifestação do eleitor brasileiro. Propugnam pela representação popular, de modo que as diversas correntes de opinião do povo tenham, no Parlamento, o quinhão de representantes correspondentes à sua expressão social. Os ad-

vogados sustentam a necessidade de sindicatos autônomos, com direito de se organizarem e dirigirem livremente, sem ingerências do Poder Público, para que possam lutar eficazmente, na defesa dos interesses dos trabalhadores. Postulam a participação dos interessados na direção e administração do sistema previdenciário nacional. Reclamam os advogados o fim das soluções elaboradas em segredo, nos redutos herméticos do poder central. Querem que nenhum decreto-lei disponha sobre o que a lei dispõe ou pode dispor. Que os “projetos de impacto” e os “pacotes legislativos” sejam banidos da vida nacional. Querem um Parlamento independente, sem senadores biônicos e sem o expediente do decurso do prazo para aprovação automática de projetos do Executivo. Asseveram que a assistência judiciária gratuita aos necessitados é um dever do Estado, que deve adotar os meios indispensáveis necessários para que funcione com eficiência em todo o território nacional. Reclamam a revisão do sistema penal brasileiro, à vista das causas econômicas da criminalidade patrimonial violenta, agravadas pelas deficiências de nosso sistema penitenciário. Proclamam a necessidade de uma imprensa livre. O direito privado brasileiro deve deixar de ser uma “opção pelos ricos”, e o modelo econômico-social do país, precisa ser profundamente alterado para abolir as diferenças e privilégios atualmente existentes entre ricos e pobres, e entre regiões do país. Os advogados querem que as disposições constitucionais relativas à justiça social não sejam simples exortações, mas comandos jurídicos, gerando para o Estado deveres de fazer ou não fazer. Propõem a criação de novos instrumentos jurídicos, reclamados pela dinâmica dos fatos sociais, especialmente na empresa, pra captar as reivindicações dos trabalhadores e conduzi-los aos dirigentes patronais, com o intuito de solucionar conflitos laborais. Querem que os trabalhadores, na defesa de seus direitos, possam usar livremente o direito de greve. Quanto aos problemas da terra, reclamam soluções realistas, fundadas na formulação de uma política global para o setor agrário, respeitadas as características regionais



Com Evandro Lins e Silva.

do país e defendidos os interesses básicos dos pequenos e médios lavradores. A consciência jurídica incessante de revogação da Lei de Segurança Nacional, que se vem constituindo em instrumento de opressão e compromete o clima de liberdade necessário à realização de eleições. Reafirmam os advogados brasileiros que a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, é a única forma capaz de legitimar o poder e o ordenamento jurídico nacional. Florianópolis, SC, 05/05.1982.”

É de Aurélio Wander Bastos a descrição mais completa da importância da Conferência presidida por Cabral:

“A Carta de Florianópolis, pronunciada pelo presidente Bernardo Cabral, semelhantemente à Carta de Manaus, foi um documento ímpar na história brasileira contemporânea. Enquanto o documento de Manaus teve um timbre visivelmente político, foi um grito de liberdade, o documento de Florianópolis foi uma oração de esperança, a dimensão jurídica das muitas e imprescindíveis aberturas sociais constituintes. A Carta de Florianópolis, seguindo o ritmo das duas cartas anteriores, como se verifica, demonstrou que a ordem autoritária ilegítima deveria evoluir, se não pelo processo de rupturas, chegou a admitir a Carta de Manaus, pela composição política, para reconstruir a legalidade a partir dos novos referenciais de legitimidade presididos pelas expectativas de justiça social”.

A predestinação de Bernardo Cabral para interferir de modo positivo nas grandes ques-

tões nacionais se revelou, como se vê, bem antes, durante o seu mandato à frente da Ordem dos Advogados do Brasil. A questão do ensino jurídico, hoje tão em voga, inclusive com a seriedade com que vem sendo realizado o Exame de Ordem, assim como o selo “A OAB recomenda” para as faculdades de Direito que apresentam bom desempenho, e o Estatuto da Advocacia de 1994, tudo isto teve origem na Conferência de Florianópolis. Como ali também já se sugerira a Reforma do Poder Judiciário, o que, bem mais tarde, foi feito, cabendo a Cabral ser o Relator da matéria no Senado. O mais impressionante, porém, foi a sua trajetória de deputado federal cassado por um regime de força, que jogou no lixo uma carta constitucional, para voltar, conduzindo a sua entidade de classe, num momento de transição do regime autoritário para o regime de liberdade, alcançando, ao fim, a imensa honra, que só coube a cinco brasileiros, de tornar-se o Relator da Constituição de 1998, a Constituição Cidadã. Foi ele, Bernardo Cabral, o principal artífice, portanto, daquilo que fora proposto na Conferência de Florianópolis pelos

advogados brasileiros como um projeto para o Brasil e de todos os interesses que se manifestaram durante o processo constituinte, que resultaram na Nova Carta da República.

A propósito de seu mandato como presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Bernardo Cabral concedeu a seguinte entrevista a Marly Mota e André Dantas, em 11/06/2003, que é parte integrante da coleção “História da Ordem dos Advogados do Brasil – a OAB na Voz de seus Presidentes”, volume 7, páginas 109 a 125, que se reproduz por ser um documento valioso a respeito daqueles tempos:

“Quando o senhor ingressou no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil?”

Ingressei no Conselho Federal da Ordem por volta de 1973 ou 1974.

Poucos presidentes da OAB tiveram uma trajetória política como a sua: desde a chefia de Gabinete do governador Gilberto Mestrinho até os mandatos de deputado estadual, federal e a cassação. O senhor avalia que esse



Com Leonel Brizola, que lhe foi parabenizar pelo título de cidadão benemérito da cidade do Rio de Janeiro. Brizola queria que Cabral fosse candidato pelo Rio.



Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Telaviv.



Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, recebendo o título de cidadão benemérito daquela cidade, com a presença de amigos de Manaus, dentre os quais o governador Gilberto Mestrinho e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, desembargador Lafayette Vieira.

passado teve algum peso na sua eleição para a presidência da Ordem, em 1981?

Penso que a cassação de meu mandato de deputado federal e a suspensão dos meus direitos políticos por dez anos, pelo AI 5, em fevereiro de 1969, devam realmente ter exercido alguma influência. Eu era vice-líder da oposição ao governo militar e a idéia que poderia transmitir a meus companheiros era que haveria, numa gestão liderada por mim, uma independência em relação ao governo repressivo de então.

Como o senhor avalia a escolha de uma pessoa com o seu perfil para dirigir a Ordem naquele início da década de 1980? A intenção da Ordem foi privilegiar uma atuação mais calçada na negociação, e menos militante, como havia sido a gestão de seu antecessor, o Dr. Seabra Fagundes?

Eu acho que o meu perfil atendia satisfatoriamente às circunstâncias. O problema é que o país estava saindo de um período de excepcionalidade institucional para um reordenamento constitucional. Àquela altura, o arbítrio ainda se fazia presente, por meio, por exemplo, da Lei de Segurança Nacional (LSN), da Lei Falcão e da falta de liberdade e autonomia sindicais. Agora, acho que tanto eu quanto o meu concorrente à presidência da OAB, o Sepúlveda Perence – um homem de qualidade política per-

feita – preenchíamos o que a OAB demandava naquele momento. É verdade que o destaque nacional que eu tive na cassação me deu muita independência para postular a presidência da OAB. Tanto que foi comigo que se inauguraram as candidaturas avulsas, fora de qualquer arranjo prévio. Hermann Baeta, que foi meu secretário-geral, poderá dizer algo também sobre isso. Ele foi uma das peças valiosas para que nós conseguíssemos romper essa barreira para o advogado sem tradição jurídica de família.

No seu discurso de posse, o senhor afirmou a intenção de atuar em duas esferas distintas: na defesa dos interesses específicos da classe e nas questões institucionais. Sobre este último aspecto, a Ordem vinha mantendo uma regularidade de atuação desde a presidência de Raymundo Faoro, no final da década de 1970. No entanto, no que tange aos interesses específicos da classe dos advogados, o seu discurso parece denunciar que teria havido uma certa negligência em relação a este ponto em favor de uma atuação mais política da Ordem. É isso mesmo?

Eu não diria que estivesse sendo negligenciado, mas por certo estava adormecido. Por isso é que nessa minha manifestação eu dizia que, a par da luta pelo lado institucional, eu não poderia me descurar do problema da valorização



Com Almino Affonso, comemorando a vitória nas eleições para a OAB.

profissional, da previdência e assistência social do advogado, do salário mínimo profissional, da autonomia da OAB e da defesa das prerrogativas do advogado. O advogado começava a se tornar um empregado das empresas, saindo daquele escritório tradicional e isso precisava ser acompanhado de perto pela Ordem.

Essa disposição em dar mais ênfase aos aspectos profissionais ocorria em função de uma percepção de que, vencido o período de transição, o papel da Ordem deveria necessariamente refluir para as questões mais ligadas à corporação, em detrimento de sua atuação política?

A OAB cresce muito no conceito popular quando a repressão é aguda, quando você tem o Estado de Direito adormecido, quando as prerrogativas constitucionais começam a desaparecer. Quando impera a normalidade democrática, no entanto, ela necessita de outras bandeiras. Naquela altura, começava a cessar a chamada indisponibilidade institucional, nós então começamos a atuar em outros campos. Eu, inclusive, briguei muito pelo ensino jurídico que estava sendo deformado. Você encontrava faculdades de fins de semana e a cada seis meses estavam sendo catapultados inúmeros bacharéis de direito. A OAB começou a encontrar então este outro veio.

No que diz respeito à questão do ensino jurídico, quais os resultados alcançados por sua gestão a frente da OAB?

Consegui fechar uma faculdade de fim de semana. Não consegui que se tornasse obrigatório o Exame de Ordem, à época, embora hoje seja. Consegui acabar com algo danoso, que eram os estágios que não recomendavam nada ao estudante que chegasse ao quarto ano, mas lhe franqueavam a inscrição na Ordem. Acho que melhorei também a adequação curricular. Mas de qualquer forma, é preciso que se diga que isto não partiu de minha gestão. San Tiago Dantas, numa conferência que ficou famosa, já dizia que um dos males da sociedade era a distorção do nosso ensino jurídico. E continua, hoje, tendo se transformado numa questão séria. Hoje, em todo o Brasil, avulta um número enorme de faculdades particulares sem a menor estrutura e condição de estarem formando bacharéis em direito. Nós conseguimos, atualmente, que a OAB se pronuncie quando da criação de novas faculdades. Este foi um ganho cuja semente foi plantada lá na minha gestão. Se eu tivesse de fazer um balanço da época em que a dirigi, diria que foi favorável.

O atentado contra a sede da OAB, que vitimou dona Lyda, não tinha completado um ano quando ocorreu o episódio do Riocentro. O Senhor considera que a fragilidade dos inquéritos abertos possa ter encorajado os terroristas a continuar agindo?

No caso do atentado que vitimou dona Lyda, a fragilidade do inquérito por parte daqueles que o comandaram ficou flagrante. Eu diria que se essa fragilidade não incentivou a execução de atentados posteriores, como o do Riocentro, ao menos contribuiu para isso.

O atentado do Riocentro não fez crescer o medo de que a OAB também pudesse vir a ser alvo de um outro ataque? O senhor chegou a ser ameaçado?

Sim, eu recebi muitas ameaças, pela madrugada, via telefone. Minha mulher ficava bastante assustada. Nós tínhamos uma neta de dois anos e as ameaças recaíam sobre ela. Diziam

Cabral assume OAB e defende a Constituinte

O advogado amazonense José Bernardo Cabral tomou posse ontem na presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio, defendendo a convocação de uma Assembléia Constituinte, resultante de “um amplo pacto social que abranja trabalhadores, empresários, profissionais liberais e forças políticas”.

Bernardo Cabral foi eleito, ontem, por 19 votos contra 7, dados a José Paulo Sepúlveda Pertence. Ao transmitir-lhe o cargo, Eduardo Seabra Fagundes lembrou o atentado a bomba contra a sede da OAB, no ano passado, dizendo que o caso “perde-se na teia burocrática de investigações pouco convincentes”.

PAG. 5

TOLIA
2/04/81



BERNARDO CABRAL
Bernardo Cabral fala com o comitê de DH
contra a impunidade do terrorismo

OAB CONDENA O TERROR IMPUNE

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, José Bernardo Cabral, afirmou ontem, durante a abertura da 28ª reunião dos Presidentes de Seccionais da Ordem, que a OAB condena o terrorismo e pede a abertura de uma investigação pública nacional. Cabral elogiou o tenente-coronel Nivaldo Dias, destituído do posto esta semana.

que iriam estuprá-la e sequestrá-la. Eu recebia também ameaças por escrito, assinada por um tal “Comando Delta”. Quando eu me queixei à autoridade competente, a única coisa que eu ouvi foi a recomendação para andar sempre em carro de praça e nunca fazer o mesmo percurso. Durante os dois anos em que fui presidente da OAB, só andei em táxi e nunca fiz o mesmo percurso.

As autoridades chegaram a lhe oferecer proteção?

Em dado momento o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, quis por a Polícia Federal à minha disposição, mas eu recusei. Aliás, devo dizer que ele sempre foi muito correto comigo. Nas nossas reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o CDDPH, em Brasília, ele sempre foi muito democrático, o que era um caso raro em se tratando das autoridades que serviam ao governo Figueiredo.

Mas essa cordialidade se traduziu, em algum momento, em apuração efetiva das ameaças que a OAB sofria?

No meu caso, sim. Certa vez, numa reunião com o ministro Abi-Ackel, eu denunciei a existência de uma célula da Polícia, em Minas, que estava torturando presos. E ele mandou apurar. A cordialidade não ficava apenas no gesto, pelo menos comigo. No CDDPH acontecia a mesma coisa. Todas as denúncias que eu, o Barbosa Lima Sobrinho, representando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ou o Benjamin Albagli, representando a Associação Brasileira de Educação (ABE), fazíamos, ele mandava apurar.

Além do senhor, algum conselheiro federal recebeu ameaças?

Não sei. Eu nunca revelei isso publicamente. Eu poderia ter revelado para alguns colegas as ameaças do “Comando Delta”, mas nunca dei entrevistas para que não pudessem pensar que havia ali uma exploração política do episódio. Eu sempre tive o cuidado de não transformar isso num palco iluminado.

Na nota oficial que a Ordem emitiu em função da bomba do Riocentro, afirmando que “nem a história tolerará manobras de escamoteamento da verdade”, os termos que nela foram empregados causaram um certo debate dentro da OAB. Era significativo o grupo de conselheiros federais que achava que a Ordem deveria moderar o seu discurso em relação ao regime militar?

Significativo era o grupo de conselheiros que entendia que o discurso em relação ao regime

militar deveria ser altivo, duro, independente. Nós entendíamos que, para a restauração das liberdades democráticas, somente a cidadania política reorganizaria a sociedade. E, para chegar a este intento, nós reivindicávamos a restauração do habeas corpus, a revogação do AI 5 e de toda aquela legislação que atentava contra a soberania do país.

Alguma autoridade do governo chegou a lhe procurar para tratar do teor da nota?

Não, nunca. Como também nunca tiveram a audácia de me chamar para coisa alguma. Porque sabiam que eu era um deputado federal cassado, eles não tinham como fazer comigo mais nenhum outro mal. Eu já tinha perdido dez anos de direitos políticos, a anistia não me beneficiou, eu purguei toda a minha punição.

O senhor chegou a ir ao Congresso Nacional em companhia dos representantes da ABI, da ABE e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para protestar contra a explosão no Riocentro. Houve receptividade por parte dos congressistas?

O Congresso foi plenamente solidário com a nossa posição.

O senhor considerava, naquele momento, que os atentados pudessem afetar o processo de transição política?

Naquela época eu já julgava que o processo de transição política era inexorável. Eu acreditava nisso porque há muito a OAB já vinha lutando pela substituição do controle repressivo pelo controle político. Quem primeiro lançou as bases de uma Assembléia Nacional Constituinte foi a OAB.

No que diz respeito à legislação de exceção, a OAB teve sempre um posicionamento explícito a favor de sua completa extinção. No entanto, havia uma proposta do Dr. Sobral Pinto de acabar com a Lei de Segurança Nacional (LSN) e introduzi-la no Código Penal. Esse era um ponto consensual dentro do Conselho ou havia dissensão em torno do tema?

Nós tínhamos dois especialistas no campo do direito penal: Sobral Pinto e Heleno Fragoso.

Ambos defendiam que a LSN deveria ficar em um capítulo do Código Penal, da mesma forma que a legislação de crime de imprensa. Mas no fundo o que todos queriam era a revogação pura e simples da Lei. Esse outro caminho proposto pelo Dr. Sobral era alternativo, caso a lei continuasse vigendo.

Havia alguma espécie de diálogo entre a OAB e jurista do governo, como por exemplo, o Dr. Leitão de Abreu, que veio a ser chefe da Casa Civil do governo Figueiredo?

Um belo dia, durante a minha gestão, eu cheguei em Brasília e o Leitão de Abreu, que era então ministro do STF – não havia assumido ainda a chefia da Casa Civil – veio conversar comigo. Conversamos sobre assuntos jurídicos, mas em nenhum momento ele pronunciou algum tipo de advertência sobre a atuação da Ordem ou sugeriu que nós devêssemos adotar esta ou aquela postura diante do governo.

Em respeito ao uso constante da LSN contra a imprensa, vocês recebiam e atendiam às solicitações de órgãos do setor que sofriam com a censura ou a iniciativa da denúncia das arbitrariedades partiam da própria OAB?

As iniciativas partiram sempre da OAB, mas, claro, nós contávamos também com a colaboração dos próprios solicitantes, como o Pasquim e o Estado de São Paulo, além de outros segmentos da sociedade.

Em relação às pessoas físicas, havia também muita demanda?

Havia. Mas a procura pela OAB foi maior durante a gestão do meu antecessor, o Seabra Fagundes. Eu fui secretário-geral na diretoria liderada por ele e presenciei. A época dele foi um pouco mais tumultuada do que a minha.

Durante a sua gestão houve assassinatos de advogados. Parece-nos que, para além das questões políticas, eram as questões sociais, especialmente os conflitos agrários, o foco gerador das tensões. A Ordem ficou unida quanto ao tipo de postura que deveria adotar no debate sobre a questão agrária?

Eu, sinceramente, não me recordo de nenhuma divisão interna em função disso. Se houve descontentamentos – e, inclusive, nós tínhamos dentro da Ordem advogados proprietários de terras ou ligados a proprietários rurais – não se manifestaram no Conselho.

Isso se deve ao fato de a Ordem, como instituição, constranger posicionamentos que privilegiem interesses individuais em favor do seu senso de comprometimento social?

Sim, eu acho que essas questões não foram levadas para o centro dos acontecimentos. A OAB, eu sempre disse, e acho que continua sendo assim, era a única instituição que não tinha conotação político-partidária, apesar de muitos serem de partidos políticos diferentes. Quando a OAB tomava uma posição, era da OAB e era sempre voltada para o Estado de Direito. Então, se havia uma voz discordante, ela não se manifestava por ser deste ou daquele partido político. As bandeiras da instituição eram o principal, o resto era acessório. Isso é rigorosamente verdadeiro, embora, evidentemente, conflitos internos tenham sempre havido.

O senhor diria que um símbolo desse peso institucional é, por exemplo, o fato de que os presidentes quase nunca tentarem a reeleição, ainda que não haja qualquer restrição estatutária para tal?

O José Neves até que tentou, mas o Sobral Pinto se insurgiu contra ele e a intenção não vingou. Alguns presidentes costumam ser indagados se gostariam ou não de continuar. Comigo mesmo isto ocorreu, mas recusei. Eu acho que esta é uma bela posição assumida internamente pela OAB. Tem sido a sua grande firmeza.

As atas das sessões da OAB mostram que o senhor sofreu uma constante oposição de alguns conselheiros com grande influência na instituição, com os drs. Miguel Seabra e Eduardo Seabra, para citar apenas dois. Por que isso ocorreu?

Eu não sei a que atribuir a posição do saudoso Seabra Fagundes e a do Dr. Eduardo,

ambos ex-presidentes, pai e filho. Eu fui eleito secretário-geral numa chapa de oposição aos dois. Em seguida, venci as eleições contra o candidato que eles apoiaram para a presidência da Ordem, o Sepúlveda Pertence. Eu infligi aos dois uma derrota atrás da outra e talvez isso tenha impedido que eles me vissem com bons olhos. Mas eu devo dizer, e faço isso com muita sinceridade, que ambos merecem o meu respeito, sobretudo o Miguel Seabra Fagundes, que foi uma legenda e já é falecido.

Em função de seu interesse pela questão do ensino jurídico, o senhor entabulou negociações com o então ministro da Educação, o coronel Rubem Ludwig. Na ata de 3 de março de 1982, consta que os conselheiros Hermann Baeta, então seu secretário-geral, e Sérgio Ferraz, pediram que seus nomes não constassem como co-autores de propostas de reforma do ensino jurídico, as quais o senhor faria chegar ao ministro. Houve algum tipo de mal-estar?

Em primeiro lugar, o Rubem Ludwig foi um dos homens mais competentes que eu conheci. Quando eu combinei um encontro com ele, a idéia era por um ponto final nas faculdades de fim de semana. A quem eu poderia recorrer para por um cobro a essa situação senão ao ministro da Educação? Foi o que eu fiz e ele agiu. Agora, quanto ao fato de o Hermann Baeta e o Sérgio Ferraz terem tomado essa atitude, eu só posso entender que quisessem deixar todo o brilho comigo, que era o presidente da Ordem. Não havia desdouro em lutar pela melhoria do ensino jurídico.

Por que a visita do ministro Ludwig à Ordem, no mesmo mês de março de 1982, causou tanta celeuma?

Há um equívoco na história do Ludwig. Ele declarou que sua visita à Ordem era uma forma de demonstrar o seu respeito pela instituição. Nós não fomos ao Ministério; ele é quem veio à Ordem e fez uma espécie de prestação de contas sobre a questão do ensino jurídico. O Dr. Miguel Seabra Fagundes entendeu isto como uma homenagem indevida. Eu não fiz homenagem

nenhuma, nem muito menos a OAB. A Ordem não ficou dividida em função deste episódio.

Não houve em nenhum momento algum tipo de suspeição de que o senhor estivesse tirando o chapéu de presidente da Ordem e botando de novo o chapéu de político?

O meu mandato terminava em abril de 1983. Em 1982, as eleições para o governo, para o Senado e Câmara dos Deputados, estavam sendo realizadas. Em julho desse ano eu recebi todas as propostas possíveis e imagináveis para ser candidato a deputado federal pela minha terra. E eu disse que não faria da OAB trampolim político. Mas as pessoas não acreditavam, achavam que eu não ia até o fim do meu mandato, para aproveitar o panorama favorável da OAB. E eu fui até o fim e não saí candidato. Candidatei-me em 1986, somente. A dignidade desta minha atitude é que eles não reconhecem.

O episódio de sua viagem aos Estados Unidos e a Israel, em outubro de 1982, gerou outra polêmica com o Dr. Miguel Seabra Fagundes. Como se deu o fato?

Fui aos Estados Unidos como também à União Soviética. E aos dois países fui convidado por entidades ligadas aos direitos humanos, a fim de que visse qual era a diferença de tratamento entre os dois países a respeito da questão. A Israel fui também em função da proposta pela paz, que até hoje ainda não teve desfecho. Quando fui à União Soviética, os convidados fomos eu e o Barbosa Lima Sobrinho, que aca-

bou não podendo embarcar por problemas de saúde. O saudoso Miguel Seabra Fagundes se apressou em censurar a minha ida aos Estados Unidos, esquecendo-se também que tinha eu ido à União Soviética.

Que tipo de repercussão interna gerou esse debate acirrado entre o presidente da Ordem e um conselheiro com o prestígio do Dr. Miguel Seabra Fagundes?

Quando você quebra estruturas as reações são sempre ferozes. Eu cheguei ao Conselho Federal como um advogado vindo do Norte, sem o respaldo da tradição de uma família de juristas. Só que eles desconheciam que eu tinha sido o primeiro aluno da turma, professor da Faculdade de Direito de Brasília (CEUB) e, falava, como falo, quatro idiomas. Portanto, não chegava aqui de graça, alguma coisa tinha para dizer.

Qual a sua opinião a respeito da transferência da sede da Ordem para Brasília?

Eu era contra a transferência da sede para Brasília por considerar que a repercussão da atuação da Ordem em Brasília seria muito menor do que se continuasse no Rio. Aqui em São Paulo, você tinha, e tem, os jornais de maior circulação do país e grandes juristas e advogados. A deposição de Getúlio, por exemplo, se deu em função também do trabalho da Ordem. Se fosse em Brasília, talvez não tivesse ocorrido. Quando a Câmara dos Deputados funcionava no Palácio Tiradentes, circulavam



Palestra na Sorbonne.

por aqui uma plêiade de jornalistas, entre os quais Carlos Lacerda, Hélio Fernandes, Carlos Castelo Branco, Villas-Bôas Corrêa e muitos outros. Isso fazia com que a repercussão fosse muito grande. É verdade, porém, que a transferência da sede para Brasília significou um ganho em representatividade regional dentro do Conselho Federal, já que os advogados dos próprios estados passaram a exercer, efetivamente, a representação de suas seccionais. Hoje a situação é outra. Os meios de comunicação transmitem as informações quase que instantaneamente. A facilidade de recursos e transportes, atualmente, também são outros fatores com os quais, à época, não podíamos contar. Àquela altura, portanto, o raciocínio era válido e hoje está superado.

Um outro ponto que gerou polêmica durante a sua gestão, já em pleno processo sucessório, foi a indicação do conselheiro Sílvio Curado para que não se publicasse em ata a fala do conselheiro Georges Tavares – ao que o senhor se opôs – que acusava o candidato Alcides Munhoz Neto de estar tentando conquistar votos por meio de promessa de custeio de passagens dos conselheiros. O receio de que a Ordem ficasse exposta em demasia é o que justifica a atitude do conselheiro Curado?

Só posso falar da minha decisão: mandei imediatamente que se publicasse. A discussão era pública e a ata reflete o instante de uma discussão. Como eu poderia mandar que se escamoteasse um acontecimento dessa natureza? E eu não via por que isto resultasse num prejuízo para a Ordem, posto que ela sempre funcionou de portas abertas. Havia uma unanimidade quando nos expúnhamos. Eu nunca dei uma declaração que não refletisse o que já houvesse sido decidido, para que a nossa imagem fosse sempre preservada.

A difícil relação da Ordem com o STF é uma questão que sempre volta à tona. Durante o seu mandato a OAB não enviou representante à solenidade que homenageou o ministro Antonio Néder. Por que a Ordem não se fez presente dessa vez?

Porque ninguém quis ir. Eu estava impossibilitado e, portanto, não poderia estar presente. Mas até o final da minha gestão sempre fomos convidados para todos os eventos, sendo então presidente do STF o ministro Xavier de Albuquerque. Ele, inclusive, havia sido meu professor na Faculdade de Direito do Amazonas.

No que diz respeito à sua sucessão, o senhor apoiou o Dr. Mário Sérgio Duarte Garcia, que venceu Alcides Munhoz Neto por uma margem pequeníssima de votos, em uma disputa acirradíssima. Como se deu esse processo?

Mário Sérgio era o candidato natural, mas o fato é que ele não desejava a presidência, porque tinha um escritório muito movimentado em São Paulo, como tem até hoje. Só na última hora resolveu aceitar, tendo sido difícil reverter a situação. O Sobral Pinto escreveu uma carta, eu fiz alguns pedidos e o Baeta trabalhou bastante. A sucessão do Mário Sérgio foi mais fácil, porque logo começamos a trabalhar o nome do Baeta como candidato natural e ele se tornou vitorioso pelos seus próprios méritos.

Qual a comparação que o senhor faria entre a OAB do início da década de 1980 e a OAB de hoje?

São épocas que não podem ser comparadas. Na minha gestão havia uma repressão aguda, que estava quase findando, mas ainda se fazia presente. E o que nós vemos hoje? Queiram ou não queiram, gostem ou não gostem do Lula, a eleição dele serviu para mostrar que um torneiro mecânico pode chegar à presidência da República sem fazer nenhuma revolução. Hoje nós vivemos concretamente sob um Estado democrático de direito. Repito, são épocas distintas que não podem ser comparadas. Mas no que diz respeito à OAB, posso garantir que de qualquer sorte, qualquer que seja a época, ela sempre estará à frente de qualquer outra entidade. Não há nenhuma entidade que seja tão forte quanto a OAB.

Em que medida a força da OAB depende do perfil de seu presidente?

O perfil contribui apenas. Você não pode imaginar a OAB sendo conduzida por uma

peessoa fraca, no sentido técnico, moral e ético. Você não pode imaginar ter um presidente da OAB sendo subordinado a qualquer ministro de Estado. Isso não existe. Agora, é claro que acima do perfil do presidente está a instituição. Ele contribui para o brilho dela, mas não é ele quem dá o brilho, mas sim toda a tradição que está por trás. Se você me perguntar qual o cargo que mais me honrou ter exercido, ao longo da minha intensa vida pública, eu lhe respondo com convicção plena de que foi o de presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.”

Bernardo Cabral cumpriu o seu mandato como presidente da Ordem e ajudou a eleger o seu sucessor, o advogado Mário Sérgio Duarte Garcia contra Alcides Munhoz Neto. Em seu discurso de despedida ele prestou contas de sua gestão e pôs em relevo as conquistas da Ordem durante o seu mandato:

“(...). O programa de trabalho da administração que ora encerra o seu período há de balizar a nova administração, dando prioridade idêntica na solução dos problemas institucio-

nais que afligiam e ainda estão a afligir a nação, assim como na dos específicos à própria classe. (...). Procurou-se, assim, contribuir para a formação de uma consciência média da Corporação, crítica do ponto de vista profissional e democrática do ponto de vista político-institucional, centrada nas bandeiras que a OAB vem tendo coragem de desfraldar. A construção do Estado Democrático – depende também de condições econômicas básicas em consonância com a sólida formação acadêmica. Para alcançar melhorias na questão profissional criou-se no âmbito do Conselho Federal a Comissão dos Advogados Empregados, com o objetivo de realizar um Encontro Nacional a fim de debater todos os ângulos e se transformar em instrumento de luta em prol de legislação específica para a tutela dos direitos trabalhistas dos advogados empregados, sem prejuízo da aproximação que deverá ser pronunciada entre os advogados dispersos nos departamentos jurídicos e a OAB. (...). É preciso, imperioso, urgente, construir a ponte da concórdia através desse mar de desunião.

| Depoimento de **Aurélio Wander Bastos** |



“ Não temos como falar de Bernardo Cabral sem que efetivamente o associemos à clássica bandeira dos advogados: a luta pela proteção e reconhecimento dos Direitos Humanos, os direitos humanos que nasceram como projeto dos advogados, sobreviveu como projeto dos advogados na luta contínua que resplandece como testemunho da história, desta história, Bernardo Cabral, que na sua vida construiu como nossa história a história de seu povo, de sua gente, de nossa gente que luta e espera um grande Brasil, um Brasil com tantas realidades quanto os sonhos de Bernardo Cabral.”

Professor Universitário e Conselheiro da OAB-RJ

Fonte: Revista Justiça e Cidadania

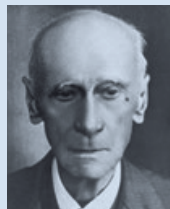
Galeria dos presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Levi Carneiro
(9.3.33 a 11.8.38)



Fernando de Melo Viana
(11.8.38 a 11.8.44)



Raul Fernandes
(11.8.44 a 11.8.48)



Augusto Pinto Lima
(11.8.48 a 31.8.48)



Odilon de Andrade
(14.9.48 a 11.8.50)



Haroldo Valladão
(11.8.50 a 11.8.52)



Atílio Viváqua
(11.8.52 a 11.8.54)



Miguel Seabra Fagundes
(11.8.54 a 11.8.56))



Nehemias Gueiros
(11.8.56 a 11.8.58)



Alcino de Paula Salazar
(11.8.58 a 11.8.60)



José Eduardo do P. Kelly
(11.8.60 a 11.8.62)



Carlos Povina Cavalcanti
(11.8.62 a 6.4.65)



Themístocles M. Ferreira
(6.4.65 a 28.5.65)



Alberto Barreto de Melo
(15.6.65 a 7.4.67)



Samuel Vital Duarte
(7.4.67 a 1.04.69)



Laudo de Almeida Camargo
(1.4.69 a 1.4.71)



José Cavalcanti Neves
(1.4.71 a 1.4.73)



José Ribeiro de Castro Filho
(1.4.73 a 1.4.75)



Caio Mário da Silva Pereira
(1.4.75 a 1.4.77)



Raymundo Faoro
(1.4.77 a 1.4.79)



Eduardo Seabra Fagundes
(1.4.79 a 31.3.81)



J. Bernardo Cabral
(1.4.81 a 3.4.83)



Mário Sérgio Duarte Garcia
(4.4.83 a 1.4.85)



Hermann Assis Baeta
(1.4.85 a 31.3.87)



Márcio Thomaz Bastos
(1.4.87 a 1.4.89)



Ophir Filgueiras Cavalcante
(1.4.89 a 1.4.91)



Marcello Lavenère Machado
(1.4.91 a 1.4.93)



José Roberto Batochio
(1.4.93 a 1.4.95)



Ernando Uchoa Lima
(1.4.95 a 31.1.98)



Reginaldo Oscar de Castro
(1.2.98 a 31.1.2001)



Rubens Approbato Machado
(1.2.2001 a 31.1.2004)



Roberto Antonio Busato
(1.2.2004 a 31.1.2007)



Cezar Britto
(1.2.2007 a 31.1.2010)



Ophir Cavalcante
(2011 a 2013)



Marcus Vinicius Furtado Coêlho
(2013-)

A nação precisa reencontrar os caminhos da sua grandeza, seja tanto na órbita econômico-financeira, quanto no escalão social. Um e outro passam, necessariamente, pelo portal generoso do povo independente, soberano na sua escolha, intangível nas suas decisões. (...). O maior problema institucional do país é a ilegitimidade do Poder, razão pela qual a solução mais viável para o impasse é a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana, com novos representantes eleitos para esse fim, já que a Constituição de um país não pode ser um documento abstrato, com o objetivo de adulterar uma realidade nacional para situá-la dentro de parâmetros casuísticos. Vale dizer, recolocar o Poder Constituinte nas mãos do povo soberano, sabido que não há poder legítimo sem o seu consentimento. A Ordem, enfim, continuará a dar os passos que até aqui foram dados, e esta presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, proclama uma profissão de fé democrática e de confiança no cumprimento do programa que apresentamos durante a nossa campanha, programa que, enfrentando os temas institucionais, não deixou de lado os problemas específicos da profissão.”¹

Em 1989 Fernando Collor de Mello venceu a disputa para a presidência da República. Seu opositor fora o petista Luiz Inácio Lula da Silva. Era a primeira eleição direta depois da ditadura.

Para a formação de seu governo, Collor convidou o relator da Constituinte para assumir o Ministério da Justiça. Cabral aconselhou-se com Ulisses Guimarães, que também disputara as eleições, mas não lograra êxito. Pragmático, Ulisses disse que Cabral deveria aceitar, mesmo reconhecendo que Collor não tinha nenhuma ligação com a luta pelo restabelecimento da democracia no país. Mas Ulisses achava que seria “melhor ter um de nós” na composição do governo, do que um outro qualquer que fosse assumir o cargo.

Bernardo Cabral, então, foi nomeado Ministro da Justiça, de onde saiu, de mãos limpas, por conta de movimentos políticos relacionados às eleições em Alagoas, cidade natal do núcleo próximo do presidente. Em 1990 o país assistiu à promulgação de leis fundamentais para o exercício da cidadania: a Lei dos Juizados Especiais, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei dos Crimes Hediondos.

O presidente Fernando Collor renunciou, depois de um desgastante processo de impeachment. A respeito dele, porém, diz Cabral:

“É melhor que o Sarney. Como figura humana, como administrador, como presidente e, inclusive, como amigo. Eu creio que se tivesse havido um melhor relacionamento com o Congresso, ele não teria passado pelo que passou. O FHC dominava o Congresso e escapou, o Lula também, porque se relacionava com o Congresso.”

Recentemente Bernardo Cabral escreveu uma série de artigos no jornal A Crítica, de Manaus, onde falou de sua passagem pelo Ministério da Justiça:

“Ao travar-se a eleição presidencial de 1989, no seu primeiro turno, num dever de lealdade – por alguns não compartilhado – dei meu apoio e participei ativamente da campanha do candidato do meu partido, o Deputado Ulysses Guimarães, com quem tinha atuado de forma muito próxima na Assembléia Nacional Constituinte e da qual fora ele Presidente e eu Relator-Geral. Transposta aquela fase do pleito, enfrentaram-se, no segundo turno, o ex-Governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello e o Deputado Luiz Inácio Lula da Silva.

Vitorioso, Collor de Mello empolgara a opinião pública com a sua pregação de escrupuloso respeito pela moralidade administrativa e, em especial, por sua mensagem de combate às mordomias e aos funcionários que afrontavam a miséria do povo brasileiro com seus supersalários. Eu próprio já tivera ocasião de participar dessa batalha quando, na Constituinte, dei parecer favorável à emenda que impedia a exis-

1 Ata da 1468ª Sessão da 53ª Reunião Ordinária do Conselho Federal da OAB, realizada em 04.04.1983.

tência de salários desmesuradamente elevados no serviço público.

Terminada a eleição, convidou-me o Presidente eleito para algumas reuniões e, mais tarde, fazer parte de sua equipe, da qual fui o primeiro a ter o nome anunciado publicamente, logo seguido pelos titulares das pastas militares. A aceitação ao convite se deveu ao enorme desafio que representava participar de um governo de idéias arrojadas e que procurava por cobro a uma situação de descabro econômico-financeiro, ampliada por uma inflação que, naquele longínquo mês de março de 1990, ultrapassava o patamar dos 80%.

A escolha, desde logo – é oportuno relembrar – me rendeu uma indisfarçada rejeição por parte de alguns setores da mídia e por outros segmentos que não concordavam que alguém como eu, que tivera sido Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil durante os anos de repressão do regime militar e, posteriormente, Relator da Constituinte, viesse a participar do que insistiam considerar como um perfil de Governo conservador. Iniciou-se, a partir daí, o que poderia denominar – sem medo de erro – de um patrulhamento que me acompanhou durante todo o tempo em que permaneci no Ministério.

O desafio que se apresentava, em termos da nova missão dada pelo Presidente da República ao Ministro da Justiça, era o de exercer a coordenação da ação política do Governo, capitaneando uma nova relação entre o Executivo e o Legislativo.

Todo o conjunto de atribuições que se concentrara, até então, no Gabinete Civil da Presidência da República se deslocou para o Ministério da Justiça, numa experiência que era nova, pelo menos no período pós-64.

Se, no regime da Constituição de 46, a Pasta da Justiça se desincumbia de algumas das atribuições que agora lhe destinava a proposta de reforma administrativa, nos 25 anos subsequentes, somente uma vez e de modo fugaz, coube ao titular do Ministério desempenhar tal atuação de caráter eminentemente político.



Cabral, no gabinete de Ministro da Justiça, 1990.

Refiro-me, é claro, ao período em que esteve à frente da Pasta o saudoso Senador Petrônio Portella.

Na verdade, naquele momento, pareceu-me, de pronto, que a tarefa não seria fácil, muito embora o Presidente possuir o respaldo dos 35 milhões de votos que o haviam levado ao poder.

Com o apoio da legitimidade presidencial e, de forma indubitosa, de um intenso trabalho de articulação política, do qual participaram ativamente e com grande habilidade os líderes, na Câmara e Senado, foi possível aprovar no Congresso o conjunto das medidas provisórias do plano econômico e da reforma da administração pública.

E, estranho paradoxo: a aprovação de um plano de controle de gastos por um Congresso

que tinha saído da Assembléia Nacional Constituinte com a fama de agir como se não houvesse a necessidade de pagar a conta pelo aumento do gasto público. Esse albergue político, através da aprovação de tais medidas, talvez tenha sido uma das mais marcantes, e ainda não perfeitamente contadas, histórias de nosso Parlamento.

Aqueles que, como eu, fizeram parte da primeira equipe, coube a penosa tarefa de implementar e pôr em prática essa reforma, o que representou um certo grau de sacrifício, tal como o de, obrigatoriamente, cortar despesas, chegando a atingir, tantas vezes, os resíduos do já minguado orçamento público.

Ao mesmo tempo em que se enxugava a máquina, procurei lançar as bases para a modernização do Ministério da Justiça.

E consegui.

Essa realização se deu, a principio, quebrando alguns vícios de origem que emperravam, pela mesmice – como exemplo – o problema de estrangeiros no Brasil. Após exaustiva análise, consegui publicar, com 63 páginas, o “Guia prático para orientação de estrangeiros no Brasil”, permitindo esclarecer as principais dúvidas relativas à sua situação jurídica no território nacional, evitando, dessa forma, a desnecessária ou má intermediação de terceiros nos assuntos dessa natureza.

Por igual, submeti ao Presidente da República a Exposição de Motivos criando o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM – em estreita colaboração com o Ministro Sócrates Monteiro, da Aeronáutica, que mereceu aprovação presidencial e respectivo encaminhamento ao Congresso Nacional. Hoje o SIVAM é uma referência na Amazônia.

Além de que, dentre outras medidas, foi possível concretizar no campo administrativo, através da informatização, da reforma dos procedimentos, do incessante cuidado com a boa gerência da coisa pública, eis que o propósito era fazer da mais antiga das pastas ministeriais a mais moderna e atual em termos de sua capacitação técnica e gerencial.



No Memorial Lincoln, inspiração.

Tudo isso faz parte do ontem. E, como já tive ocasião de afirmar, o homem público nada deve esperar de seus contemporâneos, sequer compreensão, quando muito reconhecimento dos seus pósteros. Por isso mesmo, cabe destacar que aquele fenômeno de rejeição por uma parcela diminuta da imprensa tinha agora a ele acoplado a colaboração de certos segmentos do Governo. E mais: eventuais dificuldades no relacionamento do Governo com o Legislativo e os Tribunais Superiores eram a mim injustamente debitados.

A intriga passou a ser feita quase às claras e, em determinado momento, ultrapassou o campo político-administrativo para atingir o campo da privacidade, instante em que considerei ser hora de dar a minha modesta contribuição por finda e retornar, primeiro, à minha cadeira de Deputado Federal e, depois, à minha banca de Advogado. O que fiz, em caráter irrevogável.

Neste breve esboço, devo registrar que a experiência foi dura e, às vezes, sofrida. No entanto, não há espaço para mágoas ou queixas. Até porque quando do Ministério saí, sete meses depois, era como se nele estivesse entrando no dia da posse: de cabeça erguida e de mãos limpas.”



Na Faculdade de Direito, em Manaus. O bom filho à casa retorna. Na fotografia é possível ver, dentre outros, o ex-prefeito Paulo Pinto Nery, o reitor da Universidade do Amazonas Hamilton Mourão, e os ex-presidentes da OAB, Seccional do Amazonas, José Paiva e Félix Valois.



No monumento da fronteira da Áustria com a Hungria, dez anos depois, foi permitido que cada um dos dez homenageados fizesse gravar na mesma pedra o nome de outra pessoa que foi essencial para o seu trabalho em prol da liberdade. Cabral não teve dúvidas: Zuleide, sua esposa, companheira de toda vida.



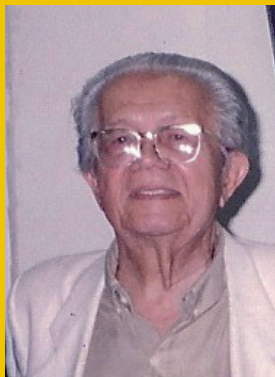
CAPÍTULO V

A Palavra em Ação

Em 1980 a Graphice- Gráfica e Editora publicou o livro intitulado “A palavra em ação”, onde foram compilados, até aquela data, os discursos de Bernardo Cabral. Ele não havia, ainda, sido eleito para a presidência do Conselho Federal da OAB, nem se havia tornado, ainda, Constituinte, Relator da Constituição de 1988, Ministro da Justiça e Senador da República, onde o seu estro alcançou as maiores alturas. Homem da palavra e de palavra, mas também de ação, de palavra em ação, como dizia o jurista amazonense Carlos de Araújo Lima, os momentos de oratória de Bernardo Cabral, pela beleza de estilo, pelo compromisso com as melhores causas, pelo que representaram para a história do Brasil, não poderiam ficar de fora de uma obra que cuida de sua vida, que é uma vida a serviço da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

Para apresentá-los conto com a ajuda de dois grandes brasileiros e, também, fenomenais oradores, o magistrado Francisco Horta e o advogado Carlos de Araújo Lima.

| Depoimento de **Carlos de Araújo Lima** |



Banzeiro

“Esta introdução é um banzeiro. Banzeiro sim. Onda, marola, reação causada pela passagem nos rios da Amazônia das embarcações de grande porte, saudadas nas canoas pelos curumins, com gritos de

entusiasmo e alegria.

A Amazônia, sempre a Amazônia – a Santa Mãe Terra – alvoroçada e feliz porque está vendo, consagrado na ternura geral, um filho dos mais ilustres que na Câmara dos Deputados cunhou com oportunidade uma expressão que fica – patriotismo amazônico.

Todos sabem que falar não é dizer.

Tratar de Bernardo Cabral é dizer sobre o Homem.

No sentido mais alto e mais largo. Mestre da simpatia humana, Bernardo, cujas raízes estão em Portugal, cultiva, como quem respira, naturalmente, essa arte que está ficando privilégio de poucos – a de salivar o bom gosto de viver. Que quer dizer isso? De que resulta?

É uma operação simples, a de gostar de todos, suprimir o outro pois vê neste sempre um irmão certo ou provável; mergulhar no mais íntimo e autêntico relacionamento com as mais variadas categorias e classes, para desse batismo do contato fraterno voltar à tona da própria consciência se sentindo mais humano, mais socialmente ligado à vida.

Mais ele mesmo, o Bernardo que, ao invés de se olhar pode se ver. E gostar do que vê. Nessa conclusão não entra a vaidade ou narcisismo. É que o ver a si mesmo em tais circunstâncias importa, para os que crêem, em encontrar

a prova de Deus, e para os que não têm fé religiosa a verificação de que somos cada vez mais nós mesmos na proporção em que contribuimos para o amor e o mais longo entendimento entre os homens.

Vale repetir. Falar não é dizer. Olhar não é ver.

Cabe o registro de que nesta chamada sociedade de comunicação, de tecnologia versátil, incrível, condicionante, o homem, pelo jeito, olha porque receia ver e fala porque não sabe ou tem medo de dizer.

Vazios de sentido, ignoram que um simples gesto, um sorriso, um bom dia dito com largueza de consciência afetiva, dão realidade a Fernando Pessoa – tudo vale a pena se a alma não é pequena – ou a Disraeli: a vida é curta demais para ser pequena.

Não sabem, coitados, que essas pequenas coisas se somam e multiplicam em corbeille de ternura no coração do Homem.

Bernardo Cabral é todo um ensaio do bem-querer. O brasileiro ilustre que nele admiramos jamais, em momento algum, deixou de ser o amazonense, glebário, o homem telúrico que captou a grandeza da terra e a transfundiu no entusiasmo e garra com que a representa e defende.

Formado em direito, em Manaus, 1º lugar e orador da turma de 1954, 1º lugar em Ciências Contábeis, orador em 1953 de Psicologia e Serviço Social, ocupou, por concurso, funções várias, exerceu cargos públicos os mais relevantes no Estado, o que se acha registrado na lombada desta publicação, liderou várias vezes o MDB na Câmara Federal, representando através de maciça consagração eleitoral, o seu Estado.

Em toda a sua quase inacreditável de tão intensa ação parlamentar, louvado por tantos

homens ilustres abordou sempre com o talento do advogado e a imperturbável finura do diplomata, os mais graves problemas nacionais.

Desde o seu pronunciamento como orador da turma da Faculdade de Direito de Manaus, formado aos 22 anos, sente-se que a estrutura da personalidade de Bernardo Cabral se define no primado do Direito e no empenho intrasigente pela conquista, no Brasil, da Justiça Social. Alavancas indispensáveis à irreversível Defesa Nacional que se processará com amor cristão e pertinência cabocla.

Suas palavras, como orador da turma na Faculdade de Direito de Manaus, são de um amadurecimento de jurista e de um sábio político, usada esta na última expressão no seu mais amplo sentido. O jurista e o político, lúcidos, de olhos abertos. Para a época e para o futuro.

São de 1954 e tocam na ferida que continua aberta:

“É o ensejo azado para se impor a reforma agrária; no entanto, não há sequer um esboço concreto. O que se nota é a somiticaria do latifundiário gerando a fome, impedindo a industrialização, a qual seria o fulcro ideal para o nosso país. Não. Não devemos nos curvar.”

São de um jovem de 22 anos essas candentes verdades que, infelizmente, na parte fundamental da reforma agrária continuam fantasia e sonho. Os donos da vida teimam, até hoje, em não ver que, nesse particular, se confundem o interesse e o direito de todos.

Teimam em não ver que, se para enfrentar tantos desafios – dívida externa, forma diabólica, facilitadora de nos garrotear, inação, inação produtiva da Petrobrás – é indispensável exportar o produto da lavoura, esta só corresponderá quando o homem viver a certeza de que está posicionado com justiça social.

Dede essa época Bernardo Cabral não ignorava que com a forme não pode conviver o Direito Democrático.

Observe-se, ainda, nesse discurso de estudante, a precisão e atualidade, excepcionais, das considerações e das citações. Ruy, por exemplo:

“...Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemmo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas.”

E esta advertência, que é para hoje, mais do que nunca, na mesma citação de Ruy:

“...Mas o que importa é que dê começo a se governar, a si mesmo, porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e amenizada na tutela perpétua do governo que não escolhe.”

Bernardo Cabral, vice líder do MDB na Câmara Federal, membro da Comissão de Segurança Nacional e Relações Exteriores, eleito um dos dez melhores deputados dos anos de 1967 e 1968 pela bancada da imprensa naquela Casa do Legislativo, foi um lutador persistente, atuante, sempre disciplinado porque jamais perdeu a postura, o equilíbrio, a elegância parlamentar. Defensor das mais cruciantes questões nacionais. Há trechos de inúmeras intervenções suas, na Câmara dos Deputados, em que sentimos que impunha silêncio, polarizava atenção, ganhou respeito e admiração reiterados, de seus colegas, quer do seu Partido quer da situação oficial.

Aos 10 de março de 1967 são de Bernardo Cabral palavras que se constituem em ferro em brasa na consciência brasileira:

“Editoriais divulgados na imprensa do sul do país fizeram, recentemente, referência a contrabando de ouro naquela região, onde colocam em relevo que um governo da região foi surpreendido com o apelo de um grande banco internacional, para que não mais enviasse o ouro em latas de doces ou óleo, pois isso criava dificuldades na hora de colocá-los no mercado.

E maior surpresa recebeu o estabelecimento bancário quando soube que tal governo nunca exportou ouro. Acho que isso dispensa comentários.”

Bernardo atuou com uma freqüência e brilho, quase desesperados. Denunciou, clamou, protestou, esclareceu, estimulou com isenção os acertos dos adversários, sempre imperturbável na constante de sua finura e educação parlamentar.

Quase desesperados, porque o caboclo presente, como ninguém, as enchentes, as vazantes, as borrascas e a cassação teria de vir, imotivada, ridícula, porque não é impunemente que se agitam problemas tentando esclarecer a opinião pública impostos pela pressão internacional.

Rolo compressor eleitoral no seu Estado, correndo na ânsia e no alvoroço consciente de seus conterrâneos para a governança do Amazonas, não, não podia ser... foi cassado, ou melhor, consagrado, porque é moldurado na História merecer um castigo com tal motivação.

Bernardo também não se perturbou. Lecionava Direito na Universidade de Brasília. Continuou, mais do que nunca, a fazê-lo. Um Cristão como ele nunca perde a fé na Vida. Porque não era só um político partidário. Infelizmente há que distinguir em nossa estremecida Pátrias três classes de brasileiros – os políticos partidários, os homens públicos e os que somam o político com o homem público.

Bernardo Cabral havia perdido a Tribuna da Câmara.

Com tenacidade cabocla, essa tranquila e inabalável força de vontade consciente que é uma bênção de Deus para aqueles que têm por missão sobreviver na imensidão das águas e no infinito do verde, Bernardo voltou com mais intensidade à advocacia. À Advocacia que tem nele um mestre de eficiência e crédito profissional porque na capacidade de aliciar benquerer, sua humildade risonha, faz com que desde os mais simples funcionários do foro, juízes, desembargadores, ministros, o recebam com o coração em festa. À entrada de Bernardo a gente tem a impressão de que até as portas se abrem.

Temos dito nas diversas palestras e nos contatos com estudantes de Direito que a advocacia é um estado de espírito, belo e difícil, um milagre, já que somos, temos de ser, na feliz expressão do Mestre da Escola de Recife, os fornecedores, aos Juízes, do Direito peptonizado, além de intérpretes e transmissores, de minuto a minuto, da própria vida sem o que as leis não

transportam o Direito e se constituem naquilo que induziu Maudsley a afirmar – as leis são virgens que precisam ser violadas para se tornarem fecundas – temos dito e sugerido que para atingir esse estado de graça é indispensável o exercício do jornalismo.

Ser jornalista é viver o dia a dia em todos os ângulos. É enfrentar a realidade humana em toda a sua sublime hediondez é, apesar de tudo, acreditar no Homem.

É se ater aos fatos. E o Direito é a orquestra, exclusiva, de fatos.

Daí, a verificação, singela, de que os grandes advogados no mundo e no Brasil, como Evaristo, Evandro Lins e Silva, Bernardo Cabral e tantos, atingiram os paramos da glória profissional porque foram jornalistas e ganharam, com isso, o estilo direto, vivo, imediato.

O estilo da própria vida.

Bernardo fez jornalismo em *A Crítica*, de Umberto Calderaro Filho, um brasileiro cuja vida é um apostolado de amor ao Homem e à Terra. Também temos a honra de colaborar nessa Universidade de benquerer que é, sempre foi, *A Crítica*, de Manaus.

Bernardo, homem público sempre pode compensar, por esse lado, sempre servindo, sempre lutando pelo Direito e pela Justiça Social, na banca do seu escritório, nos debates no Instituto dos Advogados Brasileiros e entidades de classe como a OAB-RJ e o Conselho Federal de que é estimado e dinâmico Secretário Geral, onde presta o concurso de sua excepcional capacidade de servir.

Em pleito histórico, disputando a posição de orador oficial pelo Instituto dos Advogados e tendo como contendor, Afonso Arinos de Mello Franco, o mestre que todos cultuamos e que ele saudaria pelo IAB em oração primorosa quando da entrega a este último do maior prêmio jurídico, no Brasil – a medalha Teixeira de Freitas – venceu com larga maioria de votos.

A classe dos advogados assim procedendo não discriminou, não contribuiu para a derrota de um dos concorrentes, mas, na tradição de

independência e lucidez, quais consagrar um jovem, para todo o Brasil.

Os advogados são por instinto cultores da Justiça. E naquela noite memorável fizeram justiça ao caráter, ao talento, à cultura, ao permanente espírito de brasilidade de um colega que sabe se impor por tudo isso, imposição natural, a mais natural de todas, a de ser quem é e nem por isso se deslumbrar no trato humaníssimo com todos.

Sua atuação como orador oficial, juntamente com a larga, atualíssima atividade parlamentar fustigou problemas que são de hoje o da exploração que sofremos, o da independência sindical que ainda não temos, o da autonomia do Poder Legislativo que se está vindo e a conta gotas, em doses homeopáticas, e tudo que a fibra e fermenta neste livro empolgante, livro documento de cultura, de fé e de bravura cívica.

O orador Bernardo Cabral, merece uma análise especial.

O verdadeiro orador não faz discurso, toma esta palavra naquela impressão convencional, soma de instrumentos verbais de efeitos padronizados.

Diz Roberto Lyra, o mestre da Escola Brasileira de Direito Penal que “o que está em crise não é o verbo, é o verbalismo.”

Não concordamos com o batonnier Charpentier quando, ao analisar as transformações dinâmicas, sintetizadoras do linguajar moderno, do uso da imagem, do audiovisual, da versatilidade de uma só palavra – palavra de borracha, espicha e encurta para dizer tudo, até coisas con flitantes – conclui – no começo foi o verbo. Por certo, não será o fim.

O verbo será sempre o verbo.

Que o digam os donos do silêncio. O verdadeiro orador é aquele que impõe o silêncio.

Tobias Barreto, tão justamente lembrado por mestre Lyra como maior expressão, a mais autêntica e onimoda da Escola do Recife, para dar, mais uma vez a ideia da universidade do

Direito, e, portanto, da necessidade de escafan-drar a

Vida de todas as formas, mestre Tobias afirmou que o romance é a vida em ponto grande.

Exato. O líder comunista russo quando precisou compreender a realidade e o gênio francês, não foi à Ciência Social. Buscou a leitura completa de Balzac.

Desse Honoré de Balzac em cuja obra de ficção amazônica de tão extensa, se poderá reconstituir todo o relacionamento jurídico e social da época, na França e no mundo!

Pois bem, esse orador primoroso, natural como um bom dia, que é autor deste belo, empolgante livro; que rompeu no Instituto dos Advogado com a tradição de 133 anos ao falar, de improviso, no elogio aos sócios falecidos; tão ele mesmo, Bernardo Cabral, que nós, ao escrever estas páginas nos sentimos curumins montados nas canoas a rir com alegria do balé das ondas que Bernardo provoca no Rio da Vida, esse orador inconfundível é a palavra em ponto grande.

Finalizamos este banheiro.

Enternecedor porque vivemos nele a consciência de que neste instante estamos dizendo em nome da Terra.

A expressão que ele usou, na Câmara, patriotismo amazônico terá sempre pleno cabimento.

Todos sabemos que a área amazônica é bem maior que a outra que integra o Território Nacional. Conclusão: não! Não é a Amazônia que pertence ao Brasil. É o Brasil que pertence à Amazônia!

Sejamos, pois, nesse sentido – largo como o Rio Mar – patrioticamente amazonenses.

O livre que ides ler é o Brasil na palavra em ponto grande de Bernardo Cabral. ”

Fonte: Livro “A palavra em Ação”

| Depoimento de **Francisco Horta** |

O humano Bernardo Cabral



“ Não sai da minha cabeça uma cena que, quem viveu sabe, foi absolutamente inesquecível.

O local, a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Auditório Ruy Barreto, para ser mais preciso. Dia 10 de agosto de 2011.

Na ocasião, a ACAN, Associação Cultural do Arquivo Nacional, homenageava um amigo nosso em comum, Humberto Mota. O cerimonialista era o José Santa Cruz, estupendo humorista. Hábil, ele mostrou a uma platéia de Fla-Flu, que lotava o auditório, o Arquivo Nacional.

Apresentação projetada em datashow, uma tarde linda, memorável, com apresentação da banda de música e tudo o que tinha direito. Inclusive a presença de um gênio: o Bernardo Cabral.

Digo gênio, mas sem exagerar sequer um pouco. Para mim, trata-se de um orador primoroso. Ele acha que sou eu, mas não; eu sou pequenininho perto dele.

Volto à cena. Depois do chefe do cerimonial fazer toda a mise-en-scène, o presidente da ACAN, Lício Araújo, chamou ao palco outra estrela:

– Com a palavra, agora, o eminente senador Bernardo Cabral.

Lembro tê-lo visto se levantar da mesa de honra, caminhar até a tribuna, pegar com mãos firmes três folhas e, estendendo-as para fincá-las ao melhor raio de visão, proferir algo assim:

– Meus amigos e minhas amigas, um velho professor me ensinou que um discurso não

pode passar de três folhas – imediatamente, apresentou ao público uma, duas, três folhas, e retomou o raciocínio: – Portanto, não vou cansá-los.

Só de ter dito aquilo, ele conquistou de bate-pronto o auditório, que em cerimônias longas teme discursos às vezes maçantes. Discurso de três folhas é plenamente suportável.

O Santa Cruz lá em cima, à esquerda; e o pessoal na mesa de honra à direita, três sumidas sentadas, dentre as quais o presidente da Casa, Antenor Barros Leal. O Dr. Bernardo Cabral no centro das atenções. Ele começa a ler as três folhas. Ora olha para a gente ora para as folhas, lendo um discurso como sempre lindo, mágico, palavras fáceis que brotam. Ao fim do discurso, ele entrega as três folhas carinhosamente ao José Santa Cruz, que ao pegá-las e mirar o conteúdo, se espanta:

– Ué! Mas não tem nada escrito. Esses papéis estão vazios!

Ou seja, ele não tinha lido o discurso. Houvera feito de improviso. Todos que estávamos ali presenciamos o talento de alguém que sabe fazer uma mágica sempre diferente, alguém que já deve ter perdido a conta de quantos discursos já fez, em palcos do Brasil e do mundo. Grande orador. Notável orador. Com o golpe das três folhas, seduziu o auditório inteiro, que acreditava piamente que ele estava lendo.

Eis que então, na sequência, como que não satisfeito, o Dr. Bernardo Cabral fez a seguinte delicadeza, ainda que excessiva:

– Eu fiz esse discurso mas o maior orador que conheço aqui está conosco; não preciso falar o nome dele porque todos concordam com o que estou dizendo; ele é da casa; o Fluminense dele foi um grande clube quando ele lá esteve...

E eu, sentado, pensei, “Nossa Senhora, o homenageado é o Humberto”... Eu nem estava na mesa de honra, nem tinha de estar, mas o Dr. Bernardo Cabral fez uma referência à minha pessoa como se eu fosse mais orador do que ele. No final, o presidente da ACAN se sentiu na obrigação de também dizer a mesma coisa e falou:

– Nós não podemos deixar de ouvir o maior orador!

Foi difícil. É justamente o contrário daquele que diz que vai ler só três folhas. Eu não ia falar, não tinha em mente nada improvisado, não tinha nem o que falar. Mas me levantei e fiz uma breve intervenção, brevíssima intervenção aliás, na qual disse apenas o seguinte:

– “Amigos, acabamos de viver um momento mágico, no qual o orador leu páginas vazias”.

E encerrei. Por isso, não posso falar aqui daquilo que sei que os outros vão dizer: do grande advogado, do grande parlamentar, do grande político. Eu quero falar do grande ser humano. O ser humano admirável que é o Dr. Bernardo Cabral. Se tivesse um curso de escutatória, ele seria catedrático. Não tem; só há cursos de oratória; curso de escutatória eu nunca vi anunciar, porque todo mundo só quer falar, ninguém quer ouvir. Mas ele sabe ouvir. Quem é ser humano sabe ouvir; primeiro nos ouve e depois fala; não se faz de dono da bola. E um grande orador saber ouvir é raro, raríssimo. Ele reúne, portanto, curso de oratória com curso de escutatória. Se ele abrir esses cursos, eu me matriculo no mesmo dia para aprender. Ele é mestre em saber ouvir.

Que horas agradáveis vivi na companhia do Dr. Bernardo Cabral. Como é belo envelhecer assim: lúcido, capaz de manter o bom humor, com um vivo empenho no minuto presente, que ele vê a luz de experiências intensas, amplas, muito pessoais.

Sua conversa não traduz apenas os feitos de um grande homem público, de um exímio advogado, estrela brilhante dos excelsos pretórios, mas o interesse múltiplo, afetivo e intelectual de um humanista genuíno, que conse-

guiu amar tanto as pessoas e a natureza como os livros, entranhadamente, as doces leituras, cujo aroma lhe assoma aos lábios na conversação, em que reponta tal verso de Malherbe ou de Bilac, tal frase de Anatole, tal lembrança da Ilíada, tal aplicação do Quixote.

Lido, vivido, viajado, claro, limpo, ágil, é um companheiro moço, a quem o tempo não agrediu, não destruiu, mas só fez requintar.

Insisto: sua palavra é como uma página de Anatole saboreada com o meio sorriso de quem prova e reconhece um vinho bom, verdadeiro e raro.

E se uma vez ele me disse que “a amizade será considerada forte quando vencer o tempo, a distância e o silêncio”, eu posso afirmar, com todas as letras e certeza, a minha amizade com ele, a nossa amizade, é absolutamente inexpugnável. ”

Saudações tricolores,

Francisco Horta

Discurso de Formatura na Faculdade de Direito*

Ego promitto me, semper principiis honestatis inhaerentem, mei gradus muneribus, perfuncturum atque operam mean in jure patrocinando, justitia exequenda et bonis moribus praecipendis, nunquam causae humanitatis defuturum.

Sejam os nossos primeiros momentos um hino de louvor ao sagrado juramento que preside a esta solenidade; que o seu sentido seja o rememorar constante dos princípios inerentes à nossa profissão.

Proferido há pouco, ao nos ser conferido o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ficará sendo a advertência que pautará a nossa vida no futuro, em qualquer dos ramos que preferirmos: - o da advocacia militante, o da magistratura, o do ministério público, ou ainda, o da política. Advertência essa que vem de quando a advocacia tomou forma de organização, que, segundo informação dos estudiosos, embora conhecida entre os Egípcios e os Persas, só na Grécia recebeu os devidos cuidados.

Se seguirmos o ramo da advocacia militante, lembremo-nos das palavras de Pierluigi e Ettore Rizzo: - “A nossa profissão é nobre, se exercida com honestidade e é a mais bela, porque permite, mais do que todas, penetrarmos no sacrário inexplorado da alma humana”.

Se enveredarmos pelo ministério público não nos esqueçamos que, antes de tudo, devemos estar em paz com a nossa consciência.

Se preferirmos a magistratura, tenhamos sempre em mente a máxima de Platão: - “ Os homens não devem viver para si, mas para a comunidade, para a humanidade”.

Se nos voltarmos para o papel de legisladores, tomemos o conselho de nosso Paraninfo, quando, numa solenidade como esta, assim se expressava:

“Elaborai leis que tragam o bem estar do indivíduo, assegurando-lhe a conservação, a par do desenvolvimento da sociedade. Jamais olvideis, contudo, que uma lei má traz consequências funestas ao indivíduo e à sociedade; recordai sempre que a felicidade de todos depende da ventura de cada indivíduo e que a satisfação de um deflui do contentamento de todos”.

Será na política, por certo, que haveremos de ter oportunidades de lutar contra a onda de descrédito em que se vê mergulhado o Brasil, em face do exterior; devemos combater, porque nada mais belo, no dizer de Charles Wagner, do que o combate quando é o bom, o verdadeiro, o único: quer seja ele travado a espada, pela palavra, pela pena ou de qualquer outro modo. Lutar, para que a situação se abrande, justamente no instante em que nos chegam do sul do país notícias de que ele atravessa a sua mais calamitosa fase; de que o orçamento para o ano vindouro ostenta um “déficit” fabuloso; de que as emissões continuam sendo feitas sem o respectivo lastro que as garanta; de que o provável abono ao funcionalismo onerará a Fazenda Nacional em vários milhões de cruzeiros. Essa, em síntese, a situação no âmbito nacional.

Deixaremos de falar no ambiente estadual, já tão bem conhecido por todos nós. É que ele sofre a maior crise de toda a sua trajetória: leis absurdas, aposentadorias escandalosas, funcionalismo atrasado, os Poderes Legislativo e Executivo totalmente desacreditados na opinião pública. Essas as razões que termos de desfraldar a bandeira da reação e terçar as armas que o nosso título nos oferece nesta oportunidade; devemos manter refrega ininterrupta contra situações semelhantes às da atualidade.

É o ensejo azado para se impor a reforma agrária; no entanto, não há sequer um esboço concreto. O que se nota é a somiticaria do latifúndio gerando a fome, impedindo a industrialização, a qual seria o fulcro ideal para o nosso país.

Não. Não nos devemos curvar!...

Façamos tudo para que o país melhore de posição no conceito das demais nações; batalhemos denodados pelo soerguimento do Estado, já que a preocupação mundial se tem voltado apenas para os interesses do indivíduo. Ainda não houve – e que infelicidade – uma manifestação inequívoca de igualdade entre os Estados.

Tal situação não deve nem pode perdurar. Combatamos para que haja a igualdade estatal, na ordem pública internacional, e que se proceda do mesmo modo como o foi para a pessoa humana.

Estou a relembrar os primeiros passos do Direito Internacional Privado, quando, na antiguidade, ao estrangeiro não se reconhecia o direito próprio.

Nessa época a desconfiança recíproca e a religião criaram as situações mais complicadas, dificultando as relações. Mas o comércio tomou vulto, começou a impor-se como fator de proteção aos bens e à vida do estrangeiro.

Essa particularidade acentuou-se melhor nas cidades gregas, onde eram os estrangeiros acolhidos mais por interesses econômicos que políticos, segundo o testemunho de Fustel de Coulanges, em sua mundialmente famosa obra “A Cidade Antiga”. Resultou daí, que a certas cidades da Grécia foi outorgado ao estrangeiro o direito de cidade, com certa restrição; em outras, se permitia o domicílio a um trecho dela, com a condição de não poder dali sair.

E a condição do estrangeiro não se subordinava ao direito interno de cada cidade grega apenas como ato unilateral e resultado da vontade de cada uma. Não podia o estrangeiro invocar qualquer espécie de proteção: as leis de sua terra natal aí haviam ficado. Tempos depois é que se pôde conceber a possibilidade de levar o indivíduo consigo próprio, na “sola de seus pés” ou conforme a expressão: “sicut lepra cuti” alguma coisa de seu direito próprio.

Já em Roma, a situação se apresentou bem diferente, pois eram considerados “hostis”,

inimigos, apesar de seu Estado não estar em guerra com Roma. Lavedan, citado por Oscar Tenório – Direito Internacional Privado – depõe: “O estrangeiro não podia esperar das leis nenhuma proteção. Podia ser vendido como escravo e seus bens seqüestrados”.

Contudo, assim como na Grécia, o movimento de benevolência manifestou-se em Roma, e com o decorrer do tempo passaram eles de “hostis” a peregrinos, sendo-lhes reconhecido certos direitos.

Tomavam forma o *jus gentium ei o jus civile*.

O primeiro regulava as normas que os romanos tinham em comum com os povos cultos da época, ao passo que o segundo foi instituído pelos cidadãos romanos para a regularização das normas de sua própria vida jurídica.

Os benefícios resultantes de um e outro direito só não atingiam os bárbaros, aos quais (além de poderem ser mortos ou escravizados) era proibido o casamento com romanos, sob pena de morte.

Semelhante desumanidade, gerou o famoso período de guerras, ocasionado pela invasão dos bárbaros no Império Romano. E a consequência dessa invasão foi o *princípio da personalidade das leis*, que Audinet coloca, em sua divisão, no último lugar. O referido autor salientava que a lei de cada indivíduo deve reger suas relações em qualquer país onde ele se encontre.

Com o declínio desse princípio, a declaração da lei foi substituída pela edição da lei, motivando o aparecimento do *princípio da territorialidade das leis*.

Sua principal manifestação é o feudalismo: a terra era o fundamento da soberania e o senhor feudal, além de soberano absoluto seu feudo, o era também do homem e da terra.

Houve profunda transformação imposta à sociedade, com influência direta sobre o direito. Diz Rodrigo Octávio – Direito Internacional Privado – “como uma natural reação, consequente ao afêro do homem à terra, ao regime da personalidade da lei, sucedeu o da

absoluta territorialidade dela; depois do individualismo pessoal, dominante sobre os bárbaros, veio o individualismo real, filho da concentração territorial. Não é mais a origem do indivíduo que determina a lei que rege; mas o território em que o indivíduo se encontra, que lhe impõe a aplicação de sua lei”.

A expansão das leis, a princípio sem valor fora do próprio território, refletiu na concessão da benevolência que deveria existir para com os povos, originando a *teoria dos estatutos*.

Clóvis Bevilacqua em seus “Princípios Elementares de Direito Internacional Privado” elabora a divisão: *estatutos reais e pessoais*, atribuindo aos primeiros a referência direta dos bens e indireta das pessoas e, aos segundos: menção direta ao estado das pessoas e indireta dos bens.

Esclarece Rodrigo Octávio, ainda esta vez, que a aplicação da teoria dos estatutos, não subtraindo os indivíduos ao império de suas leis naturais, abrandou sensivelmente o rigor da situação que o territorialismo criava para os estrangeiros. À autoridade daquelas leis a que se reconhecia caráter obrigatório, estavam os estrangeiros sujeitos, como ocorre ainda hoje, apesar do caminho que tem feito nas sociedades modernas o respeito à liberdade humana e aos direitos adquiridos.

Porém, não seria esse ainda o ideal a realizar; haveria, sem dúvida, uma transformação, como houve, ocasionando a mudança de regime e transformando, conseqüentemente, o regime de propriedade; a luta se fez sentir entre o feudo e o liberalismo cosmopolita, resistindo aquele às investidas deste. “E dessa luta surge, como o mais belo produto da alquimia medieval, o renascimento das instituições sociais, políticas e jurídicas da humanidade”.

É o término do século XVIII e, nos albores do século seguinte, as codificações começam a surgir; inicia a França a derrota da obra dos costumes e dos doutrinadores e lança o seu Código Civil de 1804, o qual não desprezou o devido respeito ao direito do estrangeiro. Se-

guiu-se-lhe o Código civil Italiano (1865) e o Código Civil Alemão (1896).

Com o advento do Código Civil Italiano pôs-se termo às condições restritivas constantes do Código Civil Francês, e operou-se o movimento da unificação política da península itálica, proclamando-se o princípio da igualdade civil de nacionais e estrangeiros.

No Brasil, é de nosso perfeito conhecimento a liberalidade com que se houve o Constituinte de 91. Já a Constituição de 34 – ressentia-se o mundo todo do movimento de nacionalismo, em virtude da primeira guerra mundial – fez certas restrições, criando a expressão: que não sejam brasileiros natos; e esses princípios foram mantidos pela Carta de 37. A atual Constituição, conservando-os ainda, criou novas disposições.

Pelo exposto, verifica-se que a preocupação constante, verdadeira luta entre os homens, somente se concretizou – isso em parte – quanto ao lado humano. Quase é de se refutar a expressão de Strupp: “No ponto de vista do Direito Internacional, a voz do Estado mais fraco tem valor igual ao do mais forte”. Verdadeira utopia. Que fale por nós o resultado deixado pelas duas grandes guerras mundiais, quando observamos a transgressão dos tratados, cometida pelos estados beligerantes. E, lembrando-nos dessa pseudo igualdade dos Estados, sobrevem-nos a expressão de Leon Bourgeois, analisando o verbo inflamante de Rui Barbosa, na Conferência de Haia: “Ele defendeu intransigentemente o princípio da absoluta igualdade jurídica dos Estados, arrebanhou prosélitos e venceu. O Brasil poderia ter saído dessa Conferência igual à França, igual à Inglaterra, igual aos Estados Unidos. Rui Barbosa empregou o melhor de seus esforços e o tesouro do seu saber, para conseguir que dela saísse o Brasil igual a Nicarágua, igual a Honduras, igual a Sião”.

Meditando nas palavras de Bourgeois, e a pensar no nosso maior jurista, tenho a certeza de que o futuro nos reserva momentos de luta, que ele nos espera para a defesa de nossa

pátria; pugnemus com o ardor de nossa mocidade e nesse preliar tenhamos como bandeira desfraldada, a desafiar todas as intempéries, as palavras do insigne Rui, proferidas há mais de três décadas, na sua Oração aos Moços:

“Agora, o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemmo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados quanto dos ansiosos por se acharem tais à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçada das presas e, oferecida, incauta, ingênua, inerte a todas as ambições, tem de sobejo com que fartar duas ou três das mais formidáveis. Mas o que lhe importa é que dê começo a se governar a si mesmo, porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e amenizada na tutela perpétua do governo que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio de senhores, não pode aspirar seriamente, nem seriamente manter, a sua independência no estrangeiro.”

Colegas:

Não poderemos de outra forma proceder; nós, constituintes da turma que mais caracteriza a batalha deste estabelecimento contra a badanal outrora nele reinante. Porque fomos os calouros da federalização da nossa querida Faculdade, época em que muito se trabalhou pela tão desejada federalização. Razão por que o diploma que recebemos hoje nos transporta à época de nossa entrada aqui: a federalização se tornara realidade. Para que ainda mais valor lhe seja dispensado, ressalte-se que ingresamos nesta casa, iniciamos o curso com um número superior a cinquenta alunos e, agora, chegamos ao término com o reduzido número de vinte e um. É o derruir da descrença quanto à moralização que penetrou nesta Faculdade,

se bem que (e se não pode esconder o defeito) marcada por excessivo rigorismo, rigorismo esse prejudicial a vários colegas, em virtude de famosas portarias que exigiam uma frequência impossível para eles. Porém, de qualquer maneira, recebe a nossa turma um pergaminho que não encerra única e simplesmente um atestado de cultura de saber, mas também, o de um exame percuciente dispensado a cada matéria, que tornará menos segredeira a vida prática.

Por isso, não seja a nossa vida no porvir uma preocupação de que terceiros possam vir a falar de nosso proceder. Palmilhemos a nossa estrada corretamente e estejamos sempre em paz com a nossa consciência, porque à tempestade de ódios e calúnias sucederá sempre a calma, infalível, após as procelas.

Não nos preocupamos com a crítica dos contumases injuriadores. Quando a cólera destes se fizer maior, imitemos o rochedo que, assolado pelo mar bravio, se conserva inalterável, fazendo retornar ao ponto de origem a fúria da investida.

Também, na nossa vida profissional, não nos deixemos empolgar pelo desespero; as derrotas surgirão, inevitáveis; impende reagir, cada vez mais com maior vigor. Bem me lembro, neste momento, da fábula das duas rãs caídas num vaso de mungir leite, contada por Pierluigi e Ettore Rizzo, em seu livro “O Romance do Advogado”:

“O vaso de mungir leite fora deixado, cheio de nata, num campo próximo à casa do feitor, e duas rãs, com um salto imprudente, foram cair no interior do mesmo. Uma das rãs, a princípio, agitou-se um pouco, para depois, desesperada, abandonar-se, morrendo miseravelmente.

A outra, ao contrário, mesmo achando-se impossibilitada de sair, continuou a nadar sem descanso, em volta do vaso, sem se deixar vencer pelo desespero, lutando contra toda possibilidade aparente de salvação. Assim foi que terminou encontrando-se num bloco de

manteiga, do qual pôde arremeter o salto libertador.”

São exemplos como esses que devemos seguir.

Por outro lado, a vitória surgida nas primeiras auroras de nossa atividade não seja um refreamento à nossa produção; não concorra jamais para nos tornarmos inertes. São da maior significação as palavras de Shakespeare: “A glória é como um círculo na água: continua alargando-se até perder-se no nada”.

É chegado o momento de apresentarmos as nossas despedidas; e, como sempre, elas se tornam tristonhas. Atestado eloqüente se nossa perene saudade temo-lo a simbolizar a cor de nossa beca, porque em nossa profissão ela é a companheira muda que chora a nossa derrota e vibra de emoção com a nossa vitória.

Indubitavelmente, sentiremos, amiúde, recordação da vida acadêmica; isso porque “alguns sentimentos há que se incorporam e unem de tal forma a nós, que vêm a ficar sendo uma parte de nós mesmos”. Essa a razão da despedida de hoje ser um a despedida diferente. Traz no seu bôjo a distinção de certos adeuses, pois lhe serve de adorno o engaste eterno de nossa lembrança.

A despedida não é feita unicamente a esta casa de ensino; ela se estende aos nossos mestres. Nós que aqui chegamos à semelhança de “pequenos rios no princípio, que depois se fazem caudalosos e no caminho engrossam com emprestadas águas que recebem”, devemos a eles os ensinamentos que foram formando o reduto de conhecimento por nós hoje possuído.

Tudo que aqui aprendemos, que vivemos, que sentimos, será levado conosco e transportado com aquele carinho que o discípulo sempre guarda para com seus mestres.

Só a escolha do nome de nosso Paraninfo constitui o nosso gesto de respeito, de admiração e de homenagem ao Professor Doutor Adriano Queiroz. Com isso quisemos, à imitação dos gregos que coroavam as virtudes e os valores, premiar o mestre que, durante qua-

tro anos ininterruptos, nos ministrou aulas de Direito Civil com tal objetividade e vigor que criou em nós o amor por essa matéria complexa, vasta e inesgotável. Afora isso, sempre foi intransigente no cumprimento de seu dever, esmerando-se no realçar do nome de nossa Faculdade.

Exigente consigo próprio, cabia-lhe o direito de sê-lo para com os seus discípulos; justo no dar a nota a cada aluno, o seu nome de professor ficou sempre isento de qualquer sombra de acusação; privando da amizade de todos, indistintamente, ele se desvelou em esforços redobrados para que a classe tivesse o máximo proveito da matéria que regula o maior número das relações sociais.

Advogado militante, a sua atuação é geral; quer no ramo civil, quer no criminal. Neste último se tem revelado um dos festejados penalistas, fazendo sempre, todas as vezes em que é chamado ao Foro, ora acusando, ora defendendo, belas exposições de doutrinas ou de interpretações da lei, sem nunca recorrer ao processo dos advogados amantes da chicana e da sofismação.

A voz, portanto, Professor Dr. Adriano Queiroz, nossas sinceras homenagens.

Contrariando a regra de pessoas falecidas para Patrono da turma, homenageou a nossa o muito estimado Mestre Jauary Guimarães de Sousa Marinho.

Professor equilibrado, tendo como pautador de sua conduta a função de magistrado, dedicou-se o mais que pôde à nossa turma. Transformou em colegas aqueles que eram seus discípulos, fazendo com que a simpatia reinasse em suas aulas de Processo Civil, deixando transparecer que, em lugar de um indivíduo austero, encontrava-se nelas apenas um colega de maior experiência.

Sempre pronto a prestar-nos esclarecimentos, lembrava-nos constantemente das palavras de Matias Aires: “ainda nas verdades há algumas que se não podem alcançar senão pelo cominho do erro; para acertar também é necessário ver primeiro o desacerto; a quali-

dade da luz se distingue melhor pelos efeitos da sombra”.

Também a vós, Professor Jauary Guimarães de Sousa Marinho, as nossas sinceras homenagens, extensivas aos demais mestres que dignificam esta Faculdade.

É chegado o momento de terminar.

Mas, não o faremos sem que tenhamos bem vivo o nosso juramento, expressado em nossas primeiras palavras: - *aderir sempre aos princípios da honestidade; cumprir os deveres do cargo; esforçar-se por defender o direito, realizar a justiça e nunca falhar à causa da humanidade.*

Partamos para a luta, que a idéia do direito, observa Ihering, encerra uma antítese que se origina desta idéia, da qual jamais se pode absolutamente separar: *a luta e a paz*; a paz é o termo do direito, a luta o meio de obtê-lo.

E nessa luta, entremos com o nosso juramento as palavras do patrono da integridade do solo amazonense, o grande Rui:

“Ânimo pois! Nunca a descrença vos resfrie o coração, nunca vos desmaiem reveses, antes sejam-vos estímulo a mais arremessadas aspirações, a mais atrevidos cometimentos; ânimo! que o futuro vos espera; ânimo! que os espinhos se hão de converter em flores, e as palmas do martírio se hão de trocar em lauréis de triunfo.”

*Publicado pela Tipografia Fênix (Editora) – 1956

CABRAL, José Bernardo. A palavra em ação (momentos de oratória). 2. Ed.. Rio de Janeiro, p. 16-24, 1980.



Discurso de posse na presidência da OAB, em 10/04/1981

O imperativo estatutário determina que a cada dois anos haja a cerimônia de posse dos eleitos. Quer a nossa entidade, desse modo, provar nada haver de tão significativo quanto à alternância de Poder, renovando-se a liderança, a permitir que as decisões da classe, e, por igual, o equacionamento das soluções político-institucionais não sejam obra de uns poucos, colocados os demais integrantes dos seus quadros como meras figuras contemplativas.

Para tanto, a eleição é o termômetro indicador da postura dos candidatos, a testar-lhes o equilíbrio e a tranqüilidade, sempre necessários no exercício de tão alto cargo, não permitindo se transforme ela em veículo para a extravasão de idiosincrasias ou abusos de ordem pessoal.

Por meu turno, não me tendo deixado levar por críticas menores, cabe destacar o engrandecimento que deu à vitória da chapa por mim encabeçada os que compunham a adversária, integrada de nomes os mais ilustres, e que doravante – bem o sei – passarão a compor conosco um só corpo, coeso e imbatível.

A esmagadora vitória de hoje encerra o sentido nítido de que há determinadas coisas que permanecem vivas, não obstante a derrubada de seus troncos. E que continuam as raízes e uns poucos restos, e destes brotam mais verdes novos rebentos, sempre com mais vigor, mais intensidade.

Perdoem-me os ilustres Colegas,, as eminentes autoridades, o tom pessoal à confissão que não posso deixar de fazer, mas o que a Ordem dos Advogados do Brasil, pelos seus bravos Conselheiros Federais e pelos destemidos Conselhos Seccionais conceberam, neste dia, ao trazer para a sua presidência um homem que se viu em determinada quadra da sua vida privado do seu mandato parlamentar – que só ao povo pertencia – e dos seus direitos polí-

ticos – inerentes à sua pessoa – é a síntese da consagração da sociedade civil: recoloca ela, em pedestal dos mais elevados, as lideranças que foram podadas e que ora rebrotam, com mais destemor e independência.

O gesto da OAB – de suprema grandeza e insuperável voluntariedade – não revela, antes confirma, a sua figura de quem jamais soube se acovardar ou acomodar, a exemplo dos que fazem os caramujos de jardim: metem-se, pressurosos, nas suas casas quando são tocados por força estranha.

Por essa razão, quando o mundo está a sair do tradicional para o atual; do infantil e tutelado para o adulto e livre; a contrastar progresso e miséria; produção e fome; desequilíbrio entre o trabalho e o salário, gerando a perplexidade da desconfiança, da descrença, a Nação brasileira espera sair do pátrio poder do arbítrio – não para o jugo do autoritarismo – mas para entrar, em definitivo, no caminho de não ter medo à vida, dispondo de educação, saúde, meios de trabalho, como de ar ou de sol, em plena igualdade de condições.

Por aí se há de balizar o programa de trabalho da atual administração: prioridade idêntica na solução dos problemas institucionais que afligem a Nação e na dos específicos que atormentam a própria classe.

QUESTÕES ESPECÍFICAS DA CATEGORIA

Não será possível pensar em preparar um profissional que, mais adiante, possa substituir os que hoje detém a liderança da classe, sem dar ênfase a um equacionamento ou aprimoramento do ensino jurídico, hoje padecendo de três grandes equívocos: o da estrutura organizacional (excessiva centralização da administração universitária e sua dependência ao Poder Central); o da inadequação curricular (o currículo mínimo vigora desde 1972 e é o mesmo, excluindo o Direito do Trabalho e o Direito Financeiro, estatuído pela reforma Rivadávia Corrêa, de 1911) e o da dimensão do mercado de trabalho (o excesso da oferta, com

os chamados currículos conhecidos como de fim de semana, desvalorizou a profissão e acabou por aviltar os salários, levando a que hoje muitos profissionais aceitam emprego no qual jamais são utilizados diretamente os conhecimentos adquiridos no curso).

Por outro lado, é preciso ser intensificado o funcionamento para melhor, em alguns Conselhos Seccionais, do Estágio Profissional e do Exame de Ordem, sem desprezar a formação do advogado frente a uma nova realidade nacional, assim como atacar o descompasso que há entre o sistema jurídico vigente e o contexto real subjacente.

Também, não descurar da valorização profissional; da previdência e assistência social; do salário mínimo profissional; das férias coletivas para os advogados.

E, por último, mas não como ponto final, a defesa intransigente da autonomia da OAB e das prerrogativas do advogado.

PROBLEMAS INSTITUCIONAIS

Na área das instituições político-constitucionais, em que pese estar o país a sair de um período de excepcionalidade institucional para a reestruturação da ordem constitucional, o arbítrio continua a dar mostras de que está gozando de boa saúde, através das faces rosadas da Lei de Segurança Nacional; da falta de liberdade e autonomia sindicais; dos casuísmos que dominam o processo político, onde, amiúde, são usados instrumentos fraudadores da vontade popular, como a prorrogação de mandatos de vereadores e prefeitos; a Lei Falcão; o decurso de prazo – verdadeiro esturpador do Legislativo – para a aprovação de projetos de leis oriundos do Executivo, cujos exemplos mais recentes são o Estatuto dos Estrangeiros e a Lei que rege a cobrança de dívida ativa da União, Estados e Municípios. Tudo isso sem esquecer que o Executivo legisla através de decretos-leis, de decretos e, às vezes, até de simples portaria.

Sem embargo de tamanhos monstrenhos jurídico-políticos a modelar nosso comporta-

| Depoimento de **Milton de Magalhães Cordeiro** |



“ Quando a amizade ultrapassa sessenta anos de convivência, é difícil resumir-se um depoimento marcado pela sinceridade, porque já chegamos ao feliz estágio de irmãos. O Cabral quando jovem e mesmo depois na vida pública pontilhada de sucessos, sempre se portou como exemplo da ética e da retidão profissional. Cioso dos seus deveres, das suas responsabilidades, inclinou-se para a política partidária na qual honrou mandatos na Câmara Federal e no Senado da República.

Punido injustamente pelo regime militar de 64 em razão do seu perfil nacionalista – porém sem servilismo a qualquer doutrina exótica – ergueu-se com altivez advogando no Fórum do Rio de Janeiro, em cujo Estado galgou por merecimento a presidência nacional da O.A.B.

Voltando à política amazonense elegeu-se Deputado Federal logo desfrutando de conceito como tribuno e paladino do Direito, disputando em memorável escrutínio a Relatoria-Geral da Constituinte que nos deu a “Constituição Cidadã” de 1988 assim batizada pelo saudoso Deputado Federal Ulysses Guimarães.

Como Senador da República em oito anos de mandato, José Bernardo Cabral presidiu em dois anos consecutivos as respectivas Comissões de Constituição e Justiça e Relações Exteriores. O seu gabinete era muito visitado por colegas e assessores legislativos na busca de orientação técnico-jurídica para temas da maior relevância na chamada Câmara Alta do País. Como Relator-Geral deu à nossa Zona Franca sua primeira sobrevida de 25 anos no capítulo das “Disposições Transitórias”. A continuidade do chamado Sistema S – Sesi, Senai, Senar, Sebrae, Sesc, Senac – deve-se a esse contínuo da melhor estirpe.

Quando pretendeu reeleger-se não obteve êxito. Nunca foi do estilo populista muito embora jamais deixasse de atender às audiências de Prefeitos interioranos independentemente de filiação partidária. Recebia a todos com dedicação endossando reivindicações das comunidades municipais e do próprio Governo do Estado.

Abandonou a política definitivamente. A sessão de sua despedida no Senado converteu-se numa apoteose de louvor e glória. O homem público de ilibada conduta consagrava-se pelos próprios pares como exemplo de civilista, cujo conceito pessoal até hoje conserva.

Afastado da vida política faz aproximadamente 12/14 anos, José Bernardo Cabral tem sido convidado para proferir palestras pelo Brasil afora sem receber qualquer centavo a título de cachê. Talvez por isso é distinguido com inúmeras medalhas de mérito, comendas e honrosos títulos de Doutor Honoris Causa.

Tenho orgulho da longa amizade de José Bernardo Cabral. ”

Sócio e diretor de jornalismo da Rede Amazônica de Rádio e Televisão

| Depoimento de **Cláudio Chaves** |



“Vinte e sete de março do ano de dois mil e doze, dia dedicado a São Ruperto – apóstolo dedicado à evangelização – e, sob o signo de Áries regido por Marte, seria um efeméride a mais no calendário, não fosse essa data o momento comemorativo ao octogésimo aniversário daquele que veio ao mundo, filho dos imigrantes portugueses Cecília e Antônio, e uma das inteligências mais lúcidas a serviço da nossa pátria – JOSÉ BERNARDO CABRAL.

Ele que é um dos ícones do mundo das ciências jurídicas, recebe nos seus oitenta anos de iluminada existência as homenagens e honrarias que faz por merecer, como prova do reconhecimento dos seus pares, das entidades e da sociedade.

Cabral, ainda com idade muito tenra, iniciou suas atividades profissionais como promotor público na hinterlândia amazônica (Itacoatiara/AM), passando à administração pública como chefe de polícia e secretário de interior e justiça do Estado do Amazonas, e a seguir às atividades parlamentares – deputado estadual (PTB/AM, 1963/66), deputado federal (MDB/AM, 1967, cassado pelo AI-5), deputado federal

(PMDB/AM, 1987/90) e senador da república (PP/AM 1994 a 2002).

Também, no período de março a outubro de 1990, emprestou sua sabedoria ao Executivo nacional como ministro da Pasta da Justiça.

Em toda essa longa trajetória, de cerca de doze lustros de vida pública, tem escrito páginas de bons serviços que se encontram, indelévelmente, registradas nos anais da história do Brasil contemporâneo, tanto pela grandeza dos feitos quanto pela forma como tem pautado suas ações, sempre pontuadas pela integridade, probidade, respeitabilidade, honradez e elegância.

Com a senhora Zuleide da Rocha Bernardo Cabral, dama inclusive no nome, construiu exemplar família – filho Júlio, quatro netos e duas bisnetas.

Registrar suas obras, o espaço de qualquer enciclopédia seria exíguo, porém uma ou a mais importante delas há de ser sempre evidenciada – a de ter sido o relator da atual Constituição brasileira promulgada em 1988.

A Carta Magna de qualquer país que quer se impor, verdadeiramente, como nação tem que conter as garantias para o seu povo e à soberania do seu território, de modo a abranger os direitos difusos, tratar com especificidade e clareza, e não dar margens a interpretações equivocadas ou polêmicas.

E isso é o que mostra a atual Constituição do Brasil, a quinta em cento e noventa anos de independência, que é hoje um documento reconhecido, na política internacional, como um modelo avançado, assemelhando-se as congêneres de países desenvolvidos e a servir de paradigma para outras nações que mais recentemente têm escrito suas leis fundamentais.

Por esse documento tão grandioso, todos os brasileiros, inclusive os das futuras gerações, hão de ser eternamente gratos a Bernardo Cabral por ele ter legado ao nosso país a ferra-

menta imperiosa ao seu desenvolvimento.

Por isso, quando uma pessoa faz do seu correr de vida um exemplo a ser seguido de servir, filosofar e fazer história, nada mais justo que o reconhecimento, os lauréis e as fiores em vida.

A ele a merecida definição: UM HOMEM RETO E SUPERIOR. ”

Membro da Academia Amazonense de Letras

Presidente da Academia Amazonense de Medicina

Ex-Deputado Federal

Benemérito da Academia Nacional de Medicina

mento cívico, a OAB continuará a pugnar pela substituição do controle repressivo pelo controle político, já que na longa caminhada para a restauração das liberdades democráticas a cidadania terá de reorganizar politicamente a sociedade.

Para tanto, não acreditará em reforma eleitoral séria sem a revogação da Lei Falcão; da extinção da sub-legenda; da permissão de coligações partidárias; da não aceitação de vinculação de votos; da disciplinação do problema de prazo para a desincompatibilização de ocupantes de postos do Poder Executivo com pretensão eleitoral; e, sobretudo, de existência de eleições livres e diretas em todos os níveis, a começar pela mais humilde Prefeitura Municipal até a Presidência da República.

No que tange à Reforma do Judiciário, não esmorecerá na luta que desenvolve por ser ela efetiva, não para a mudança de leis ou vantagens à magistratura, e sim por uma justiça rápida e acessível a todos, sem diferença de classes, a par de uma assistência judiciária gratuita, obrigação exclusiva do Estado e constante de preceito constitucional.

No campo dos direitos humanos, dar-se-á continuidade ao indubitado e inalienável respeito aos mesmos, não permitindo que a violência se perca no romantismo das discussões sobre as suas causas, sem lhe atacarmos os efeitos. Aceitar-se-á como componente do agravamento das tensões sociais o êxodo rural; o desemprego; a fome; a falta de moradia, mas olharemos pela luneta da realidade de que a sua grande causa tem as raízes incrustadas numa profunda injustiça social.

Sendo a OAB – como inequivocamente o é – o estuário de todos aqueles que reivindicam as liberdades democráticas, continuará como vanguardeira na devolução do poder político à Nação. E o fará através de uma constituinte que restaure a Federação, hoje reduzida a uma ficção jurídica, e que seja eleita livremente, tendo os seus postulantes a ela chegado através da utilização de todos os meios de comunicação e que sintam que a sua

participação não se pode esgotar apenas num exercício de intelectuais ou de políticos bem intencionados.

Constituinte que garanta os direitos humanos, compreendidos estes nos políticos, sociais e econômicos, tudo resultando de um amplo pacto social que abranja trabalhadores, empresários, profissionais liberais e forças políticas, fixando as diretrizes mínimas a apontar caminhos e indicar soluções para a reconstrução e libertação do país.

O que eu ousou chamar de amplo diálogo nacional.

Resta, agora, concluir.

Não o faço, porém, sem verificar como se quedaram diminutas, ou quase de nenhuma valia, as credenciais de lutador conquistadas em um passado que – pensava eu – poderiam honrar qualquer brasileiro.

É que neste instante acodem-me à mente as palavras do grande POINCARÉ, de quem a advocacia francesa tão mercedamente se orgulha:

“Nada mais me honrou na vida, depois de haver sido até Presidente da República, do que minha eleição para Batonnier da Ordem dos Advogados.”

J. Bernardo Cabral



Discurso na Câmara dos Deputados: “O grande Lago Amazônico” e o “Hudson Institute”

“O Sr. Bernardo Cabral (*como líder. Sem revisão do orador*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Amazônia, nestes últimos meses, vem sofrendo investidas de toda ordem, que lhe têm valido a presença no noticiário da nossa imprensa, inclusive imprensa internacional.

Tivemos nada menos de cinco investidas: primeira, a campanha de esterilização de mulheres na área Amazônia; segunda, denúncia quanto a terras compradas por cidadãos norte-americanos; terceira, comércio de exportação de cabeças de cadáveres humanos com implicação de um professor universitário; quarta, aumento do surto de contrabando de minérios por estrangeiros; quinta e última, projeto do “Hudson Institute” acerca da construção do chamado “Lago Amazônico.”

É exatamente sobre este assunto que, na tarde de hoje, venho à tribuna para, em nome do MDB, esclarecer que, se antes aqui não comparecemos para tratar do tema, foi para não fazê-lo de modo emocional, voltado para uma possível e eventual circunstância publicitária, fugindo, inclusive, de tratar desta matéria em termos demagógicos. Mas, se hoje comparecemos, trazendo a responsabilidade de pedir, ao fina desta tarde, a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as reais implicações de circundam o projeto do Hudson Institute para a construção do Lago Amazônico é porque sentimos que não mais podemos ou devemos deixar de abordar o assunto em todas as circunstâncias.

É preciso que, desde logo, se esclareça que no dia 6 de setembro de 1967, ano passado, portanto, o “Correio Braziliense” estampava, na sua primeira página, a seguinte notícia: (Lê)

“Lago para mudar feição da Amazônia.”

Washington, 5. United Press Internacional. - Foi posta em mãos dos governos do Brasil, Bolívia, Colômbia e Peru uma proposta de uma barragem no Rio Amazonas e criar sete enormes lagos no meio da América do Sul. O projeto conta com o apoio do Instituto Hudson, organismo particular de pesquisa científica que tem sede em Croton-on-Hudson, no Estado de Nova Iorque. Os lagos seriam tão amplos que mudariam o aspecto do continente.”

Este o texto integral da notícia que aquele matutino publicou. E, logo no dia seguinte, 7 de setembro do ano passado, o “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, dava notícia com o seguinte título: “Americanos Pretendem Fazer do Amazonas uma Série de Lagos.”

A verdade, Sr. Presidente, é que essas duas citações – com muito tempo de antecedência, antes de entrar na ordem do dia da imprensa brasileira e internacional – demonstravam uma preparação do espírito público nacional para a construção desses lagos.

Mas quem o defende, além de um cidadão chamado Robert Panero, americano, casado com uma colombiana e representante desse Instituto na Colômbia, é no Brasil, um portavozeiro chamado Felisberto Camargo. E, para que se tenha mais uma comprovação de que isto não é de agora, de que esta matéria foge à sistemática atual, é preciso que se diga que, em 1943, o Instituto Agrônomo de Norte, chefiado, na época, pelo Sr. Felisberto Camargo, examinou o problema da ocupação amazônica pesquisando e coletando amostras de perfis do solo, em áreas de florestas recém-derrubadas. E, em setembro de 1948, cinco anos depois tais amostras foram levadas pelo Sr. Felisberto Camargo para serem examinadas e debatidas cuidadosamente na Conferência Interamericana de Conservação de Recursos Naturais, em Denver, Colorado, Estados Unidos.

Mas em 1949 – e o retrospecto se impõe no desenvolvimento do raciocínio – durante os trabalhos de uma sessão plenária, realizada nos Estados Unidos, na sede da “United

Nations Scientific Conference”, no dia 17 de agosto, as principais culturas do solo, feitas pelo Sr. Felisberto Camargo, foram apresentadas a debate, sob o título “Reclamation of the Amazonian eord Land Near Belém.”

Daí pra cá, após o chamado combate feito por Arthur Bernardes, pela não internacionalização da Amazônia, a questão sofreu como que um estágio e, hoje, deságua na imprensa, em forma de construção de lagos.

O Ministério das Relações Exteriores, porém, não estava desavisado. E tanto assim é que incumbiu um grupo de três funcionários para visitar o Hudson Institute, em setembro do ano passado, a fim de recolher informações que permitissem avaliar de maneira precisa a forma e o alcance dos estudos para a construção desse lago. E desse contato informal realizado exatamente em 15 de setembro do ano passado, resultou minucioso relatório que o Itamaraty, três dias depois, isto é, no dia 18, fez chegar ao Presidente da República com “sugestões acautelatórias da soberania nacional.”

Sr. Presidente, como vê V. Exa. e a Casa, a coisa se foi a desenrolar e a desenrolar, num preparativo de imprensa, até que vários homens públicos resolveram dar um grito na história. O MDB manteve-se afastado de qualquer promoção publicitária até munir-se de todos os elementos e poder trazer ao conhecimento desta Casa, como hoje faz, vários ângulos como esses relativos a fatos surgidos a partir de 1943 e 1948, possivelmente desconhecidos de muitos dos presentes, a fim de que instalada a comissão parlamentar de inquérito, cuja constituição já está requerida com o número além do suficiente de assinaturas, se possa chegar a uma conclusão.

Mas este Instituto Hudson, Sr. Presidente, merece um perfil histórico, a fim de que se faça uma análise perfeita do que ele quer fazer à Amazônia. Fica em Croton-on-Hudson a 50 quilômetros de Nova Iorque. Foi fundado por Herman Khan. Herman Khan, matemático aos vinte anos, físico aos vinte e cinco, aos vinte e seis anos já conseguia entrar para a

conhecida Rand Corporation, que é uma das fábricas de gênios daquele País. Em 1948, já fazendo parte da equipe da Rand Corporation, começou a se salientar entre os demais componentes dessa entidade. E, doze anos depois, transformava-se no pensador número um do átomo. E foi assim que, em 1961, entendendo que a Rand Corporation estava aquém de seu intelecto, que, segundo a imprensa, está 50 pontos acima do gênio, o Sr. Herman Khan fundou o Hudson Institute, cujo prédio principal, um chalé suíço, construído em 34 por um médico, o Dr. Land, primeiro um asilo de loucos, depois transformava-se no convento das irmãs Mary Knoll e, em 1961, Hudson Institute.

É preciso registrar, ainda, porque isso tem de ser feito, que nos dois primeiros anos, seus principais conselheiros entre os quais o famoso pai da bomba de hidrogênio, o Dr. Edward Teller, renunciaram aos seus honorários, e ficou, desde logo, estabelecido que o Hudson Institute daria, como continua dando, prioridade aos problemas militares e de política externa, geralmente tendo em vista solicitação do Pentágono. Assim sendo, temos que chegar à conclusão de que há alguma coisa por trás desse noticiário do projeto Hudson Institute. Assim é que justificam o Sr. Herman Khan e seus companheiros de trabalho os seguintes objetivos para a realização dessa obra. Note-se que são os objetivos confessados, porque por trás deles ninguém sabe o que realmente existe. E alinham os seguintes: 1º) acabar com as dificuldades de domínio do chamado “Inferno Verde”, pois o lago poderia reduzir a superfície do vale; 2º) criar vias de acesso, através de novos cursos d'água às terras altas, ricas em minério de ferro, estanho, manganês e ouro; e 3º) possibilitar, no futuro, a ligação de rios continentais, como o Orenoco e o Rio da Prata com o Amazonas.

Um de seus pontos de lança, o Sr. Robert Panero, declarou que a barragem teria um comprimento de 45 a 55 quilômetros e uma altura de 28 metros acima do nível do rio e estaria entre 50 a 200 milhões de dólares, no que foi contestado por outra notícia que dá o preço de

1 bilhão e meio de dólares, muito mais do que o Orçamento da nossa Nação.

Disse o Sr. Robert Panero que esse investimento seria recuperado em poucos anos, à proporção de 20 para 1. Esta declaração é que precisa ser devidamente analisada, para saber-se de que maneira os grupos investiriam ali tão fabulosa quantia de 1 bilhão e meio de dólares e, em poucos anos, poderiam ressarcir-se deste empreendimento na base de 20 para 1. Quem daria? Quem daria o dinheiro? Seriam grupos econômicos? Seriam os Estados Unidos? Quem fará chegar à mente de cada um, que não haveria além do que se pode supor, um termo de dependência que se fizesse isso.

Mas, quando não fosse essa a justificativa do Sr. Panero, ele declara que *“esta barragem permitia, pelos estudos feitos, que Manaus se transformasse num porto marítimo e onde se estabelecesse um foco de atração para industrialização e desenvolvimento.”* São palavras textuais de S. Sa.

É preciso que se diga, de imediato, que isso é uma deslavada inverdade. Manaus já é porto marítimo, de há muito, com capacidade para navios de alto porte, acima de 40 toneladas.

Veja a Casa como se pretende embair a opinião pública nacional e internacional, uma vez que, sendo aquela área distante, vai ser exposta a exame o quadro de autoria do Hudson Institute exatamente para comprovar, que, em verdade, nessa área subdesenvolvida, onde há uma zona inexplorada, se pode fazer esse tipo de aleivosia. O Sr. Felisberto Camargo, cuja inteligência e cultura, embora indiscutível, é empregada em forma diversa daquela por que deveria ser, e que seria em função de seu país, fez uma declaração à imprensa dizendo que, em abril de 1967, os geólogos e hidrologistas Jean Martin, John Trantine e Raimond Varmiringer participaram por alguns dias na Amazônia de todos os estudos necessários e ali obtiveram os elementos precisos às plantas iniciais para construção dessa barragem. Essa é a declaração do Sr. Felisberto Camargo, declaração que ele reforça no dia 21 de janeiro

deste ano, em entrevista concedida ao “Jornal do Brasil”, dizendo: (Lê)

“Segundo as pesquisas de hidrologistas, feitas por um grupo de técnicos da Marinha, Universidade do Brasil e United States Geological Survey pode-se computar a vazão do Rio Amazonas na garganta de Monte Alegre, em cerca de 10 mil metros cúbicos de água por segundo.”

É preciso que se faça uma consideração à margem desta entrevista do Sr. Felisberto Camargo; é preciso saber como ele obteve o resultado dessas pesquisas, porque o que a imprensa noticiou e eu, como natural daquele Estado, li, foi que existia ali um navio de alta condição hidrográfica para pesquisas dessa natureza, chamado Alfa Héli, que estava em convênio com o Ministério da Marinha, pesquisando toda aquela área amazônica. Se S. Sa. revela um fato que foi motivo de acordo celebrado entre dois órgãos, e não poderia fazê-lo, alguém extrapolou as normas desse contrato, desse acordo, permitindo se fizesse uma traição ao nosso país. Talvez por isso mesmo tenha o Sr. Felisberto Camargo declarado em alto e bom som quanto a uma das metas do Ministério do Interior – e aqui se faça justiça em registrar a atuação patriótica do atual titular daquele Ministério, que tem dado à área todo um manancial para que seja ocupada – que era apenas “burrice” do Sr. Ministro Albuquerque Lima, pretender ocupar aquela região com forças militares, e tenha ido além o Sr. Felisberto Camargo, afirmando que o que satisfazia a ele e ao Sr. Roberto Panero, que estava vindo dos Estados Unidos nervosíssimo com o noticiário lido de que não mais seria feito o lago amazônico, era que felizmente havia homens na Marinha com muito mais credencial, mais linhagem e mais categoria intelectual do que o Exército, o que permitia, então, fazer-se o lago Amazônico. Eis aí uma pregação subversiva, um intuito de colocar as duas armas em choque para interesses pessoais. Se um homem da Oposição tivesse feito esta declaração em praça pública e não estivesse forrado de mandato legislativo, seria incontinentemente levado a um IPM e processado por atentar contra a

Lei de Segurança Nacional. No entanto – e isto é que é mais grave – o Sr. Felisberto Camargo fez uma conferência recentemente na Confederação Nacional da Agricultura, e o que ele conseguiu obter foi a presença do representante do Ministério da Marinha e de um Representante da Escola Superior de Guerra para assistir à sua conferência.

Vejam bem V. Exas. que a coisa se encaminha para um aspecto muito sério. Se o Sr. Felisberto Camargo fez essa revelação e se o Hudson Institute, que pretende fazer esse lago amazônico, teve acesso ao que já se declarou, ou seja, aos filmes relativos ao levantamento aerofotogramétrico que foi feito em acordo celebrado entre o Governo brasileiro e a Força Aérea dos Estados Unidos, registre-se, que foi conspurcada a cláusula número 7, item 2, desse acordo, que proíbe aos governos de ambos os países mostrarem a nacionais qualquer cópia do acordo.

No entanto, se o Hudson Institute teve esse acesso é por que o Governo de Washington quebrou o contrato assumido, quebrou o acordo. E tanto isto é verdade que, ainda há poucos dias, na Comissão Parlamentar de Inquérito que examina a exploração de terras compradas por estrangeiros, o norte-americano Stanley Selig, declarou que vendia as suas terras aos americanos, que, quando as compravam, já tinham passado pelo “Geographical and Geodesical Survey” e aí obtidos dados sobre as áreas objeto das transações.

O Sr. Hermano Alves – Nobre deputado Bernardo Cabral, nesta questão do Hudson Institute tivemos, nós dois, uma iniciativa muito antes do que qualquer outro a tivesse. Eu, como jornalista no “Correio da Manhã”, analisando com dois anos e meio de antecedência, todo esse problema e V. Exa., como Líder da Oposição na Assembléia do Amazonas, fazendo a transcrição dos artigos e procurando abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual deveria comparecer o então governador do Amazonas, Sr. Arthur César

Ferreira Reis, para prestar depoimentos sobre o assunto.

O Sr. Bernardo Cabral – Exatamente.

O Sr. Hermano Alves – Não é nova essa idéia de construção do lago, não é nova a tentativa de internacionalização ou de instalação de organismo internacionais e de mentalidade de internacionalistas na área amazônica. Já há muito documento a esse respeito por aí. Mas V. Exa. chama a atenção é para a divergência que existe entre dois setores da presente situação no país. Apesar das declarações reiteradas de vários Ministros do atual Governo, de que não prosseguiam quaisquer tentativas na área do Hudson Institute, veja V. Exa. que o Engenheiro Eudes Prado Lopes, um dos autores do Projeto do lado – mas do projeto brasileiro...

O Sr. Bernardo Cabral – É diferente na sua extensão.

O Sr. Hermano Alves - Exato.

...foi convidado, segundo o depoimento dele para ser assessor ou consultor do Hudson Institute pelo Diretor da Escola Superior de Guerra – cujo nome não saiu publicado nos jornais, mas pela data bem poderia ser o atual Ministro do Exército, General Lira Tavares, salvo engano nosso. E isto está a exigir um esclarecimento.

O Sr. Bernardo Cabral – E foi convidado numa hora em que o Sr. Felisberto Camargo fazia uma conferência na Escola Superior de Guerra. Em lá chegando, teria declarado que, tendo tomado conhecimento do estudo do Engenheiro Prado Lopes, de imediato ficava ele contratado. Tendo ele, na qualidade de engenheiro da Petrobrás, levado 10 anos para fazer esse levantamento, esse estudo, ficou estarecido quando soube do outro, porque não seria possível que alguém fizesse um trabalho igual ou semelhante ao seu, como do Hudson Institute, sem que tivesse passado pelo mesmo estágio por que ele passou. Veja V. Exa. que Eudes Prado Lopes, quando seu trabalho foi entregue às autoridades competentes para exame, foi considerado louco. Mas há poucos anos já reformulado o estudo por interesses de

grupos estrangeiros, voltou para ser vendido ao Brasil, desnacionalizado por completo. V. Exa. está no raciocínio correto e relatando nas suas minúcias episódio ocorrido.

O Sr. Hermano Alves – Neste caso é necessário que o Governo esclareça qual o papel da direção da Escola Superior de Guerra na questão do Hudson Institute e no projeto do lago. Mas o que é mais grave, como sabe V. Exa. muito bem, não é a idéia de se fazer o lago. A idéia de se fazer um lago foi que provocou maior reação. O mais grave é que a idéia original do Grupo Companero, que, por sua vez, é a reprodução da idéia original do Instituto Nacional da Hiléia Amazônica, era a constituição de um organismo supranacional do qual participariam as autoridades da região amazônica, não do Estado Amazônico que o Brasil tenha ou do Estado Amazônico que a Colômbia tenha, mas da região encarada como um todo em termos supranacionais; e deste organismo supranacional participariam, também, representantes norte-americanos. Veja V. Exa.: o que há de extremamente grave, hoje, é que, por conta de pesquisas, por conta de estudos, por conta de levantamentos que devem ser feitos e que, em determinadas circunstâncias, devem e podem ser feitos com entidades internacionais, também, mas sob o controle da Nação brasileira, por conta de todo esse tipo de atividades, faz-se o que bem se entende no Território Nacional. V. Exa. mencionou a simpatia de alguns setores da Marinha, ou, pelo menos, de alguns indivíduos da Marinha, por um plano desta ordem.

O Sr. Bernardo Cabral – Quem a situa é o próprio Professor Prado Lopes.

O Sr. Hermano Alves – Lembro a V. Exa que, na questão de experiência de controle de natalidade, ou o que se trata de experiência de aplicação de programa possível de controle de natalidade com vistas à implantação de uma política de controle de natalidade em todas as áreas subdesenvolvidas do mundo não só existia a participação de alguns oficiais da Marinha, do seu corpo médico, como, ainda

recentemente, a sociedade dita privada que neste País faz este tipo de trabalho conseguiu – Deus sabe como! – estabelecer um convênio com o Ministério da Marinha e com o corpo médico da Armada. De maneira que é preciso que se explique quem é quem e onde acaba a jurisdição disto ou daquilo. No caso da aerofotogrametria, onde fomos também pioneiros, dissemos inúmeras vezes que os resultados destes levantamentos poderiam cair em mãos de grupos particulares privados estrangeiros. Durante três anos falei inúmeras vezes sobre este assunto pelo jornal “Correio da Manhã”. Várias vezes fui ridicularizado, como todos os que levantaram esta tese, inclusive o Senador Ermínio de Moraes. Mas o resultado é que agora se verifica que em Campinas se descobriram réplicas dos levantamentos aerofotogramétricos com a sigla, inclusive, da Força Aérea norte-americana, que em Goiás, já há coisa semelhante na mão de determinado grupo; e que agora o Hudson Institute tem, como já deveria ter – não fosse o Hudson Institute órgão assessor do Departamento de Defesa dos Estados Unidos – acesso às informações.

Veja V. Exa. o que está acontecendo, enquanto o Governo, as autoridades responsáveis, no Brasil, ficam travando, ainda, a guerra do alecrim e da mangerona.

O Sr. Bernardo Cabral – Agora veja V. Ex^a, Deputado Hermano Alves, a diferença que há entre uma e outra atuação. Regressava, antes do final da sessão legislativa passada, o nobre Deputado Adolpho de Oliveira de uma viagem ao exterior e conversava comigo exatamente sobre esse problema do grande lago amazônico. Dizia ele que, numa viagem marítima com um cidadão estrangeiro, recebera, para consultar, esse material, mas de logo fora advertido de que havia páginas numeradas em código sobre esse trabalho feito pelo Hudson Institute, porque, se fosse publicado em fac-símile, já se saberia quem tinha sido o autor da entrega à publicação. E o Deputado Adolpho de Oliveira conseguiu copiar todo o trabalho, de maneira um tanto pitoresca, que não posso revelar, uma vez que S. Exa. o fez a mim em

caráter confidencial. Mas o fato é que copiou todo o material e comigo trocou idéias sobre qual a melhor maneira de se atuar nesse assunto.

Ambos chegamos à conclusão de que não era o momento oportuno para virmos ocupar o tempo de V. Exas. com esta matéria, a fim de que não se dissesse que estava apenas ocorrendo uma exploração em termos demagógicos, ou, então, a ânsia, o afã, o desejo de suscitar, de uma hora para outra uma campanha publicitária em favor da Oposição. O fato é que se deixou que o assunto amadurecesse, se conscientizasse a Nação e se pudesse ver o que hoje, já se vê, como as declarações do Sr. Felisberto Camargo, publicadas no Diário de São Paulo a 19 de dezembro: (Lê):

“O Sr. Felisberto de Camargo informou que o Hudson Institute elaborou projeto com financiamento do Departamento do Estado Norte-Americano, destinado à construção de um grande lago amazônico, para facilitar e explorar o transporte de minérios pesados, cuja existência em solo brasileiro foi constatada pelos levantamentos aerofotogramétrico efetuados pela Força Aérea Norte-Americana em todo o território Nacional.”

E continua a declaração:

“Explicou também que o Hudson Institute é uma organização cujo orçamento é formado pela contribuição de grandes grupos econômicos norte-americanos, mas que trabalha para o Governo, inclusive para o Pentágono e o Departamento de Estado quando solicitada sua assistência.”

S. Sa. vai declarar isso na comissão parlamentar de inquérito que se irá instaurar a fim de se saber se realmente foi comprovado todo esse manancial de minérios pelo levantamento aerofotogramétrico, e se é uma organização com grupos econômicos norte-americanos, uma vez que o “Correio da Manhã”, na sua edição de ontem, diz que o Hudson Institute, no seu relatório, relativo ao ano fiscal de 66, declara que a sua organização...item 2 – 5 bilhões, 130 milhões de dólares, que gastou de

62 a 66, não provieram de fontes do Governo dos Estados Unidos.

Vamos ver qual foi, realmente, a contribuição dada pelo Departamento de Estado Norte-Americano para essa construção, ou se a notícia publicada no “New Report of Members of the Hudson Institute, é realmente verdade.

O Sr. Gastone Righi – Em verdade, não pode padecer qualquer incerteza o vínculo entre os interesses do Governo norte-americano e os planos do Hudson Institute. Uma palestra – ou a palestra - que Herman Khan realiza em diversas universidades dos Estados Unidos – palestra de caráter secreto e cujas anotações foram trazidas a esta Casa pelo Deputado Adolpho de Oliveira – deixa antever que é um plano cujo ordenamento está sendo seguido fielmente em todo o território nacional, V. Exa. enuncia alguns dos pontos fundamentais desse Plano. Mas...

O Sr. Bernardo Cabral – E vou enunciar, agora, as suas inconveniências.

O Sr. Gastone Righi – Exato. Mas gostaria de chamar a atenção para o volume de despesas necessárias para a fixação do Plano do Hudson Institute. Alguns milhões de dólares, por certo, foram gastos. O Sr. Felisberto Camargo e demais membros sobrevoaram toda Manaus e regiões limítrofes em helicópteros. Essa gente toda, cientistas do mais alto gabarito, está sendo paga, mas não pelo Tesouro Nacional. O Plano, um vislumbre imediato, cobrindo toda a região fértil do Amazonas e as riquezas minerais que lá se depositam é claro que não foi feito para utilização por nossa civilização. Aquilo tudo atende a um ordenamento maior, um ordenamento fixado pelo Pentágono norte-americano. Por certo, V. Exa. conduz-se com muita propriedade ao analisar tema que é do seu conhecimento...

O Sr. Bernardo Cabral – Bondade de V. Exa.

O Sr. Gastone Righi - ... como morador da região. E queria solidarizar-me com V. Exa. por isso, e aqui deixar o meu veemente protesto contra tudo em que o Governo brasileiro tem colaborado junto ao Pentágono, no senti-

do de se internacionalizar, de se entregar isto que compreende mais de um terço do território nacional.

O Sr. Bernardo Cabral – Nobre Deputado Gastone Righi, quero agradecer a V. Exa. a solidariedade apresentada, mormente porque V. Exa. não a apresenta apenas *en passant*, já que recentemente percorreu aquela área e pode corroborar aquilo tudo que antes já era dito na Casa, de corpo presente.

Mas gostaria ainda ficasse inserta nos anais da Casa declaração do Sr. Felisberto Camargo ao “Estado de São Paulo”, de dois de janeiro, em que se diz: (Lê)

“Por tratar-se de assunto geo-político e de extrema importância para a integralidade nacional e a segurança do novo mundo, toda documentação apresentada pelo Sr. Felisberto Camargo, se acha depositada na Escola Superior de Guerra, para estudos.”

A Comissão Parlamentar de Inquérito se encarregará de convidar o Diretor desta Escola a fim de se poder cotejar a informação prestada pelo Sr. Felisberto Camargo e comprovar a honestidade dessas declarações.

Eu dizia, no começo da minha presença na tribuna, que o Hudson Institute havia oferecido vários argumentos para a construção desse lago, que os seus objetivos, anteriormente alinhados, se enquadravam dentro daquele esquema já por mim referido.

Quero, agora, mostrar vários argumentos contrários, que podem ser sintetizados nos seguintes tópicos. O primeiro argumento contrário é que a área seria transformada num grande vazio demográfico. Ela seria inundada – isto me parece paradoxal porque aquela região possui a maior bacia hidrográfica do mundo – e a inundação abrangeria várias cidades, como Itacoatiara, Parintins, Barreirinhas, Maués, Manacapuru, Tefé e 2/3 de Manaus – isto no Estado do Amazonas – e apanharia mais Faro, Oriximinã, Óbidos, Alenquer e Santarém, no Estado do Pará.

Vejam V. Exas. Como bastaria esse argumento contrário: a dificuldade de transpor-

te de toda essa gente dessas áreas, transporte cujo custo iria a muito mais do que o custo da obra que ali se iria realizar.

O Sr. Gastone Righi – Apenas desejo dizer a V. Exa. a título de colaboração, que a região inundada corresponde a mais da metade da região povoada da Amazônia Ocidental.

O Sr. Bernardo Cabral – Exato. E ainda há mais.

O Sr. Gastone Righi – E, mais ainda, que, na planificação do Hudson Institute, não atentaram para os interesses indígenas, porque não levaram em conta no Orçamento a indenização pela desocupação ou pela nova localização destas povoações. Mais ainda – a construção de casas. E de resto esse lago – deixo aqui a pergunta – em que melhoraria as conduções se as estradas, as rodovias continuariam a ser da mesma forma necessárias para podermos chegar ao grande lago, como são agora para chegarmos às cidades situadas às margens do grande rio? E depois, como se faria o transporte de navios do lago para o Oceano propriamente dito? Através do sistema do comportas caríssimas?

O Sr. Bernardo Cabral – Deputado Gastone Righi, isso ainda não é tudo. O principal é que se abriria uma brecha, distanciando aquela área do sul do País. O crescimento da área passaria a ser para o exterior – para o norte da América Latina e para a América do Norte, propriamente dita, distanciando-se portanto, do sul do País. E aquela área não pode crescer economicamente sem se volta para o sul do País, porque senão vai se submeter a processo político e econômico todo ele voltado para o exterior. Consequentemente, chegar-se-ia a essa internacionalização, que é um velho sonho, velho e acalentado sonho de grupos alienígenas que agora querem, a toda prova, essa desculpa do lago para isso.

Mas, ainda há mais. Seria inundada uma área cujo potencial em minérios ainda é desconhecido e com a qual se liquidaria, - e chamo a atenção dos representantes do Pará – uma criação de milhares de búfalos e criação

de gado vacum, que existem nos municípios ainda há pouco citados, e até acima de um milhão de cabeças, além de inundar jazidas de ouro, estanho e outras riquezas minerais que existem naquela área.

Há um dado por exemplo, que não se pode desprezar: A inundação liquidaria a maior jazida mundial de sal-gema, com 750 quilômetros de comprimento por 200 quilômetros de largura. As reservas dessa jazida, segundo cálculos e prospecções já efetuadas, são da ordem de 10 trilhões de toneladas de sal e derivados, suficientes para abastecer com sobras toda a indústria nacional de álcalis. Vejam Vossa Excelência as implicações que isso traz, porque se acaba, inclusive, com a indústria nacional de álcalis, toda ela comandada por nosso sistema estatal.

Diz-se mais que a salvação daquela região se dará pelo potencial energético que essa barragem geraria acima de 70 milhões de kw. É de se indagar: Resolveria o problema da área? Não se promove de uma hora para outra uma ocupação, uma concentração populacional, agrícola e industrial capaz de absorver tamanha quantidade de kw. O argumento principal cai por terra, uma vez que isso seria, em termos econômicos, inviável, para uma região que não pode assim, como se entende, ou como eles entendem melhor dizendo, obter sua independência econômica.

O Sr. Gastone Righi – Sobre esse ponto, respeitando o pedido de aparte do Deputado Hermano Alves, só para não escapar ao raciocínio, desejaria dizer a V. Exa. que, na verdade, é mentira que não exista potencial energético na Amazônia. Nenhum dos altos rios tem qualquer represa. Ainda poderiam ser utilizados desníveis muito acentuados dos rios, as suas correntes vertiginosas...

O Sr. Bernardo Cabral – Exato.

O Sr. Gastone Righi - ...e, mais ainda, os depósitos de combustível que existem nas regiões e que poderiam fomentar usinas termoelétricas. Portanto, é um tabu que se pretende criar. Além disso, é, uma ilusão pensar que

seria praticável a construção de 5.000 km de fios para trazer a energia até São Paulo e Rio de Janeiro.

O Sr. Bernardo Cabral – Vou apenas dar-lhe um dado, nobre Deputado Gastone Righi. Na conferência que o Professor Camargo fez, a tal conferência do dia 6 de fevereiro de 1968, presentes os representantes da Escola Superior de Guerra e do Ministério da Marinha, Sua Senhoria foi aparteado por um Professor de São Paulo, Sr. Castro Neves, que dizia não entender como se resolveria esse problema da substituição de inúmeros alagados por um lago maior. A única desculpa do Senhor Camargo, perante a assistência que lá se encontrava, foi a de que resolveria o problema energético. Tão incipiente e tão infantil a alegação – como V. Exa. acabou de ver – que caiu por terra.

O Sr. Hermano Alves – Nobre Deputado o essencial em toda a argumentação que V. Exa. vem apresentando, no meu entender, por enquanto é essa vinculação clara que V. Exa. está fazendo entre as atividades do Hudson Institute, de um lado, e as atividades da Força Aérea dos Estados Unidos no que concerne ao levantamento aerofotogramétrico do território brasileiro. É essa vinculação das duas atividades que nos dá muito para suspeitar e nos obriga a todos à uma revisão geral de conceitos em face deste problema. Mas quero chamar a atenção para um pequeno dado, muito pequeno, fragmentário, mas essencial para a compreensão do estado de espírito das atuais autoridades brasileiras.

O Sr. Bernardo Cabral – Os dados de V. Exa. sempre completam qualquer discurso, nobre Deputado.

O Sr. Hermano Alves – Muito obrigado. O Sr. Presidente da República, Marechal Costa e Silva, em sua exposição de fim de ano à Nação, incluiu como atividade principal, no âmbito do Estado-Maior das Forças Armadas, a construção, financiada pelo Governo brasileiro, de angares para os aviões da Força Aérea Norte-Americana, do 10º Grupo de Levantamento Aerofotogramétrico, na Cidade de Brasília.

O Sr. Bernardo Cabral – Muito obrigado. Deputado Hermano Alves, chamo a atenção de V. Exa. para um fato que talvez haja sido desprezado pela maioria dos brasileiros. Fiz aquele histórico de 43, em que o Sr. Camargo comparece aos Estados Unidos para mostrar os estudos dos solos brasileiros. É preciso que se ressalte que o Sr. Camargo declarou que entrou para o Hudson Institute por indicação do ex-Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos. E o Sr. Roberto Campos confirmou num artigo, sobre os futuristas, em que pretende ridicularizar todo este País, que, em verdade, quando compareceu aos Estados Unidos, elementos do Hudson Institute pediram-lhe que analisasse o projeto de construção do grande lago amazônico, tendo S. Exa. declarado, naquele instante, que estava a findar o Governo Castelo Branco e que ele, então, trataria dessa medida com o novo Ministro do Planejamento, indicando, desde logo, o Sr. Felisberto Camargo. É por isso que faço a seguinte pergunta: a título de que o Sr. Felisberto Camargo declara que o Ministro Albrquerque Lima está praticando uma burrice, quando Sua Senhoria sabe que o titular daquele Ministério apenas está impossibilitando os passos do Hudson Institute, tanto assim é que, em declarações que fez, o Sr. Felisberto Camargo disse que a vinda do Sr. Roberto Panero se deveu aos gritos e aos protestos de dois homens públicos brasileiros: os Srs. Arthur Reis e Albuquerque Lima, que não podem ser tachados, como muitos dos Srs. Parlamentares que aqui se encontram, de esquerdistas.

Vejam Vossas Excelências que esta pergunta envolve uma afirmativa, e, por trás dessa afirmativa do Senhor Felisberto Camargo, é preciso saber o que existe realmente. Quem lhe deu essa força para tachar de burrice a atitude de um Ministro de Estado? E ainda mais: por que afirma que a existência de minerais na área – e daí a resultante do lago – foi verificada em função do levantamento aerofotogramétrico realizado pela Força Aérea norte-americana?

São estas indagações, nobre Deputado, que se somam às perguntas e afirmações que V.

Exa. faz e se casam num entrosamento que mostra ser o necessário perfeito, como perfeita é a repulsa que toda a Casa sente nesta hora. É também de justiça salientar que o Governo Costa e Silva, pelos seus Ministros declarou que não tinha encomendado nenhum projeto ao Hudson Institute e, conseqüentemente, estaria ele sendo feito à sua revelia. É isto que a Comissão Parlamentar de Inquérito vai realmente saber: quem fez, quem mandou fazer, por que fez, quem contribuiu, o que custou e até que ponto se pode afrontar um Estado independente como o nosso. Estas são as indagações que, por enquanto, ficam no discurso.

Ouçõ novamente V. Exa., Deputado Hermano Alves, com muito prazer, e tantas vezes quantas V. Exa. queira honrar-me.

O Sr. Hermano Alves – Veja V. Exa.: o Hudson Institute é uma espécie de floração da Rand Corporation. É uma unidade mais autônoma, sujeita à Rand Corporation. Veja V. Exa. outro aspecto. O Ministro do Planejamento à época do Governo do Sr. Castelo Branco, o Professor Roberto Campos, contratou com a Universidade da Califórnia o levantamento constante dos dados sobre o processamento da economia brasileira para a correção do Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco – PAEG. A Universidade da Califórnia, considerando que não possuía os requisitos necessários para esse trabalho continuado, para o qual o Governo brasileiro fornecera, com prioridade, todos os dados ao seu dispor, sublocou, subcontratou o serviço com a Rand Corporation. E a Rand Corporation estabeleceu depois por determinação, por solicitação do Professor Lincoln Gordon, este, Sub-Secretário dos Estados Unidos e Assistente para Assuntos Latinos-Americanos, a programação de correção do próprio Plano de Ação Econômica do Governo Brasileiro. Disse muito bem V. Exa. que há toda uma trama, tudo um mecanismo, todo um sistema de vasos comunicantes que nos levam à transferência sistemática e gradativa dos centros de decisões sobre a vida do País para mãos errô-

neas, mãos alheias ao interesse nacional. Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Bernardo Cabral – Veja V. Exa., nobre Deputado Hermano Alves, que isso está conforme a notícia dada pelo “Jornal do Comércio”, de Recife, no Estado de Pernambuco, do dia 22 de dezembro, quando diz: (Lê)

“Exércitos apuram quem deixou Hudson Institute planejar Lago Amazônico.

Com apoio dos seus comandos militares o 1º e o 2º Exércitos estão buscando informações completas. Supõe-se que projeto foi inteiramente calçado em levantamento aerofotogramétrico feito por equipes norte-americanas em convênio com o Governo brasileiro. Segundo informação dada por fontes diretamente ligadas às investigações secretas, há três aviões com equipamento altamente sensível e de rara precisão de operações, empregados no levantamento de regiões onde se acredita haver grandes jazidas de materiais radioativos, isso através do Acordo Brasil - Estados Unidos, com a chancela do ex-Ministro Roberto Campos.”

Isso é uma prova de que o Sr. Roberto Campos está por trás de tudo isso, não quer permitir que essa região se desenvolva. É o que se vê em artigo que publicou, altamente ofensivo a todos os brasileiros, e no Decreto-lei 55 de sua autoria, para o qual chamo a atenção da Casa, que tornou os incentivos fiscais dirigidos ao Norte e ao Nordeste extensivos à indústria hoteleira do Sul do País.

Aparentemente isso em nada pode resultar de prejudicial àquela região. Mas acontece que quem pode aplicar metade do seu imposto de renda em incentivos fiscais na região Norte e Nordeste, deixa de fazê-lo no mesmo instante em que possa fazê-lo em indústria hoteleira do Sul do País.

Foi mais uma forma do Sr. Roberto Campos, para esvaziar a grande área amazônica e, com isso, impedir a ocupação efetiva da Amazônia.

O Sr. Gastone Righi – Apesar das gravíssimas acusações e denúncias que vem sendo

feitas, novamente, em março, uma equipe de cento e tantos homens de levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Norte-Americana estará em Brasília e aqui ficará, de março até setembro, para levantar, ponto por ponto, em centímetro, toda a região do Oeste do País ainda não levantada. Veja V. Exa. que este Governo, que tanto se ufana de patriotismo, que se jacta tanto de nacionalismo, em verdade não põe paradeiro a esse assalto contra a soberania nacional.

O Sr. Bernardo Cabral – Ainda que o Governo se cale, ainda que permita esse absurdo, há de encontrar nesta Casa a mais veemente repulsa contra atentados desta natureza.

O Sr. Paulo Campos – Nobre Deputado Bernardo Cabral, V. Exa. como homem do Amazonas, aborda esse problema em profundidade. Vemos, assim, como a questão assume profunda gravidade no contexto, na projeção da vida nacional. É de alta importância levantar-se a questão, como V. Exa. o faz exatamente para que o povo brasileiro ouça a voz daqueles que acompanham os reais interesses do País, e saiba que já estamos sendo integrados no planejamento, em escalada crescente, do imperialismo norte-americano. Este problema assume maior gravidade, não apenas pelos dados, pelos prejuízos que pudesse representar à economia da Amazônia, com a inundação das inúmeras cidades referidas, pela impossibilidade da economia agrícola e pecuária da região, mas, e principalmente, - este o aspecto que temos de realçar, como faz V. Exa. neste instante – por esta atitude verdadeiramente cínica, ousada, de disponibilidade de segurança de um país, que, embora ainda tenha classificação de subdesenvolvido, possui uma área de homens responsáveis e em condições de contribuir para a conscientização do povo. Chamo pois, a atenção do povo para o fato de estar o Brasil sendo posto pelos Estados Unidos na área de disponibilidade do seu planejamento de imperialismo, no que encontrarão, evidentemente, a reação vigorosa de todos os brasileiros. Nesse sentido, interessam ao conhecimento da população as condições

em que estão sendo colocados pelos norte-americanos, não somente o Brasil, mas todo o mundo subdesenvolvido. Na verdade, o Hudson Institute revela a mentalidade, já não digo do povo norte-americano, mas do complexo industrial americano que, além de infelicitar seu próprio povo, está contribuindo decisivamente para a desgraça da humanidade. Esta é a realidade.

O Sr. Bernardo Cabral – Agradeço a V. Exa. por lembrar muito bem a interferência que se faz na América Latina.

O Hudson Institute nos fundamentos do seu projeto, observa que segundo os especialistas em assuntos latino-americanos, as questões políticas, a fim de que se possam tornar críticas na avaliação do futuro da América Latina obedecem, ou parecem obedecer, à seguinte ordem: desigualdade e disparidade na evolução do processo de desenvolvimento.

Pretendem, ainda os técnicos do Hudson Institute, na análise dessas questões críticas, avaliar o futuro da América Latina: até que ponto o desenvolvimento econômico será impedido pelo rápido crescimento da população e pelo aumento de disparidades internas pela desigualdade de desenvolvimento será acompanhado de guerra civil, revoluções, violências, etc.: que benefícios e em que escala, poderá trazer a ajuda externa.

Formulando esse quadro pelo Hudson Institute, em que analisa – e aí é que chamo a atenção dos Senhores Deputados – as áreas, consideradas algumas características comuns ao subdesenvolvimento, ele divide essas áreas da seguinte forma: área *a*) urbana; área *b*) rural; área *c*) inexplorada. Isto dentro do nosso País.

Que raciocínio faz, então, o Hudson Institute?

É que na área *a*, a urbana, existe a civilização do século XX com alto índice de investimentos e técnicos *versus* políticos. Trocado isso em miúdos, dentro do Brasil temos, na área urbana, São Paulo, Rio e, para fora do Brasil, Buenos Aires. Esse alto índice de investimen-

tos mais técnicos *versus* políticos representa a opinião pública existente nesta área, a imprensa e as Forças Armadas. Então para o Hudson Institute esta área, - porque os seus estudos são feitos em forma de áreas, - é desprezível. E parte ele, então, para a chamada área *b*, que é a rural, civilização modernizada do século XVII mais camponeses marginalizados, baixo índice de investimentos e proprietários *versus* camponeses.

Isto, Srs. Deputados é o Nordeste brasileiro, onde existe ainda os chamados coronéis, os proprietários de grandes glebas, que são excluídos do objetivo do Hudson Institute. Segue-se então a área inexplorada ou seja, as regiões virgens, como a Amazônia, com pouco investimento privado e onde os militares – eis a grande interrogação – são em número pequeno para a abordagem do tipo desejado pelo Hudson Institute. Então é exatamente aí que o Hudson Institute entende podem ser feitas as modificações e introduzidas mais facilmente. Daí nasceu o célebre estudo para o Lago da Amazônia a cuja dissecação V. Exas. e a Casa assistiram ainda há pouco.

O Sr. Hermano Alves – A dupla de professores Panero e Kahn sustentam que a área inexplorada, ou seja na área *c*, a autoridade deverá repousar basicamente nos quadros militares. O Professor Panero, segundo estudos publicados pela revista “Visão” em edição especial. Progresso 65-66...

O Sr. Bernardo Cabral – De cuja Diretoria faz parte o Sr. Roberto Campos.

O Sr. Hermano Alves - ... ao lado de ex-Presidente Lleras Camargo sustenta que nessa região inexplorada os militares poderiam desenvolver a administração. Veja V. Exa. como o Professor Roberto Campos é ainda mais pessimista do que o Prof. Panero. Ainda recentemente, num artigo publicado nos jornais “O Globo” e “O Estado de São Paulo”, ele sustentou que os militares são a única classe neste País em condições de governar o País inteiro. Esta tese ele a tinha defendido pouco antes, declarando-se porta-voz civil da Escola Superior de

Guerra, num almoço com jornalistas no Rio de Janeiro e foi publicada por vários jornais do Rio e de São Paulo. Por outro lado, a participação do poder militar é considerada essencial, nessa escala de pensamento do Deputado Paulo Campos: por outro lado, vemos a tese de neo-malthusianismo afirmada pelo Hudson Institute, claramente confirmada pelo Sr. Eugene Rostow, Sub-Secretário dos Estados Unidos e assistente pessoal do Presidente Lyndon Johnson na Conferência do Comércio e Desenvolvimento em Nova Delhi, no âmbito das Nações Unidas.

E, finalmente, aquela parte, quanto à possibilidade de levante de trabalhadores, ou de camponeses, ou de guerrilhas etc., se inclui dentro de toda aquela previsão de levante de massa perigoso para a estabilidade do Plano Camelot que, por sua vez, era sustentado e financiado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Nobre Deputado é como aquela história em que vamos puxando um fio que nos trás uma rede, a qual, por sua vez, pode trazer até o universo.

O Sr. Bernardo Cabral – Vou mostrar a V. Exa. até que ponto chega essa rede. Isso é estarrecedor.

A revista “Fatos & Fotos” do dia 25 de janeiro, número 364, publica uma excelente entrevista com o Senhor Herman Kahn, sob o título “A Mansão do Dr. Fantástico”. A certa altura, dá esta declaração estarrecedora, feita por um civil considerado pelos generais militares norte-americanos como um dos maiores estrategistas americanos, o Sr. Donald Breenan. Eis o texto: (Lê)

“Percorrendo o edifício principal sou convidado a conhecer Donald Breenan um dos maiores estrategistas norte-americanos. Encontro Breenan preocupado com a posição do Brasil em matéria de energia nuclear.”

Aí, Deputado Hermano Alves, quero puxar mais essa linha do novelo que V. Exa. anuncia. É este o texto da declaração de Donald Breenan: (Lê)

“Vários dos meus colegas estão alarmados diante da possibilidade de novos países obterem, no futuro, explosivos nucleares. Os peritos do Instituto entendem que o interesse do Brasil – explosivos nucleares para fins pacíficos – poderia ser melhor servido, se seu Governo utilizasse dispositivos fabricados por países que já têm armas nucleares. Para nós é ilusória a diferença.”

Vejam bem V. Exas. a gravidade da afirmativa: (Lê)

“Para nós é ilusória a diferença, que o Governo brasileiro enfatiza, entre explosivos para fins pacíficos e explosivos para fins militares. Não há qualquer problema técnico em converter um artefato pacífico num artefato militar, transportável em aviões ou na ogiva de foguete. Para os Estados Unidos seria problema gravíssimo os países latino-americanos decidirem resolver suas diferenças por armas atômicas”.

Vejam V. Exas. que essa gravidade afasta de logo a grande luta que o Brasil vem mantendo, para poder se lançar dentro do campo da pesquisa nuclear, dentro do campo dos artefatos e explosivos nucleares para fins pacíficos. Mais adiante, o Instituto declara que a ele não interessa saber se um País concede ou não autorização para que se façam estudos lá dentro. E dá um exemplo. Se um deles, pesquisador do Hudson Institute decidir que Nova Iorque constitui obstáculo a determinado projeto, riscará a cidade do mapa, sem um momento de vacilação. Nesse mundo do futuro, todas as hipóteses são válidas. Dá a entender que, para os seus pesquisadores, a imaginação não tem limites e o mundo não tem fronteiras. Vejam V. Exas. que passa a América Latina toda a ser um quintal dos Estados Unidos e, mais particularmente, uma área privada do Hudson Institute, que, no instante em que desejar, passará a invadir território alheio.

| Depoimento de **Antonio Oliveira Santos** |



“Meu prezado amigo e companheiro Bernardo Cabral, hoje é um dia muito especial para todos nós, reunidos aqui neste almoço que lhe oferece a Confederação Nacional do Comércio, não apenas para festejar o título de Doutor Honoris Causa, que lhe foi concedido pelos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas, igualmente, pela oportunidade que se nos oferece de prestar especial homenagem ao notável homem público, nosso querido amigo, aqui presente, sempre louvado por suas qualidades.”

Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC)

Fonte: Revista Justiça e Cidadania

Aí, com o carimbo da dependência, com o sinete da emasculação, obrigará todos nós, brasileiros, a nos submetemos à orientação que não queremos, porque desejamos, afinal, soluções nacionais para os problemas nacionais, porque repelimos toda a ajuda que nos é dada se não pedida, no instante em que queremos mostrar que o Brasil também tem condições – mercê de Deus – de levar avante seus propósitos, a fim de que não se diga que há um povo dependente no seu território, tanto na base de idéias, como de recursos.

Quero ainda aduzir uma consideração em derredor do problema do Hudson Institute, que a Liderança do meu partido resolveu que eu debatesse com esta credenciação, encaminhasse o assunto em nome partidário.

Já se ressaltou que o MDB se recusou a abordar o tema distanciado do problema demagógico. A única fuga do MDB seria com relação a qualquer promoção publicitária. O exemplo já foi dado.

Dentro do esquema de chamar a atenção da Casa, para os problemas nacionais, o MDB, com a colaboração de tantos e tantos Deputados da ARENA, faz, hoje, o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar todos os fatos resultantes das denúncias feitas em torno do Hudson Institute.

Quero deixar claro que a história dos grandes lagos, de que resultou o Lago Amazônico, defendido por tantos maus brasileiros desejosos de servir a interesses pessoais, é contrariada exatamente – e é esta a incoerência para a qual quero chamar a atenção do Deputado Hermano Alves – por um dos seus idealizadores, o Sr. Robert Panero.

O Sr. Roberto Panero que tem uma obra intitulada “O Sistema Sul-americano dos grandes lagos”, na página 28, declara textualmente: (Lê)

“Se a represa é indesejável, então o valor da eletricidade, por si só, não justifica a construção.”

Vejam, V. Exas., como toda a argumentação do Sr. Felisberto Camargo, a serviço do Hudson Institute, no sentido de que o valor da eletricidade tornaria a represa desejável e daria condições econômicas para liberação da área, esbarra exatamente no argumento do seu chefe. Já está mais que comprovado que a represa, a fim de formar-se ali um grande lago, é por todos os aspectos indesejável. Sr. Presidente, já não se discute mais hoje a possibilidade e os meios de abdicar do nosso desejo de ocupar aquela área, ainda porque há uma conscientização nacional em torno disso e, além do mais, por termos a certeza de que este será um objetivo permanentemente esculpido no nosso breviário de motivações cívicas.

Sr. Presidente, apelos, dirigidos ao Congresso Nacional, como fez recentemente a Câmara Municipal de Óbidos, no Pará, publicado no “Correio da Manhã” de 21 de dezembro de 1967, sob o fundamento de que o baixo Amazonas está inteiramente abandonado e à mercê dos estrangeiros, no sentido de criar na região o Território Federal de Óbidos, não merecer de todos nós um *basta*. Isto não pode continuar. Temos declarado, e o faremos sempre, que o nacionalismo dos homens do MDB não é xenófobo, e nem podia ser, como não é *chauvinista*; é um nacionalismo responsável, um nacionalismo mais do que responsável, porque assegura aos brasileiros oriundos daquelas áreas, que sentem na pele tanto sofrimento, eco para suas aspirações em suas agruras no Congresso, que há de ser sempre esta caixa de ressonância em favor das soluções dos problemas nacionais. E nunca é demais repetir, Sr. Presidente: queremos soluções nacionais para problemas nacionais. (*Muito bem; muito bem, Palmas. O orador é cumprimentado.*)



Discurso na Abertura dos Trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte – 1987

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, há vinte anos, um então jovem, na casa dos trinta anos de idade, ocupava esta mesma tribuna, com o ardor e o idealismo tão próprios à juventude. A cassação do seu mandato e a suspensão dos seus direitos políticos por dez anos o afastaram da política partidária e durante vinte anos do convívio deste Parlamento.

Hoje. Maturado pela ultrapassagem dos cinqüenta anos – mas sem ter perdido nem o idealismo nem o ardor das idéias que sempre professou – retorna com a missão de ser Constituinte e com o escudo de quem soube não arquivar as esperanças.

Estou voltando, portanto. E se deixei que fluíssem estes primeiros meses em absoluto silêncio foi para poder melhor avaliar a necessidade de importunar V. Ex^{as}. com uma manifestação que estivesse à altura de tão significativa quão qualificada Assembléia.

Parece-me, no entanto, que hoje posso fazê-lo. É que daqui a dias se comemorará mais um 13 de maio e ano que vem o centenário da abolição da escravidão negra no Brasil, a lembrar, em termos meridiano, um gesto de elevada compreensão por parte do regime de monarquia que, em seu segundo ciclo, e eventualmente na pessoa da Princesa Isabel, libertou uma vasta legião de cativos, impiedosamente submetidos aos vexames de um primitivo conceito de alienação da pessoa humana.

Mesmo que figure como dado referencial a circunstância de àquela época a ordem servil ter convivido sem a menor cerimônia com os faros de civilização, jamais deixaram de emergir as manifestações inconformadas de lúcidas gerações, então insurgentes diante do determinismo de uma legislação iníqua que

se opunha aos mais elementares primados de respeito à consciência da humanidade.

O europeísmo, a partir do Renascimento, derramou fascinante clareza sobre a sociedade ocidental, estimulando a formação de núcleos de propulsão às ciências e às artes, o que, na verdade, teria de incidir sobre os sistemas reacionários e senis, ostensivamente responsáveis pelo sacrifício dos valores éticos do indivíduo.

Dentro deste conduto de raciocínio, adveio a Revolução Francesa, em 1789 – o grande movimento iluminista que enseja o deslocamento de altivas idéias para a terra nova das Américas, e consubstanciaria a resposta viril a todas as queixas seculares do homem, já exausto em padecer sob o açoite das castas opressoras.

Se tanto devemos à vetusta Europa, cujas cátedras brilharam e fizeram deixar reflexos de erudição sobre nós, é imperioso registrar o paradoxismo histórico de nos ter exportado a prática do escravismo na sua vigência mais estulta, mesmo se considerarmos que esse estilo de terror social já se impusera na egrégia comunhão greco-romana, de onde nos vem a figura castigada do fabulista Esopo, ilustre escravo branco daquela era sombria, além de preexistir às primeiras convenções jurídicas estabelecidas entre os povos.

E decorridas extensas épocas, somente assim a capacidade civil tornou-se alcançável pelo homem, exceto nas áreas sociais ainda estagnadas ou sufocadas pelo brutalismo político.

A escravidão negra, evidentemente, instituiu-se em idades turvas, dominadas por estadistas primários, que viram neste selvagem sistema de sujeição um espetaculoso fator de prodigalidade econômica capaz de gerar no orçamento das nações exploradoras uma situação próspera, embora esse tráfico êxito implicasse a deterioração e a ruína de gerações indefesas, implacavelmente controladas pelas oligarquias insensíveis. Com uma agravante: sempre que o Estado interviesse seria para proteger e resguardar o elitismo escravista.

Esse regime hediondo, entre nós, estendeu-se desde o Brasil-Colônia até o final do Segundo Reinado. E da sua presença sinistra restam as mais dolorosas lembranças, a configurar o quadro dantesco de um país que comprometeu a sua postura cristã diante de círculos da sociedade universal.

Àquela altura, a África – ingênua e inerme – era apenas o repasto da avidez econômica estrangeira. Diante dessa paisagem humana, pitoresca e densa, o negro convertia-se em carga exportada, quando vinha saciar as ambições das hordas infamantes, definidas como classe nobre pelo paço do Rei, que lhes dava o odioso endosso. E enquanto os chamados Senhores formavam assombrosa fortuna, os escravos deixaram um lastro das mais patéticas desgraças, sem sonho e sem esperança.

Colaborador amoroso da prosperidade, o negro descreve, no chão do mundo, eloqüente percurso que ele mesmo molhou com o suor mal compensado, convencido até de que, depois de morte atroz, teria sua alma de recolher-se em algum bairro miserável da eternidade, porque este seria o amargo édito de uma fatalidade social concebida e imposta por critérios conceituais recuados e pré-históricos.

Assim, sem qualquer recompensa, sem acesso às franquias mais rudimentares e privadas de exercer a própria dignidade, os cativos eram catalogados como simplórios objetos descartáveis, e depois de explorados e vilipendiados caíam na vala da pobreza absoluta, consumidos enfim por uma tragediada velhice.

Neste particular, vale recordar que Castro Alves – a grande saga da epopéia abolicionista – pôs o seu gênio iluminado a serviço dos servos no desdobramento de um trabalho missionário de alto coturno, contanto pudesse proporcionar a libertação das senzalas, afogadas na impiedade e na lástima.

O festejado autor de “Vozes d’África” bradou para o mundo a plenos pulmões, no tom de um protesto da mais alta beleza bíblica, sensibilizando os foros da História. E há de lembrar-se que no ano de 1947, quando se fes-

tejava o centenário de nascimento do notável bardo, o “Times”, de Londres, publicava em sua página de capa um retrato de Castro Alves com a fisionomia inconformada de um negro.

Na verdade, o lapso editorial bastava para caracterizar que, pelo acendrado amor à causa dos escravos, somente os homens negros, naquele quadro circunstancial poderiam assumir ônus histórico tão pesado diante do altar da posteridade. E não subsiste dúvida de que o vate da abolição, arrastando poderosas forças conservadoras e sem temer as pressões desencadeadas pelas elites, não relutou em sustentar uma posição de risco, então entendida com propósito de solapamento da ordem constitucional vigente, ainda mais por saber-se que Castro Alves saiu de uma pequena burguesia, ajustada aos parâmetros econômicos da época.

Nesse caso, mais cômodo ser-lhe-ia aceitar o plano social estabelecido, o que favorecia ao bardo o desfrute de uma condição privilegiada como um poeta da Corte. Ressalta-se que, com o apoio de outros intelectuais proeminentes, como Rui e Nabuco, envolveu-se Castro Alves entre as sombras de uma aventura, sem perspectiva próxima de sucesso, o que poderia fechar-lhe o itinerário de promissora juventude. E com a morte prematura, aos 24 anos, a Lei Áurea foi para ele uma vitória póstuma.

Há de deduzir-se, de outra parte, que o fim da escravatura – tão reclamada pelos humanistas de todo o país – ocorreu como imperativo episódio da mais ampla ressonância, sem que – nos termos de uma observação sociológica vertical – houvesse mercado de trabalho receptivo à comunidade cativa libertada, daí resultando o fenômeno da desorganização econômica, enquanto as ex-vítimas do cativo – alto número delas – tiveram de buscar o Senegal e Angola, área onde foram capturadas a fim de reabsorverem o “*modus vivendi*” local.

É que esses cativos negros, embaraçados e submersos na tragédia da opressão, teriam até chegado a entender que a liberdade seria um bem privativo das divindades malditas ou das iníquas, uma vez que, submissos à ordem ser-

vil, não supunham que o banho de claridade – conseqüente do ato da abolição – constitui, obviamente, a sua integração no âmbito de uma paisagem humana respaldada em virtudes igualitárias.

Destarte, esses miserandos, torturados pelos ferros da senil engrenagem estatal, nada tinham atrás de si senão um acerco de recordações e lágrimas.

É preciso colocar em relevo que os movimentos de redenção social não se operam dentro de critérios logísticos, porque a detonação dos fatos libertários se inspira nas forças voláteis do ideal e do sonho e incidem sobre as

convenções do claudário de forma quase sempre abrupta.

A rebentação do arcabouço escravocrata, em 1888, produziu-se por força de idéias inflamáveis que configura o desfecho de extenso processo social que agitou o plenário do Parlamento do Império mediante conquistas graduais, destacando-se a Lei do Ventre Livre. Mas é inegável que, paralelamente, houve um ritmo de fermentação revolucionário, movido pelo inconformismo das camadas lúcidas da Nação que incineraram a torpeza e ao rancor que macularam, durante séculos, a dignidade do ser humano.

| Depoimento de **Gaitano Antonaccio** |



“ Em verdade, poder-se-ia dizer, sem cometer equívocos, que o jurista, intelectual, político e filósofo Dr. José Bernardo Cabral é um homem além do seu tempo. Mas seria muito pouco para quem tem a esfinge de um Cidadão do Mundo. Sobre homens considerados capazes de viver além de seu tempo, pela excepcional qualidade humana, tornaram-se, assim, definidos: Leonardo da Vinci, Galileu Galilei, José Bonifácio de Andrada e Silva – o patriarca da independência do Brasil -, Van Gogh, Josué de Castro, Francisco Xavier e outros seres huma-

nos que, com suas idéias e filosofias de vida, transformaram o mundo.

E foi singrando as águas do maior rio do universo – o Amazonas soberbo e caudaloso – que de lá Bernardo partiu e aportou no mundo. A sua competência jurídica, a sua essência política, a larga intelectualidade, que lhe outorga a versatilidade de suas orações confeitadas pelo doce da poesia e a leveza da sedução, dão-lhe o encanto pessoal, que só as árvores frondosas da floresta amazônica permitem aos cidadãos do mundo, que sentem o sopro de suas folhas, e que com ela se casam e nunca perdem a paixão telúrica. ”

Ex-presidente da Associação Comercial do Amazonas e autor do livro “Bernardo Cabral, o jurista, o político, o intelectual”, editora Komedi, 2007.

Fonte: Revista Justiça e Cidadania

Ausente da Pátria o monarca Pedro II, que não desejou frontalmente desencantar a elite escravista, transferiu à filha, Princesa Isabel, numa transparente habilidade, o ato de libertação dos cativos.

Em termos genéricos, sem que se faça menção isolada à luta pela emancipação dos mártires negros, vale considerar que somos um povo insubmisso aos sistemas políticos que constroem e oprimem. A conspiração de Vila Rica e a Confederação do Equador, abortadas em fases diferentes, definem o porte da índole nacional, que não cede à tutela do despotismo. E os tragicômicos serviços do arbítrio, que vestem trajes crepusculares, acabam por cair diante da resplandecência da aurora, a provar que uma ditadura extinta – por ser o cadáver insepulto de uma época – não arruína o espírito da civilização.

Veja-se, desse modo, que o homem brasileiro jamais capitulou diante dos espectros medievais que tentaram coagir e supliciar a dignidade da Nação. Bem perto está o exemplo que nos ficou do regime do arbítrio, instalado a partir de abril de 64 e cuja noite totalitária estendeu-se até 1985, quando foram instalados os tentáculos da Nova República.

Todos os acontecimentos vividos e sofridos pelo povo brasileiro durante essa noite discricionária espectral e odienta, podem e devem ser incorporados ao museu – quase imemorial – das ditaduras sul americanas, onde pervaga o cardume das desgraças, como único legado de tiranos selvagens, onde a perversidade cívica é o símbolo mais ostensivo.

É esse recente absolutismo, que violentou a lei e instituiu a cartilha da insanidade política, com base na cassação de mandatos, da suspensão de direitos políticos na prisão, no exílio, na tortura e na corrupção, vem agora incorporar-se à memória do povo como um dos mais deploráveis legados de nosso tempo.

Tudo isso me vem à mente porque nesta hora grave, em que elaboramos uma nova Carta Magna ou o supremo estatuto política da República, temos de nos preocupar com a for-

mulação de um texto jurídico saudável, capaz de absorver a essência do espírito nacional, com o pleno envolvimento de suas reservas cívicas, de modo que se venha plasmar uma ordem democrática diretamente compatibilizada com as vertentes límpidas da história, e em que a figura dos direitos humanos possa resplandecer como inalienável conquista do regime civil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando ao início destas minhas palavras ressaltava eu, o distanciamento que tenho mantido da tribuna e a cautela de não a ocupar senão com temas da maior seriedade – e que, neste instante, aproveito para pedir desculpas a V. Ex^{as}. pelo tempo que a todos faço perder e, por igual, registrar os agradecimentos pela deferência da homenagem em aqui permanecerem – é porque, ao tecer considerações sobre o centenário da abolição, quero externar a minha profunda preocupação com a necessidade da elaboração de uma Constituição cujo âmago político-jurídico exprima e imprima as verdadeiras dimensões da Federação e da República, através de um esforço de captação de nossos sentimentos étnicos e históricos, de forma a envolver a contextura da Pátria.

A grande verdade é que nenhuma Carta Constitucional pode resistir se não consultar ela os longínquos patamares humanos erguidos pela ancestralidade que nos inspirou através da velha escala do tempo, eis que é imperioso refletir que uma Carta Magna deve interpretar as repercussões psicossociais de uma nação, sejam quais forem os seus segmentos, porque – se entendida de forma oposta – teremos uma Constituição comprometida apenas com os caprichos dos poderosos, a destilar ódios sobre o universo das forças obreiras, ou um código maior de índole cega, predisposto à perpetuação dos tiranos.

Não percamos de vista que a Constituição de 1824 – o primeiro estatuto político do Brasil independente – embora tenha procurado inspirar-se nos protestos nativistas, não conseguiu escapar de ter páginas turvadas pelo

residualismo econômico, a mostrar a imagem de um país até então privado da perspectiva histórica.

Não seria de estranhar, por isso, que o conceito de escravidão fosse um instituto legítimo, ensejando o desenvolvimento e a consumação de todo um processo de atrocidades perpetradas contra o negro, como reflexos decorrentes de uma legislação aberrante, em vigor nas metrópoles colonialistas.

Por todas essas razões, o povo brasileiro quer uma Constituição que preserve a condição humana e que não venha dissociar o povo de sua pátria.

Uma Constituição disposta e firme a frustrar o desenlace entre a dignidade e a Nação.

Admitidos estes moldes legais, creio que estará em vigor, logo mais, uma Carta Constitucional que testemunhará as comemorações dos cem anos de extinção da ordem servil no Brasil.

Uma Lei Magna que vigorará num país sem escravos, sem injustiça social e sem o fantasma das ditaduras.

Só assim estaremos credenciados ao respeito da comunhão internacional.

PUBL. DCN de 12/05/87, Pág. 1616, Col. 1^a/2^a – CÂMARA.



Discurso de Encerramento dos Trabalhos da Constituinte – 1988

“O homem é um Deus quando sonha...e um mendigo quando pensa.”

Sr. Presidente,

Srs. Constituintes,

A caminhada, ao longo destes 19 meses – árdua, em certas horas tormentosas, às vezes dramática, em circunstâncias inesquecíveis, mas – é forçoso declarar, sempre palmilhada

com a independência que caracteriza esta Assembleia Nacional Constituinte, chega, hoje, aos seus derradeiros instantes.

Por essa razão, não posso, não quero, nem devo silenciar. A minha função de Relator – quando dele me desincumbo, em definitivo – impõe que faça uma especial agradecimento a todos os eminentes colegas constituintes, sem exceção – líderes e liderados – pela compreensão, colaboração, estímulo e incentivo que a mim sempre deram.

Não fora isso e não me teria sido possível chegar ao final do honroso cometimento que, um dia, Deus me colocou sobre os ombros.

Insultado, ofendido, injuriado, difamado, caluniado, não me omiti, não desertei, já que, de forma obstinada, sabia que o objetivo maior era dar a minha contribuição para que o país possa sair da excepcionalidade institucional – que o marcou no passado – para o reordenamento constitucional, que o espera no presente.

Do sofrimento de ontem – lazer perdido, cicatrizes na alma – posso registrar o profundo contentamento de hoje, a comprovar que os homens não valem pelo privilégio da fortuna de que desfrutaram ou do poder que, eventualmente, conseguem empalmar, mas pelo que produzem em prol da coletividade.

Assim, permitam-me os colegas constituintes – que aos agradecimentos que lhes endereço, possa eu ajuntar os mais sensibilizados aos meus estimados Relatores Adjuntos, senador José Fogaça, deputado Antonio Carlos Konder Reis e deputado Adolfo Oliveira, quais cirineus redivivos tanto ajuda me deram e sem a qual não seria possível a conclusão de minha tarefa.

Por sinal, a todos os integrantes da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte, e, em particular, a Vossa Excelência, Senhor Presidente Ulisses Guimarães, estadista que merece a divisa de Bayard – “sans pen ET sans reproche”- e que conseguiu fincar no mais alto do topo da cidadania a bandeira da independência parlamentar.

Um dia, Presidente Ulisses Guimarães, quando a história desta constituinte for escrita sem as ardências circunstanciais, o nome de Vossa Excelência haverá de emergir como o homem que soube reunir altivez sem arrogância, independência com dignidade, lealdade com afeto e bravura sem bravata.

Concluo, pois, eminentes colegas constituintes. E o faço valendo-me do poeta Fernando Pessoa; “Da obra é minha a parte feita. O por fazer é só com Deus.”

Muito obrigado.

J. Bernardo Cabral



Discurso de Posse na Academia Amazonense de Letras

Exmo. Sr. Dr. JOÃO MENDONÇA DE SOUZA, preclaro Presidente da Academia Amazonense de Letras.

Exmo. Sr. Dr. PAULO PINTO NERY, Governador do Estado.

Exmo. Sr. Dr. Desembargador PAULO JACOB, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas.

Exmo. Sr. Professor OCTÁVIO MOURÃO, Magnífico Reitor da Universidade do Amazonas.

Exmo. Sr. Dr. CARLOS FAUSTO VENTURA GONÇALVES, DD. Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas.

Exmo. Sr. Deputado JOSÉ DUTRA, DD. Representante do Governador eleito, Professor GILBERTO MESTRINHO.

Exmo. Sr. Dr. RUY LINS, DD. Superintendente da Zona Franca de Manaus.

Exmos. Senhores Acadêmicos Titulares deste Silogeu.

Exmas. Senhoras e Senhores:

Desde a academia de Platão, época em que estilhaços de estrelas clarearam a pátria dos helenos, o imperativo de semear idéias pôde ganhar a consistência de um modo de vida que seria observado pelas gerações iluminadas, quando Petrarca – o gênio de Arezzo – empunhara o lábaro do Humanismo. E após o Renascimento detonou-se o processo de libertação da inteligência.

Já na última fase da Idade Média, que vem da queda do Império Romano até a conquista de Constantinopla, quando a violência de instituições totalitárias tentara demolir o arcabouço da Civilização, emergiram as belezas florais do pensamento, agora sem o cerco de ferro estabelecido pelos tronos escravocratas.

Há de prevalecer o conceito humanístico de que nada se busca no território brumoso do futuro senão através do gênio e da compreensão. E, assim, plasmaram-se princípios de íntima interpretação da condição do Homem, tanto mais porque os centros acadêmicos consagram a inteligência como dote supremo da vida, sem que as adjacências da mediocridade insidiosa e iníqua conturbem o perfil límpido da estética e da cultura.

Se escalei o cêrro – e hoje alcanço este penhasco de condores -, honra-me a convivência dos que sabem manejar o cálamo, gravando no papel as centelhas de celestial majestade. Destarte, procede das vertentes dos deuses a graça de poder o homem liberar surtos vocabulares com a melodia da fonética, que faz do legado literário um patrimônio soberbo e encantado.

Participando, agora, deste templo de cultura, as emoções me embargam, por saber que vim situar-me entre ilustres expoentes da literatura, entendendo que os meus destacados pares, em decisão espontânea e unânime, quiseram prestar-me um ato de homenagem expressivo e consagrador, embora timbrado por uma indisfarçada generosidade.

Sim, Manaus foi o meu berço. E neste espaço, àquela altura tão densamente verde, vivi a minha infância e a minha mocidade, a quem o sonho e a esperança floriram, de modo a po-

der eu arrostar os percalços que se ocultaram e ficaram à espreita nas grutas do tempo.

Nas divagações de menino me vêm à tela da memória o espetáculo das auroras rosadas, a banhar de luz o fascinante mundo selvático dos trópicos brasileiros, cuja imensidade excitara o gênio de Humboldt, levando-o não só a elaborar textos científicos relevantes e profundos, mas a considerar o nosso Estado como o celeiro do mundo.

A expressão telúrica da Amazônia – fascinante, imensa, montando na sinfonia do seu mapa geográfico o mais belo bailado orográfico do mundo – teria de induzir-me aos ideais mais altos. E, assim, o menino, dentro de uma ilha humana ainda minguada, já despertava o espírito para esse apaixonante “vazio de ecúmeno”, na definição de Réclus, homem de ciência de França, fazendo com que crescessem sentimentos mais fortes e que se propunham a defender a incolumidade da gigantesca planície do Rio-Mar.

Mas as minhas projeções de sonho refletiam o sentimento de uma análise, segundo a qual as idéias diáfanas se punham umas sobre as outras, formando uma pirâmide de santa dignidade, até tocar o teto de Deus.

Não há, todavia, desencantos a registrar, porque me vem à alma uma revoada de sorrisos docemente espontâneos. Sorrisos que adornaram a minha casa de criança, como se eu tivesse de ser um andarilho da história, pervagando um caminho azul, por onde passaram as carruagens douradas dos semideuses da lenda.

E em mim persiste a recordação, alvejada pelo tempo, desta Academia de Letras, situada não tão distante da Praça da Saudade, como se esta designação locativa indicasse a existência de um vínculo de respeitabilidade entre o augusto cenáculo e os burgos de eras longínquas, onde as penas de ganso, de egrégios encanecidos, lavraram os autos sobre a coragem vencida da própria humanidade na sua exaustiva peregrinação em busca do nada.

Cervantes, imperecível monumento da Hispanidade, um dia voltara a Madri com as feridas de Lepanto e as angústias de um mundo tragediado. E ele mesmo, no seu “Dom Quixote de La Mancha”, tentara diluir a dúvida pertinaz de Sancho Pança, o amigo fiel, que encontra um elmo e acreditava ser do rei mouro, Mambrino. E a versão clarividente de Dom Quixote é que o curioso objeto não era o elmo do monarca, mas a bacia de algum Fígaro. A transcendente intervenção sardônica de Dom Quixote visava a apenas reduzir a uma dimensão exata a figura de um potentado efêmero, tão fugaz como as orgias do Paço.

Evidentemente, algo de sublime sobrepaira à veleidade dos espíritos vulgares, incapazes de ouvir os arpejos dos anjos ou o sussurro mágico da eternidade. Quantos milênios foram esgotados e quantas tempestades desfizeram a frivolidade ou arruinaram as estruturas de um elitismo artificial e insolente? E, então, por que resiste o poder da inteligência, brilhando em seu universo?

Permito-me formular uma autocrítica que admito discreta e até simplista. E a faço porque sou hoje aquele menino a alcançar a fronteira dos cinquenta anos de idade, sem ensinar a ruptura de uma linha espiritual que me prende ao invisível nascedouro do tempo; porque emergi em minha época portando uma rosa, de ilusão talvez, mas preconizava a idéia de chegar aos campos ensolarados da paz e da concórdia. Não me dei por vencido, embora entendesse que a inclemência de um processo existencial tanto tenha exigido, e pouco tenha dado, a despeito da formação equatorial que me fez viandante, já à véspera de outra centúria.

Vitor Hugo afirmava que “Paris é a praça do pensamento humano”, destacando a sua coerência por saber o autor de “Os Miseráveis” que a sede mundial da cultura indicava traços de compreensão diante de tantas instituições de governo que se aviltaram nas ceias bestiais do obscurantismo, impondo a morte civil dos talentos, ou encarcerando artistas ou sábios.

Não desejaria armar qualquer paralelismo com nenhuma situação existente no mundo. Tampouco seria eu perdulário do pensamento, promovendo reflexões em torno de cenas episódicas despidas de embasamento científico junto à apreciação analítica por parte do juízo dos pósteros.

Seja-me permitido, no entanto, delegar aos *experts* da nova História a diagnose de uma sequela de fatos menores, facilmente sepultáveis. Porque a força do esquecimento é severa e marginaliza as ocorrências pobres, conhecidas na sociedade internacional.

Não relato, a propósito, diante do dever de exaltar este Instituto de Cultura pelo senso de equilíbrio e pela superioridade ética de abrir o seu pórtico glorioso a um homem público da região, o qual, em recente ciclo da vida republicana, fora Deputado Federal, eleito em marcante sufrágio, e depois cassado o seu mandato e suspensos os seus direitos políticos por um decênio, em face de um édito arbitrário e incompatível com a meridiana dignidade dos direitos humanos.

Amante das letras na infância, postulante do jornalismo na juventude, integrante da oficina cultural do colégio, jamais me afastei das lides do espírito. E hoje, como advogado atuante – só advogado –, inspirei-me na essência filosófica da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em sintonia plena com a alma da civilização contemporânea, que recusa e condena a subordinação da cidadania aos delírios de todas as tipicidades de absolutismo.

Membro efetivo – a partir deste instante – da Academia Amazonense de Letras, faço-me dignitário entre escritores tão ilustres. E sob a silhueta das amazonas, mulheres cavaleiras que galoparam o imenso vale que intermedia a bacia atlântica e a cordilheira andina, vejo que agora, também, os nossos notáveis antepassados se superpõem ao dorso da fatalidade e correm para lançar aos pés do amanhã as orquídeas das glórias conquistadas.

Várias são as individualidades célebres que derramaram clarões de beleza sobre este re-

cinto, quando a própria tribuna se convertera em púlpito de místicos predestinados.

Curvo-me, por isso, perante a memória de Péricles Moraes, o esteta das letras e do pensamento, cujo talento confirma ter sido ele, de forma inquestionável, filho legítimo da erudição com a inteligência, e que nos deixou a melodia do seu esplendor cultural. E os patronos que inspiraram a criação desta entidade, por força de luzente ancestralidade, são acatados em sua límpida memória, porque os quadros acadêmicos sucessores têm sabido honrar os foros espirituais do Amazonas.

PÉRICLES MORAES

Espadachim da prosa, na conceituação feliz do nosso Presidente Mendonça de Souza, ou o “mais alto cimo da cordilheira mental de nossa terra”, como colocou em relevo o imortal Pe. R. Nonato Pinheiro, nasceu Péricles Moraes neste Estado no dia 28 de abril de 1882.

Tal qual o outro, o ateniense, merece ele o cognome de Olímpico, porque sempre viveu dentro da maior simplicidade e no meio de uma sociedade de literatos, a ponto de já no começo deste século, ser o centro de um grupo de jovens boêmios que recitava Verlaine, Mallarmé, e que acabaram por fundar o chamado “Apostolado Cruz e Souza”.

Considerado o “Príncipe da Intelectualidade, Soberano do Pensamento” (Leôncio de Salignac e Sousa) e a ele dever o Amazonas “a sua maior projeção mental no cenário da Pátria” (Ramayana de Chevalier), Péricles Moraes fez de “Figuras e Sensações”, fruto de estudos publicados na imprensa, o seu livro de estréia.

Conheci-o pessoalmente, em determinada manhã, quando, ainda aluno do Colégio Estadual do Amazonas, lá pelos idos de 1949, fui levado ao Templo augusto em que reinava dona Andrômaca, sua fiel esposa e dedicada companheira, pelas mãos do Professor Mário Ypiranga Monteiro, que gozava de sua intimidade.

A impressão que deixou nitidamente marcada naquele jovem de então foi a de uma espécie de cheiro de santidade em tudo que dizia. Confirmo hoje, na maturidade – quando a capacidade de escolha e julgamento se aprimora –, que razão tem Moacyr Rosas ao proclamar: “para todos nós, cultores das letras, insistimos neste ponto: é tarefa difícil visionar a figura de Péricles Moraes”.

Por onde, pois, começar a traçar-lhe o perfil? Pela edição comemorativa do seu jubileu literário, em que a Revista da Academia Amazonense de Letras, em seu número 6, a ele dedicou nada menos de 278 páginas e na qual desfilaram depoimentos dos membros desta Academia, da Brasileira de Letras, de Sócios Correspondentes e de personalidades das letras e do jornalismo?

Como poder resumir o que é impossível de ser resumido, acrescido de correr o risco de não ser compreendido? Por outro lado, que tarefa mais do que complexa, numa reunião assim, proceder à leitura de um livro inteiro sobre um homem mais do que inteiro?

Impetro, portanto, a esta Augusta Assembléia, uma ordem de bondade e tolerância para que possa, aqui e acolá, pingar traços da vida daquele a quem o grande Camille Maclair, a respeito de “Figuras e Sensações”, assim se manifestou:

“vous pensez bien le plaisir profond que me fait votre étude; la reconnaissance que j'en éprouve fait de moi votre ami. Vous avez admirablement résumé et synthétisé ma pensée...” (Carta enviada de Saint-Leu-La-Forêt, Seine et Oise, 9 juillet 24, in Ver. da Academia, pág. 173)

Seu segundo livro, “Coelho Neto e Sua Obra”, também como o primeiro impresso no Porto, Portugal, mereceu de Abgvar Bastos este registro:

“Com a mesma preocupação elevada e honesta de comentador complexo, Péricles Moraes expremeu diamantes ao talento. Atirou ao público um novo livro, onde, em 172 páginas, espregueira, analisa, define, consagra e realiza.

Realiza, também, a sua estilização, sempre riscada a vertigem, sempre elástica e multiforme. Notamos que o autor é um fecundo observador. A sua observação é tão atilada que ele sente o que vê, com a mesma faculdade da perspectiva.” (Revista da Academia, nº 6, pág. 192).

O próprio Coelho Neto, na troca da volumosa correspondência que ambos mantinham, não se esquivou de, em uma delas, declamar sobre essa obra:

“Acabo de ler o seu generoso livro sobre o “pobre de mim”, como diria Fernão Mendes. Quanta lenha para o auto de fé que espera! Em tal pira, de arômatas como os troncos do Líbano, a morte será deliciosa. Obrigado! Muito obrigado!” (Revista da Academia, nº 6, pág. 220)

Seu terceiro livro, “Legendas & Águas Fortes”, considerada por alguns como a sua obra clássica, mereceu do filólogo João Leda, como dá testemunho o não menos erudito Pe. R. Nonato Pinheiro, a afirmação:

“Lendo-vos, tem-se a nítida impressão duma daquelas páginas tonitroantes de Chateaubriand, onde se ouve o ribombar dos trovões, fazendo estremecer nas selvas a colossal estrutura dos robles seculares. Não é um livro que se lê, é uma tempestade que se escuta.” (Revista da Academia, nº 6, pág. 129).

Palmilhando o mesmo caminho, Alberto Rangel, criador do imortal “Inferno Verde”, assinala, em carta de Paris, datada de 18 de dezembro de 1935:

“A sua estima coerente e esclarecida de navegante nos meandros da composição literária, as linhas de simpatia com que sobretece a talargaça das idéias, a sã madureza do seu espírito, essa atenção e sobriedade que distinguem os bons servidores e apreciadores das altas cousas do espírito, tudo isso se revela em LEGENDAS & ÁGUAS FORTES. (Revista da Academia, nº 6, pág. 182).

Não foi por outra razão que, depondo sobre Péricles Moraes, a respeito do seu “O ritmo da

vida na arte da Condessa de Noailles”, asseverou Remigio Fernandez:

“Trabalho de ciclope, de síntese admirável, inegalável, que funde, numa só peça de bronze, o exame crítico de toda a célebre escritora. Em França, o teu trabalho, na língua de Racine, seria a palavra definitiva para a posteridade, quando esta quisesse ajuizar o valor literário da eminente prosadora e poetisa.” (Revista da Academia, nº 6, pág. 175).

Nesse passo, merece destacada a opinião do sempre saudoso e festejado Waldemar Pedroso, também ele Presidente desta Casa, sobre “a estrutura intelectual” do Patrono da Cadeira nº 1:

“Péricles Moraes sentiu diretamente a emoção que lhe comunicaram o estilo e o pensamento dos escritores que mais se transfundiram na sua organização mental, porque os leu nos originais: Dante e D’Annunzio, Carlyle e Emerson, Flaubert e Maupassant.

“O segredo da sua extraordinária cultura literária está nos seus vastos conhecimentos lingüísticos.

“Nele, porém, mercê do temperamento artístico, o escritor sobrepujou o filólogo.

“Péricles Moraes lê o inglês, o italiano e o francês, como o português.”

Sua obra fecunda não parou aí. Os pósteros precisavam saber quem fora Araújo Filho e os contemporâneos teriam de reconhecer-lhe o fecundo talento. Dessa empreitada resultou a “Vida Luminosa de Araújo Filho”, sobre a qual se penitenciava Jayme Cardoso:

“Acabo de ler a *Vida Luminosa de Araújo Filho*, que Péricles Moraes escreveu e publicou. É uma biografia. É a biografia de um dos mais altos talentos que iluminaram a Amazônia nestes últimos anos”.

E mais adiante:

“A vibrante e admirável organização literária de Péricles Moraes deu à *Vida luminosa de Araújo Filho* a eloqüência e a elegância de um panegírico, no rigoroso significado vocabular de gênero. Sua prosa talhada em períodos de

recorte perfeito possui o movimento largo das prosas que respiram. Sente-se que o escritor, antes de principiar a escrever, abre todas as janelas do seu gabinete. Misteriosa, infiltrante aragem – não sei, não posso fugir a esta observação – a que reúne em si a força e a harmonia dos jardins aristocráticos e das florestas indevassáveis.” (Rev. da Academia, págs. 188 e 189).

Afinando pelo mesmo diapasão, deu a lume ainda o seu destacado “LEOPOLDO PERES”, a fim de repor as infâmias assacadas pela política desenfreada àquele a quem dizia dever as maiores emoções de sua “humilde carreira de homem de letras provinciano”.

Ao abrir a obra, fez questão de esculpir, dentre outros, os seguintes períodos:

“Nenhuma outra figura literária de sua geração, as numerosas que de mim se apaixonaram, tanto se alcançou na minha estima e no meu fervoroso apreço. Nenhum outro amigo, por tamanhas provas de confiança e simpatia, cresceu mais depressa na minha admiração.”

Tendo produzido antes “Retrato de Augusto Linhares” e “Confidências Literárias”, já reconhecido e proclamado nacional e internacionalmente o seu amazônico talento, Péricles era um homem de exagerada modéstia, a ponto de, em carta dirigida ao Professor Agnelo Bittencourt, meu mestre no Colégio Estadual do Amazonas, e da qual tomei conhecimento pela gentileza do seu filho, Ulysses Bittencourt, também escritor de nomeada e membro desta Academia, fazer consignar o que se segue:

“Com grande surpresa minha, ontem, em sessão ordinária, e por aclamação, elegeram-me seu Presidente, em substituição do Adriano. Essa prova de apreço sensibilizou-me profundamente, embora me julgue muito abaixo da função que me foi delegada pela generosidade extrema dos meus confrades.”

Se esse – “a vol d’oiseau” – é retrato pobre, esmaecido, mais pela falta de aptidão do pintor do que pelo colorido das tintas que usa, daquele que não prestou apenas serviços à cultura, à arte, a coisa pública, posto que exer-

ceu as funções de Prefeito da Cidade de Coari, Diretor da Instrução Pública do Amazonas, Tabelião e Secretário Geral do Estado, oportuno será destacar que também foi consagradora a sua atuação quando estava a sair do país da excepcionalidade institucional para o reordenamento constitucional.

Ao deixar o cargo de Secretário Geral do Estado, recebeu ele, datado de 16 de fevereiro de 1946, documento em o qual o então Interventor Federal, desembargador Emiliano Stanislau Affonso, fazia, dentre outras, estas considerações:

“Deve-lhe o povo sincera e decidida assistência pelas acertadas medidas sugeridas para a solução dos problemas de primeira ordem, e é oportuno se saiba ter Vossa Excelência, em determinadas crises, posto à margem sentimentos afetivos para somente olhar o bem da coletividade. Agora, de regresso ao ambiente sereno e luminoso do templo de Arte e de Sabedoria em que transformou o seu gabinete de estudos, leva o emérito patricio, com os meus aplausos e de todos os companheiros desta jornada histórica, em prol da restauração da Democracia pátria, as homenagens de um povo que o conceitua uma de suas glórias nos domínios do pensamento e padrão de caráter pelas suas excelentes virtudes.” (Ver. da Academia, nº 6, pág. 256).

Pois é esse notável varão – a quem o Presidente João Mendonça de Souza dedicou um Ensaio de 68 páginas e a Câmara Municipal de Manaus, no distante ano de 1956, recebeu requerimento para transformar a sua data genética, 28 de abril, em dia consagrado à “Festa da Inteligência” – que patrocina a cadeira em que vós me fazeis sentar, a partir desta noite.

Senhores Acadêmicos:

Assinalava eu, ao começo desta oração, a decisão espontânea e unânime que proferistes, atendendo ao trabalho primeiro de Mário Ypiranga Monteiro, como me deu notícia a Comissão composta pelos Acadêmicos e diletos Amigos Carlos Araújo Lima, Carlos de Almeida Barroso e Ulysses Bittencourt, con-

firmada, a seguir, pelos Ofício desta Augusta Presidência.

Agora, em caráter solene e oficial, aguardam-me as palavras de Oyama César Ituassu da Silva, ou simplesmente Mestre Oyama, meu dedicado Professor de ontem e Amigo de sempre. A ele, sem que jamais tenha pressentido, devo tantas vitórias no campo do Direito Internacional, sobretudo no exterior, mercê da disciplina que com tanta proficiência lecionou e leciona na nossa jamais esquecida Faculdade de Direito do Amazonas.

E mais do que nunca, quando assomar a esta tribuna, estará o meu débito ampliado, eis que a ele foi entregue – para gáudio meu – o cometimento da saudação e, por via de consequência, absolver-me do pecado deste discurso.

É que Oyama Ituassu – do pórtico altaneiro da sua cultura e da gávea da sua erudição – trará a esta assistência a recompensa de mercedês ouvido, seja pelo fulgor de seu verbo, seja pela qualidade de sua retórica, um e outra verdadeiras filigramas de ourivesaria que só um joalheiro do seu quilate sabe exibir nas vitrines em que se colocam jóias de inestimável valor.

Resta-me, pois, com as escusas mais do que altiloqüentes, concluir. Mas, não posso fazê-lo sem declarar que passo a integrar uma Casa, a qual, ao longo dos seus 65 anos de existência, tem sido de dinâmica da inteligência, dentro da maior concentração florestal do globo, onde o primado da ecologia é a razão de textos sublimados – “A Amazônia não é assunto para escritores medíocres” -, quando se busca, a todo custo, a preservação de um colosso edênico que já passa a configurar-se como fonte geradora de vida para uma humanidade exausta.

A polivalência de posicionamento de uma organização acadêmica se comprova na ação da vanguarda e na alta atribuição intelectual. E diversifica-se no esforço do espírito, notadamente no estudo e no debate de ângulos fundamentais pertinentes à salvaguarda dos

valores do idioma luso, hoje enriquecido com os subsídios do afro-indianismo.

E contemplamos, por isso, impressionante comunhão idiomática, em que cento e vinte milhões de brasileiros soletram orações, emitem formosuras literárias, exaltam atos nobres, suspiram angústias, pronunciam esperanças, revelam desencantos ou sonhos doutrados e vadios.

A propósito, Guerra Junqueiro – no âmago da lusitanidade – escrevera, em jornal de Lisboa, comovedor artigo ao ensejo da implacável crise climática que atormentara o nosso Polígono das Secas, no ano de 1877. E lastimava Junqueiro que, no Nordeste do Brasil, pobres criaturas padecessem e pedissem esmolas na mesma língua em que Camões escrevera o seu Luzíadas.

Por essa razão, ao me despedir desta alta tribuna a fim de poder desfrutar do privilégio do convívio com todos vós, Senhores Acadêmicos, registre-se que a Academia Amazonense de Letras – segundo os modelos éticos e vetustos – tem sabido zelar pelas prerrogativas qualificadas e fascinantes do idioma, posto que há de servir, dentro dos limites próprios, como poderoso instrumento antropocultural, a veicular a virtude ou a miséria; a glória ou o infortúnio.

Honra-me pertencer à Casa de Péricles Moraes. Orgulha-me a vossa companhia. Alegrame ser um dos vossos. Envaidece-me a imortalidade, pois estou certo de que tudo o que se fizer neste cenáculo encontrará na acústica do tempo a resposta consagrada dos deuses.

Eu vos saúdo.



Discurso por Ocasão da Outorga do Título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Quero começar com Fernando Pessoa, o genial poeta, para quem o mar surgiu como base de um Império e do avanço de um povo conquistador. Chegou a dizer que a Inglaterra só descobriu o mar depois que Portugal lhe mostrou onde estava.

Por isso mesmo, o livro em que foi mais Pessoa chamou-se de MENSAGEM e é no poema nº X, da parte II, que ele interpela o “MAR PORTUGUÊS da seguinte forma:

Ó mar salgado, quanto do teu sal

São lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena

*Se a alma não é pequena. Quem quer passa
além do Bojador*

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou céu.

Sei que a exigência protocolar, em momentos como o de agora, determina a feitura de discurso por escrito.

Assim, aqui estou obediente ao protocolo. Eis o discurso, por escrito. Claro que não para dizer-lhes – e isso seria tedioso e desnecessário – da elevada honraria que me é cometida. Preciso – isso sim – deixar consignado, de público e com toda a ênfase, que, a partir de hoje, ao elaborar um registro curricular, nele figure, com justificado orgulho, esta láurea da mais alta distinção acadêmica, tão expressiva quanto consagrada. E que me toca profundamente e de forma sensibilizada, porque as honrarias não valem só por si, mas – e sobretudo – pela respeitabilidade de quem as outorga.

Por essa razão, ao receber o expediente de Vossa Magnificência, Senhor Professor Doutor Hidemberg Ordozgoith da Frota, dando sequência ao comunicado telefônico do Professor Clynio de Araújo Brandão, eminente Diretor da Faculdade de Direito, percorri os

olhos pela minha vida pública numa espécie de reprise de fatos e acontecimentos, analisando-os desde os tempos da minha querida Faculdade de Direito do Amazonas, carinhosamente chamada de “Jaqueira”; passando pela minha época de Deputado Estadual; de Deputado Federal até quando aportei a minha *igarité*, de caboclo amazonense, na cidade do Rio de Janeiro, tangido pelo vendaval dos atos de exceção, os quais impuseram a cassação do meu mandato parlamentar e a suspensão dos meus direitos políticos por 10 anos e a perda da cadeira de Professor da Faculdade de Direito do Distrito Federal, do então Centro Universitário de Brasília. Depois, o retorno ao meu rincão natal, na eleição de Deputado Federal Constituinte, e, mais tarde, de Senador.

Por que a análise retrospectiva? Porque senti que o momento merecia dupla reflexão. E fiquei me questionando, nesta época da maturidade - instante em que a capacidade de escolha se aprimora – por onde tenho andado... o que fizera ... o que realizara.

Sim, Manaus foi o meu berço. Ali, na então rua dos Remédios e depois Miranda Leão, e logo no meu primeiro ano de vida, meus queridos pais, Cecília e Antônio, compraram uma casa na rua Marcílio Dias, 140.

Nela vivi a minha infância e a minha mocidade, a quem o sonho e a esperança floriram, de modo a poder eu arrostar os percalços que se ocultaram e ficaram à espreita nas grutas do tempo.

Nas divagações de menino me vêm à tela da memória o espetáculo das auroras rosadas, a banhar de luz o fascinante mundo selvático dos trópicos brasileiros, cuja imensidade excitara o gênio de Humboldt, levando-o não só a elaborar textos científicos relevantes e profundos, mas a considerar o nosso Estado como o celeiro do mundo.

A expressão telúrica da Amazônia – fascinante, imensa, montando na sinfonia do seu mapa geográfico o mais belo bailado orográfico do mundo – teria de induzir-me aos ideais mais altos, e, assim, o menino, dentro de uma

ilha humana ainda minguada, já despertava o espírito para esse apaixonante “vazio de ecúmeno” na definição de Réclus, homem de ciência de França, fazendo com que crescessem sentimentos mais fortes e que se propunham a defender a incolumidade da gigantesca planície do Rio-Mar.

Mas as minhas projeções de sonhos refletiam o sentimento de uma análise, segundo a qual as idéias diáfanas se punham umas sobre as outras, formando uma pirâmide de santa dignidade, até tocar o teto de Deus.

Não há, todavia, desencantos a registrar, porque me vem à alma uma revoada de sorrisos docemente espontâneos. Sorrisos que adornaram a minha casa de criança, como se eu tivesse de ser um andarilho da história, pervagando um caminho azul, por onde passaram as carruagens douradas dos semideuses da lenda.

Sim, espécie de andarilho, pisei caminhos secularmente impressos na história de todos os tempos. Oriundo de um Estado de proporções continentais, mergulhei nessas minhas andanças nas águas lustrais da cultura... olhei o Sena... alegrei-me com o Reno... debrucei-me no Tibre... velejei no Prata... pasmei com o Nova... espelhei meu rosto no Volga... admirei o Tâmsa... extasiei-me com o Danúbio... vibrei com o Mondego... cantei no Tejo, dos meus ancestrais... mas sempre – sempre e sempre – alma fixa, declamei hosanas ao meu Amazonas distante, que é o Rei de todos os rios. Por onde andei? Aonde fui?

Da Vinci, Michelangelo, Rembrandt, Rubens e tantos outros tocaram-me o coração nas avenidas – passarelas do Louvre. Ah, o Louvre! A França imortal... a bela Itália... a encantadora Áustria... a diferente República Checa... a conservadora Inglaterra... a antiga União Soviética, com a sua inesquecível São Petersburgo e seu belo Museu Hermitage... Portugal, com Lisboa de minha saudosa Mãe e Coimbra de meu saudoso Pai... a séria Alemanha... a plástica Holanda, enfeitada de flores... a Espanha, de um novo reino... a inconfundí-

vel Suíça... a indecifrável China... o operoso Japão... os Estados Unidos da América do Norte... Taiwan, Coréia, enfim, por onde andei?

Se rezei aos pés de Pedro, na Catedral que lhe empresta o nome...se apertei as mãos e recebi um abraço do saudoso Santo Papa João Paulo II.... ah, o Vaticano... a Capela Sistina, revisitada tantas vezes ao lado da Zuleide, Companheira, Amiga e Esposa abrangente e convergente.

Será que os meus olhos tiveram de cantar tantos cantares, em dádivas dos Céus, onde as luzes das estrelas costumam piscar nas rodovias celestiais – milagres da natureza – até saber o quanto devo a este meu Estado que me deu muito além do que merecia.

Afinal, me dou conta de que sou como aquele marinheiro, ancorado no cais de tantas recordações, espécie de forasteiro que perdeu o hábito de partir, porque aqui é, também, o meu lugar.

Parece que, de repente, desperto e sinto na retina a imagem das gaivotas que riscam o firmamento... gaivotas, condores de todos os mares, sempre indo e voltando, como se jamais fossem e nunca voltassem... e, apesar de tudo, percorrem elas um firmamento tecido de nuvens brancas que chegam a envolvê-las.

Se, em verdade, as gaivotas vão e voltam – como se não tivessem partido, mas sempre ficado – será que cheguei a sair da minha terra? Será que estou de volta? Ou será que me encontrei?

Quem sabe se neste reencontro comigo mesmo, com os meus quefazeres... com os meus defeitos, talvez maiores que as qualidades... não seria de chegar eu à conclusão de que há um estado permanente no ser humano de ininterrupta e inarredável presença.

Onde está ela? Na estrutura interna de cada um, no poder de observação de que dispomos e, sobretudo, no espírito de justiça que se deve cultivar a cada momento, a fim de que não exerçam influência as simpatias e preferências no tratamento aos nossos interlocutores, no

ajuizar suas obras, no valorizar seus atos, no premiar seus méritos.

Depois, sem deixar de ser intransigente com os princípios, mas tolerante com as pessoas – procurar cultivar a chamada virtude da prudência, que ensina a distinguir o essencial do acessório, o conveniente do inconveniente, o oportuno do inoportuno.

Prudência no estimular, no corrigir, no condescender, no confraternizar, para que o estímulo não venha, alguma vez, a criar desânimo pela revelação intempestiva de uma inferioridade; para que a correção não origine um desligamento afetivo; para que a confraternização não aniquile o respeito.

Prudência especialmente quanto ao exercício que temos de fazer da nossa autoridade, sem a qual, é certo, não será possível chefiar, eis que assessorar é tarefa de muitos, mas atuar e decidir é próprio de um só.

É evidente que este não é o momento de contar diante dos presentes um salmo de conotação pessoal, não só pelo respeito a tanto amigos que me deram a honra da sua vinda, mas por ser hora de agradecimentos.

E por ser o instante da gratidão, devo ressaltar que a honra do recebimento deste título pode ser merecida ou não. Sequer o discurso. Todavia, a alegria que me invade a alma, a emoção que me povoa o espírito, são inquestionáveis. Por isso, soaria falso se tentasse escondê-las sob o manto da modéstia, tantas vezes falsa e quase sempre insincera.

O meu júbilo é, portanto, AMAZÔNICO. Daí, no latifúndio do território imenso de que se reveste esta mais elevada distinção acadêmica – espécie de capitania outorgada pelos doutos Conselhos Superiores desta Universidade – sei que está ela plena de generosidade e se imenso afeto.

Foi o que demonstrou a saudação do Professor Clynio de Araújo Brandão, a quem ouvi com a atenção que me merece e com a simpatia a que ninguém pode resistir, dada a densidade da sua cultura e da sua notável vocação para o magistério.

Posso fazer tal assertiva porque, há dias, li o seu Discurso às Turmas do Centenário e verifiquei o acerto das suas palavras, a mestria dos seus ensinamentos e o que é mais notável: apontando caminhos aos seus Afilhados e indicando as respectivas soluções.

Por igual, em recente homenagem ao seu saudoso Pai, o ilustre Desembargador Magalhães Brandão, publicou uma plaqueta na qual resgata a verdade e dela retiro esta candente afirmativa: “combateu pel a augusta dama de olhos vendados e caiu ferido pela rameira de olhos esbugalhados, a perseguição política”.

Este é o Professor Clynio. Grato, querido Amigo. Em meu nome e dos meus familiares.

(outros registros de agradecimentos às autoridades presentes)

-Magnífico Reitor, Professor Doutor Hiedemberg Ordozgoith da Frota

-Ilustríssimo Diretor da Faculdade de Direito, Professor Clynio de Araújo Brandão

-Senhoras Professoras

-Senhores Professores

- Meus familiares

- Amigos e Amigas

Acерco-me das conclusões destas palavras de agradecimentos, e, ao fazê-lo, entendo que esta elevada distinção acadêmica não se deve constituir apenas um privilégio meu, e sim, um direito de todos os meus amigos presentes, com os quais partilho, na forma mais fraternal e sincera de que disponho. E a todos peço que me permitam incluir um agradecimento especial a dois queridos membros da minha família, razão da minha existência. Em primeiro lugar, lendo o primeiro cartão escrito por um menino, no verdor dos seus cinco anos, com a sua letrinha ainda indefinida, a mim dirigida no dia dos Pais, com esta subscrição no envelope:

“Ao meu paizinho querido – no seu dia”, E com este texto:

“Papai,

Mais tarde, quando eu crescer Uma coisa eu quero ser: Quero ser bem parecido Com o meu Papai Querido!”

Beijos,

Antônio Júlio Bernardo Cabral! Salve
13/08/61.

Você cresceu filho. Foi meu Colega no escritório de advocacia; Assessor na Assembléia Nacional Constituinte; Companheiro no Ministério da Justiça; Deputado Federal e hoje – por seus méritos pessoais – Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas, do qual foi seu notável Presidente.

Você cresceu. E muito. Por essa razão sinto muito orgulho do que Você representa para sua Mãe e para mim. Orgulho imenso que me permite pedir a Deus que continue te protegendo.

E em Seu nome, eu te abençôo, meu filho,

O outro agradecimento é mais que uma homenagem. É uma reverência. Ela tem sido a viga mestra do edifício do nosso lar. Sozinho não teria eu escalado o cerro e alcançado o penhasco onde esta Universidade me coloca. Sem a sua presença não teria superado os dias terríveis da cassação, das perseguições, das ameaças de morte. Se não tivesse ela o meu lado não teria dado conta de encarar as imensas dificuldades e suplantá-las... foi com o amparo das sua mãos...da força inquebrantável do seu caráter...da sua postura de dignidade e verticalidade, que soletro o seu nome com o maior respeito. Zu-lei-de da Rocha Bernardino Cabral,

Zuleide. Lady até na sonorização do nome, como tenho repetido mundo afora.

Chego ao final. E quero fazê-lo com as palavras do Poeta com as quais iniciei este agradecimento.

“Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.”



| Depoimento de **Arnaldo Carpinteiro Péres** |



“ No último dia 20 participei da solenidade de entrega do título de Doutor “Honoris Causa”, outorgado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das mais tradicionais do Brasil, ao Bernardo Cabral (...).

E, sinceramente, ninguém mais do que Bernardo Cabral merece todas as homenagens que o Amazonas puder lhe prestar. Não apenas por tudo que fez pela Zona Franca, na Constituinte, mas pelo que representa de importância, para esta região. Só quem já andou em sua companhia por diversos Estados pode aquilatar o prestígio pessoal que ele desfruta onde chega, sempre tratado com o maior carinho e reverência. Sem qualquer favor ou exagero, pode-se dizer que poucos brasileiros podem ostentar tantos títulos e condecorações importantes quanto os que ele possui. São mais de duzentas honrarias recebidas no Brasil e em ‘vários países. Apesar do exercício dos mais altos cargos públicos, como Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministro da Justiça, Relator-Geral da Assembleia Nacional Constituinte (um dos cinco únicos brasileiros), no entanto, nunca se desvinculou de suas origens amazônicas, menos ainda perdeu o amor por sua terra. Mesmo quando, enfrentando o arbítrio e a prepotência dos poderosos de então, teve a honra de ter o mandato cassado pela ditadura, por motivos políticos, não conseguiu ficar longe de seu tor-

rão natal. Porque, como no dizer de Gilberto Freyre, “pertence ao número dos sentimentos para quem terra alguma é igual àquela em que o indivíduo nasceu e se criou”. Aliás, o consagrado sociólogo pernambucano, em verdade, consciente ou inconscientemente, parafraseou o filósofo argentino José Ingenieros que afirmava ser o berço sempre a Pátria do coração”.

Mesmo assim, as paixões desencadeadas, a torpeza dos processos utilizados na tentativa de atingi-lo, não foram suficientes para plantar-lhe na alma sementes de ódio. Sem mágoas, apesar dos desencantos transitórios da vida pública, das adversidades e ingratidões sofridas ao longo da carreira, sempre se portou com grandeza. Pelo contrário, não fala mal de ninguém, nem mesmo dos que o combateram mais duramente. (...).

Numa hora de tantas incerteza e desalentos, quando a sociedade assiste envergonhada seus homens públicos agindo com incorreções e desvios de conduta, homenagear Bernardo Cabral é por em relevo a figura de um político e cidadão admirável, que assinalou sua atuação no Congresso e na Administração pela honra e exemplar dignidade. E mais importante ainda: com profundo amor pelo Amazonas. ”

Desembargador, ex-presidente do TJ-AM

Fonte: Diário do Amazonas (05.06.2005).

| Depoimento de **Cristina Calderaro Corrêa** |



“ Bernardo Cabral foi amigo de meu pai, Umberto Calderaro Filho, fundador de A Crítica, em Manaus. Eles foram contemporâneos e Cabral trabalhou em A Crítica, uma de suas muitas brilhantes facetas, com carteira assinada, como jornalista, em nossos primeiros tempos.

Depois ganhou o mundo, exercendo a advocacia, atuando com grande destaque na política e representando e defendendo o seu país, mas especialmente o Amazonas, a Amazônia, enfim, onde quer que estivesse, ou esteja. Devemos a ele – e aos seus pares no Congresso – a melhor e mais democrática Constituição que já tivemos. Nós, aqui, devemos-lhe a prorrogação da Zona Franca de Manaus, fundamental para o desenvolvimento da região. Isto já lhe colocaria num lugar de destaque entre os grandes vultos da história nacional.

Mas Cabral também é um homem bom, culto e ilustre, querido por todos. Cidadão do mundo. E tem a seu lado uma mulher de fibra e notável, dona Zuleide, a quem igualmente parabeno, pois sei de sua participação nessa benfeitoria e imprescindível na trajetória – e vitórias – do marido, que a ela, também, devem ser justamente creditadas.

Bernardo Cabral merece todas as homenagens por seu aniversário de 80 anos, mais lúcido e mais jovem do que nunca. Nós o homenageamos com a coletânea de artigos de sua lavra publicados nessa sua segunda fase em A Crítica entre os anos de 2008 a 2012, ele que continua lustrando as páginas de nosso jornal todos os domingos.”

Vice-presidente do jornal A Crítica e principal executiva da Rede Calderaro de Comunicação (RCC), cuja emissora de TV é afiliada da Record, na apresentação do livro “Bernardo Cabral, o cronista”, publicado pela Editora da Amazônia.

Discurso Amazônia

SENADOR BERNARDO CABRAL (PFL-AM)

Senhores:

É com grande satisfação que estou aqui hoje nesta Casa para tratar de um tema que, por um lado, me enche de grandes alegrias e, por outro, me traz muitas preocupações. Falar sobre a Amazônia, da sua beleza natural, da sua descomunal riqueza mineral e biológica é sempre agradável, mormente quando se carrega na alma o verde da sua exuberante natureza. É este o meu caso.

Enfocá-la, entretanto, diante da grave ameaça de intervenção estrangeira, nos preocupa, pois tudo que é rico, grande, belo e exuberante desperta a cobiça.

A decisão desta Assembléia Legislativa em convidar algumas personalidades, entre os quais este modesto amazonense, para abordar tão relevante assunto, foi das mais responsáveis e patriotas. Em várias ocasiões tenho ocupado a Tribuna do Senado Federal para protestar contra a crescente desenvoltura de autoridades estrangeiras em emitir opiniões e conceitos sobre a melhor - para eles - maneira de preservar a Amazônia.

Tenho, com insistência, alertado o governo federal para o descaso que tem demonstrado com a nossa região, seja pelas facilidades, econômicas e fiscais, com que tem contemplado outras regiões mais desenvolvidas, seja pelo total esvaziamento de Programas essenciais para a manutenção da nossa soberania, como o Programa Calha Norte.

Cobiça Internacional

O interesse pela grande região amazônica remonta há mais de 300 anos.

Desde o início do séc. XVII (1637) que os portugueses se lançaram na conquista e ocupação da Amazônia Brasileira, preocupados com o interesse demonstrado pela Inglaterra, França e Holanda.

No século XVIII tímidas providências foram tomadas em relação àquela área, como a construção de mais fortalezas e tentativas de colonização sob a inspiração do Marquês de Pombal.

No século passado, França, Inglaterra e Alemanha estudaram a livre navegação dos rios amazônicos, com o intuito de facilitar o seu comércio, seja no lado brasileiro, seja com os outros países nela incluídos. Também os Estados Unidos, em 1850, queriam, com a The Amazon Steam Navigation Company, ter facilidades de navegação pelo Amazonas. As Chartered Companies, também norte-americanas, alegavam, no início deste século, imperativos científicos de desenvolvimento das terras incultas da Amazônia, para justificarem uma possível ocupação dessa região.

A cobiça internacional encontrou ecos diante de temas que se tornaram universais, como o meio ambiente, missões indígenas, clima, narcotráfico e desflorestamento. Brevemente o problema de escassez de água levará o mundo a se voltar ainda mais para Amazônia.

Nos anos 30, até o Japão resolveu dar a sua contribuição para a ocupação da região, propondo que se fizesse uma redistribuição da população mundial, instalando-se aí os, bxcidentes de outros locais.

Em 1948 a ONU, por intermédio da UNESCO, foi muito além, ao propor a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, um órgão de pesquisas científicas. Na realidade, o objetivo final do projeto era a desapropriação da Amazônia, com a conseqüente perda da jurisdição territorial do Brasil sobre ela. Esse projeto concedia atribuições executivas a uma entidade internacional, criada especialmente, com essa finalidade e criava imunidades para pessoas de bens.

O mais revoltante disso tudo, meus senhores, é que esse Projeto foi incluído no Tratado de Iquitos, celebrado em 1948, e assinado também pelo Brasil. Só não foi avante porque o Congresso Nacional não o aprovou.

Nos anos 60, coube ao Instituto Hudson dos Estados Unidos nova investida contra a soberania brasileira sobre a Amazônia, com o Projeto dos Grandes Lagos ou Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia, o maior dos quais produziria de 30 a 50 milhões de quilowatts de eletricidade. Segundo Roberto Panero, técnico desse instituto, esses lagos serviriam de ligação entre as bacias dos rios, melhorariam seu potencial de navegação e estimulariam o desenvolvimento regional. Iniciativa idêntica seria implementada em Chocó, na Colômbia, com saída para o Pacífico. Em resumo, essa seria uma nova variante do Canal do Panamá de que especialmente os Estados Unidos se serviriam para facilitar o comércio.

Declaração de Personalidades Estrangeiras

Muito se tem falado e também tem havido contestação alegando-se que há exageros e mistificações, nas tentativas de internacionalização da Amazônia.

Vejamos alguns exemplos:

“Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas” (Margareth Thatcher - Primeira Ministra da Inglaterra)

“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. (Al Gore – Vice-Presidente dos E.U.A)

“O Brasil precisa aceitar uma soberania reiaíva sobre a Amazônia”. (François Mitterrand - Presidente da França)

“As nações desenvolvidas devem estender o domínio da Lei ao que é comum de todo o mundo. As campanhas ecologistas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandista para dar início a única fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região” (John Major – Primeiro Ministro da Inglaterra).

“Caso o Brasil resolva fazer uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente” (Patrick Hugles - Chefe do Órgão Central de Informações das Forças Armadas Americanas).

MITOS AMAZÔNICOS

Um estudo do conceituado Professor NEY COE DE OLIVEIRA, intitulado “Mitos sobre a Amazônia”, 1991, elenca os principais, a saber:

1) O mito da homogeneidade amazônica

Pode-se afirmar que, dentro da bacia amazônica, existem rriuitas “amazonias” ou muitas facetas geográficas e ecológicas da mesma. Hoje também estão claras as heterogeneidades políticas, sociais e econômicas da região. Muitos grupos humanos diferentes habitam aquela região: povos indígenas não contactados ou contactados em diferentes níveis; habitantes de cidades; sociedades da floresta de caráter extrativista; migrantes andinos, europeus, africanos, asiáticos, etc.

A mudança do enfoque da homogeneidade para o da heterogeneidade é fundamental para estabelecer estratégias adequadas a cada um dos espaços e realidades amazônicas.

O mito do vazio amazônico

A Amazônia não é virgem nem é um espaço vazio. A região tem uma larga história de ocupação humana, de mais de 20.000 anos, que, ainda que pouco investigada, é uma realidade. Na atualidade, é difícil estabelecer com precisão a população dos povos indígenas, talvez em torno de 100.000 pessoas. A população, por outro lado, existente nas áreas de floresta chega a cerca de 20.000.000 de habitantes, com várias cidades que superam um milhão de habitantes, como Belém e Manaus. A região possui ainda uma das mais altas taxas de crescimento anual, superando em alguns países os 3%.

A região também tem sido amplamente explorada em busca de recursos minerais (petróleo, gás, e metais) e é objeto atualmente de uma forte superposição de interesses de conservacionistas e desenvolvimentistas, por um lado, e de povos da floresta, garimpeiros, explorações minerais migrantes, etc., por outro.

O mito da riqueza

A exuberância da floresta tropical tem feito crer aos que não conhecem a região que a terra, solo, também devem ser ricos. Por outro lado, o pouco conhecimento da forma de vida e produção dos povos indígenas induz a crer que se trata de um paraíso terrestre.

Uma alta percentagem, em alguns casos até de 80%, das terras atualmente ocupadas na Amazônia pela agricultura e pecuária estão abandonadas, perderam sua fertilidade, produzindo-se um fenômeno de busca de novas terras férteis para poder haver subsistência. No caso do Peru e Bolívia as criações e cultivos legais que fracassaram foram substituídos pelo cultivo da coca para produzir cocaína.

Uma parte do desenvolvimento e ocupação da Amazônia baseou-se em sua “riqueza florestal”, que também não é da magnitude suposta. Os bosques asiáticos e africanos, apesar de serem menos variados em espécies arbóreas, são mais interessantes pela maior variedade de espécies de madeira finas tropicais ou, ao menos, de espécies cujas propriedades são melhor conhecidas. A riqueza da região está na biodiversidade dos ecossistemas, na flora, na fauna e no germoplasma nativo.

O mito da pobreza amazônica

As explorações mais recentes demonstram que a região contém importantes recursos naturais não renováveis como petróleo, gás, ouro, urânio, ferro, entre outros. Alguns países como Equador, Peru e recentemente Colômbia, descobriram importantes reservas de petróleo e gás, e uma importante parte de sua economia baseia-se na exploração dos mes-

mos. No caso do Brasil as reservas minerais de bauxita, colite e ferro descobertas correspondem, respectivamente, a 88%, 75% e 35% do total do país.

As zonas periféricas da bacia, especialmente as vertentes orientais andinas, contêm um enorme potencial hidroenergético ainda muito pouco explorado. O Peru, por exemplo, tem 78% do seu potencial nas vertentes orientais andinas de seu território e o Brasil tem 45% de seu potencial na mesma região.

Se existe, por um lado, consenso sobre a pobreza em nutrientes da maior parte dos solos, por outro lado, também existem tecnologias com alto aporte de insumos para fazê-los produtivos. Isto leva a cálculos que consideram que até 36% dos solos amazônicos são aptos para fins agropecuários, sempre e quando utilizar insumos e tecnologias adequadas que, pelos altos custos atuais, não são possíveis de utilização hoje.

O mito do pulmão da Terra

Os que buscam argumentos contundentes e até apocalípticos, para defender a Amazônia propalam dados alarmantes sobre o que significaria a destruição, em grande escala, da floresta amazônica em nível global e afirmam que se destruiria um dos “pulmões da Terra”. Em alguns casos exibem-se cifras tais como a Amazônia produziria 80% do oxigênio do inundo e que é uma área extremamente importante para a fixação do CO₂ excedente do planeta. Também se afirma que o corte das florestas contribuiria tremendamente, para agravar o efeito de resfriamento ou aquecimento da atmosfera.

Com o avanço das investigações científicas está se demonstrando cada vez mais que se trata de generalizações. Certamente o desmatamento da Amazônia contribuiria para aumentar o “efeito estufa” e o maior reflexo do calor contribuiria para agravar o aquecimento da atmosfera terrestre. É conhecido que as plantas absorvem um amplo espectro de on-

das e a cobertura vegetal é a melhor defesa contra tais efeitos.

Quando se afirma que a Amazônia produz alta porcentagem do oxigênio do planeta se desconhece a extensão e importância dos mares neste sentido. Estaríamos superestimando a importância de uma região tropical sobre todos os trópicos e esquecendo que a floresta madura tem um balanço quase perfeito entre produção de oxigênio e fixação de CO_2 .

Por outro lado as florestas maduras mantêm cativa uma grande quantidade de carbono, que se libera em forma de CO_2 ao queimá-las. Neste caso, sim, existe um problema real, pois com a queima das florestas amazônicas estariam sendo liberadas quantidades importantes de CO_2 à atmosfera contribuindo assim para o aquecimento global. Ainda assim, a combustão de combustíveis fósseis é a parte mais importante das emissões antropogênicas de CO_2 à atmosfera, calculando-se que o desmatamento é responsável somente por 15% a 30% das emissões.

Segundo algumas fontes (WR1, 1990) o Brasil foi responsável por 10,5% das emissões globais de CO_2 em 1987, sendo o primeiro emissor mundial e o terceiro emissor de gases responsáveis pelo efeito estufa, baseando-se em cifras de desmatamento de 80 000 Km^2 por ano. Outros (INPE, 1989; FEARNSSIDE, 1990), estimam que se traía de exageros de superfície desmatada no Brasil e que as emissões seriam muito menores. Estima-se que entre 1978 e 1987 as emissões do Brasil estariam em torno de 161.000.000 de toneladas de carbono ao ano.

O mito do índio como obstáculo

Os povos indígenas conhecem o ambiente e os recursos da floresta e das águas, desenvolveram tecnologias adequadas para o cultivo; domesticaram plantas e animais; conhecem as propriedades de milhares de plantas silvestres e, enfim são capazes de contribuir realmente para melhorar os sistemas de produção para a região. É necessário destacar que o modelo in-

dígena é válido para certas condições e que, de fato sua contribuição é decisiva para melhorar os modelos introduzidos.

Os modelos indígenas de racionalidade no uso dos recursos naturais do ambiente dependem essencialmente do isolamento e de certas estruturas sociais. Uma vez em contato com uma cultura estranha vão perdendo sua racionalidade, podendo-se transformar em destruidores do ambiente à semelhança dos colonos. Numerosos pesquisadores estudaram os modelos nativos de produção e seu conhecimento sobre o meio ambiente e as práticas agrícolas, comparando-os com os métodos científicos ocidentais. As conclusões são coincidentes em que a organização social e as relações sociais da proteção têm tanta importância como o meio ambiente e os cultivos. A influência destes resultados modificaram o enfoque que o fracasso da transferência de tecnologias novas devia-se à ignorância e à indolência.

O mito de que a Amazônia é só o Brasil

O Brasil tem jurisdição sobre cerca de 70% da bacia amazônica e pouco mais de 60% do território brasileiro é amazônico. Países como Peru, Bolívia, Equador e Colômbia, no entanto, também têm aitos percentuais de territórios amazônicos.

Esta realidade tem sido pouco avaliada e as responsabilidades globais no âmbito da bacia não têm sido nem um pouco distribuídas. Simplesmente intuiu-se o Brasil como o responsável pela Amazônia atribuindo-lhe toda a responsabilidade da destruição da região em nível internacional.

O inundo vive hoje uma era em que se valoriza sobremaneira tudo aqui que é natural. Estima-se que, no meio farmacêutico, 40% dos remédios sejam dessa origem e a expectativa é de que tal percentual vá crescer muito mais, num curto espaço de tempo. A sanha internacional por esses fármacos é a razão de um dos maiores problemas enfrentados por nosso País. Conhecedores da imensa biodiversidade amazônica, os laboratórios inter-

nacionais tudo fazem para subtrair do nosso território matérias-primas e conhecimentos dos indígenas. Reatos de guias turísticos dão conta de que muitos visitantes estrangeiros têm o hábito de carregar em suas mochilas kits completos para o recolhimento de amostras de plantas, cascas de árvores, flores, terra e microorganismos. É comum levarem ainda em suas bagagens besouros, borboletas, abelhas, marimbondos e outros insetos. O jornal Folha de S. Paulo noticiou recentemente que um folheiro de propaganda da Associação Ecológica Alto Juruá, conhecida como Seivaviva, oferecia plantas medicinais e o conhecimento tradicional de comunidades indígenas para sua obtenção a interessados do Brasil e do Exterior.

Na Amazônia, a biopirataria quase tem a dimensão da sua biodiversidade e, podem ter certeza, o nosso país está perdendo, a parada para a pirataria. Citemos apenas dois casos: o químico Conrad Gorinsky - roraimense de origem bretã - obteve do Escritório de Patentes Europeu o direito de propriedade intelectual sobre dois compostos farmacológicos retirados de plantas da Amazônia, com a ajuda dos índios uapixana, de Roraima. Um desses extratos é o Rupuninine, extraído do bibiru (*octotea rodioei*), árvore comum na fronteira do Brasil com a Guiana, o qual, além de ter efeito anticoncepcional, inibe o crescimento de tumores cancerígenos. Alguns cientistas suspeitam que possa também frear a reprodução do vírus da AIDS. O outro fármaco é o Cunaniol, retirado da planta cunani (*clibadium sylvestre*), potente estimulante do sistema nervoso central e forte anestésico, que, inclusive, pode ser utilizado em cirurgias em que seja necessária a parada dos batimentos cardíacos. O extrato de jaborandi, também retirado de uma planta brasileira, é outro farmaco pelo qual já pagamos direitos a laboratório estrangeiro, de vez que já foi daqui retirado e patenteado em outro país.

A riqueza biológica não é adequadamente conhecida, havendo muitas espécies que nem ao menos foram catalogadas. Sabe-se que, em

um só hectare da floresta, existem cerca de 500 espécies de plantas e vivem 50 mil de animais e microorganismos diferentes. Isso é um campo vasto e fértil para a pesquisa científica e também para a cobiça.

Se o Brasil não correr atrás da revisão de patentes concedidas externamente, de forma irregular, terá que entrar na fila de compradores de um produto cujo insumo lhe foi surrupiado, ou produzirá em seus laboratórios medicamentos derivados dessa matéria-prima, dando em troca polpudos recursos às empresas de biotecnologia detentoras dos respectivos royalties.

A real riqueza dessa região não é ainda do conhecimento humano. Sabe-se, entretanto, que o subsolo é riquíssimo em minerais como ouro, manganês, ferro, nióbio, titânio, bauxita, cobre, estanho, caulim, diamante, chumbo, níquel, alguns dos quais nem sequer são devidamente conhecidos da ciência. A riqueza de peixes é incomensurável, tão numerosos e piscosos são os seus rios.

A pesca pode perfeitamente ser desenvolvida, desde que não o seja de forma predatória, que se respeite a época da desova e que não se capturem os peixes pequenos.

A exploração madeireira é compatível com a conservação das florestas? É evidente, e isso até já foi mostrado em nossa televisão. Já há pessoas que fazem isso na Amazônia. Basta que não se derrube a floresta de forma indiscriminada. A floresta amazônica, como defende o Professor de economia Ernani Híckmann, é extremamente heterogênea, misturando-se árvores de grande valor de mercado com outras sem valor algum. Se forem cortadas apenas aquelas que são boas, o estrago será diminuto e, em pouco tempo a mata se recompõe. Árvores pequenas, que sufocadas pelas grandes não se desenvolveriam, podem crescer até mais rapidamente, se houver um raleamento das plantas, com a penetração de mais luz. O que é prejudicial e irreparável é a queima indiscriminada da mata para o plantio agrícola ou para fazer pastagens.

Em 1982, em Genebra foi organizado o 1º Simpósio Mundial sobre as “Divergências Inter-Étnicas na América do Sul, com a presença de várias instituições estrangeiras e que produziu diretrizes para os missionários em ação nos países amazônicos, criando-se o conceito de Amazônia Total e a considerando como patrimônio da humanidade.

O documento produzido em Genebra, traça normas para a Amazônia de tal ordem como a proibição de construção de estrada, campos de pouso, barragens de qualquer tipo e tamanho, obras nas fronteiras, civis ou militares, com o fim de evitar qualquer agressão contra a área da Amazônia.

Segundo o documento, a floresta deverá ser mantida, os seres que nela vivem, como os índios, animais silvestres e tudo mais, como a natureza os deixou antes da chegada dos europeus no continente. Enfatiza ser dever a preservação da unidade das várias tribos indígenas que lá vivem a milênios. Recomenda ser imperioso promover a reunião das “nações indígenas” dando-lhes forma jurídica.

As reservas indígenas que se pretenderam a demarcação são exageradamente grandes e sempre nas regiões próximas à fronteira e contendo subsolo riquíssimo, como no caso dos Ianomami em Roraima.

Essa reserva ocupa cerca de 24.40% de Roraima, 2,43% do Amazonas, 1.11% do Brasil e 9.10 % da Venezuela, exatamente na fronteira entre os dois países.

Os cerca de 100 mil índios amazônicos ocupam 10% do território nacional podendo se inferir que temos 1 índio/8Km² enquanto os 800 mil dos Estados Unidos ocupam 49 índios/Km².

As organizações não governamentais têm sido os grandes agentes da distorção da problemática indígena e da Amazônia em geral. Essas Organizações, normalmente, têm por trás governos estrangeiros interessados na região e, freqüentemente, têm seus antropólogos e geólogos, muitas vezes disfarçados em missionários.

Existem cerca de 60 organizações estrangeiras identificadas, atuando na Amazônia e que certamente colidem com os nossos interesses nacionais.

Tem-se até conhecimento de que estrangeiros criam entidades que se apresentam como assistenciais e protetoras dos indígenas, mas que, na realidade, têm por objetivo apoderar-se dos seus conhecimentos no campo da medicina natural. Para isso os cativam com remédios, alimentos e até aviões. Infelizmente a reigião tem servido de manto protetor a muitas dessas entidades.

Narco tráfico

Está perfeitamente comprovado que a Amazônia comporta rotas de passagem do narcotráfico através de suas fronteiras com a Bolívia, Peru e Colômbia.

Essa mazela da sociedade mundial contemporânea tem preocupado a todos os países e ações tem sido tentadas com o intuito de minimizar os efeitos danosos da proliferação das drogas nas populações de todas as nações.

Em relação a Amazônia tem sido feita uma campanha muito grande para combater a produção de drogas na América Latina e em especial em países amazônicos. Todos os países amazônicos estão engajados na luta para combater essa verdadeira praga social e o nosso país tem despendido esforços para combater a expansão crescente desse flagelo entre nós.

A atuação dos Estados Unidos em países Latinos Americanos e em especial em vizinhos na Amazônia tem nos preocupado pois com o pretexto de perseguir traficantes e guerrilheiros pode pretender atuar no nosso território. Hoje atua na Colômbia com o consentimento governamental e aos poucos vai assentando efetivos e material na região amazônica colombiana.

Para enaltecer as ações que realmente contribuem para tornar efetivo o legítimo direito de dispor, desenvolver, manter e preservar a nossa Amazônia é que ressalto o trabalho

essencialmente profissional realizado pelas nossas Forças Armadas na Amazônia. A par das ações cívico sociais que desenvolvem há muito, na região, recentemente colocaram em execução o planejamento anual de manobras militares, do Comando Militar da Amazônia e para isso contaram com a cooperação da Marinha de Guerra e da Força Aérea Brasileira.

A região eleita como Teatro de Operações foi, propositadamente, a chamada “cabeça do cachorro” na fronteira com a Colômbia, onde a incidência de narcotráfico e de ações de guerrilha da FARC têm sido bastante noticiados pela imprensa em geral.

Atuaram na região, cerca de 5.000 homens do Exército mais esquadrilhas de aviões de combate dos tipos AMX e TUCANO, e ainda Navios de Patrulha Fluvial da Marinha, fazendo o patrulhamento dos rios da região.

Segundo declarações do Comando Militar da Amazônia o exercício serviu para testar a capacidade de “Concentração Estratégica da Força Terrestre”, já que, trouxe do Rio de Janeiro uma tropa de elite, demonstrando que, em 24 horas, o Brasil é capaz de responder às necessidades de reforçar e manter a integridade do nosso território.

A operação Querari, como foi cognominada, vem atender a objetivos das Forças Armadas tanto de “mobilidade estratégica” como de “demonstração de força”, servindo como elemento de dissuasão para qualquer delírio de violação da nossa soberania.

Ações a realizar

1 - Incentivar a revitalização do PACTO AMAZÔNICO demonstrando a Comunidade internacional à união e coesão dos países amazônicos, constituídos em bloco regional a semelhança dos outros.

2 - Carrear meios para o Programa Calha Norte e assim revitalizar nossas fronteiras, melhorando as condições de vida das populações isoladas naquela vasta porção do território nacional, cerca de 14% do país e principal-

mente inibir o contrabando, descaminho e o narcotráfico.

3 - Acompanhar, com redobrada atenção a implementação do SIVAM/SIPAM tendo a preocupação em dominar inteiramente a tecnologia, altamente sofisticada, dos equipamentos eletrônicos instalados e principalmente gerenciar e controlar rigorosamente a produção e armazenamento dos dados produzidos.

4 - Identificar, isolar e neutralizar as ações das Organizações Não Governamentais comprometidas com interesses internacionais que conflitem com os nacionais.

5 - Rever a atuação da FUNAI, direcionando e adequando suas ações para os reais interesses dos índios e do Brasil.

6 - Planejar, executar e fiscalizar o aproveitamento racional dos recursos naturais da região, a saber:

água
minérios
fármacos
macieira
agricultura
extrativismo

7 - Estabelecer condições para o envolvimento da iniciativa privada em projetos e programas de interesse para a Amazônia.

8 - Perseguir sempre a adequação dos estudos, discussão, elaboração e execução dos Planos, Programas e Projetos à realidade e peculiaridades da área para não incorrer nos erros do passados.

CONCLUSÃO

Há sérios desafios a vencer para levarmos avante o processo de humanização e desenvolvimento da Amazônia, particularmente no que diz respeito à defesa dos sistemas ecológicos naturais e à incorporação de técnicas agrícolas adequadas aos trópicos úmidos.

Isto, entretanto, não pode servir de empecilho para a utilização racional da região.

Manter a Amazônia intocada, quai um santuário da natureza, é um absurdo que somente pode povoar a imaginação de sonhadores ou de quem não tem compromisso com o futuro de nosso País e de nosso povo.

E por fim concluo que:

1 - os chamados “verdes” ou ambientalistas estão falando mais do que os cientistas;

2 - devemos evitar os extremos: os ecologistas ingênuos e os xenófobos (que não admitem opiniões sensatas do exterior);

3 - não se deve contrapor, em termos ideológicos, desenvolvimento e ecologia, pois a pior cegueira tem sido a ideológica que não deixa o homem pensar;

4 - certas afirmações sobre a Amazônia (e a natureza, em geral) poderão dar boa poesia, mas não boa ciência;

5 - a questão da Amazônia é, portanto, sobretudo ética. A ética é a base de toda regra de convivência racional e consciente. O conhecimento, a pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias específicas são fundamentais, mas só poderão ser úteis - no sentido da preservação da cultura e do ecossistema - se presididos por esse tipo de sentimento e de compromisso;

6 - Nesse ponto, é preciso deixar bem claro uma coisa: de modo algum nosso País abrirá mão de sua soberania, historicamente reconhecida, sobre seu território amazônico. Internacionalizar, no sentido de desnacionalizar, é projeto que pode ser, desde já, excluído de qualquer agenda de discussões.

Muito Obrigado



Discurso ONU – 50 ANOS SENADO FEDERAL Senador BERNARDO CABRAL

Discurso proferido em sessão solene realizada no dia 24 de outubro de 1995, no plenário do Congresso Nacional, em comemoração ao cin-

qüentenário de Fundação da ONU, em nome do Senado Federal.

BRASÍLIA – 1996

O SR. BERNARDO CABRAL (PP – AM) – Exmo. Sr. Senador José Sarney, DD. Presidente do Congresso Nacional, que, certa feita, na qualidade de Presidente da República do Brasil, compareceu à comemoração do 40º aniversário da ONU; Exmo. Sr. Luís Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Ronaldo Perim, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Dr. César Miguel, Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil; eminente Chanceler em exercício, Embaixador Sebastião do Rego Bastos; Ministro do EMFA, General Bezerra Leonel; Srs. Embaixadores; Srs. Líderes de partidos; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados; minhas senhoras e meus senhores:

24 de outubro de 1995.

Meio século de existência.

O mundo todo celebra o quinquagésimo aniversário da Organização das Nações Unidas.

Cinquenta anos decorridos da entrada em vigor, em 24 de outubro de 1945, da Carta de São Francisco – o diploma constitutivo da Organização das Nações Unidas.

Ao comemorar tão marcante acontecimento, impõe-se uma reflexão em torno da trajetória de uma organização internacional que, ao longo da sua existência, tem sido elemento central de toda a história mundial no período.

Impossível desvincular a criação da ONU das trágicas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial. Aliás, foi em meio ao conflito, precisamente a 1º de janeiro de 1942, que vinte e seis países assinaram a Declaração das Nações Unidas, assumindo o compromisso de continuar a luta contra as potências do Eixo fascista.

Naquele momento, a expressão “Nações Unidas”, concebida pelo Presidente dos Es-

tados Unidos da América do Norte, Franklin Delano Roosevelt, fincava, em definitivo, o marco da sua consagração universal.

Representantes de cinquenta países, reunidos na Conferência de São Francisco, de vinte e cinco de abril a vinte e seis de junho de 1945, elaboraram a Carta das Nações Unidas, documento norteador dos propósitos e princípios da Organização. Logo após, já encerrados os combates da Segunda Guerra, a maioria dos signatários ratificava a Carta, e assim, a vinte e quatro de outubro de 1945, a ONU passava a existir oficialmente.

Para honra de todos nós, o Brasil comparecia como Membro Fundador. E, em momentos decisivos da Organização, vários brasileiros ilustres tiveram papel de relevo, dentre os quais, o Ministro Oswaldo Aranha, que presidiu a Sessão da Assembléia Geral sobre a partilha do protetorado britânico da Palestina e conseqüente criação do Estado de Israel.

Os fundamentos da ONU, presentes em sua Carta, refletem o estado de espírito de quem saía dos horrores da guerra. O esforço para conter e derrotar a brutalidade do totalitarismo fascista havia envolvido o mundo inteiro, de modo que, direta ou tangencialmente, o conflito adquirira uma dimensão verdadeiramente universal.

Daí, o seu preâmbulo conter a generalizada consciência de que era indeclinável “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra”.

Interrompo o discurso para saudar o Governador do Distrito Federal, que havia comunicado que chegaria atrasado a esta solenidade. Faço esse registro pela gentileza que teve o Governador Cristovam Buarque de comunicar a este orador.

Continuando, Sr. Presidente, a ONU seria o instrumento para a consecução desse ideal, estimulando o multilateralismo e as ações coletivas.

Ante os excessos de uma guerra que, como nenhuma outra, ceifara mais de trinta e sete milhões de vidas, desarticulava o sistema produtivo, propiciara a utilização de artefatos nu-

cleares e custara mais de quatrocentos milhões de libras esterlinas, o texto da Carta das Nações Unidas buscava exprimir os anseios consensuais daquele momento histórico: manter a paz e a segurança internacional; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Enfim, fazer da ONU um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Filha do seu tempo, e a ele umbilicalmente ligada, a atuação da ONU vem sendo contingenciada ora pelas vicissitudes de uma história marcada por inúmeras crises, ora por um processo de transformação cuja rapidez não encontra paralelo no passado.

O paradoxo é estranho: convivência com a Guerra Fria e com a Distensão... com o progresso material, a fome e a miséria, o que leva à conclusão de que os seus êxitos e fracassos podem ser analisados e entendidos à luz das contradições do mundo contemporâneo.

A ordem internacional erigida por sobre os escombros da Segunda Guerra adquiriu, particularmente por ocasião da chamada “Crise de Berlim”, em 1948, os contornos bem delineados de uma política bipolar que, nas três décadas seguintes, mergulharia o mundo num quadro de incertezas, pânico e perplexidade.

A virtual possibilidade de um confronto nuclear, em função do pesado jogo de interesses entre as duas potências hegemônicas – os Estados Unidos e a União Soviética -, fez deste um período dramaticamente singular da história. A frágil e conjuntural aliança durante a guerra logo cedeu lugar às escaramuças entre dois poderosos estados que, ao contrário do comumente ocorrido no passado, não representavam apenas duas potências em disputa: mais do que isso, em cena estava o confronto de sistemas antagônicos, formas absolutamen-

te distintas de concepção da história e de organização da vida social.

Conquanto a equiparação dos armamentos disponíveis, sobretudo os nucleares, tenha impedido o choque frontal entre as duas superpotências, jamais esteve afastada a possibilidade de ocorrerem conflitos localizados, em que atores secundários eram manipulados por interesses das grandes potências. Foi o que ocorreu, com preocupante frequência, por exemplo, no Oriente Médio, no Sudoeste Asiático, nas lutas emancipacionistas do continente africano.

Há que se lembrar, nesse sentido, o processo de descolonização em marcha a partir de 1945, que possibilitou o surgimento de novos países na África e na Ásia. Essas áreas, identificadas como o Terceiro Mundo, constituíram-se em regiões prioritárias para a manifestação do choque de interesses políticos e econômicos dos blocos capitalista e socialista.

Embora enfrentado o sistemático desafio representado pelos interesses das grandes potências, em especial dos membros permanentes do Conselho de Segurança, a ONU conseguiu agir de modo a evitar ou encerrar guerras em várias ocasiões. Operações especiais foram organizadas em momentos críticos nesta segunda metade do século XX. Da Guerra da Coreia, em 1950, à Guerra do Golfo, em 1990/1991, os “capacetes azuis” estiveram presentes em diversas zonas de combate, como Chipre, Colinas de Golan, Camboja, Somália, Iugoslávia e Ruanda.

Ademais, partiu das Nações Unidas a imposição de sanções diplomáticas e econômicas contra a Rodésia do Sul, em 1986, e contra o Iraque, em 1990. De igual modo, foi estabelecido o embargo de armas contra a África do Sul, em 1977, e o embargo econômico, de armas contra a Sérvia e Montenegro, em 1992. Hoje, estão em curso dezesseis operações de paz da ONU, em distintos pontos do planeta, mobilizando algo em torno de setenta mil pessoas.

Foi nesse quadro de permanente tensão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, que

a Organização das Nações Unidas encontrou seu campo de atuação em razão de determinante de seu crescente amadurecimento e inegável consolidação. Talvez se possa dizer que o próprio tipo de estrutura básica com a qual a ONU contou desde o momento de sua fundação, coerente e identificado com a realidade histórica então vivida, explique ter a instituição chegado aos cinqüentas anos de existência.

De maneira realista, conferiram-se aos grandes vitoriosos da Segunda Guerra os chamados “Cinco Grandes”, o direito de veto e o assento permanente no mais sensível e nevrálgico órgão das Nações Unidas, o Conselho de Segurança.

Ao mesmo tempo, faz-se da Assembléia Geral o mais pluralista e democrático fórum que o mundo conheceu: a todos e a cada um dos Países-Membros, idêntico direito de voz e voto. A ela – cujas sessões ordinárias anuais se iniciam no mês de setembro – são trazidos ao debate temas dos mais variados, em especial os diretamente relacionados com a segurança e o bem-estar da humanidade, os quais, aprovados, transformam-se em proposições encaminhadas aos demais órgãos e setores da ONU

O Sr. Elias Murad – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – De acordo com o Regimento, não são permitidos apartes em sessões solenes.

O Sr. Elias Murad – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Deploro, pois gostaria de ter o prazer de ouvir V. Ex^a. É uma pena que o Regimento não permita.

Nova demonstração de pragmatismo realista é dada pela configuração do Secretariado que, funcionando permanentemente e com um caráter administrativo fundamental, tem como chefe um Secretário-Geral, nunca escolhido entre representantes dos cinco Estados com assento permanente no Conselho de Segurança. Assim, ocuparam o cargo, sucessivamente, Trygve Lie, da Noruega; Dag

Hammarqsjold, da Suécia; U Thant, da Birmânia; Kurt Waldeheim, da Áustria; Javier Pérez de Cuellar, do Peru; e o atual, Boutros-Ghali, do Egito.

Completando sua estrutura central, a ONU conta com o Conselho de Tutela, com a Corte Internacional de Justiça, sediada em Haia, preexistente à criação das Nações Unidas, e com o Conselho Econômico e Social, sobre o qual desejo ampliar minhas observações.

Creio, Sr. Presidente, não haver dúvidas quanto à importância e ao significado do Conselho Econômico e Social.

Exatamente por ser um departamento executivo para assuntos não políticos, tendo por fim último a promoção do bem-estar social e material das populações mundiais, esse Conselho encontrou muito menos obstáculos à execução de sua tarefa. Coordenando o trabalho econômico e social da ONU, das Agências Especializadas e das demais instituições conhecidas como integrantes do “Sistemas das Nações Unidas”, o Conselho tornou-se a face mais visível e menos controversa da ONU, formulando recomendações e iniciando atividades relacionadas com o desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, educação, ciência e tecnologia, prevenção do crime, entre muitas outras.

A extrema latitude e acentuada capilaridade do Conselho Econômico e Social podem ser aferidas pelo alcance de sua atuação. A ele estão subordinadas, por exemplo, as Comissões Econômicas Regionais, sediadas em Adis-Abeba (África), Bangcoc (Ásia e Pacífico), Genebra (Europa), Santiago (América Latina e Caribe, a CEPAL), Beirute (Ásia Ocidental). Destacam-se, ainda, seis Comissões Funcionais, sete Comitês Permanentes e vários outros órgãos subsidiários.

Coordenadas pelo Conselho Econômico e Social, a quem apresentam relatórios anuais, as Agências Especializadas – organismos intergovernamentais, vinculados à ONU me-

diantes acordos especiais – desempenham um papel insubstituível no mundo contemporâneo. Seus programas e projetos, estudos e análises, de reconhecida acuidade técnica, são acatados mundialmente. Relatórios produzidos por essas Agências funcionam como uma radiografia do nosso tempo e, não raro, orientam e balizam políticas públicas em todos os continentes. OIT, FAO, UNESCO, OMS, Banco Mundial (BIRD), FMI, União Postal Universal (UPU), Organização Meteorológica Mundial (OMM) são algumas das Agências cujo trabalho ajudou a alterar a fisionomia do mundo nas últimas décadas.

Na mesma perspectiva, há que se ressaltar a existência de uma série de programas e fundos, criados pela ONU com propósitos específicos, normalmente com caráter social, humanitário e econômico. São os casos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNDU, e para o Meio Ambiente – PNUMA; do Fundo das Nações Unidas para infância – UNICEF; do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – HABITAT, cuja última reunião preparatória à conferência mundial acaba de se realizar no Brasil, em Curitiba; da Universidade das Nações Unidas – UNU, entre muitos outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, ao completar cinquenta anos de existência, a Organização das Nações Unidas se vê diante das profundas transformações por que vem passando o mundo neste final de século, as quais determinam uma nova configuração de forças e prioridades no cenário internacional. Há uma percepção generalizada de que reformas estruturais na organização são mais que urgentes, até mesmo como condição para que possa atuar, correta e eficazmente, na nova realidade mundial do pós-guerra fria, em que os problemas, além de globais, são cada vez mais complexos.

Existem, hoje, cinco grupos de alto nível examinando determinadas questões conside-

radas fundamentais para uma redefinição das funções e do papel da ONU no novo cenário histórico. A partir da comprovação de que a crise financeira é o maior problema da organização, na atualidade, os grupos discutem a maneira pela qual as finanças devem ser reestruturadas, de que modo a burocracia – considerada imensa – deve ser limitada, como serão organizadas as agendas para a paz e o desenvolvimento. Politicamente, no entanto, o grande debate que se trava no momento – inclusive com a participação direta da chancelaria brasileira – diz respeito à nova configuração do Conselho de Segurança.

Nesse passo, é válido lembrar que o Brasil tem partilhado ativamente das discussões sobre a ampliação desse Conselho, com a respectiva participação no processo decisório internacional. O próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recentemente, na solenidade dos formandos do Instituto Rio Branco, salientou que o Brasil “está pronto a assumir as maiores responsabilidades nas ações do Conselho de Segurança das Nações Unidas, caso venha a ocupar um assento permanente na estrutura ampliada do órgão”, eis que deve ele “refletir as características do mundo pós-guerra fria”.

Ainda recentemente, o Secretário-Geral da ONU, Boutros-Gali, na visita oficial que fez a Portugal, declarou que apóia pessoalmente o ingresso do Brasil naquele Conselho, sobretudo porque de “há muito que defendo a ampliação do Conselho de Segurança”.

Os jornais de ontem registraram a alvissareira notícia de que a “diplomacia brasileira já dá como certa a admissão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Os diplomatas que acompanham a participação do Presidente Fernando Henrique Cardoso nos festejos dos 50 anos da Organização consideram que nos encontros bilaterais mantidos ontem pelo Presidente essa posição se consolidou”.

E a imprensa noticia hoje que o próprio Presidente da República, em seu discurso de on-

tem na Assembléia Geral das Nações Unidas, produziu uma agressiva peça de campanha por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança na instituição, chegando a lembrar a atuação internacional do Brasil, que esteve presente em tropas ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial. São suas as seguintes palavras:

“Estou aqui para expressar o compromisso brasileiro por uma Organização das Nações Unidas mais forte, mais ativa, e este compromisso reflete a história da participação do Brasil na organização.”

O certo é que, com problemas de maior ou menor envergadura, a Organização das Nações Unidas preserva a necessária identificação com o seu tempo. Ao estimular o estudo e o debate dos mais importantes temas de um mundo crescente e inexoravelmente globalizado, a ONU vai definindo o novo papel que dela se espera. A Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), Rio de Janeiro; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993, em Viena; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo; a Reunião de Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em março deste ano, em Copenhague; a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada no último mês de setembro, em Beijing, são claras indicações de que sociedades e governos estão refletindo seriamente sobre questões essenciais que afetam o futuro da humanidade, mas, também, traduzem a sensibilidade da ONU em captar, analisar e difundir tais preocupações.

Além de inquestionável legitimidade – dos cinquenta membros fundadores, em 1945, o número de Estados integrantes chega a cento e oitenta e cinco, hoje – a ONU, promovendo Conferências como as aqui mencionadas, produzindo marcos referenciais para o trabalho nacional e internacional sobre assuntos de interesse vital para toda a humanidade, mobiliza, consolida e dissemina a importância desses “temas globais”.

Destaco, dentre tantos outros, o tema dos Direitos Humanos por sua histórica vinculação, no século vinte, à ação da ONU. É sintomático que a própria expressão “direitos humanos” tenha se tornado de uso geral somente após a promulgação da Carta das Nações Unidas, em 1945, e da adoção, três anos depois, da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A par disso, o ano histórico de 1995 deverá servir para reafirmar o compromisso brasileiro com os princípios básicos que animam as Nações Unidas e o multilateralismo em geral: a primazia do direito internacional, a igualdade soberana dos Estados, a não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, a prioridade do desenvolvimento econômico e social em bases mais justas e equitativas, a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, devo finalizar. Ao fazê-lo, resta reafirmar nossa convicção de que a ONU tem uma nobre missão a cumprir no encaminhamento de todos esses temas e questões fundamentais, e, assim, consolidar a construção de uma nova sociedade mundial.

Como bem assinalou o Papa Paulo II – e aqui está a nossa autoridade eclesialística a representá-lo, em seu discurso de cinco de outubro, portanto recentíssimo, no plenário das Nações Unidas:

“Nós podemos construir no próximo século e no próximo milênio uma civilização digna da pessoa humana, uma verdadeira cultura da liberdade. Podemos e devemos fazer isso. E assim fazendo, veremos que as lágrimas deste século prepararam o solo para uma nova primavera do espírito humano”.

A ONU, como fórum mundial, pode e tem condições de ser o caminho para essa conquista.

Muito obrigado.



Centenário da Proclamação da República

Discurso proferido na Câmara dos Deputados por ocasião de sessão solene em comemoração ao centenário da proclamação da República no Brasil, em 1989.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Bernardo Cabral, que falará em nome da Câmara dos Deputados.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminente Senador Nelson Carneiro, Presidente do Congresso Nacional; eminente Deputado Paes de Andrade, Presidente da Câmara dos Deputados; eminente Ministro José Neri da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal; eminente Ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira, neste ato representando Sua Excelência o Presidente da República; Exmos. Srs. Senador Mendes Canela, Deputado Inocêncio Oliveira e Senador Pompeu de Sousa, Membros da Mesa, e Senhoras; Exmos Srs. Ministros de Estado, Revmo. Núncio Apostólico e Cardeal Arcebispo do Distrito Federal; Exmos. Srs. Governadores; Exmos. Srs. Embaixadores; meus Colegas Congressistas: nesta sessão solene comemorativa do Centenário da Proclamação da República, em que a Presidência da Câmara dos Deputados me confere a honra de falar em nome dos seus ilustres integrantes e me dá a honraria de partilhar, com o Senador Divaldo Suruagy, a tribuna do Congresso Nacional não posso deixar de trazer, como preâmbulo, o resultado da última Assembléia Nacional constituinte.

Se ousa fazê-lo é porque a Constituição promulgada a 5 de outubro do ano passado resgata, de forma límpida, o que me parece uma das questões fundamentais da República brasileira, qual seja, a da legitimidade popular da sua própria proclamação, a 15 de novembro de 1889, tida por muitos como resultado de um golpe militar. Isso porque o povo na

expressão de Aristides Lobo, “assistiu, bestificado, aos acontecimentos achando que se tratava de uma parada militar”.

Assim, imperioso se torna questionar a própria base de legitimidade democrática da troca de regime, sob pena de não ser possível realizar uma adequada avaliação de como e por que passamos da Monarquia para a República, em 1889.

Esta, pois a razão de invocarmos a atual Constituição no sentido que se deve dar ao mandamento do art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ele é perfeitamente claro ao afirmar que, no dia 7 de setembro de 1993, o eleitorado brasileiro irá definir, por sua vontade soberana, e através de plebiscito, a forma de governo, se Republicana ou Monarquia Constitucional, e o sistema, parlamentarismo ou presidencialismo, que deverão, a partir daí, vigorar em nosso País.

O artigo reflete a consciência dos Constituintes em torno das profundas dificuldades que deverão existir para a divulgação das diversas correntes de opinião que se irão digladiar nesse plebiscito.

Por isso mesmo, o seu § 1º determina que seja assegurada a gratuidade na livre divulgação dessas formas e sistemas, através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral expedir as normas regulamentadoras desse plebiscito.

Qual o significado deste artigo da nossa Carta Magna, criticado, aliás, por aqueles sempre dispostos a fazer reparos a esta imensa obra de engenharia política que foi a nossa Constituição de 1988? Qual? Nada além do que o resgate da soberania popular, através de uma consulta que deveria ter sido realizada ainda antes da intervenção militar de 15 de novembro de 1889, e que, infelizmente, não se efetivou até hoje.

Longe de ser mera proposta de interesse dos Constituintes que se declaravam monarquistas – entre os quais não se inclui o orador – o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Tran-

sitórias indica, acima de tudo, o chamamento à soberania mesma do povo, que é a própria matriz do sentimento mais profundo do conceito ético e político da palavra “República”.

Desde há muito, o plebiscito é reivindicado, sendo que esta proposta fazia parte do manifesto lançado à Nação pelo Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama, em 1893, época em que a Armada se revoltara contra o Governo Provisório.

A Propósito, em entrevista publicada no último domingo, no Jornal do Brasil, página 13, o cientista político Murilo de Carvalho, Professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, observa, muito adequadamente, que “ainda não proclamamos a República”.

Existiu – é o mesmo entrevistado que ressalta – um modelo liberal que imaginava a República instituída não pela força mas através da democracia. “Desde 1887” – prossegue Murilo de Carvalho – se podia identificar um claro movimento, movimento esse democrático em favor da decretação do plebiscito sobre o novo regime político. Se esse movimento houvesse vingado, como pretendeu o Constituinte de 1988, teria sido possível evitar a intervenção militar sob a qual se realizou a República no Brasil.

É certo que não se deve acolher qualquer nostalgia quanto ao regime imperial, já considerado um anacronismo em 1889 por sermos, no continente hispano-americano, a única monarquia, o que nos afastava desses nossos vizinhos. Todavia, é fundamental que se perceba a importância da instituição parlamentarista que, no Império, foi capaz de garantir o que representou, sem dúvida alguma, um dos períodos de mais longo equilíbrio político de nossa História.

Por que este equilíbrio?

Quais terão sido as causas desta relativa estabilidade?

Creio que alguns fatores definem este pouco mais de meio século da vida política brasileira, período que medeia entre o final das rebeliões

regionais, ao tempo da Maioridade, e o fim do Império.

Um deles, a participação no processo eleitoral, então extremamente restrita, já que prerrogativa de uma elite econômica baseada na propriedade rural, e, acima de tudo, em nossa vergonhosa “instituição peculiar”, a escravidão negra.

Um outro – o papel do Estado – era basicamente limitado ao resguardo da lei e da ordem, inclusive no sentido de tratar a “questão servil” dentro dos limites da manutenção do aparelho produtivo, com a permanência do status quo.

Por outro lado, embora o sistema de governo no Império fosse formalmente parlamentar, não nos pode escapar a conclusão de que a monarquia brasileira teve aspectos, até certo ponto, “presidencialistas”.

Sim, porque o Imperador, embora escolhido através do princípio monárquico e hereditário, era detentor de uma série de responsabilidades na conduta do governo, através das atribuições, frequentemente utilizadas, e que estavam vinculadas ao Poder Moderador.

Esta faculdade, que chegava ao ponto de permitir que o monarca dissolvesse a Câmara, ainda que nela houvesse uma clara maioria em apoio ao governo do momento, fazia com que o gabinete, ao contrário do que ocorre no parlamentarismo, não se formasse na dependência da confiança do Parlamento.

No regime da Constituição outorgada pelo Imperador D. Pedro I, a 25 de março de 1824, o monarca, além de Chefe de Estado, exercitava o Poder Moderador, que lhe era inerente, dispondo de uma série de prerrogativas diretamente ligadas à própria condução da política de governo. Tais poderes faziam com que o monarca exercesse, em certa medida, a posição mesma de Chefe de Governo.

De fato, a instituição do cargo de primeiro-ministro, o denominado Presidente do Conselho de Ministros, que deveria atuar como Chefe do Governo ocorreu através de um processo não constitucional. Assim, tal fun-

ção, representadora de uma das características fundamentais do parlamentarismo moderno, foi resultado de um processo gradual e que nunca chegou a ser inteiramente concluído durante o Império.

Malgrado a existência de dois partidos, o Conservador e o Liberal, que deveriam formar o governo na dependência de uma maioria na Câmara dos Deputados, forçoso é reconhecer a inexistência de um sistema partidário no sentido moderno. Aliás, esta carência de partidos tem sido uma constante de nossa trajetória política. Sentimo-la ainda hoje, após cem anos de República – nos episódios recentes da sucessão presidencial em curso, que me abstenho de comentar pela sessão solene que hoje marca esta passagem.

Assim, a frase patética de D. Pedro II – “Senhor Ministro, onde estão os nossos partidos?” – continua, infelizmente, forrada da mesma atualidade.

O processo eleitoral no Império, por outro lado, era marcadamente viciado. O Parlamento era, em grande medida, um corpo político controlado pelo Governo, e não vice-versa. Frequentemente, o Imperador dissolvia a Câmara, embora nela houvesse um partido que detinha uma clara e inquestionada maioria.

Assim, a nomeação para chefiar um novo governo recaía no líder da oposição parlamentar, o qual se utilizava de todas as medidas, legais ou não, mas certamente ilegítimas, para conseguir, através de eleições viciadas, uma nova maioria, ainda mais artificial do que aquela à qual havia sucedido.

A legislação eleitoral restritiva limitava, igualmente, a participação popular no processo político, reduzindo-se o eleitorado, em dado momento, a um percentual de apenas 0,8% da população. Nas eleições de 1886, por exemplo, votaram apenas 117.000 pessoas, em uma população de cerca de dez milhões, conforme observa José Maurício de Carvalho, em “O Sistema Eleitoral no Império”.

Na década de 1850, o café tornou-se a principal cultura de exportação. A força de

trabalho dos escravos foi sendo substituída, aos poucos, pelos trabalhadores livres e pelos imigrantes europeus que acorriam às nossas praias em contingentes cada vez maiores. Não obstante, continuavam perfeitamente definidas as características oligárquicas do sistema econômico e político.

Pior ainda é que, apesar da Abolição, os ex-escravos não receberam o direito de voto, que passou a ser limitado pela proibição do voto do analfabeto.

A abolição da escravatura, no final do Império, em 1888, contribuiu para acelerar o processo de deterioração da Monarquia entre nós. De fato – deve ser feito o registro –, o processo abolicionista foi lento e gradual. Inicialmente, em meados da década de 1850, por pressão dos nossos principais parceiros comerciais – os ingleses –, proibiu-se o tráfico de escravos. Em 1871, com a Lei do Ventre Livre, foram considerados libertos os filhos de escravos nascidos após essa data, e, em 1885, a Lei dos Sexagenários declarou livres os escravos com mais de sessenta anos de idade.

É, a partir daí, que os “barões do café”, concentrados, em grande parte, na Província de São Paulo, formam a nova elite econômica, surgindo um novo segmento de classe social, baseado no latifúndio exportador, com reflexos no apoio político que dava ao regime.

Era a percepção clara de que a tutela do regime centralizador e monárquico tinha de ser substituída por uma nova consciência dos verdadeiros interesses dos cafeicultores, inequivocamente manifestados no Manifesto Republicano de Itu.

Outro fator importante para a derrocada da Monarquia foi a questão militar, com um aumento da influência militar no processo político, minador, de forma completa, dos alicerces do regime. Numerosos políticos da oposição fizeram uso dos receios do Exército, especialmente de que a instituição pudesse ser substituída por uma guarda nacional, com a redução dos seus efetivos e a minimização de sua importância para a vida nacional. Exem-

plo marcante é o da Escola Militar do Rio de Janeiro, onde professores como o Tenente-Coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães, faziam com que muitos dos novos oficiais ingressassem na tropa já como ardorosos republicanos.

A Constituição Republicana de 1891, tendo como modelo a dos Estados Unidos da América, adotou o sistema presidencial, cometendo talvez – permitam-me os que pensam de modo diverso – o seu grande erro histórico. De qualquer forma, não obstante o arranjo institucional adotado, a aristocracia rural continuou a dominar, juntamente com a Igreja e, até certo ponto, os militares, em larga medida, a cena política nos anos que se seguiram.

As eleições presidenciais eram controladas pelos presidentes dos maiores Estados, São Paulo e Minas Gerais, os quais através da chamada política do “café com leite”, elegeram quase todos os presidentes no período da chamada República Velha.

A constituição Republicana endossou idéias liberais e definiu, para o Estado, um papel bastante limitado nos campos econômico e social, e seu poder do Estado deixou de ser exercido pelo Governo central, como, em grande medida, ocorrera durante o Império, mas, sim, pelos diversos Governos estaduais.

Apesar da República, os partidos políticos não se fortaleceram e o sistema bipartidário do período imperial teve como sucedâneo o monopólio do Partido Republicano, que, na prática, acabou significando o predomínio de uma constelação de partidos estaduais.

Os “coronéis”, senhores de terra com amplos poderes locais, dominavam o processo eleitoral, o qual sofria de toda a sorte de fraudes, como nos demonstra, de forma brilhante, o saudoso Ministro Vitor Nunes Leal, em seu clássico “Coronelismo, Enxada e Voto”.

A relação básica do sistema político era, assim, a existente entre o Presidente da República e os poderes estaduais e locais. O processo eleitoral, baseado no voto descoberto, estava

submetido, evidentemente, ao controle do mandonismo rural.

Não havia, desta forma, condições para que se exercesse livremente o voto popular, a tal ponto que o estabelecimento do voto secreto era a principal reivindicação dos movimentos armados que procuraram derrubar o governo oligárquico, durante a República Velha. Pretendia-se, através deste instrumento, evitar ocorrências evidentes de fraudes eleitorais, naquilo a que se referiu um estudioso dos costumes políticos da época como “a mentirosa urna”.

No período imediatamente anterior à Revolução de 1930, o mecanismo fundamental do processo político foi a chamada “política dos governadores”, posta em prática por Campos Salles, segundo a qual o Governo central só reconheceria acordos políticos que refletissem o esquema dominante em cada Estado. Obrigava-se, assim, a oposição estadual a acomodar-se no esquema político do governador, estabelecendo, na prática, um regime de partido único.

Apesar das intervenções do Poder Central em alguns Estados, as denominadas “salvações”, este período pode ser considerado como da maior estabilidade institucional da História brasileira, especialmente se comparado com a instabilidade característica do período posterior a 1930.

O domínio do processo político, pela minoria, fazia com que o conflito político permanecesse como um jogo da elite dirigente, cujos interesses sociais e econômicos eram garantidos, em grande medida, por instituições privadas e de iniciativas que independiam da esfera pública. A política de massas, com suas demandas sobre o sistema político, estava completamente excluída deste processo.

Podemos dizer, na verdade, que a República – e chamo a atenção deste Congresso – não atingiu os objetivos dos seus próceres, entre os quais merece ser sempre lembrada a figura ímpar de Rui Barbosa. A proposta republicana, como aponta muito bem José Murilo de Car-

valho, deveria sempre significar participação, reforma social, desenvolvimento da cidadania e da vida pública. De um sistema político que não procure excluir, mas, ao contrário, construir uma Nação.

Infelizmente, basta observar os tristes indicadores sociais que se nos apresentam, para que tenhamos perfeita consciência de que o Brasil, hoje em dia, excluiu um percentual inaceitável de seus filhos dos bens da civilização ocidental, da qual fazemos parte, e que deveriam ser por todos usufruídos. A terrível dívida social, de que são credores tantos de nossos irmãos menos afortunados, deve servir como clara advertência de que o ideal republicano ainda não está realizado entre nós.

Não está distante, entretanto, a sua efetivação. Assim é que uma mobilização digna, firme, coerente, séria, para o exercício do voto nos pleitos eleitorais, haverá de dar-lhes consistência, confirmando o verdadeiro sentido da soberania popular.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é hora de concluir.

Quero e devo fazê-lo com a certeza íntima, de que, para restaurar, na sua plenitude, o ideal de República – neste seu Centenário –, resgatando-o dos que lhe deturparam o sentido, devemos ter presente que uma pátria não se mede pela vitória de uns poucos, mas pelo sacrifício de todos. Direi melhor: uma verdadeira pátria se ergue pela construção dos sonhos daqueles que por ela lutaram, tombaram, desapareceram, morreram, mas jamais cederam, desertaram, fugiram ou se acovardaram.

Viva, pois, a República!



| Depoimento de **Phelippe Daou** |

“ Falar de Bernardo Cabral, apos outros terem raspado o tacho de sua vida, sob os mais diversos aspectos, não é tarefa fácil nem pra mim, nem para qualquer outro.

O que fica então para dizer desse homem, que é jurista, é escritor, é político de escol, é estudioso permanente de artes e ofícios, portador e apreciador dos melhores requisitos do ser humano, praticamente isto: sabe ser Amigo; em qualquer parte do mundo onde estiver, manda suas mensagens alegres e comoventes escritas de próprio punho com a sua admirável caligrafia, como se fosse o aluno esmerado para os embates de todos os dias, com clareza e muita distinção.

Mas eu preciso dizer alguma coisa do íntimo do meu coração.

Bernardo Cabral é vulto emérito do Amazonas e do Brasil.

Do Amazonas: Quando escolhido entre os seus concorrentes no Congresso Nacional

como Relator da nossa Constituição da República, ele recebeu um apelo veemente.

Cabral: cuida da Zona Franca de Manaus que embora criada em 1967 ainda não se instalou devidamente, está apenas começando. E podemos perdê-la porque são muitos e muito poderosos os seus inimigos espalhados no Brasil afora, especialmente no centro-sul.

A Zona Franca de Manaus foi criada pelo presidente Humberto Castelo Branco, pelo decreto-lei de número 288 de 28 de fevereiro de 1967. O presidente conhecia a Amazônia pelas suas andanças na região e sabia das nossas imensas necessidades. Manaus caminhava para ser um porto de lenha. Não havia perspectivas, nem oportunidade para os nossos jovens, que procuravam outras escolas e postos de trabalho em outras áreas do País, pois os nossos horizontes eram cada vez mais escassos.

De 1967 quando foi criada a Zona Franca de Manaus ante a promulgação da Constituição

em 5 de outubro de 1988, em 20 anos ainda não tínhamos a plena implantação da Zona Franca de Manaus.

Era muito intensa apenas a atividade comercial, porque só a Zona Franca podia importar produtos estrangeiros e o número de turistas era cada vez maior para Manaus.

Daí o veemente apelo a Bernardo Cabral, para que inscrevesse a Zona Franca na Constituição o que aconteceu com a inclusão do artigo 40 parágrafo único do ato das disposições constitucionais transitórias in verbis:

Artigo 40: É mantida a Zona Franca de Manaus com as suas características de aera livre de comercio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais pelo prazo de 25 anos a partir da promulgação da Constituição.

Parágrafo único: “Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinam ou venha a disciplinar a aprovação dos projetos da Zona franca de Manaus”.

A Zona Franca está salva de toda sorte de ataques, como aconteceu em um ou dois casos que foram indeferidos pelo Supremo Tribunal Federal.

Quero ressaltar aqui, que a partir da promulgação da Constituição é que começaram os 25 anos da entidade que foram interrompidos até a sua constitucionalização, se quisermos fazer a conta de 5 de outubro de 1988, os 25 anos dos dispositivos só terminariam em 2013.

Mas como todos sabem, ela já sofreu uma ampliação de prazo de mais 10 anos, passando para 2023. E existe uma mensagem presidencial concedendo mais 50 anos para Zona Franca.

Esse é o grande crédito que deve ser dado a Bernardo Cabral, que assegurou a Manaus sua terra natal um distrito industrial que já registra faturamento anual de 60 bilhões de dólares, uma população hoje ao redor de 2 milhões de habitantes e um desenvolvimento que continua cada vez maior na área da Zona Franca que também agora está em véspera de ter uma área contemplando toda a região metropolitana de Manaus com 12 municípios.

Cabral cumpriu o ensinamento superior: “confiabilidade é o coração da responsabilidade”.

Do Brasil: Quando a Associação Mundial de Juristas, com sede em Washington, realizou seu Congresso envolvendo Hungria e Áustria em 1999, a ele estive presente por convite de Bernardo Cabral.


A primeira parte realizou-se em Budapeste. No dia seguinte, viajamos em ônibus em direção a Viena.

Quando chegamos em St. Margarethen na fronteira dos dois países, paramos e todos desembarcamos. Estávamos diante de um monumento de pedra de duas faces. Uma das faces tem esta inscrição: **“Pro pacelibertatemortuis”** ou **“Por aqueles que morreram pela paz e liberdade”**. Nesse lugar, ao fim da segunda guerra mundial, as tropas nazistas se renderam.

Na outra face do monumento, a Associação homenageou 10 nomes, que em seus países lutaram pelo Estado Democrático de Direito destacando-se na defesa e preservação dos Direitos Humanos. Descerrada a placa, lá estava dentre eles o nome do advogado Bernardo Cabral. Foi um choque admirável para os brasileiros presentes e os advogados de várias nacionalidades que o conheciam. Era o vulto do Brasil eternizando o nome do nosso conterrâneo que, 10 anos depois, mereceu a inclusão do nome de sua esposa Zuleide Cabral no monumento, como tendo sido durante toda a sua vida a pessoa que mais contribuiu para o desempenho e sucesso de Cabral.

Creio ser o necessário para um justo reconhecimento ao trabalho e dedicação do Amigo que muito quero e estimo. ”

Presidente da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, afiliada da Globo



“ Bernardo Cabral é o relator histórico da Constituição de 1988, que tem a marca de seu talento. Por todos os lugares por onde tenho passado, basta falar no nome de Bernardo Cabral que todos batem palmas, pela sua competência de jurista, pela sua habilidade, pelo seu senso de realidade e pela defesa do direito social. Saúdo o relator Bernardo Cabral, que confirmou seu renome de jurista e sua espartana dedicação. Sem o talento de Bernardo Cabral, não teríamos a Constituição de 1988. ”

ULYSSES GUIMARÃES

CAPÍTULO VI

A Constituição Cidadã: missão conquistada, missão cumprida!

Durante a revolução francesa, o padre Emmanuel Joseph Sieyès, por meio de um panfleto de 32 folhas intitulado “Qu’est-ce que le Tiers État?” – O que é o Terceiro Estado? – formulou a teoria do Poder Constituinte, aquele segundo o qual a nação, através dos cidadãos individual e conjuntamente considerados, teria a prerrogativa de estabelecer (de constituer) as regras prévias de organização da vida em sociedade, bem como impor limites ao poder do Estado. De produzir, enfim, o seu documento fundamental.

Este poder constituinte seria o originário, conforme Sieyès, consequência de um acontecimento social e político ilimitado, inicial e incondicionado, não previsto pelo direito posto, que instauraria uma nova ordem. Exemplos disso não faltam. Tem-se a própria Constituição francesa, decorrente da Assembleia Nacional Constituinte de 1789/1792 e a Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1787. Os tratadistas mais abalizados defendem também que é possível que o poder constituinte originário se dê, por exemplo, num processo de redemocratização de um país.



Liberdade guiando o Povo, tela de Delacroix, ícone da revolução francesa.

Sieyès inflamou mentes e corações ao chamar a atenção para as injustiças do absolutismo francês, tragicamente representado pelo rei Luís XVI e pelos privilégios conferidos aos nobres e ao clero, em contraposição à miséria da maioria da população, ali chamada de “Terceiro Estado.”, com a sua célebre proposição: “O que é o Terceiro Estado? Tudo. O que tem sido até o presente momento? Nada. O que pede ele? Tornar-se alguma coisa.” A grande saca-



O povo nas ruas quer votar.

da, digamos assim, do genial abade francês foi defender a tese de que o titular de todo o poder político era o povo. O poder, legítimo e verdadeiro, não poderia ser herdado ou provir da divindade. Só o povo seria o senhor de seu destino.

E foi justamente sobre esta base teórica que se desenvolveu o constitucionalismo moderno.

No Brasil, desde 31 de março de 1964, vivia-se à sombra de um regime de exceção constitucional. O País conhecera cinco presidentes egressos do Exército: Humberto de Alencar Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista de Figueiredo. Até a redemocratização foi uma longa travessia, de 20 anos. O golpe de Estado cassara mandatos, fechara o Congresso, aposentara magistrados – inclu-

sive ministros do Supremo Tribunal Federal – impusera a censura à imprensa e às manifestações artísticas, promovera a perseguição ideológica, reprimira, tortura e matara aqueles que o combatiam.

Mas a sociedade, mesmo assim manietada, reagiu e, no curso de todo esse tempo, lutou e reagiu bravamente. Entre 1983 e 1984 os brasileiros foram protagonistas do maior movimento popular da história do País, aquele que pedia eleições diretas para presidente da República, consolidada no apoio à Emenda Constitucional Dante de Oliveira, deputado federal do Mato Grosso, que a apresentou para tramitação no Congresso Nacional. As lideranças políticas de oposição e vários segmentos sociais organizados saíram às ruas para defendê-la, realizando grandes comícios nas mais importantes capitais do Brasil.

Naquela época o presidente da República era escolhido pelo “Colégio Eleitoral”, formado pelo Congresso, que se reunia e apenas chancelava o nome apresentado pelos militares, posto que o partido da situação (Arena e depois PDS) tinha a maioria.

O último presidente militar, o general João Baptista de Figueiredo, porém, no ato de sua posse, jurou “fazer do País uma democracia”. Tinha a intenção de devolver o poder aos civis. E foi justamente o que acabou acontecendo, apesar de todas as dificuldades ocorridas



Lula, Ulysses, Quéricia, Brizola, Franco Montoro e Tancredo Neves juntos no mesmo palanque pedindo eleições diretas para presidente.



Cabral em palanque, no Amazonas

durante esse processo, especialmente pelas reações da linha dura dos quartéis. A morte do jornalista Vlado Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, é uma prova da audácia desses nichos de radicais. A bomba do Rio-Centro, certamente foi a situação mais emblemática desse comportamento.



Paulo Maluf e Tancredo Neves disputaram a presidência no “Colégio Eleitoral”.



Tancredo e Sarney, eleitos no “Colégio Eleitoral”, comemoram a vitória. Tancredo não chegou a assumir. Sarney tornou-se presidente e convocou a Constituinte.

A tentativa de que houvesse eleições diretas ao fim do governo Figueiredo frustrou-se. O palco da luta seria o “Colégio Eleitoral”. Nas hostes governistas havia três candidatos: o vice-presidente Aureliano Chaves, o deputado Paulo Maluf e o ministro Mário Andreazza, este último o preferido de Figueiredo. Do lado da oposição destacavam-se os nomes de Tancredo Neves e de Ulysses Guimarães, dentre outros. Se o PDS saísse coeso, não haveria chance para a oposição. Acontece que Paulo Maluf atropelou os demais candidatos e as próprias lideranças de seu partido, vencendo as prévias e impondo-se como o candidato oficial. Tal circunstância, entretanto, tornou insuportável a convivência dentro do PDS para Aureliano, José Sarney e Marco Maciel, os quais se bandearam para a candidatura de Tancredo Neves e, com ele, formaram a “Aliança Democrática”, que venceu a disputa no “Colégio Eleitoral”, tendo como vice o senador José Sarney.

A OAB, como vimos em outro capítulo, sob a batuta de Bernardo Cabral entre os anos de 1981 a 1983, levantara tanto a bandeira das diretas quanto a da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Isto ficou marcado na Conferência Nacional da OAB realizada em 1983 em Santa Catarina. Pode-se dizer, sem medo de errar, que a comunidade jurídica, naquela conferência, traçou o esboço da volta do Brasil ao Estado de Direito. Ao lado dela, os sindicatos, as associações, o povo em geral tomou as ruas para exigir um país democrático.

Terminava um ciclo e o poder, embora ainda não por meio de eleições diretas, estava de novo nas mãos de um civil. Parecia que a noite de trevas não resistiria aos primeiros raios da aurora da liberdade.

Ledo engano.

Daí a alguns dias os brasileiros enfrentaram um pesadelo inimaginável. Tancredo Neves adoeceu, passou por várias cirurgias e veio a falecer no dia 21 de abril de 1985, sem que tivesse tomado posse, deixando o País em transe e provocando um clima de terrível incerteza



O Brasil chora a morte de Tancredo.

| Depoimento do General Leônidas Pires Gonçalves |



“Bernardo Cabral é um líder que sempre se manteve na defesa da Amazônia. Eu acho que esse tipo de pregação nós temos que fazer, porque é necessário conscientizar todo

o povo brasileiro da importância que a Amazônia tem para nós, como Nação. Eu sempre considerei que a integração e o desenvolvimento da Amazônia é o último pilar da nacionalidade e o trabalho que o senador Bernardo Cabral realiza em suas conferências é muito positivo e de muita necessidade.”

Fonte: Revista Justiça e Cidadania.

quanto ao futuro da democracia. Criou-se o impasse. Uns diziam que Sarney não poderia assumir a presidência. Outros afirmavam que o lugar era do presidente da Câmara dos Deputados. Outros ainda advogavam que deveria ser convocada uma nova eleição.

Tudo o que se havia construído, todo o objeto daquela formidável epopéia cívica, poderia ruir com a morte de Tancredo. A discussão era apaixonada e intensa. A linha-dura das Forças Armadas sentia que poderia haver clima para o retrocesso. Tancredo, inclusive, temia isto, tanto que adiou o tratamento o quanto pode, o que contribuíra sobremaneira para a sua morte.

Foi quando algo inusitado ocorreu. Alguém se lembrou de consultar o general Leônidas Pires Gonçalves, já escolhido por Tancredo como Ministro do Exército, mas ainda não nomeado. Ele foi procurado em sua casa e, surpreendentemente, fora ao seu escritório e voltara com um exemplar da Constituição vigente, com o dedo posto no art. 77, sentenciando, em alto e bom som, cheio de convicção, que tudo parecia claro: “Quem deve assumir é o Sarney. Vejam o que diz o art. 77.” – e leu: “Art.77. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o vice-presidente.” E assim, efetivamente, foi feito. Alguns políticos da época contavam, com ar zombeteiro, que o impasse fora resolvido pelo “jurista” Leônidas... Pura maldade. O general Leônidas era um estudioso da Constituição. Independentemente disso, todavia, na condição da mais respeitada liderança militar do momento, o seu papel foi fundamental para que a crise fosse superada. Ulysses Guimarães, que participou daquele encontro, mas que teve uma conduta exemplar no imbróglio, segundo o próprio Leônidas, pois poderia reivindicar o cargo para o presidente da Câmara, que ele mesmo ocupava, estava convencido de que o único caminho naquele momento era a posse de Sarney, mas não deixava de brincar com a situação: “Eu não fui bonzinho coisa nenhuma. Segui as instruções do meu jurista. O meu “Pontes de Miranda” estava lá fardado e com a

espada me cutucando, dizendo que quem deveria assumir era o Sarney.”

O povo tomou as ruas para dar adeus a Tancredo, evento só comparável ao enterro de Getúlio Vargas e ao do piloto Ayrton Senna. Tancredo tombou com um mártir e, até hoje, é cultuado como um dos heróis da pátria.

No dia 15 de março de 1985, no Palácio do Planalto, triste ironia, tomava posse como presidente do Brasil, depois de 20 anos de ditadura, o antigo membro da Arena e ex-presidente do PDS, partidos oficiais da ditadura, o senador José Sarney. Para se ter uma ideia, até Figueiredo não quis se encontrar com Sarney, saiu pelos fundos do Palácio e não transmitiu a faixa presidencial.

Mas as forças políticas que lutaram pela democracia desde sempre, exigiram que Sarney cumprisse um dos mais caros compromissos de Tancredo e da Aliança Democrática: a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Sarney fez a convocação, mas antes disso já tinha organizado uma comissão de notáveis, que tomou o nome de Comissão Afonso Arinos, para apresentar uma espécie de projeto de Constituição, o que acabou não vingando, eis que os constituintes optaram em partir do zero, para chegar o mais próximo possível das demandas da sociedade, para construir uma Constituição abençoada pela participação popular e plasmada, portanto, pela legitimidade de sua origem.

CONSTITUINTE EXCLUSIVA OU CONSTITUINTE CONGRESSUAL?

Antes de convocada a Assembleia Nacional Constituinte, porém, já surgiu a primeira grande questão polêmica. De um lado alinhavam-se os que, sensíveis aos apelos populares, queriam uma Constituinte Exclusiva, formada por parlamentares eleitos especificamente para fazer a nova Carta, devendo dissolver-se ao fim dos trabalhos. De outro lado, havia aqueles que defendiam uma Constituinte Congressual, ou seja, alcançando os senadores que já tinham sido eleitos em 1982 – e cujos mandatos ainda estavam em curso – e os senadores e deputados federais a serem eleitos para a legislatura que se iniciaria em 1986, os quais acumulariam as duas funções, fazer a Constituição e tocar o dia-a-dia do Congresso. A Constituinte Exclusiva criava um problema, pois atingia os poderes de Sarney, que ficaria, então, reduzido ao atos administrativos de seu governo, sem poder, por exemplo, enviar, vetar ou sancionar projetos de lei. Sarney, claro, se opôs e mobilizou parlamentares contra a proposta. Acabou vingando a Constituinte Congressual.

Em 1º de fevereiro de 1987, em sessão solene dirigida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada e Ulysses Guimarães eleito para presidir-la. No seu Regimento Interno foi aprovada a metodologia dos trabalhos divididos em uma



O povo rompe a segurança e sobe na cúpula do Senado Federal no dia em que a Constituinte foi instalada. Foto: Orlando Brito.



Humberto Lucena, presidente do Senado; José Sarney, presidente da República; Moreira Alves, presidente do STF; e Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, na sessão de instalação da Assembleia Nacional Constituinte.



Cabral, candidato a relator da Constituinte, discursa aos seus pares e derrota Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga.



FHC, Serra e Alckmin, além de Ulysses e Covas. A bancada de São Paulo era muito forte e difícil de ser batida.



Fernando Henrique Cardoso, na época da Constituinte senador por São Paulo, tempos depois tornou-se presidente da República, por dois mandatos.



Pimenta da Veiga, deputado por Minas Gerais, também disputou a relatoria da Constituinte.

comissão de sistematização, oito comissões temáticas e vinte e quatro subcomissões. Para a comissão de sistematização, tinha preferência para ocupá-la o PMDB, partido majoritário.

A indicação do relator da sistematização, entretanto, não seria fácil, haja vista que três candidaturas se apresentavam: a do senador Fernando Henrique Cardoso, de São Paulo; a do deputado Pimenta da Veiga, de Minas Gerais; e a do deputado Bernardo Cabral, da pequena bancada do Amazonas. O PMDB, então decidiu que o ocupante da função seria eleito pelos membros do partido. Tudo levava a crer que Fernando Henrique Cardoso, o qual tempos depois tornar-se-ia presidente do Brasil, ou então Pimenta da Veiga, representantes de estados poderosos e de numerosas bancadas, um dos dois, seria o escolhido. Como é que um parlamentar de um estado longínquo, com uma bancada numericamente inferior, poderia enfrentar esses dois gigantes, pensavam.

Os adversários, entretanto, subestimaram o deputado amazonense, o qual, em verdade, já tinha estatura e respeitabilidade nacionais, vencendo a contenda. Em depoimento ao autor, Bernardo Cabral conta os bastidores daquela eleição:

“Quando os trabalhos da Constituinte tiveram início, havia uma lacuna difícil de ser preenchida. É que todas as Assembléias Constituintes anteriores tinham como ponto de referência um esboço prévio. Foi assim com as Constituições de 1824, de 1891, 1934, 1946, etc. Mas quando a Constituinte de 1987/1988 começou o seu trabalho, não havia nenhum esboço próprio. Houve, antes, a criação de uma “comissão de notáveis”, que se reunia no Rio de Janeiro, no Palácio de Itamaraty, e esta comissão concluiu por apresentar o sistema de governo parlamentarista. Com a morte do Tancredo, isto foi enviado ao Sarney, e o Sarney presidencialista, simplesmente mandou publicar no Diário Oficial o texto da comissão notáveis, mas

não enviou à Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, foi para o arquivado. E como se começou do nada, o Ulysses, com uma série de constituintes, acabamos por criar oito títulos, que estão exatamente na Constituição Federal de 88. Esses oito títulos eram resultante das comissões temáticas. Cada comissão temática se subdividia em três subcomissões

e havia uma comissão acima, que pairava acima de todas, que se chamava comissão de sistematização, que como o nome está a dizer, era a que ia escrever o texto final da futura Constituição. Como é que eram escolhidos os presidentes das comissões temáticas e das subcomissões? O partido majoritário era o PMDB e o segundo partido era o PFL. Portanto, cabia a escolha do líder ou do relator, dependendo do que era preferência do líder. E o líder tinha sido eleito, era o Mário Covas, ex-deputado federal, senador, governador de SP. O Mário Covas, quando escolhia o presidente, dava a relatoria para o PFL e quando ele escolhia a relatoria, a presidência ficava para o PFL. Isto ocorreu nas oito comissões temáticas, nas três subcomissões e não houve nenhuma divergência. Mas quando chegou na comissão de sistematização, escapou do Mário Covas a escolha do presidente. Por quê? Porque o Afonso Arinos, que tinha sido presidente daquela comissão de notáveis, era um professor catedrático de direito constitucional, homem do maior respeito, e pertencia aos quadros do PFL. O PFL, então, decidiu homenageá-lo com a presidência dessa Comissão de Sistematização. E aí a Relatoria, que teria de ser escolhida, a exemplo das demais, não foi pelo líder do partido. Por quê? Porque os deputados constituintes e os senadores se rebelaram dizendo que o partido que havia lutado pela eleição direta, pela revogação dos atos de exceção e, agora, estava tendo uma preferência por um ou



Cabral, já eleito relator, foi o braço direito de Ulysses.

outro nome. É que o Tancredo, antes de morrer, tinha um compromisso com o Pimenta da Veiga, que era o líder do PMDB na Câmara, para que ele fosse o Relator da Constituinte. Por sua vez, o Ulysses Guimarães, que era de São Paulo, tinha uma espécie de compromisso com o Fernando Henrique Cardoso para que fosse ele, já que era líder do partido no Senado. Ou seja, dois líderes, um no Senado e outro na Câmara, postulavam a relatoria. Ora, quando eu tomei conhecimento disso, eu disse ao Ulysses que não poderia concordar, pois eu tinha sido deputado federal cassado, perdi meus direitos políticos por dez anos, o meu lugar de professor na faculdade de direito de Brasília – interromperam a minha carreira no magistério – e não era justo que, depois de ter passado pela presidência da Ordem dos Advogados do Brasil a Relatoria fosse entregue a um cidadão que, além de ser claro, inteligente, mas era simplesmente sociólogo, que era o Fernando Henrique Cardoso. E o Pimenta da Veiga estava começando os seus trabalhos, ainda era novo. Agora veja, mais tarde o Fernando Henrique foi presidente da República e o Pimenta da Veiga foi ministro das Comunicações. Com este impasse, o Ulysses fez um gracejo: “Ah, bom, eu já sei o que vou fazer. Vou escolher um relator e dois correlatores.” Eu também na mesma brincadeira, também falei: “Muito obrigado, assim eu terei dois correlatores.” Mas ele disse: “Não, mas não será você!” Aí um deputado do Maranhão fez uma pro-

posta que, para nós, do Amazonas, era terrível. Fez uma proposta dizendo - a proposta tinha coerência - que o PMDB era um partido democrático, sempre brigou pela democracia, não era possível assim, dizia ele, que se retirasse de nós, Constituintes, a possibilidade de escolher o relator da comissão de sistematização, que é quem vai escrever o texto constitucional. Ora, o FHC trazia mais de trinta deputados com ele, por São Paulo, do PMDB. O Pimenta da Veiga, por seu turno, tinha a mesma caminhada. Só que eu, oriundo do Amazonas, que só tínhamos oito deputados federais e três senadores, mas só três dos federais eram do PMDB e, no Senado, apenas o nosso saudoso amigo Fábio Lucena, estávamos em desvantagem. Nós fomos para a eleição pela bancada. Cada um aceitou. Eu não podia recusar, já que eu também tinha lutado pela democracia, como presidente da Ordem, eu queria uma Assembleia Nacional Constituinte com regras democráticas também, mas é claro que a desigualdade na luta era muito grande contra mim. Mas assim mesmo o Ulysses reuniu a bancada, éramos trezentos e tantos constituintes do PMDB e, no primeiro escrutínio, o Fernando Henrique teve 86 votos e eu e o Pimenta da Veiga tivemos 90. Ele foi eliminado. Fomos ao segundo escrutínio. Só que, no primeiro escrutínio, o Fernando Henrique falou em primeiro lugar, eu falei em segundo e o Pimenta da Veiga por último. Eu tentei anular o discurso do Fernando Henrique e o provável discurso do Pimenta da Veiga, dizendo que eu era o único que tinha sido cassado, que tinha sido perseguido pela revolução militar. Eu não ia fazer a Constituição com receio, com medo de que alguém pudesse vir dar palpite no meu trabalho. E com isso eliminamos Fernando Henrique no primeiro escrutínio e no segundo o Pimenta da Veiga ficou com 90 e eu tive 111 votos. Foi uma coisa que ninguém esperava. Não houve nenhuma campanha prévia, a única campanha foi na hora de decidir no voto. Não houve carta, não houve nada. Os jornais noticiaram a surpresa. E aí entra uma grande história. Em 1967 o Mário Covas era o líder da oposição e eu era o primeiro vice-líder.

E ali estávamos o Covas, o José Richa e outros. Com a nossa cassação, deu-se uma diáspora. Essa diáspora deu lugar ao reencontro na Constituinte. E aí é que se vê o homem de caráter, de decência que era o Mário Covas. Quando, às vésperas da disputa no Plenário, eu cheguei ao Mário e falei: "Mário, eu fui o teu primeiro vice-líder. E agora eu pergunto se posso contar com o teu apoio no Senado, para essa eleição do relator?." Ele, muito honestamente e correto, falou: "Bernardo, eu tenho por ti uma admiração muito grande, mas sou senador por São Paulo, o candidato a relator é o Fernando Henrique, que é senador por São Paulo... portanto, e eu não vou votar em você." E a mesma coisa me disse o Ulysses. Quando o Fernando Henrique foi eliminado, eu bastei olhar para os dois, para o Mário Covas e para o Ulysses, pois eu sabia que o Senado ia me apoiar no segundo escrutínio, como me apoiou. E daí a diferença de vinte e tantos votos que botei na frente do nosso amigo Pimenta da Veiga, que depois, enfim, ambos, colaboraram muito comigo na Constituinte e para o País como um todo. Mas uma coisa, ainda, é digna de nota, é que um Estado pequeno como nosso, com representação de apenas oito deputados e três senadores (no Senado, não, somos todos iguais), você sair do anonimato já na presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que até hoje é inédito, e na Assembleia Constituinte, o nosso país tem 500 anos e só houve 5 Assembleias Constituintes e, portanto, só cinco cidadãos entraram na história como relatores, nunca se imaginou que um amazonense pudesse entrar na história pela via da eleição e não pelo bafejo de algum poderoso."

VÍDEO

Diário da Constituinte - 13/04/1987



<http://youtu.be/Ptauv4vP1Ko>

| Depoimento de **Gilmar Mendes** - Ministro do STF |



“ **O timoneiro e a travessia**

Sim, lá se vão vinte e cinco anos da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, o bastante para que a marcha implacável dos ciclos apague da memória os mais impactantes fatos, os mais impressionantes feitos. Por isso, vez por outra é preciso retomar a nau do tempo, colocá-la novamente em mares navegáveis, de modo a não deixar partir-se o fio tênue da História.

Portanto, para bem dimensionar o tamanho da engenharia política necessária para extrair daquele caldeirão efervescente o documento que iria alicerçar a redemocratização do Brasil, é preciso, antes de qualquer coisa, contextualizar a jornada daquela Constituinte: saíamos da ditadura tão truculenta quanto longeva, não fora eleito parlamento dedicado exclusivamente à excruciante tarefa de erigir nova ordem constitucional; nosso afã de independência barrara desde o início a importação de modelos externos ou pré-fabricados – tanto quanto possível, a Constituição teria a marca inédita da nossa própria individualidade,

como se, assim, pudéssemos pôr a salvo nossa suprema brasilidade, adensando-a cada vez mais como traço diferencial decisivo.

Lá fora, o mundo também fervilhava: a disputa ideológica entre os regimes capitalista e comunista chegava ao clímax com a queda do muro de Berlim e a implosão da Cortina de Ferro. A bordo da revolução tecnológica sem precedentes, a globalização batia à porta, impaciente, avassaladora. Como nunca, as palavras de ordem se condensavam mais e mais num só verbete: liberdade.

Era preciso, então, timoneiro à altura da desafiante empreitada de construir nova ordem constitucional, capaz de reunir num só bernal conhecimento técnico, liderança, experiência; haveria de trazer consigo o brilho da lucidez, da acuidade intelectual, a marca do descortino, o pendor inato para a conciliação e o respeito irrestrito à alteridade.

Jurista, jornalista, parlamentar cassado pela força militar, Bernardo Cabral afigurou-se de pronto como opção natural para assumir o extenuante encargo de Relator dos trabalhos

constituintes. Foi também escolha emblemática: só quem sentiu no próprio dorso o açoite do algoz consegue bem aquilatar o pleno valor da liberdade; quem combateu o obscurantismo autoritário sabe como ninguém reverenciar a aura sempre benfazeja da soberania democrática.

À luz da trajetória coerente e corajosa de Cabral, compreende-se perfeitamente o documento progressista que, dois séculos depois da Independência, injetou nas veias do País – de uma vez por todas – “o ar saudável das liberdades públicas e civis”, para usar as sempre apropriadas palavras do mais ilustre dos amazonenses.

De fato, somente um democrata empedernido – no caso por convicção e natureza – poderia conciliar com tanta lhanza o que, à primeira vista, transparece inegociável, tal o conflito de interesses a envolver, num momento de transição da história política, temas tão díspares quanto anistia, reforma agrária, recursos minerais e divisão de competências e receitas tributárias. Ao fim, prevaleceu, felizmente, a moderação criteriosa que sobrepôs os interesses coletivos aos do Estado gigante e perdulário, que consagrou, como traço modernizador da Carta, a notória vertente antidiscriminatória dos cidadãos.

E tudo isso num cenário que contava com o ingrediente admirável e inédito da mobilização dos cidadãos no intuito de apresentar sugestões ao novo texto constitucional: ali, no

máximo da participação democrática, vivia-se o momento “em que a atividade política era a república, coisa de todos, de todos nós brasileiros”, como bem sintetizou o então Relator da Constituinte.

A Constituição de 1988, além de passaporte para a maturidade política, é o sustentáculo do Estado Democrático de Direito brasileiro, cada vez mais forte, dia após dia revigorado que é com o aperfeiçoamento das instituições democráticas, com o aprendizado diuturno da cidadania cotidiana. Orgulhamo-nos desse diploma que nos dá condição de sermos considerados um povo moral, ética e politicamente desenvolvido. E agradecemos à liderança sempre tão competente de homens como Bernardo Cabral, cuja missão como brasileiro imprescindível longe está do desfecho. Basta lembrar – num átimo, porque urge encerrar esta homenagem – o papel ímpar que desempenhou na Reforma do Judiciário, delineando as diretrizes, contornando os obstáculos, pavimentando os acessos para que a Justiça pátria se tornasse, para além de reduto da cidadania, a viga mestra do Estado Constitucional.

Longa vida, então, ao grande mestre Bernardo Cabral! Paz, saúde e felicidade, caro amigo! É o que os brasileiros sinceramente reconheceremos e em uníssono, sempre haveremos de lhe desejar. ”

Fonte: Revista Justiça e Cidadania, edição 140, abril de 2012.

| Depoimento de **Marco Aurélio Mello** - Ministro do STF |



“**Bernardo Cabral, de Manaus para a História**

José Bernardo Cabral nasceu na cidade de Manaus em 27 de março de 1932. Próximo a completar oitenta anos, possui currículo exemplar, tendo ocupado postos-chave no cenário nacional – Deputado Estadual e Federal, Senador, Ministro da Justiça, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, membro e relator da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo a tradição francesa, há pessoas cujo nome dispensa o pronome de tratamento ou a menção a cargos exercidos, por ser uma referência por si só. Assim é o caso de Bernardo Cabral. Entretanto, em benefício da memória pública e das gerações futuras, com grande honra, aceitei a incumbência de prestar esta singela homenagem, que perpassa pela lembrança das realizações desse homem público.

Obteve o bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas aos vinte e

um anos – o mais jovem na turma em que se graduou. Imediatamente, tornou-se advogado e, destacando-se no ofício, veio a ocupar, sucessivamente, as funções de Delegado, Promotor de Justiça, Chefe de Polícia e Secretário de Segurança Pública, sempre no Estado de origem. Aos vinte e sete, foi nomeado Chefe da Casa Civil do Governo e, em seguida, Procurador do Estado do Amazonas. Ainda moço, aos trinta anos, chegou a ter assento na Assembleia Legislativa do Estado natal, na legislatura de 1962 a 1966.

Se o prólogo já revela uma existência em que caberiam muitas vidas, a partir daí, Bernardo Cabral assumiu papel de protagonista na vida política brasileira, passando a influenciar o futuro dos concidadãos. Nas eleições subsequentes, aos trinta e cinco anos, elegeu-se Deputado Federal. Infelizmente, permaneceu no cargo por apenas um ano, porque teve o mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, em razão de opini-

ões emitidas, nos meios de comunicação, que causaram incômodo à ditadura então insurgente. A cassação suspendeu a trajetória política de Bernardo Cabral pelo período de dez anos, mas, mesmo assim, ele se manteve fiel à causa pública. Logo se mudou para o Rio de Janeiro, momento em que se destacou na defesa de presos políticos e na divulgação das ilegalidades e violações e direitos humanos cometidas pelo regimento militar. Escusado dizer que o fazia sob o risco da própria vida e liberdade.

Apenas para elucidar o clima da época, vale relembrar a carta-bomba encaminhada, em 1980, ao então Presidente da Ordem, Eduardo Seabra Fagundes, que resultou na morte da secretária Lyda Monteiro da Silva, que abrira a correspondência. No dia do atentado, em resposta ao incidente, Bernardo Cabral, com outros treze advogados de primeira grandeza, foi nomeado para integrar a Comissão de Direitos Humanos da entidade.

A vocação para a liderança levou-o ao cargo de Presidente da Ordem, no biênio 1981/1983. Nessa posição, empreendeu duras críticas ao recorrente desrespeito à Carta Federal por parte do governo militar. Em 1982, denunciou as manobras do regime para evitar a vitória da oposição nas eleições legislativas de novembro daquele ano. Segundo conta John W. F. Dulle – biógrafo do advogado Sobral Pinto – encaminhava telegramas ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, solicitando providências quanto aos assuntos defendidos por Sobral e Heleno Fragoso, todos relacionados à militância política. E assim se expunha às reprimendas do regime e dos grupos de extrema-direita. Afinal, foi durante o mandato de Bernardo Cabral que ocorreu o atentado ao Riocentro, menos de um ano após o episódio da carta-bomba. A explosão precoce do artefato acabou ocasionando a morte de um dos militares que o transportava.

A contribuição inestimável para a República Federativa do Brasil veio no final da década de 1980. Com os direitos políticos restabelecidos, voltou a ser eleito Deputado Federal para exercer mandato entre 1987 e 1991, compondo

a Assembléia Nacional Constituinte. Em votação dramática, venceu a disputa pela relatoria da comissão de sistematização dos trabalhos realizados pelas subcomissões da Constituinte, aclamado pela bancada do Partido da Mobilização Democrática Brasileira. Conhecido pelo caráter conciliador e vivaz, capaz de dialogar com interlocutores de diversas vertentes políticas, logrou, com trabalho e paciência, desvencilhar-se de armadilhas oriundas de grupos de pressão, lobistas e políticos insatisfeitos. Entregou, alfm, o documento democrático produzido pela política brasileira.

Sempre manteve excelentes relações com o Poder Judiciário. Ao lado de comissão formada pelos Juízes do Tribunal Federal de Recursos, lutou, na Constituinte, pela criação do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais. Como homem público, anteviu que a expansão do acesso à justiça causaria o abarrotamento dos Tribunais. Sem a regionalização, a Justiça Federal estaria paralisada. Colaborou com a inserção constitucional da autonomia financeira da magistratura, evitando que as promoções de juízes dependessem da concordância do Poder Executivo. Defendeu a aprovação das emendas supressivas atinentes à arguição de relevância e ao Conselho Nacional de Justiça, que acabariam por surgir com a Emenda Constitucional nº 45/2004. Notabilizou-se na preferência pelo regime parlamentar e pelo voto distrital misto, temas que, de tempos em tempos – como se um cometa fossem –, reaparecem no cenário brasileiro.

Em 1990, ocupou por sete meses o cargo de Ministro da Justiça do Governo Fernando Collor de Mello. Retornou ao parlamento, para exercer o mandato de Senador da República, entre 1995 e 2003. Ainda no campo da defesa do Judiciário, sustentou a criação dos Regionais Federais da 6ª e 7ª regiões, até hoje pendente. Com justiça, foi agraciado com o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal do Amazonas e pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e condecorado pelo Brasil e por instituições de diversos outros países. Na carreira acadêmica, lecionou

em prestigiosas universidades estrangeiras. O essencial, como costuma dizer o homenageado, é o pergaminho da experiência de vida.

Com o término da Constituinte e a promulgação da Carta, tornou-se árduo defensor da efetividade do novo marco político e social brasileiro. Essa tem sido a bandeira. O tempo fez compreender o laconismo das respostas que dava aos detratores da Constituinte: em meio a crises institucionais e ao reformismo

crônico, a Lei Maior de 1988 sobreviveu, refletindo as esperanças de um futuro melhor para a República Federativa do Brasil. Se, em pouco mais de duas décadas, caminhamos do regime de exceção à supremacia da Constituição, parte desse fenômeno se deve ao idealismo e à luta política de Bernardo Cabral. ”

Fonte: Revista Justiça e Cidadania, edição 140, abril 2012.

| Depoimento de **Carlos Ayres Brito** |



“Aproveito a oportunidade para afirmar o meu apoio a essa feliz iniciativa, certo de que o homenageado (Bernardo Cabral) sempre fez por merecer os títulos e cargos que justificam a presente distinção. Em todos eles, deixou a marca de seu talento, desassombro, espírito agregador e extrema fineza no trato pessoal. ”

Ex-ministro e presidente do STF, em mensagem publicada na revista Justiça e Cidadania por ocasião da outorga do título de Doutor Honoris Causa a Bernardo Cabral pela Universidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Revista Justiça e Cidadania.

| Depoimento de **Arlindo Porto** - Presidente da Academia Amazonense de Letras |



“**Missão cumprida!**”

No dia 20 de outubro de 1988, por ocasião de uma esplendorosa homenagem das classes empresariais do Amazonas a Bernardo Cabral, aqui em Manaus, pronunciei, cheio de alegria pela incumbência, saudando aquele ilustríssimo amigo, o discurso que se segue.

Retiro a peça das páginas do livro de minha autoria, Bernardo Cabral – Um paladino da democracia, e corroborando com isso o reconhecimento que ora se faz, em nova homenagem a esse valoroso caboclo.

Missão cumprida

“Não cometerei a imodéstia de afirmar, no início destas palavras, que elas poderiam ser ditas por pessoa mais indicada, dentro do conjunto enorme de amigos do deputado Bernardo Cabral. Se cabe da parte dos aqui presentes a permissão para o vitupério, eu diria ser neste instante, pelo imperativo da amizade, o homem certo no lugar certo.

Não que me sobrem apanágios de cultura que permitam o pronunciamento de uma peça capaz de emocionar os julgadores do Nobel de Literatura... Mas de uma coisa estou convicto e proclamo: ao falar nessa homenagem feita pelos amigos de Bernardo Cabral, assumo a empreitada com a plena certeza de que, na alta responsabilidade do encargo que as circunstâncias benfazejas da vida a mim concederam, vai um sentido de honesta sinceridade tão grande, que mesmo aqueles que não me conhecem mais de perto, sentirão que as minhas palavras são a expressão da verdade mais fraterna e não a simples manifestação de alguém apenas desejoso de se desincumbir de um encargo.

Alinho-me, como tantos amigos que se encontram neste recinto, entre aqueles que não apenas deram o seu voto isolado, como trabalharam duramente pela eleição de Bernardo Cabral à Câmara dos Deputados. O que esperávamos dele? Compensações posteriores pelo voto concedido, pedindo-lhe favores, empregos ou vantagens? Nem pensar. Eu tinha em mente, como estou certo de que os demais também tinham, em primeiro plano, o conhecimento da comprovada competência do nosso candidato, pelo repassar de tua vida pregressa desde os bancos escolares até a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, em plano posterior, mas nem por isso menos importante, a plena noção do que ele representara, de atuante e eficiente, como representante mais votado do Amazonas na Câmara Federal, até a cassação do seu bravo mandato, em 1968.

E o tempo apenas se encarregou de mostrar que aqueles que haviam sufragado o nome de Bernardo Cabral, aqueles que haviam depositado no relicário do seu caráter o voto de tua confiança e da certeza de que ele corresponderia à missão que lhe estava sendo confiada, haviam acertado plenamente e só tinham, antes

como agora, razões para se sentirem orgulhosos de tua opção.

A democracia é construída com escolhas assim. É certo que os sufragistas podem, às vezes, indicar para os postos eletivos pessoas desprovidas de qualquer sentimento que não seja o do mais frio, cruel e insensível egoísmo, pessoas que após eleitas passam a considerar o povo tão distante de si como os habitantes de galáxias distintas. Mas no momento em que se escolhe um homem com a retidão moral e com a formação humanística de um Bernardo Cabral, o instituto do voto secreto, livre e universal se redime de pleno direito perante as consciências e dá aos que defendem o regime da representatividade popular em parlamentos, as armas de que carecem para manter viva e desfraldada a bandeira alvinhenta e pura da democracia.

Saúdo, portanto, a ti, Bernardo Cabral, filho de Antonio Andorinha Cabral e Cecília Cabral, em nome da tua legião de amigos e companheiros de lutas; dos que estão presentes e dos que não puderam estar aqui; dos que vivem no Amazonas e dos que se espalham pelo país todo; dos que estão no Brasil e dos que residem no estrangeiro; dos que te admiram pelo que tu és, pelo o que tu representas como paradigma da dignidade política, pelo que tu significas

como exemplo a ser seguido, nesta hora triste de vacilações e temores, em que muitos homens públicos não se mostram a altura do desafio dos tempos difíceis em que vivemos; dos camaradas vivos e dos que partiram há muito; de todos, enfim, que te estimam e te respeitam.

Que Deus, o supremo artífice dos mundos, o grande arquiteto do universo, o ser magnífico que vela pela humanidade, derrame sobre a tua cabeça as bênçãos misericordiosas do seu amor e que tu tenhas pela frente muitos e muitos anos de vida, para poderes dar à terra amada da tua nascença, e ao Brasil, outras manifestações incomparáveis do teu talento, do teu amor brasílico, do teu caráter retilíneo, da tua capacidade de seres autêntico, tal como fizeste agora, exaltando o Amazonas e honrando a tua e a nossa condição de caboclos, como relator-artífice da Constituição brasileira de 1988.

Muito obrigado, Cabral. ”

Jornalista

Presidente da Academia Amazonense de Letras

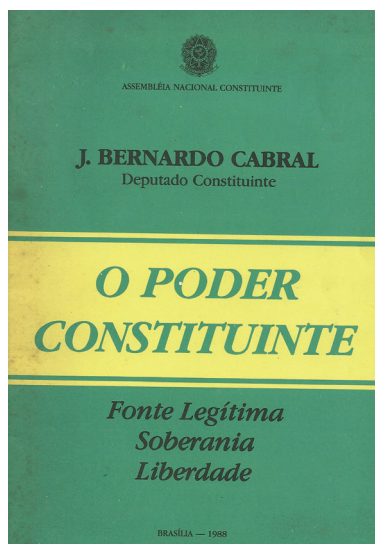
Fonte: Livro “Bernardo Cabral, paladino da democracia”. Discurso pronunciado por Arlindo Porto em 20/10/1988, por ocasião das homenagens que as classes empresariais do Amazonas prestavam a Bernardo Cabral.

PODER CONSTITUINTE: ORIGINÁRIO OU DERIVADO?

Mas a vida dos Constituintes não foi fácil, sobretudo a do relator da sistematização, sobre cujos ombros recaía a responsabilidade de compatibilizar e de dar coerência às propostas, muitas vezes contraditórias, que chegavam de todos os lugares. Sem falar, é claro, na interferência do presidente Sarney, mobilizando seus aliados, no Congresso ou fora dele, para defender seus pontos de vista.

Logo no início – e aventada a possibilidade de redução do mandato de Sarney, que era de seis anos, assim como a adoção do modelo parlamentarista de governo – a Assembleia Nacional Constituinte começou a receber ataques, destinados a minar sua credibilidade e, assim, reduzir sua margem de atuação. Muitos deles eram direcionados ao relator Bernardo Cabral. O consultor geral da República Saulo Ramos, lugar-tenente de José Sarney, foi um dos mais audazes e destemperados destes críticos, pródigo em criar falsas polêmicas e em manifestar-se de maneira inapropriada, eis que, integrante do Executivo, não deveria imiscuir-se nos trabalhos dos Constituintes, que tinham mandato direto do povo. Saulo, com frequência, excedia-se, chegando a ofender alguns membros do Parlamento.

Hélio Duque (PMDB-PR), indignado com Saulo Ramos, disse da tribuna: “Saulo Ramos afirmou, com ironia, que foi o primeiro dia de aula dos deputados do PMDB. Se ele reafirmar esses termos levianos, aí, sim, não terá condições de continuar a exercer a função de consultor geral da República.” No mesmo compasso, dissera o deputado Valter Pereira (PMDB-MS): “As duras críticas e as malévolas insinuações que o presidente Sarney e seus serviçais fazem à Constituinte, mostram que Ulysses tem razão. Se Saulo Ramos e outros herdeiros de Chico Campos estão se habilitando ao espólio do velho mestre, cabe aos homens lúcidos desta Constituinte impedir a abertura do inventário jurídico da ditadura.”¹



Saulo, para defender Sarney, que era presidencialista e queria cumprir o mandato de seis anos que herdara da Constituição da ditadura, levantou a tese de que o parlamentarismo não poderia ser introduzido no Brasil porque a “Assembleia Nacional Constituinte é derivada e que em 1963, através de plebiscito, o povo escolheu o presidencialismo.” Ele desenvolvia o seu raciocínio afirmando que a Constituinte era derivada porque oriunda do Poder Constituído pela antiga ordem, tanto “que sua convocação foi efetuada por emenda constitucional, que deu ao Congresso competência para reformar a Constituição mediante quorum baixo, isto é, a maioria absoluta dos votos dos Constituintes.” O processo, para Saulo, era de reforma, “ainda que total, mas de reforma, isto é, respeitando-se as cláusulas pétreas da atual e a separação de poderes.”

O relator Bernardo Cabral, então, tomou as dores da Constituinte e, ao invés de responder às diatribes de Saulo Ramos, escreveu uma obra brilhante, publicada e distribuída pelo Brasil afora, onde demonstrava, com profundidade jurídica e com inigualável segurança, que Saulo estava errado. Os Constituintes tinham de fato e de direito poderes originários. Pela importância deste documento para a reafirmação da Constituinte, remetemos o leitor ao texto disponível na internet, conforme indicação a seguir:

PDF

Leia on line ou baixe o pdf do livro “O Poder Constituinte”.



bit.ly/W2Vf7k

Saulo Ramos até hoje não respondeu a este trabalho produzido por Cabral. E a Constituinte, exercitando amplamente os seus poderes, deu ao Brasil a sua Carta mais democrática.

O entrosamento entre o relator e o presidente da Assembleia Nacional Constituinte fez que, naquela ebulição de desejos, reivindicações e contrastes, o resultado fosse uma das Cartas mais democráticas do mundo.

PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO. O MANDATO DO PRESIDENTE SARNEY

Uma outra questão atçou e condicionou os debates na Constituinte: a definição do sistema de governo, se parlamentarista ou presidencialista.

No seio das comissões, a maioria delas sob a liderança de Mário Covas, começou a desenhá-lo e ganhar força o parlamentarismo, sistema de governo através do qual a chefia de Estado é exercida pelo presidente ou pelo monarca, mas a chefia de governo, isto é, o Executivo, está a cargo do primeiro-ministro, que forma um gabinete com a maioria parlamentar. Já no presidencialismo puro, o presidente concentra em si os papéis de chefe de Estado e chefe de governo.

No Brasil já tivéramos duas experiências parlamentaristas. Uma no Império, que durou bastante tempo, e outra na República, no imbróglio que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros e aos movimentos nos quartéis destinados a evitar que o seu vice, João Goulart, assumisse o cargo. Jango estava em viagem à China. Três líderes militares, Odílio Denys (Exército), Gabriel Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha) comandaram a rejeição ao seu nome. Assumiu interinamente a presidência o deputado Raniere Mazilli. Após as idas e vindas deste episódio, inclusive com a reação favorável a Jango, capitaneada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, chegou-se a uma solução conciliatória. Jango seria presidente, mas teria de submeter-se ao parlamentarismo, o qual, em verdade, já era um prelúdio do golpe de 64.



O entrosamento entre o relator e o presidente da Assembleia Nacional Constituinte fez que, naquela ebulição de desejos, reivindicações e contrastes, o resultado fosse uma das Cartas mais democráticas do mundo.

| Depoimento de Paulo Bonavides |



“Congratulo-me com Vossa Magnificência por levar a cabo nesta data o ato solene em que se confere ao advogado, jurista e homem público Bernardo Cabral a láurea de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Homenagem esta deveras merecida ao cidadão que ligou seu nome à história constitucional do Brasil, por haver conduzido com bravura, idealismo, zelo e independência as árduas tarefas da Constituinte 1987-1988.

Com efeito, houve-se o homenageado com extrema fidelidade à causa da restauração de-

mocrática neste país por ocasião da difícil travessia do absolutismo ao Estado de Direito. Naquela transição ainda se adensavam, ameaçadoras, as nuvens da ditadura de vinte anos, que o colégio da soberania vinha sepultar, a fim de reinstaurar a legitimidade constitucional de que a Nação fora desapossada pelos governos da autocracia militar.

Bernardo Cabral foi, na delicadeza da crise, o braço forte de Ulysses Guimarães. Ambos espantavam os fantasmas da dissolução que rondavam o Congresso Constituinte. Preveniram, assim, a formação do clima suscetível de reproduzir a tragédia de 1823, quando o Imperador dissolveu aquela assembléia.

Em meio à instabilidade política de reconstrução do regime, a consciência republicana e cívica de Bernardo Cabral representa elemento de harmonia e confiança na feitura da primeira Carta normativa de princípios que é a Constituição de 1988.

Mando, portanto, a Vossa Magnificência e ao corpo docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro esta mensagem de Congratulações e aplausos por receberem em seu quadro de Doutores Honoríficos a notável figura do Relator da Constituinte e ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. ”

Fonte: Revista Justiça e Cidadania.

Nesse intervalo de tempo o Brasil teve três primeiros-ministros: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima, cujas atuações foram, até pelas circunstâncias de crise em que funcionaram, burocráticas e apagadas.

Jango, todavia, se rearticulou e começou a engendrar a realização de um plebiscito, que enfim se realizou, com o povo rejeitando o

parlamentarismo. Logo a seguir ele foi deposto. O resto da história todos sabem.

A tradição, por aqui, sempre foi o presidencialismo. A tendência inicial da Constituinte, no entanto, era parlamentarista.

Entre os presidencialistas avultavam os nomes do senador Humberto Lucena (PN-DB-PB), presidente do Senado, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), o deputado Mau-

rílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e o deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ). Lucena, inclusive, citava Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek para sustentar que o presidencialismo era o responsável pelos avanços econômicos e sociais do Brasil.

Já para os parlamentaristas, destacavam-se os senadores Mário Covas (PMDB-SP) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e os deputados Afonso Arinos e Bernardo Cabral. Arinos afirmava que o País não estava fazendo uma experiência inédita ao adotar o parlamentarismo, que era um sistema melhor do que o presidencial, que só dera certo nos EUA. Cabral, por sua vez, afirmava que toda a “Casa” sabia que ele era parlamentarista por convicção, por ser o sistema à prova de crises, contribuindo para a estabilidade política da nação. No parecer que deu à emenda presidencialista, disse Cabral: “Ainda há dias esta Casa aprovou, por uma maioria enorme, imensa, as medidas provisórias que só cabem no parlamentarismo. A emenda Humberto Lucena cria as chamadas medidas programáticas e, com isso, vamos ter um tricameralismo. Voto pela rejeição, Sr. Presidente.” Cabral dizia mais: “A emenda 26/85 foi o veículo da convocação, mas não o seu fundamento, que, em verdade, é o desejo da nação de romper com o Estado autoritário e fundar uma nova ordem jurídica no Brasil, autêntica, genuína manifestação da soberania popular.”

Cabral sustentava a sua “crença no Parlamentarismo”, o qual, “poderá evitar a excessiva concentração de poder nas mãos de um ou de um grupo restrito”, bem como “devolverá aos estados membros o peso específico que lhes deve caber, reduzindo a União ao que jamais deveria ter deixado de ser – elemento aglutinador e de coordenação das forças e aspirações nacionais. Somente o Parlamentarismo reforçará o papel da vontade popular, manifestada através de repetidas consultas eleitorais, na formação dos escalões que devem conduzir o desempenho da atividade pública.” Ainda hoje ele mantém sua confiança neste sistema

de governo e lamenta que a Constituinte tenha perdido a oportunidade de implantá-lo.

O parlamentarismo, que na prática transformaria o então presidente Sarney numa espécie de “rainha da Inglaterra”, fê-lo reagir com muita energia.

Sarney entrou em campo – ele que deveria ser um magistrado em todo este processo – e lutou com métodos pouco ortodoxos para que o presidencialismo fosse mantido e para que o seu mandato não fosse encurtado. A revista eletrônica *Intervozes*² diz que Sarney, junto como seu Ministro das Comunicações, o falecido senador Antonio Carlos Magalhães, teriam feito, com tal intento, um festival de distribuição de canais de rádio e TV:

“MOEDA DE TROCA. Com a instalação da Constituinte, a partir de 1987, Sarney e ACM encontraram nas concessões uma maneira de agradar seus aliados políticos e utilizaram-nas para troca de favores. Em três anos e meio – de 15/03/1985 a 5/10/1988 – Sarney distribuiu 1028 outorgas, sendo 25% delas no mês setembro de 1988, que antecedeu a promulgação da Constituição. O Diário Oficial da União do dia 29/09/88, seis dias antes de promulgada a Constituição, trouxe 59 outorgas em um só dia, todas assinadas na noite anterior.”

Com raras exceções, os beneficiários foram parlamentares, que direta ou indiretamente, por meio de familiares ou sócios, receberam outorgas em troca de suposto apoio político a projetos de Sarney, especialmente para a adesão ao projeto de presidencialismo e ao mandato de cinco anos para ele, lembrando que a Constituinte queria reduzir o mandato de seis anos, que fora de Figueiredo, para quatro anos. Curiosamente, segundo ainda revista *Intervozes*, dos 91 parlamentares agraciados com concessões, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo e 82 (90,1%), a favor do mandato de cinco anos para o então presidente.

Em 23/03/88, o Plenário da Constituinte, com um placar de 344 votos a favor e 222 contra, além de 3 abstenções, votou pela manu-



Reunião com Marco Maciel, que mais tarde seria vice-presidente da República, José Lourenço e Saulo Queiroz.

tenção do presidencialismo e pelo mandato de cinco anos para Sarney.

O resultado causou um senhor problema, pois a sistematização, colhendo as proposituras das comissões e das subcomissões, trabalhara tendo em vista uma Carta talhada para o perfil parlamentarista, quando, de repente, tudo teve de mudar.

A GUINADA DO CENTRÃO

O trabalho das subcomissões, das comissões e da Comissão de Sistematização se encaminhava para o final. Os primeiros projetos já eram apresentados. Sucede que eles não contemplavam uma parte significativa da Assembleia Nacional Constituinte, formada por expressões políticas de centro, de direito e de centro esquerda, as quais, de início, estiveram desarticuladas.

As esquerdas, diziam, sob o comando de Mário Covas, teriam dominado as comissões e, com o Regimento Interno, tornavam quase impossível a derrubada de qualquer dispositivo oriundo da Sistematização, pois o quorum, para tanto, era muito alto. Houve uma grande confusão e surgiu um grupo majoritário no âmbito da Constituinte, o qual tomou o nome de Centro Democrático, conhecido como “Centrão”, cujos membros conseguiram mudar o Regimento Interno, apresentar um pro-

jeto alternativo ao da Sistematização e levar todas as votações para Plenário, com quorum inverso para derrubada de dispositivos do novo projeto.

O papel de Bernardo Cabral, então, se tornou maior. Graças a sua habilidade política, conhecimento jurídico e todo o gigantesco trabalho desenvolvido na Sistematização, tornou-se ele o Relator Geral da Constituinte, atuando mais frequentemente no Plenário e tendo de proferir, oralmente e no ato, pareceres a respeito das mais espinhosas questões.



| Depoimento de José dos Santos Pereira Braga |



“ APÓSTOLO DAS ÁGUAS

O homem é a sua biografia.

Filho da floresta e das águas poderosas, há tempos Bernardo Cabral deixou de pertencer apenas à planície para pertencer ao país inteiro, consagrado no respeito e na admiração das ruas e da sociedade brasileira.

Jurista e político, homem da tribuna e das letras, um príncipe na cordialidade e um guerreiro na democracia, esse conterrâneo é uma espécie de luzeiro que um dia o Amazonas ce-deu ao Brasil para servi-lo e engrandecê-lo

Amizade que cultuo faz mais de meio século, desde quando o futuro era ainda para nós uma utopia e confabulavam nossos anseios e esperanças. Amizade que me fez acompanhar sua vitoriosa trajetória jamais detida, a despeito dos percalços e das lutas que teve de vencer.

Neste preito de justiça e homenagem ao cidadão, intelectual e homem público Bernar-

do Cabral, que a sensibilidade de Júlio Lopes houve por bem tributar, desejo realçar três aspectos de sua longa e exitosa caminhada, alicerçada nos mais nobres valores morais e de inteligência.

Na política e no governo o estadista, a consagração de sucessivos mandatos eletivos e dos mais altos cargos da República, alçado à culminância na relatoria da Constituição Cida-dã de 1988, monumento jurídico que consagra os legítimos anseios do povo brasileiro pela construção de uma sociedade justa e solidária.

Na advocacia uma liderança nacional, o di-reito e a ética na efetivação da justiça, valores e méritos que o levariam a ocupar o sólio pre-sidencial da Ordem dos Advogados do Brasil, celeiro de luzes, sentinela insubmissa da de-mocracia.

Na academia científica um cidadão do mun-do, reconhecido por sua estatura mental e de-dicação às mais relevantes questões políticas e jurídicas de seu tempo, como a que se debruça agora, estudioso da Amazônia e defensor dos nossos recursos hídricos, que interessam a toda a humanidade. Também nisso é tão dedicado, e fecundo, e sério, que parece deixou de ser uma voz nos desertos políticos para assumir a pregação de apóstolo das águas.

Saudemos sua presença, sua vocação, seus valores, seus fazeres, sua vida! ”

*Prof. Dr. José dos Santos Pereira Braga
Desembargador do Trabalho
membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas
e da Academia Amazonense de Letras*

A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

A Constituição de 1988 é uma obra de gigantes, não se tem dúvidas. 61.020 emendas parlamentares, 122 emendas populares (cada uma delas com cerca de um milhão de assinaturas), 18 meses de trabalhos ininterruptos com jornada diária de 17 horas e, depois de uma ditadura, o povo brasileiro pode, enfim, forjar um estatuto fundamental num ambiente de coragem, confiança, esperança e liberdade. Na época da promulgação, quando Ulysses Guimarães, tendo ao seu lado o relator Bernardo Cabral, ergueu aos céus a Constituição e disse que ela seria o início, o meio e o fim das mudanças estruturais por que passaria o Brasil, ele simplesmente profetizava.

A nossa Carta foi considerada pela maioria dos juristas espalhados pelo mundo com a mais avançada para o seu tempo, e ainda assim o é nos dias atuais. Vários são os motivos. A primeira e principal singularidade é que ela colocou o homem em preeminência. Logo no artigo 5º, na sua abertura, portanto, em 77 incisos e 104 dispositivos (números relacionados à data de sua promulgação), o ser humano tem assegurados os seus direitos e garantias fundamentais, ao contrário da Constituição de 1967 e da Emenda nº 1 de 1969, as quais davam prioridade à organização do Estado. Outra novidade foi o alargamento do espaço democrático, ou seja, o exercício dos direitos políticos deixou de ser apenas representativo, passando a ser também participativo, com a possibilidade atribuída ao povo de tomar a iniciativa de leis e poder de veto aos projetos parlamentares através do referendo, adicionando-se a isto a figura do plebiscito. Daí porque Constituição Cidadã, nome que lhe após Ulysses.

A família, a criança e o idoso passaram a contar com a proteção especial do Estado. Os direitos do trabalhador ganharam maior projeção e respeito. A censura teve fim e a liberdade de expressão do pensamento, de informação e de comunicação ganharam status de direitos preferenciais na ordem democrática



Parlamentares de esquerda vão de surpresa para se reunir com Cabral.



Com Ulysses, em outra rodada de intermináveis reuniões.

brasileira. Os índios tiveram garantidos a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, assim como o direito de terem suas terras demarcadas. A Constituição reforçou a Federação, alocou recursos para as unidades regionais (estados) e locais (municípios), arbitrando, ainda, competência tributária e dando-lhes independência financeira, com o intuito de evitar as antigas caravanas de governadores e prefeitos – nos tempos da ditadura – que iam a Brasília mendigar, de pires nas mãos, recursos para suas mínimas necessidades. Pode-se citar, dentre outros inúmeros exemplos, a seguridade social moderna, com a integração das ações pertinentes à saúde, à previdência e à assistência social. O que dizer, então, dos direitos do consumidor, que a partir deste momento passaram a ser respeitados, do capítulo sobre meio ambiente, louvado em verso e prosa como um dos mais completos do planeta? A Constituição criou o Superior



Cabral, Afonso Arinos, Ulysses Guimarães, Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene de entrega do relatório da Comissão de Sistematização a Constituinte.



No Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, com Afonso Arinos, dentre outros.



Ao lado dos senadores Benedita da Silva e Áureo Melo, respectivamente do Rio de Janeiro e do Amazonas.



Bernardo Cabral teve que dar centenas de pareceres orais às emendas e destaques dos Constituintes. Aqui ele o faz no Plenário.

Tribunal de Justiça (STJ), considerado hoje o Tribunal da Cidadania, fortaleceu e ampliou os poderes do Ministério Público, cuja atuação nos últimos anos tem sido fundamental no combate à corrupção. Reconheceu a figura dos danos morais, hoje tão em voga nas lides do Judiciário. E, com o dedo especial do relator, disse que “o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Como disse o Ulysses Guimarães em seu discurso, na promulgação da Carta, ele teria “cheiro de amanhã e não de mofo.”

De uma Constituição assim só podemos nos orgulhar. Ela é motivo de orgulho, não de arrependimento. A história, o tempo, realmente comandam e determinam quem tem razão. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral sofreram pressões, foram detratados também. Hoje todos sabem e reconhecem que a Constituição do Brasil é um monumento à dignidade do ser humano, que foi a sua primeira e principal preocupação.

O nosso País, desde a promulgação da nova Carta, enfrentou e venceu a inflação, superou o impeachment de um presidente, realizou eleições livres, - já são seis presidentes civis, cinco dos quais eleitos diretamente pelo povo. E já se vão 25 anos de estabilidade política. Digam

o que quiserem os inimigos da Constituição, mas não há dúvida de que ela se provou um instrumento de grande eficiência, certamente a maior da República, para o encontro da nação com seus verdadeiros e caros direitos.

Somos gratos, enquanto povo livre, assim, a todos os constituintes, que, neste livro, são homenageados na figura-síntese, na personalidade-ponte, no homem cuja história de vida se cruza e se confunde com os grandes, trágicos, vitoriosos e épicos acontecimentos da história do Brasil nos últimos 50 anos: José Bernardo Cabral. O jovem deputado amazonense que foi cassado pelo AI 5, que cumpriu dez anos de ostracismo (ele não foi alcançado pela anistia), que chegou à presidência da OAB nacional e, de lá, começou a trabalhar incessantemente e com muita habilidade, pela volta do País a democracia, que se elegeu deputado Constituinte e se tornou, eleito pelos seus iguais, o homem a quem caberia, num primeiro momento sistematizar as contribuições dos parlamentares, e, logo após, transformar-se não apenas no relator geral da Carta, mas também no relator de sua redação final, uma missão própria dos grandes heróis da pátria.

| Depoimento de **Leila Maria Bittencourt** |



“ A Constituição de 1988 rompeu com a tradição de pacto entre elites. O seu texto revolucionou o arcabouço da ordem constitucional ao aprimorar institutos e criar outros.

Todas as constituições anteriores decorrem de anteprojeto redigido por uma comissão de reduzido grupo, ao contrário do texto de 1988, que recebeu contribuições dos diversos segmentos da sociedade em trabalho hercúleo de

seu relator, Bernardo Cabral, e demais constituintes que não ficaram presos aos limites de um grupo. (...).

Homenagem especial a José Bernardo Cabral, relator da Constituinte de 1987-1988, por sua coragem ao enfrentar a ditadura, que lhe impôs punições, dentre elas, a cassação parlamentar, suspensão dos direitos políticos por dez anos, interrupção das carreiras de professor universitário e procurador do Estado, por seu trabalho na transformação ideológica do país para a democracia, foi incansável na relatoria da Constituinte e pedra angular que registrou na História do Brasil sua marca indelével na arquitetura dos objetivos nacionais expressos em construir uma sociedade justa, livre e solidária.”

Professora de Direito Constitucional, membro do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e autora do livro “Teoria da Constituição e Controle da Constitucionalidade”.

Fonte: Revista Justiça e Cidadania.

| Depoimento de **Aécio Neves** |



“ O título de Doutor Honoris Causa, que me- recidamente lhe concede a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, é justo tribu- to à marcante trajetória de V. Ex^a que, por meio do competente exercício de nobre e elevadas funções, contribui brilhantemente para a construção do Estado Democrático de Direito.”

Senador, ex-governador de Minas Gerais

Fonte: Revista Justiça e Cidadania.



A nova Carta nas mãos de um de seus mais fiéis sacerdotes.



Reunião com Ulysses.

UM QUARTO DE SÉCULO

J. Bernardo Cabral

Como é do conhecimento de todos, um longo e amadurecido processo de meditação sobre os mais lídimos anseios nacionais, encontrou há 25 anos seu engalanado coroaamento. Àquela altura, após mais de ano e meio de estudos e discussões, veio à lume a Constituição democrática, há tanto tempo reclamada e esperada.

Vale lembrar que a sua promulgação só ocorreu depois de muitos sofrimentos e tensões, pondo fim a uma longa noite que se havia abatido, decorridos vinte anos, sobre a história brasileira. A partir daí, passamos a respirar o ar saudável e vivificante das liberdades públicas e civis, enfim restauradas, já que a longa era de autoritarismo e a prolongada fase de transição, que lhe sucedeu, receberam, então, o selo que as qualifica como etapas históricas superadas, para a formação de nossa cidadania.

Em função de especulações desairosas, que ora surgem aqui e acolá, se torna imperioso lembrar o contexto em que foi construída a nossa Lei Maior, nos idos de 1987 e 1988. Assim, o primeiro ponto a destacar diz respeito ao perfil do órgão ao qual foi atribuída a feitura do Pacto fundamental. Diversamente do que

antes ocorrera, e até em contrariedade ao que desejado por alguns, deliberou-se por partir do nada, para a elaboração de uma Lei Maior. Preferiu-se, à solida estaca de um Anteprojeto - formulado por um jurista ou uma comissão deles - a abertura da senda constituinte a partir do próprio povo, seus anseios, suas idéias, suas necessidades, suas convicções.

Algumas centenas de brasileiros receberam mandato, neste embutida a representatividade constituinte. E como essa legitimação era hau-rida e conferida sem limitações, que não as do próprio ato convocatório, decidiu-se pelo mais difícil e mais autêntico: estruturar aos poucos, tijolo sobre tijolo, piso sobre piso, o grande edifício da Constituição. Abriu-se mão da comodidade do premoldado e das estruturas prefabricadas, em nome da realização da edificação mais conforme à realidade do Brasil e dos brasileiros.

Uma vez mais estava o Brasil mobilizado para a tarefa de elaborar uma nova Carta Magna. Tratava-se de reordenar democraticamente o país após a ruptura da ordem constitucional, e a importância, para a sociedade brasileira, de uma Constituição democraticamente votada era evidente para todos. Sem ela os valores fundamentais em que se deve basear a sociedade estão permanentemente ameaçados. Uma

Constituição deve espelhar o estado atual das relações sociais, mas, ao mesmo tempo, deve servir de instrumento para o progresso social.

Para tanto, elegeu-se um método a ser utilizado pelo Congresso Constituinte que privilegiou a espontaneidade das contribuições ao invés de adotar um texto inicial, como disse antes, a partir do qual trabalharíamos. Era essa metodologia extremamente controversa, devido às suas características democráticas. Realizou-se amplo levantamento das aspirações nacionais, expressas pelos constituintes e também pelo próprio povo através das emendas populares. Nesse estágio, o objetivo era termos um documento que refletisse a consciência da maioria do povo.

Foi montada uma estrutura composta de subcomissões e comissões temáticas, que dariam uma visão da realidade brasileira que se mostrou específica e necessariamente parcial. Como resultado, temos hoje um documento no qual as diversas partes refletem diferentes posicionamentos ideológicos e, portanto, de difícil articulação numa proposta unificada. Tratou-se porém, apesar das críticas suscitadas, de um trabalho extremamente profícuo, que permitiu que soubéssemos aquilo que setores majoritariamente da sociedade tinham a propor.

Nesses palcos setoriais transcorreu a primeira etapa do grande esforço: justapondo idéias, amalgamando propostas, formulando textos, as subcomissões foram construindo a parte que lhes cabia, da engenharia constituinte. Seus trabalhos não eram um “diktat” setorial: pelo contrário, eles eram submetidos a intensas discussões entre os constituintes, dissecados em assembleias públicas (com enorme participação popular, diga-se) estudados em cuidadosos pareceres e, afinal, votados, em sessões de grande atividade e mesmo, por vezes, eletrizantes.

Aliás, essa era uma tônica do Congresso, naqueles dias, como até a mídia repetidamente assinalou: os corredores estavam repletos de populares, cidadãos, que circulavam de um gabinete ao outro, de uma comissão a outra, abordando constituintes, convocando-os a

ouvirem suas idéias e aspirações, numa sadia prática lobista, bem diversa das que por vezes se registram nesta República. Aliás, essa era a marca daqueles dias: vivia-se uma República, um momento em que a atividade política era res publica, coisa de todos, de todos nós brasileiros. É oportuno, mesmo, evidenciar que a participação da cidadania, aqui lembrada, foi um poderoso vetor de atuação popular, aplacando iras e ressentimentos, transformando-os em energia positiva, construtiva, participativa. E, como tal, a participação em causa foi um valioso instrumento de concretização da transição democrática, delicada etapa de nossa História, ainda inconclusa.

Em 07 de abril foram constituídas as Comissões e Subcomissões encarregadas de estudar os assuntos de interesse nacional e das matérias que constariam da futura Constituição. Foram criadas Comissões Temáticas: da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; da Organização do Estado; da Organização dos Poderes e Sistema de Governo; da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições; do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; da Ordem Econômica; da Ordem Social; da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Cada uma delas foi dividida em Subcomissões num total de 24.

A partir de 12 e 13 de abril as Subcomissões deram início às suas reuniões e começaram a receber sugestões de entidades de classe, de associações comunitárias e sindicatos, além das sugestões dos próprios parlamentares, seus membros ou não.

Cerca de 10.000 sugestões foram apresentadas sendo 6.000 de parlamentares e mais de 3.000 de entidades. Após essa primeira fase de estudos nas Subcomissões, foi elaborado texto de Anteprojeto que foi submetido aos membros da mesma, recebendo cerca de 1.500 novas emendas.

Após o dia 15 de maio, numa segunda fase, foi preparado o texto final de cada subcomissão

e encaminhado para a respectiva Comissão Temática.

De 22 até 25 de maio esses anteprojetos foram remetidos às Comissões que então começaram a receber emendas (aproximadamente 5.000) não só dos parlamentares, como das entidades associativas. O trabalho dos parlamentares, nas duas fases - de Subcomissão e de Comissão - foi incessante. A partir daí todo esse esforço foi enviado à Comissão de Sistematização, que apresentou, no dia 26 de junho, a primeira versão do texto compatibilizado. Finalmente, em 11 de julho a Comissão aprovou o Projeto de Constituição.

Nesse instante surgia indagação de insuperável relevo, cuja origem é de fácil equacionamento: algumas centenas de constituintes, refletindo não só os vínculos da representação, mas também suas convicções pessoais, não poderiam produzir oito projetos que, pela simples adição de um a outro, formassem uma Constituição.

Era imprescindível, agora, “costurar” os textos setoriais, dar-lhes unidade, coerência e interação.

Ademais disso, na junção dos Projetos parciais poderiam ser detectadas soluções conflitantes ou até mesmo lacunas. Para o enfrentamento de todos esses problemas havia a Comissão de Sistematização. E nela me coube, por eleição bastante disputada, a Relatoria, ou seja, o encargo de relatar o Projeto da Constituição, executando todas as medidas de técnica legislativa e fundamentação jurídica para a apresentação à Assembléia Constituinte do Projeto acabado, apto a ser votado, emendado e aprovado. Mas tal era apenas o começo.

Ao Relator também caberia, por injunção regimental, dar parecer às emendas formuladas, apresentando novo texto de Projeto, com incorporação das que aprovadas. Relembre-se que, nas sucessivas etapas de votação, foram produzidas mais de 40.000 (quarenta mil) emendas, afora mais de uma centena de emendas populares, todas exigindo e recebendo estudo e parecer! E nem é só: com frequência, como fruto das votações, produziu-se o que se decidiu de-

nominar “buracos negros”, pontos que, da rejeição seja do Projeto, seja das emendas, restavam não disciplinados.

Sempre que assim se dava, competia ao Relator, através de delicadas e demoradas negociações e entendimentos políticos, descobrir e viabilizar uma solução.

Enfatiza-se, mesmo, o ponto: todo o labor de relatar uma Constituição é, a um só tempo, técnico e político. E no ângulo político, o trabalho significa a todos ouvir, contatar autoridades de todos os Poderes de Estado, de todos níveis da federação, atender ao empresariado e aos operários, às entidades e aos indivíduos e, até mesmo, aos que, embora não sendo brasileiros, por nosso país têm afeição.

O trabalho do relator se dividiu assim em duas fases distintas. A primeira, foi a de organizar as propostas das Comissões Temáticas, eliminando, na medida do possível, as contradições lógicas, mas não discutindo seu mérito, nem procedendo a mudanças no sentido do documento. Como resultado, elaborei meu parecer propondo um Projeto de Constituição, cujas partes foram resultados de visões de mundo distintas, de relatores que esposavam filosofias políticas opostas. Em consequência disso o documento padeceu de graves inconsistências.

Na segunda fase, a apresentação de um substitutivo pelo relator foi crucial, para que tivéssemos uma constituição adequada às necessidades do País, e em torno da qual fosse possível formar um apoio que garantisse sua aprovação. Sabíamos que, em alguns pontos, seria inviável a obtenção de um consenso. Tivemos, todavia, confiança de que seria possível um acordo em torno dos interesses nacionais, na maior parte dos artigos. Dispunha-mos de lideranças capazes que nos permitiram articular o necessário consenso para que esse trabalho fosse recompensado.

Desejávamos uma Constituição fruto deste consenso, sintética, moderna e adaptada ao nosso país, uma organização do estado que refletisse o grau de organização atingido pela sociedade brasileira nos últimos anos. Como Pre-

sidente da Ordem dos Advogados do Brasil teve o privilégio de participar desse esforço, quando associações, sindicatos e entidades se desenvolveram de forma ímpar.

Sumariamente, esse foi o trabalho. Cabe, por isso, ressaltar:

- *A Assembléia Nacional Constituinte teve a sua instalação no dia 1º de fevereiro de 1987.*
- *A elaboração do Regimento interno no dia 24/03/87.*
- *O funcionamento das 24 Subcomissões de 07/04/87 a 25/05/87.*
- *O funcionamento das 08 Comissões Temáticas de 26/05/87 a 15/06/87.*

xx-xx-xxx-xx

- *De 17/06/87 a 18/11/87, o funcionamento da Comissão de Sistematização e do Plenário, para discussão e apresentação de emendas. Realizadas 123 reuniões da Comissão. Produzidos (5) textos para discussão, emendas e votação na Comissão. Apresentadas 35.111 emendas, das quais 122 populares.*

xx-xx-xxx-xx

- *Em 27/01/88, votação do Projeto em 1º Turno. Apresentadas mais 2.045 emendas (reforma regimental de iniciativa do auto-denominado grupo político “Centrão”).*
- *Realizada 119 sessões e 732 votações.*
- *Tempo de trabalho: 476 horas e 32 minutos.*

xx-xx-xxx-xx

- *De 1º/07/88 a 02/09/88, votação do Projeto em 2º Turno.*
- *Apresentadas: 1.834 emendas.*
- *Realizadas: 38 sessões.*
- *Tempo de trabalho: 142 horas e 10 minutos*

- *De 13/09/88 a 22/09/88, votação da redação final.*
- *Apresentadas: 833 emendas, com o objetivo de corrigir o texto, sanar omissões, falhas ou contradições. Realizadas todas as oito (8) sessões previstas. Tempo de trabalho: 27 horas e 41 minutos.*
- *05/10/88: sessão solene para a promulgação da Nova Constituição.*
- *RESUMO FINAL: ao todo foram realizadas 330 sessões plenárias em 309 dias. As Comissões Temáticas e Subcomissões trabalharam 1.109 horas. A Comissão de Sistematização: 263 horas. O Plenário: 1.304 horas e 16 minutos.*
- *Total de Emendas: 62.160 - examinadas nas Comissões e Subcomissões: 21.337.*
- *Por mim, pessoalmente, uma a uma: 40.823 emendas.*

Aquele que leia, sem paixão e preconceito, o texto da Constituição de 1988 poderá, descontados os naturais problemas de qualquer obra do homem, asseverar que se trata, sem dúvida, de diploma exemplar, profundamente renovador, à altura dos melhores que o constitucionalismo tem produzido, aí incluídas as justamente decantadas Constituições de Espanha e Portugal. Façamos breve ponderação e esse respeito.

O primeiro dado a destacar é de topografia, mas igualmente de conteúdo: o texto se instaura com a indicação dos princípios fundamentais, direitos individuais, garantias fundamentais e direitos sociais. Em vez de clássica exposição vestibular da estrutura do Estado e de seus Poderes, deu-se prevalência ao cidadão e ao trabalho: no dado geográfico, uma eleição ideológica. Esta, verdadeiramente, é uma Constituição cidadã. E o exame sumário de seus Títulos reforça tal convicção. Vejamos alguns reflexos e conseqüências do texto constitucional:

AVANÇOS:

1. *a expressa consagração do respeito aos direitos humanos como princípio fundamental;*

2. ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

3. é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternada em lista de merecimento.

4. a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

5. o alargamento das garantias fundamentais, com ênfase para o "habeas data", o mandado de injunção, a garantia do devido processo legal, o mandato de segurança coletivo, a imprescritibilidade de certos delitos gravíssimos, etc...);

6. consagração constitucional dos direitos fundamentais do trabalhador, com particular referência ao fortalecimento do sindicato e à ampliação do direito de greve;

7. a maior dimensão do sufrágio universal e do direito de votar e de ser votado;

8. a redefinição das competências normativas, conferindo aos Estados e ao Distrito Federal poderes jamais antes concedidos;

9. a atribuição ao Município de efetivos instrumentos de autonomia;

10. o fortalecimento e aumento de atribuições do Legislativo, que é a casa do povo, deslocando o Executivo da posição majestática, antes detida;

11. os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais conferidas às Comissões Parlamentares de Inquérito;

12. a reformulação da partilha tributária, de sorte a viabilizar a federação;

13. o estabelecimento, pioneiro no patamar da Constituição, de uma clara e ordenada política urbana;

14. o regramento, voltado para os interesses da sociedade, do sistema financeiro nacional;

15. a elaboração, por vez primeira, de uma estrutura integral da seguridade social;

16. a total reformulação da disciplina fundamental da educação e da cultura, assentando a amplitude de seus fins e a generalização de seus beneficiários, priorizando o sistema públi-

co como destinatário dos recursos arrecadados da população;

17. os capítulos absolutamente inovadores e exemplares da comunicação social, ciência e tecnologia, desportos; o do meio ambiente, primeira consagração mundial do tema em sede constitucional, com a dignidade de direito público subjetivo, de natureza difusa;

18. o combate sem trégua à corrupção, através do fortalecimento do Ministério Público;

19. a preocupação específica com o idoso, a criança, o adolescente e o índio, todos enfim justamente considerados como titulares de atenção especial;

20. a revalorização da família, com o reconhecimento de seu novo perfil e a abolição das discriminações entre os filhos;

21. o fim da censura;

RETROCESSOS

Os retrocessos são menores, a meu juízo, do que os avanços, conforme se verá adiante.

1 – a derrubada pelo Plenário do sistema parlamentarista de Governo, aprovado na Comissão de Sistematização.

2 – o texto do instituto da desapropriação para fins de reforma agrária, que ficou aquém do Estatuto da terra, do Governo Militar.

3 – o sistema financeiro nacional, com a aprovação dos incisos I, II, III e suas alíneas; IV, V, VI, VII, VIII e seus parágrafos, do art. 192.

4 – a forma pela qual foi feita a repartição das receitas tributárias.

5 – atribuir competência aos Estados e Distrito Federal para instituir impostos sobre as operações relativas à circulação de mercadorias.

6 – a dubiedade na participação das entidades federativas no resultado da exploração de petróleo ou gás natural.

7 – a aplicação dos impostos de certas operações interestaduais caberem ao Estado de origem.

8 – a não instituição de mecanismos de financiamento para Programas de Ciência e Tecnologia e de Fomento à Pesquisa em Saúde.

9 – determinados artigos que não deveriam figurar no texto constitucional e sim em legislação infra-constitucional.

REFLEXOS E CRÍTICAS

Não é de hoje que se atribui à Constituição de 1988 ter ela tornado o país ingovernável. E, de forma mais ácida, que “o único artigo irrecusável da Constituição era o que previa, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a revisão em cinco anos”.

Por oportuno, merece o problema da revisão alguns comentários. Ele surgiu de uma emenda de autoria do deputado Joaquim Beviláqua, com a justificativa de que - imitando, em parte, a Constituição Portuguesa - logo após a promulgação da Constituição, no ano seguinte, teríamos a eleição para Presidente da República, o que aconteceu. Restariam, ainda, três anos para concluir a legislação ordinária e complementar, isto é, quando se efetivasse a revisão as arestas, os senões, as imperfeições, o detalhismo, enfim, qualquer excesso, estariam todos corrigidos e ultrapassados. Infelizmente, as legislações ordinária e complementar não foram realizadas e a revisão não logrou êxito. Como se vê, os Constituintes de 88 tinham a mais absoluta razão de incluir esses cinco anos de decurso de prazo para a revisão.

Quanto à ingovernabilidade é um argumento que não se põe de pé, por algumas razões inarredáveis. A primeira delas é que o Presidente da República à época da promulgação da Constituição era o hoje Senador José Sarney, que concluiu o seu mandato até 15 de março de 1990, data em que assumiu o novo Presidente eleito, Fernando Collor. Este, afastado pelo “impeachment” teve o restante do seu mandato cumprido pelo Vice, Itamar Franco. A seguir, os oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso e mais oito do Presidente Lula, e, agora, no quase segundo da Presidente Dilma Rousseff.

Ora, se o país fosse ingovernável - só para citar o período Collor - o Vice não teria assumido, como aconteceu com o Vice Pedro Aleixo. Vale dizer: - deve-se à Constituição de 88 a vivência de um período democrático, sem paralelos, no Brasil.

Destarte, debitar-se à Constituição todos os equívocos - como se faz na atualidade - é esquecer o instante histórico em que ela foi elaborada, quando participaram da sua feitura políticos cassados, guerrilheiros, banidos, revanchistas, etc., que, sem dúvida, contribuíram para o detalhismo condenável, como se vê nas relações de trabalho e o papel do Estado na economia. Sem contar, à época, com a chamada dicotomia entre os regimes capitalista e comunista.

Por outro lado - e essa é a validade que se tenta esconder - apesar de ser o Brasil uma Federação, as principais decisões sempre foram tomadas pelo Governo Central. Com a Constituição de 88, a Federação ficou restabelecida, inclusive com a possibilidade de o Estado membro legislar concorrentemente sobre um série de matérias e, o que é digno de destaque, dispor de recursos para por em prática sua administração.

Foi com a Constituição de 88 que se deu ênfase a descentralização administrativa, comprovando que o melhor governo é o que governa mais perto do cidadão, o qual poderá reclamar os seus direitos diretamente à Prefeitura ou ao Governo do Estado com a facilidade de que jamais dispôs em Brasília.

Assim é que houve a elevação do percentual de arrecadação dos dois mais produtivos impostos federais: o imposto de renda e o imposto sobre produtos industrializados, destinados a integrar o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

Para se ter uma idéia do progresso obtido com o aumento desses fundos, basta lembrar que até 1975 somente eram carreados para tais Fundos apenas 10% dos referidos impostos. Eis aí o fortalecimento do Municipalismo ... o da Democracia. Ora, o fundo Especial até a Cons-

tuição de 88 era de 2% (os IR e IPI). Com a nova Constituição foi aumentado para 3%, com destino específico para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (art. 159, I, c).

É imperioso registrar que a perda do Poder Central foi POLÍTICO e não ORÇAMEN-TÁRIO, uma vez que o texto constitucional determinou que a destinação das verbas orçamentárias a que tinham direito os estados a eles fossem repassados diretamente, sem intermediário. Antigamente - e esse ambiente está voltando - os Prefeitos e Governadores vinham ao Poder Central, como se costuma dizer, com "o pires na mão", ou quando convocados pelo Presidente da República aos quais impunha que orientassem as suas bancadas no sentido de dar apoio ao que desejava o Poder Central.

Repito: - o ambiente está voltando porque os governos anteriores carregaram nos impostos indiretos e cumulativos como o COFINS, o PIS, a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a extinta CPMF e não fez o mesmo com os impostos diretos sobre a renda. Isto é: não há repasse para os Estados e Municípios.

MINICONSTITUINTE OU NOVO PACTO CONSTITUINTE

Já há numerosas declarações sobre a convocação de uma Constituinte restrita ou Mini-Constituinte, às quais - com o respeito que os seus defensores merecem - é necessário, senão indispensável, fazer algumas oposições.

Qual a semelhança entre o Brasil de hoje e o de 1964?

Vamos retroagir um pouco no tempo.

No primeiro semestre de 1964, sob os impulsos de um movimento popular, fruto ou não de equívoco, as Forças Armadas, com o apoio, manipulado ou não, de significativa parcela da classe política (parlamentares, governadores e prefeitos), destituíram o Presidente da República e operaram lesões na ordem político-institucional vigente, através dos chamados atos institucionais.

Após um período de convivência da Constituição de 1946 com os atos institucionais, o Congresso Nacional foi chamado a institucionalizar o quadro jurídico resultante, através da elaboração da nova Constituição, que foi promulgada a 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor a 15 de março do mesmo ano.

Durou pouco e, no curto espaço de tempo de sua vigência, ouviram-se as primeiras vozes em favor da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, idéia que, informalmente, foi defendida, desde abril de 1964, pelo saudoso Senador pela Bahia, Aluísio de Carvalho Filho. A idéia não prosperou, uma vez que a 13 de dezembro de 1968 o estamento militar impôs ao Presidente da República a edição de ato institucional de nº 5, que promoveu a completa ruptura político-institucional.

Eis aí o motivo forte de então para a convocação da Assembléia Nacional Constituinte: a completa ruptura político-institucional. E dela decorreram todas as ações políticas que tiveram curso no País.

Como pois, no momento atual - apesar dos problemas econômicos - quem pode negar a existência de um tempo excepcional de liberdade e da plenitude do Estado de Direito?

É o que me leva a adotar opinião contrária ao chamado novo pacto constituinte.

Ademais, a doutrina consiste em ver a Constituição como lei fundamental, onde se resguardam, acima e à margem das lutas de grupos e tendências, alguns poucos princípios básicos, que uma vez incorporados ao seu texto tornam-se indiscutíveis e insuscetíveis de novo acordo e nova decisão. Como não é todos os dias que uma comunidade política adota um novo sistema constitucional ou assume um novo destino, cumpre extrair da Constituição tudo o que permite a sua virtualidade, ao invés de, a todo instante, modificar-lhe o texto, a reboque de interesses meramente circunstanciais.

CONCLUSÃO

Tendo procurado traçar - ainda que com cores esmaecidas - o retrato dos trabalhos constituintes e de seus resultados, bons ou ruins, devo, agora, à guisa de consideração final, registrar que a memória da História presente não permite a quem quer que seja - nem ao mais competente nem ao mais arguto - agredir a verdade, como tentar induzir que esta Constituição de 1988 foi um presente do Governo ou dos Constituintes.

Não e não!

Ela foi conquistada pelo povo que, com bravura, resistindo ou lutando contra o autoritarismo, tornou inevitável o advento da nova e renovadora ordem constitucional.

Termino, por essa razão, com as palavras proféticas do sempre lembrado Ulysses Guimarães, proferidas no discurso intitulado “A Constituição Cidadã”, de 27 de julho de 1988:

“Esta Constituição terá cheiro de amanhã e não de mofo.”



O Jornal da Constituinte, edição de 05/10/1988, assim resumiu aqueles dias:

“O trabalho da Assembleia Nacional Constituinte desdobrou-se em várias fases – Subcomissões, Comissões Temáticas e Comissão de Sistematização – e tudo desembocou em votações no Plenário, que se repetiam por horas e horas, dias e dias. Nos intervalos que seriam para o descanso, muitos constituintes, sobretudo os líderes partidários e os que possuíam representatividade de setores importantes, examinavam e discutiam emendas e dispositivos (por vezes às primeiras horas da manhã, outras vezes até a madrugada) em longas negociações em busca do consenso para a hora do voto.

Trabalho de destaque realizaram o relator e os relatores adjuntos. Meses a fio eles trabalharam intensamente, apreciando milhares de emendas, comparando textos, dando pareceres, para garantir aos constituintes, sempre a tempo, os projetos de Carta.

Em todas as sessões de votação, desde o anúncio até o fim, sem interrupções, o presidente Ulysses Guimarães dirigiu os trabalhos, com a colaboração dos demais membros da mesa da Assembleia Nacional Constituinte.”

Jornal da Constituinte

Orgão oficial de divulgação da Assembleia Nacional Constituinte

ENCARTE ESPECIAL — Brasília, junho de 1987

EIS A SUA CARTA!

Guilherme Regal/ICBP



Este é o anteprojeto da nova Constituição da República Federativa do Brasil, que ainda pode e deve ser aperfeiçoada. Vamos estudar e debater o texto da nossa nova Carta Magna, que acaba de ser entregue à nação e aos constituintes para amplo debate. Este anteprojeto, elaborado pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, com base nas propostas dos 559 cons-

tituintes, que atuaram em 24 subcomissões e oito comissões temáticas, deverá sofrer alterações a fim de dotar o país de uma Constituição moderna, progressista e eficaz. Todos devem participar dessa tarefa, ajudando seu constituinte a decidir melhor por este ou aquele dispositivo constitucional. O anteprojeto apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral, e entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães (foto), conta com 501 artigos. A preocupação agora, antes de remeter o texto ao soberano plenário da Constituinte, é enriquecer a redação de nossa Lei Maior. Vamos contribuir. Vamos participar. A Constituição é de todos.

| Depoimento de **Beth Azize** - Deputada constituinte |



“Creio que para o Amazonas o maior feito de Bernardo Cabral na Constituinte foi o problema da Zona Franca. O PT apresentou um projeto para eliminar do Texto Constitucional a garantia da Zona Franca. E aí eu procurei o Lula, que nunca assomou à tribuna uma só vez, para conversar. Ele queria me conquistar para o PT, porque eu estava só no ninho do PSB, que só elegeu a mim como constituinte. Lula aceitou conversar comigo e com o Bernardo na minha casa, na quadra dos apartamentos da Câmara, 302, Norte. Junto com ele estavam dois sindicalistas de Manaus totalmente inexpressivos. O Lula quando entrou foi logo perguntando se tinha uísque na minha casa e eu tive que abrir mão de um litro do melhor, de 21 anos. Depois de muito uísque, ele se levantou para ir ao banheiro e quebrou meu vaso chinês da dinastia Ming, uma raridade que eu tinha há muito tempo e levei para Brasília para fazer bossa. Eu fiquei p. da vida e ele me disse na minha cara: “Betinha, não te incomoda que eu vou ser presidente e vou te dar de presente vários vasos iguais a este que eu quebrei. Depois da desgraça ele amoleceu e concordou que eu apresentasse uma emenda supressiva, que o Bernardo também assinou, para retirar a do PT. E assim a Zona Franca de Manaus ficou constando do capítulo das Disposições Transitórias. O PMDB, partido absoluto a época queria o Nelson Jobim e deu Bernardo relator para honra do Amazonas. O Jornal Nacional, que me dava muito espaço, pela amizade que tenho com o Alexandre Garcia, que também gostava do Bernardo e sempre divulgava os trabalhos da Constituinte. Também é preciso lembrar que o Dr. Ulysses conseguiu na marra um espaço em rede de TV, chamado Jornal da Constituinte e foi aí que me destaquei e o Bernardo foi a grande estrela desse espaço.”

VÍDEO

Encerramento dos trabalhos da Constituinte.



<http://youtu.be/jpb3TsoyX5Q>

**VÍDEO**

Ouçá o discurso de Ulysses Guimarães na sessão solene de promulgação da Constituição de 1988, disponível no YouTube, usando o recurso do aplicativo Qrcode. (Trabalho dos alunos da PUC -RJ, em comemoração à Semana da Constituição de 1988 – 20 anos de Constituição).



http://youtu.be/3_oioFDy_1M



CAPÍTULO VII

No Senado



Cerimônia no Palácio do Planalto, já no governo Lula, Bernardo Cabral recebe homenagem na condição de Relator Geral da Constituição de 1988. Atrás, na foto: Dilma, então chefe da Casa Civil, Arlindo Chinaglia, a primeira dama Marisa, o presidente Lula, o senador Garibaldi Alves Filho e o presidente do STF, Gilmar Mendes.

Depois da Constituinte e da passagem pelo Ministério da Justiça, Bernardo Cabral volta para Manaus em 1994, a fim de disputar o mandato de senador. Voltar é modo de dizer, porquanto daqui ele nunca

saiu, mesmo estando distante. Sempre lutou pelo seu Amazonas querido.

E Cabral foi para o Amazonas disputar uma cadeira de senador, mesmo tendo recebido convite de lideranças do Rio de Janeiro, como

acontecera em sua segunda passagem pela Câmara Federal, para sair candidato por lá, onde estava radicado há muitos anos e onde recebera, inclusive, os títulos de cidadão benemérito e de cidadão honorário.

| Depoimento de Orpheu Santos Salles |



“Estive algumas vezes em Manaus. Em uma delas, fui convidado pelo Cabral e pelo presidente do Tribunal de Justiça para a inauguração do Tribunal. Eu inquiri o então presidente: “Percorri toda a obra e não vi nenhuma estátua”. Ele disse: “Estátua de quem?”. Eu respondi: “Do Bernardo Cabral”. Porque o Bernardo Cabral merecia uma estátua lá. Aí, um outro me disse: “Não merece, não. Bernardo Cabral não merece estátua porque ele é a própria estátua andante.”

Editor da Revista Justiça e Cidadania

Fonte: Revista Justiça e Cidadania.

Chegando em Manaus, porém, ele não encontrou a receptividade esperada entre os caciques locais. Os grupos políticos majoritários (PMDB e PFL) já estavam com seus elencos formados e não abriram espaço – o que era um absurdo – para o homem que sempre honrou o seu estado e que, além de defensor da Amazônia, fora o grande responsável pela manutenção da Zona Franca de Manaus, ao inserir o art. 40 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que garantiu a sobrevivência do modelo e o desenvolvimento da região.

Entre o povo e as entidades de classe, na imprensa também, Cabral gozava, todavia, de enorme prestígio. Isto, contudo, não lhe dava condições materiais de bancar uma candidatura para a Câmara Alta do país num estado como o Amazonas, de dimensões continentais onde, para alcançar o eleitor interiorano, o sujeito só pode fazê-lo ou de barco, às vezes dias de navegação, ou de avião.

Essas dificuldades iniciais, entretanto, não o dissuadiram. E ele começou uma campanha franciscana. E o primeiro obstáculo a ser superado era ter um sigla que o abrigasse. Como nenhuma das existentes no Amazonas acenava com tal disposição, Cabral fundou o Partido Progressista (PP) e instalou as comissões



Exercendo o direito ao voto.

provisórias para dar-lhe vida orgânica e viabilidade jurídica.

A situação, entretanto, era tão grave, que ele próprio, junto com a esposa Zuleide e com o marido de sua sobrinha Cecília, Gilberto Ferrer, tiveram de preencher à mão ou à máquina de escrever as milhares de fichas de filiações de novos adeptos, condição sem a qual não existiria candidatura.

Havia duas vagas em disputa e candidatos fortíssimos ao cargo de senador, como o ex-governador Gilberto Mestrinho e o empresário Francisco Garcia. Mestrinho havia sido governador do Amazonas por três vezes, prefeito também. Garcia detinha canal de televisão, jornal, concessionária de carros e uma infinidade de outros negócios que o tornavam um dos homens mais ricos e poderosos do lugar.

Mas o nome de Bernardo Cabral foi ganhando o coração das pessoas. Em pesquisas internas, feitas pelos grupos políticos ou entidades de classe, aquele candidato sem dinheiro, mas portador de uma biografia robusta, de realizações, de coragem e de dignidade, aparecia com grandes chances de ser eleito na primeira colocação. Os adversários, no entanto, achavam que ele não teria “fôlego”, ou seja,

recursos no jargão dos políticos, para segurar uma campanha de tão grande envergadura, assim, sozinho. Foi quando se deu o inesperado. O candidato a governador Amazonino Mendes, do PFL, chamou o PP de Cabral para marchar com ele numa coligação que incluiria, ainda, o PPR e o PTB, tornando irreversível o processo que acabaria por levá-lo ao governo e Cabral ao Senado. Houve vantagens para ambas as partes. Amazonino ligou à sua candidatura um nome respeitável e Cabral, por sua vez, encontrou as condições logísticas – a bordo de um forte grupo político – para chegar ao interior.

É ele quem nos conta um pouco dessa história:

“A minha eleição para o Senado teve alguns fatos e difíceis caminhadas. O primeiro deles foi que eu tive de fundar um partido, o PP, o que não foi fácil, chegar a essa organização, a fim de ter espaço, uma vez que, àquela altura, os partidos estavam sendo dominados pelas lideranças que existiam no Amazonas, o que é natural. Mas ainda assim fui o candidato mais votado dos três. O que aconteceu foi que eu cheguei ao Senado, já com a experiência que eu levava como Constituinte. Eu fui eleito líder do partido, do qual eu me retirei depois, porque ele fez



Presidindo, em uma das sessões, a Mesa do Senado.

uma fusão com o partido do Maluf, eu fiquei sem partido durante 6 ou 7 meses. Nessa altura eu era vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores. Mas dois anos mais tarde eu fui eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que é a mais importante comissão, sem dúvida nenhuma. Nenhum amazonense tinha sido, a não ser o ministro Waldemar Pedrosa, presidente daquela comissão. Eu fui o segundo amazonense, com uma característica: eu devo ter sido, não conheço bem a história, mas um dos poucos a ser presidente da CCJ pela segunda vez, e ambas eleito pelos pares. Na primeira, fui eleito por unanimidade; na segunda tive um voto contrário, que foi de um candidato que concorreu comigo, nada mais, nada menos do que o poderoso e senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A partir daí eu procurei sempre resolver os problemas nacionais, mas voltado para os problemas regionais, pois eu sempre entendi que você não consegue solucionar os problemas regionais se os nacionais não tiverem sido equacionados. E eu estava certo porque, se eu não estivesse no Senado, os ataques que a Zona Franca de Manaus sofreu - de vez em quando havia reuniões em que queriam tirar nossas conquistas, pois uma das coisas que a Zona Franca de Manaus tinha e tem até hoje, claro que esgarçada, que são as vantagens comparativas, sempre incomodaram muita gente. Mas foi a minha atuação no Senado, àquela altura, que me deu a oportunidade de estender a luta pelo nosso estado. Isso, vale lembrar, a luta também que se estendeu na Reforma do Poder Judiciário, da qual fui o primeiro relator, depois tive que sair, porque não me reelegi, mostrando as mazelas que existiam e que precisavam ser curadas. E de qualquer sorte hoje eu estou fora do Senado há mais de 10 anos e devo dizer que uma das coisas que muito me honrou foi ser representante de minha terra.”

Bernardo Cabral acabou eleito o senador mais votado daquela disputa. Em segundo lugar elegeu-se Gilberto Mestrinho. Mais adiante, Bernardo ingressou no PFL. E cumpriu na íntegra, de modo notável, o mandato. Bernar-

do foi vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e duas vezes presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Foram tantas as suas atividades, que não seria possível relacionar todas neste livro. Mas vale a pena destacar as mais importantes para o país e para o seu Amazonas: a Reforma do Judiciário, a defesa da Zona Franca de Manaus, a defesa do sistema dos chamados quatro “S” (SESC, SENAC, SESI e SENAI) e a defesa do meio ambiente (floresta, fauna, recursos hídricos).

A REFORMA DO JUDICIÁRIO

Em maio de 2000 o senador Bernardo Cabral foi eleito pelos 23 membros da Comissão de Constituição e Justiça para relatar a proposta de emenda constitucional, então sob o nº 29, destinada a promover a Reforma do Judiciário, uma das questões mais importantes para os brasileiros desde a proclamação da República, mas nunca levada a termo.

Ao contrário, historicamente, cumpria-se a máxima cunhada por Rui Barbosa, segunda a qual a justiça em nosso país, de tão ineficiente, era “tardinha”, querendo dizer com o neologismo que ela demorava para se efetivar, às vezes nunca se efetivava, e custava muito dinheiro, dificultando, de tal sorte, o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional.

A indicação do nome de Bernardo Cabral fora encabeçada pelos respeitados senadores do PMDB do Rio Grande do Sul, Pedro Simon e José Fogaça, havendo o primeiro dito que não deveria nem haver disputa, porquanto “Cabral era o maior jurista no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça naquele momento, a qual não poderia estar em melhores mãos”.

Cabral, então, arregaçou as mangas e passou a diagnosticar os principais problemas que, na ocasião, deixavam o Judiciário praticamente paralisado, sem credibilidade perante a opinião pública. Ele alertava que, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, foi perdida

Cabral é relator da Reforma do Judiciário

AMAZONENSE

Senador do Amazonas é indicado por Pedro Simon e José Fogaça como o "maior jurista da Comissão de Constituição e Justiça do Senado"

Mário Adolfo
Depois de ter sido o relator da Constituição em 1988 e ministro da Justiça (90-92), o senador amazonense Bernardo Cabral volta a ocupar o cenário político nacional com mais o reconhecimento do Congresso. Acaba de ser indicado, entre os 23 membros leigos da Comissão de Constituição e Justiça, relator da Reforma Judiciária.

— Além foi uma honra muito grande para mim, em geral, mas em particular para o Estado, na qualidade de amazonense — comentou Cabral, informando que já está circulando, com tramitação normal no Senado Federal, as modificações na estrutura do Poder Judiciário, fruto de uma proposta de emenda Constitucional n.º 2000, que foi aprovada na última sessão dos Deputados.

Na reunião para escolher o relator, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o senador José Fogaça (PMDB-BA) foram afirmativos quando disseram que Bernardo Cabral, hoje é "o maior jurista da CCJ e por isso a prioridade da reforma do Judiciário não poderia estar em melhores mãos".

— Eu quero dizer ao amazonense em tempo, que é a primeira entrevista que dou, a nível nacional, sobre a reforma do Poder Judiciário, e eu faço na sua terra, não para prestigiar o jornal, mas para fazer a reforma como este vestígio de interesse do amazonense — fez questão de dizer o senador.

7ª Sessão Ordinária do Poder



Bernardo Cabral: "As falhas do Poder Judiciário são estruturais. É isso que temos que resolver"

envelhecida, uma quantidade excessiva de leis e o que é mais grave é que hoje o governo, através de Medidas Provisórias vai modificando esta ou aquela Lei.

— Nós temos códigos legais obsoletos e o que é mais grave, e que nós ainda não atentamos no país, é que nós precisamos ter uma legislação moderna referente a temas polêmicos — adverte o senador.

Que temas polêmicos são esses? O senador explica que os chamados crimes virtuais, que são aqueles crimes sobre reprodução assistida, estão entre os polêmicos.

— Nós não temos nada assim pensado hoje, na nossa legislação, com aquilo que se chama delitos informáticos, que também é lavagem de dinheiro. Temos também a

da vida, que hoje está sendo discutida pela biotecnologia. "Tudo isso num Estado que detém o maior banco genético do mundo", acusa o senador.

— Ora, todos nós sabemos que essas falhas existentes no Poder Judiciário, são falhas estruturais, e não adianta você fazer uma reforma que não resolva esses problemas ou então que acabe restringindo a soberania. Não é possível você deixar descoberto que o Judiciário é o guardião da cidadania, e o Poder responsável pelos direitos fundamentais do homem.

O Brasil precisa acabar com leis que vêm desde o

"sobre o algar do Poder Executivo". E o que o Brasil, afirma, precisa hoje é acabar com aquelas leis que vêm desde o século passado. Para Cabral, são conteúdos que não se aplicam mais.

— Nós temos alguns problemas que precisam ser analisados. Por exemplo: o que se chama hoje de "quarentena de saúde". O que é quarentena de saúde? O ministro do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, ou um ministro do Superior Tribunal de Justiça ou Superior Tribunal de Trabalho, se aposenta e logo a seguir passa a advogar. Quer dizer, ele não tem uma quarentena que o obrigou a voltar a advogar. E não apenas ele, o ministro do Superior Tribunal Federal se

a chance, tanto pelo Judiciário, que se ateu a questões corporativas, quanto pelos próprios constituintes, uma chance sem paralelos de se promover a grande e desejada mudança nas estruturas daquele Poder. Em entrevista a um grande jornal da época, logo ao ser escolhido para relator, Cabral diz que "nós temos códigos obsoletos e precisamos de uma legislação moderna, que se refira a temas como crimes virtuais, reprodução assistida, lavagem de dinheiro e materiais genéticos. (...) O Estado é muito litigioso e goza de privilégios processuais, que acabam resvalando para o abuso. Há também um grande número de recursos e leis processuais que precisam ser mais ágeis. O processo legislativo é deficiente, que jorra leis imperfeitas ou desnecessárias. É preciso, penso, aproximar os tribunais dos cidadãos, fisicamente, levando a justiça, fisicamente, onde as pessoas dela necessitem. Melhorar a qualidade do ensino jurídico também é fundamental. E por aí vai. É preciso, enfim, modernizar a máquina, para que se chegue à máxima efetividade, rompendo-se a morosidade e garantindo ao cidadão o amplo acesso à jurisdição. A inafastabilidade da jurisdição não se realiza com o simples peticionar, mas com o obter a decisão estatal vinculadora quanto ao peticionado, pelo que urge recuperar o efeito útil da prescrição principiológica XXXV do art. 5º da Constituição, pela adoção de mecanismos constitucionais e infraconstitucionais que restabeçam a racionalidade processual e a funcionalidade estrutural do Judiciário."

Cabral fez ampla consulta aos interessados e pesquisas junto a eminentes juristas como Diogo de Figueiredo Neto e Carlos Aureliano Motta de Souza, que se debruçaram sobre o tema.

Para o primeiro, dizia Cabral, os problemas eram de três naturezas: estruturais, funcionais e individuais. a) Os estruturais seriam o sistema judiciário complexo e obsoleto, com muitas justiças especializadas e quatro instâncias; a inexistência de uma Corte estritamente Constitucional; a morosidade e a necessidade de proximidade com o jurisdicionado; deficiência de controles, pela falta de cumprimento

Jornais noticiam a eleição de Bernardo para relator da Reforma do Judiciário. Fonte: Jornal AET, 2000.

SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

Relator Bernardo Cabral

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

PEC Nº 29, DE 2000

O relatório da Reforma do Judiciário, por Bernardo Cabral.



CNJ, previsto na PEC da Reforma do Judiciário é hoje um órgão respeitado, agente de grandes e necessárias mudanças naquele Poder.

de prazos, de assiduidade e de residência dos titulares nas respectivas comarcas; controle do Judiciário; número insuficiente de juízes, eis que a proporção era, na época, de um juiz para 25000 habitantes; b) funcionais: impropriedade, a má confecção das leis e sua abundância; a complicação procedimental, com o hermetismo predominando e o sistema irracional de recursos; descaso do Poder Público na motivação, seleção e aperfeiçoamento dos membros das funções essenciais à justiça; c) individuais: deterioração da formação acadêmica, com a proliferação de faculdades sem bom nível científico, currículos deficientes e falta e rigor nos exames de ordem; a carência na formação específica dos magistrados, devendo haver seleção para a carreira através de concurso para ingresso nas Escolas de Magistratura e promoções condicionadas a cursos de reciclagem ou titulação ou pós-graduação.

Para o segundo, as causas seriam operacionais, estruturais, conjunturais e orgânicas. As causas operacionais seriam aquelas decorrentes da ampliação dos direitos do cidadão pela

Constituição de 88, o qual passou a buscar o Judiciário com maior intensidade. Já as causas estruturais remeteriam “à notória deficiência de juízes em no Brasil em relação ao número de habitantes”. As causas conjunturais diziam respeito ao aumento da população, à necessidade que o direito tem de acompanhar as modernas tecnologias, bem como o que chamava de “fúria legiferante”, que criava obstáculos para julgamentos eficientes por parte do estado. E, por fim, as causas orgânicas, as quais se referiam à necessidade de revisão do processo brasileiro.

Ali, naquele momento, deu-se o gênese de tudo o que viria depois: a razoável duração do processo; a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a aferição do merecimento do magistrado pelos critérios objetivos de seu desempenho; as decisões administrativas dos tribunais passam a ser públicas; a atividade jurisdicional ininterrupta, com plantões permanentes; a repercussão geral no recurso extraordinário; as súmulas vinculantes; criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiço-

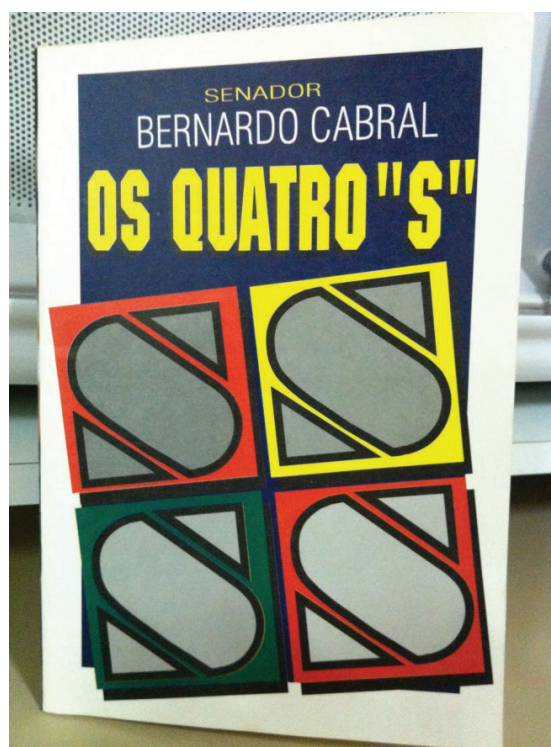
amento de Magistrados; a Justiça Itinerante no âmbito dos Tribunais Regionais Federais; a ampliação do leque de competência da Justiça do Trabalho; a criação das comissões de conciliação prévia; a criação do Conselho Nacional do Ministério Público; a autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária para as procuradorias estaduais e para as defensorias públicas etc.

Quase tudo o que, mais tarde, consolidar-se-ia na Emenda Constitucional nº45, aquela que implantou a Reforma Judiciário no país, mas aí Cabral, que cuidara do terreno, que plantara as sementes, que analisara e dera parecer a cada uma das propostas, já não era mais senador. O Brasil, no entanto, não esquece a sua participação decisiva para a melhoria da Justiça como um todo e, via de consequência, para a entrega da jurisdição aos que dela precisarem. Colegas de Senado, advogados, magistrados, membros do Ministério Público, as procuradorias e as associações de classe sempre reconheceram o seu primoroso trabalho neste sentido.

A DEFESA DOS QUATRO “S”

Ninguém em sã consciência nos dias de hoje cogitaria de acabar com os chamados quatro “S”, o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), os quais foram e são agentes de inclusão social e de qualificação dos trabalhadores no comércio e na indústria. Mas por duas vezes, ao menos, houve tentativas de extingui-los, ao pretexto de que oneravam, com encargos, as folhas salariais.

A primeira tentativa neste sentido se deu durante a Constituinte de 88, quando uma corrente bastante forte se animou a tanto, mas foi rechaçada pelo relator Bernardo Cabral, que, junto com um grupo que acabou por se tornar majoritário, apoiou, com base em sólidos argumentos, o trabalho meritório que desenvolviam a Confederação Nacional do



Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em 1995, todavia, os adversários do sistema “S”, no Senado, voltaram à tona com toda a força. Diziam que, no “custo Brasil”, os quatro “S” eram um peso que não se podia suportar. Em discurso demolidor porque irrefutável, pronunciado no dia 11 de agosto daquele ano, o senador Bernardo Cabral demonstrou a falácia do argumento e sustentou, com o apoio da maioria da Casa, a importância vital dos quatro “S” para o desenvolvimento do país. Disse ele:

“(...). Quero, portanto, dizer que está na hora de se saber qual é o peso dos encargos sociais na folha de salários de responsabilidade do SESC, SENAC, SESI e SENAI.

Esse encargos sociais totalizam aproximadamente 100% do salário. Isso significa que o empregado com carteira assinada, que ganha um salário mínimo, custa dois, ao empregador.

Sob tal ângulo, o Programa Custo-Brasil, com o objetivo de desonerar a folha de salários é correto e necessário.

Acontece que no momento de usar a tesoura é enorme a lista dos encargos considerados intocáveis. Na matemática dos setores que patrocinam o programa, aplicada a tese dos “nove fora”, só restariam praticamente os quatro “S”: SESC, SENAC, SESI e SENAI, totalizando – pasmem os Srs. Senadores – 2,5%.

De 100%, subtraídos 2,5%, restam 97,5%. Uma enorme e dolorosa cirurgia para extrair uma verruga, cuja ausência valerá mais pelos prejuízos nas áreas de assistência social e do ensino dedicado à preparação da mão-de-obra do que pelos inexpressivos 2,5% subtraídos de 100%. Aliás, como 100% da folha mais 100% dos encargos perfazem 200%, destes, 2,5% representam 1,25%. Autêntica nonada. Lembra o parto da montanha que, após três dias e três noites de dores, gritos e lágrimas, pariu um rato, na vigorosa imagem de Nietzsche, em Assim falou Zaratustra.

O INSS, fonte inesgotável de escândalos, fraudes e ineficiência permanecerá, provavelmente, com percentuais majorados. O FGTS, um saco sem fundo, cujos ralos garantem evasão permanente, não será tocado. Outros setores de menor significação para o social e o educacional garantirão o status quo.

Sacrificadas mesmo serão as entidades reconhecidas, proclamadas e comprovadamente eficazes, com realizações que enchem os olhos mais exigentes.

Para serem justos, os critérios de corte terão que se basear na relação custo-benefício.

Os quatro “S” são os que custam menos e que oferecem os maiores benefícios aos trabalhadores em dois setores cruciais para o país: a educação especializada na preparação da mão-de-obra e a assistência social no âmbito da alimentação, saúde e bem-estar (restaurantes, colônias de férias, centros campestres, assistência médica e odontológica, cursos de educação doméstica.



Curso de corte e costura, SESC.



Curso de torneiro mecânico, SENAI.

Vale notar que só um dos encargos, acrescido à folha por força constitucional, um terço sobre a remuneração das férias (33,34%), representa 2,77 ao mês, mais do que o total devido aos quatro “S”.

Os empresários que, em momento de notável lucidez, imaginaram, programaram e propuseram ao governo a criação do SESC/SENAC e SESI/SENAI elegeram a folha de salários como base de cálculo da contribuição social que se dispunham a pagar, pela decisiva razão de que é através dela que o trabalhador melhor identifica a origem do dinheiro que mantém tais instituições. É questão de transparência, com endereço claro de benfeitores e beneficiários.

Qualquer tentativa – e aí, Sr. Presidente, é preciso que todos nós senadores, tenhamos em mente essa afirmativa – que passar pelo Orçamento da Unilao anulará a alma da eficiência da administração privatista, que há meio século garante às entidades o dinamismo que lhes permitiu converter receitas em realizações, estas totalizando tanto ou mais do que aquelas.

Embora velha e demais conhecida, é bom repetir a sábia receita: “não se mexe em time que está ganhando”.

Por essas razões, Sr. Presidente, quero, neste instante, registrar o meu aplauso à Confederação Nacional do Comércio, na pessoa do seu Presidente, Dr. Antonio de Oliveira Santos, e à Confederação Nacional da Indústria, na pessoa do nosso colega, senador Fernando Bezerra, que será o futuro presidente da CNI”.

Cabral, ao fim, foi aplaudido efusivamente e ganhou a adesão dos senadores para impedir que o intento nocivo aos interesses dos trabalhadores se perpetrasse. Nos dias que se seguiram seu gabinete foi inundado por correspondências das entidades, de todos os estados do país, enaltecendo e agradecendo a sua intervenção em favor do SESC, SENAC, SESI e SENAI.

| Depoimento de **Ernane Galveas** |



“Meu querido e fraternal amigo Bernardo Cabral, certamente poderei encontrar razões plenas que justifiquem o alto privilégio e a subida honra que me conferiram os companheiros da Diretoria e do Conselho para, em nome de todos, fazer-lhe esta saudação de boas vindas ao quadro da nossa Academia Internacional de Direito e Economia.

Essas razões se assentam, claramente, na sólida e fraternal amizade que nos une e que construímos e cultivamos ao longo do tempo, mais intensamente nos últimos sete anos em que vimos trabalhando, lado a lado, diariamente, na Presidência da CNC, sob o esclareci-

do comando de nosso amigo comum, o presidente Antonio Oliveira Santos.

O currículo de Bernardo Cabral é uma Odisseia, uma história de heroísmo inserida brilhantemente na História do Brasil, contando coisas da vida de um verdadeiro Ulisses, que venceu na Amazônia, sua terra natal, ganhou todas as batalhas em Brasília e chegou vitorioso ao Rio de Janeiro, onde vive cercado pelas legiões de amigos e admiradores, daqui do Rio, de São Paulo e de todos os recantos do Brasil, uma constelação de notáveis como ele, Bernardo, que se reúnem hoje nesta honrosa Casa do Comércio, para homenageá-lo. (...) é, sem

dúvida, um dos mais festejados e consagrados profissionais do Direito, no Brasil e no exterior.

Bernardo Cabral, Chanceler da Confraria Dom Quixote, é um Dom Quixote brasileiro. Sonhador, idealista, com o espírito e imaginação voltados para a Nação brasileira, para o povo do Brasil. Mas Bernardo Cabral é um Dom Quixote com os pés plantados na realidade nacional. Que sonha e realiza. Assim tem sido toda sua vida e sua fulgurante carreira profissional.

A pátria brasileira tem todo um acervo de conquistas que deve a Bernardo Cabral. E nós, brasileiros, temos a registrar o nosso respeito pelo seu trabalho patriótico, assim como nós,

seus amigos, exultamos pelo privilégio e pela glória de partilharmos sua amizade.

Esta Casa do Comércio, a CNC e todo o complexo sindical empresarial do Brasil, especialmente o Sistema S, têm uma dívida de gratidão para com Bernardo República, disciplinando a livre associação profissional e sindical e consagrando a natureza privada das entidades de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical. ”

Ex-ministro da Fazenda, em discurso de saudação a Bernardo Cabral por ocasião de seu ingresso na Academia Internacional de Direito e Economia.

Fonte: Revista Justiça e Cidadania.

A DEFESA DO MEIO AMBIENTE – A AMAZÔNIA E O PATRONO DAS ÁGUAS

Bernardo Cabral, desde o seu primeiro mandato de deputado federal, nos idos de 1967/1968, antes da cassação, sempre teve como uma de suas principais preocupações a defesa do meio ambiente e de sua Amazônia querida. Ali ela já conseguia dismantelar o discurso do Hudson Institute, que pretendia criar na região, como visto em capítulo anterior, o “Lago Amazônico”.

Mais adiante, por ocasião da relatoria na Constituinte, foi um dos responsáveis, junto com seus colegas de Congresso, pela construção daquele que é considerado o capítulo mais avançado, em termos de meio ambiente, dos diplomas fundamentais das nações. Muita gente pelo mundo afora chama a Constituição brasileira de 1988 de a “Constituição Verde”.

Foi como senador, entretanto, no intervalo de oito anos de duração de seu mandato, que ele deu talvez a sua maior contribuição para o correto tratamento da questão ambiental. Ele denunciou as queimadas, o tráfico de nossa biodiversidade, a ocupação irregular da Amazônia por estrangeiros, combateu a pesca e a caça predatórias, defendeu o uso racional e regulamentado dos recursos hídricos, tratou dos resíduos sólidos, falou sobre o papel

das hidrovias no desenvolvimento da região amazônica, bem como via com bons olhos a exploração do ecoturismo e tanta coisa mais. O Jornal do Senado é uma testemunha perene deste valoroso trabalho. Cabral, além da tribuna parlamentar, agigantou-se também em congressos e seminários, aqui e no estrangeiro, para alertar a todos sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente. Sua luta o fez conhecido como o “Patrono das Águas”.



Como o amazonólogo Samuel Benchimol.



A ministra Marina Silva entrega a Bernardo uma placa em reconhecimento de seu trabalho em prol do Meio Ambiente.



Recebendo Pelé no Senado.

Em entrevista ao Jornal do Senado, nº707, de 9/06/98, lembrando o Dia Mundial do Meio Ambiente, Cabral afirmou que a sociedade brasileira precisava priorizar a educação e a cidadania, pois, sem isto, “não pode haver consciência ambiental, não há defesa do meio ambiente, nem futuro”. Na sua avaliação, diz o periódico, “somente a capacitação de toda a sociedade e, principalmente, das novas gera-

ções, vai fazer com que a dimensão ambiental entre no cotidiano brasileiro. É necessário, contudo, investimento, pessoal e vontade política. Nunca vi, na elaboração dos planos de governo, a participação de especialistas e técnicos das áreas social e ambiental. Como fazer um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável somente com economistas e tecnocratas”.



Na comissão de parlamentares que recebeu o presidente dos EUA, Bill Clinton.

| Depoimento de José Roberto Tadros |



“É-me grato e inexcivelmente prazeroso comentar o perfil e o caráter de JOSÉ BERNARDO CABRAL, amizade fraterna que remonta muitas décadas pretéritas, forjadas no pioneirismo desbravador, nestas plagas, de meus Avós com seus Pais onde pretendo que se perpetue indefinidamente marcada pela funcionalidade, nos princípios morais e pela ética.

O seu longo desempenho no proscênio público, marcada pela pátina dos ícones, sempre notabilizou-se pelo seu extraordinário talento.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, onde o seu brilhantismo foi coroado com a escolha de orador de sua Turma.

No Poder Executivo exerceu a função de Secretário de Estado no Amazonas e de Ministro de Estado da Justiça.

Na mais eloquente demonstração de confiança de seus pares foi eleito Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, cuja gestão foi marcada por amplas conquistas e reformas sociais.

No âmbito do Poder Legislativo, buscou ter mais uma postura de estadista optando por assumir os riscos do insucesso presente, se esse fosse o preço a pagar pela construção de um

futuro de consolidação das instituições democráticas. Esse foi o combustível que alimentou a sandice dos dirigentes de então, resultando na cassação de seu mandato de Deputado Federal legitimamente conquistado nas urnas e suspensão de seus direitos políticos por uma década.

De volta a carreira pública, Bernardo manteve seu entendimento que o poder para ele era um dever e uma responsabilidade, um instrumento de coesão e disciplina social. Como Deputado Federal, representando seu Estado do Amazonas foi eleito Presidente da Comissão de Sistematização e Normas, culminando como Relator da Constituição do Brasil, na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, onde concorreu com políticos ilustres e de reconhecida competência como o então Senador Fernando Henrique Cardoso e o não menos ilustre Deputado Pimenta da Veiga.

Somando-se muitos avançados méritos e conquistas alcançados na Constituição Cidadã, Bernardo mais uma vez revelando o inolvidável compromisso com sua Terra Natal, constitucionalizou o Modelo Zona Franca de Manaus, blindando-o contra quaisquer possíveis ameaças.

Sua trajetória não para por aqui, é um notável escritor reconhecido muito além de nossas fronteiras onde destacamos inúmeras obras no campo do Direito, sendo o primeiro intelectual brasileiro a despertar a consciência nacional para conservação de nossos recursos hídricos.

Com essas breves palavras registro minhas homenagens ao dileto Amigo Bernardo Cabral, testemunho de imorredoura amizade.”

Vice-presidente da CNC e presidente da Fecomércio/AM

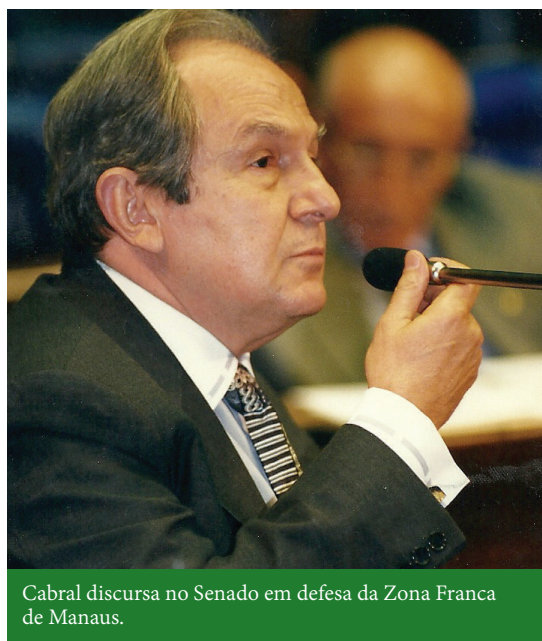


Vista aérea do porto de Manaus.

A DEFESA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Depois de garantida na Constituição de 1988 a Zona Franca de Manaus não teve uma vida tranquila. Muito pelo contrário, sempre houve tentativas sérias e robustas, sobretudo de empresários do centro-sul do país e das bancadas dos respectivos estados, para tirá-lo das vantagens comparativas, o que poderia redundar numa catástrofe para o Amazonas e, porque não dizer, da própria região Amazônica, cuja soberania encontra, de certo modo, importante sustentáculo no modelo econômico ali existente.

Daí porque, no tempo em que estive no Senado, Bernardo Cabral não se descuidou dos assuntos referentes à Zona Franca. Publicou pelo menos dois livros onde constam suas dezenas de vigorosos e consistentes discursos, os quais não permitiram que os ataques tivessem o efeito desejado. Ele falava dos obstáculos que estavam sendo criados para a ZFM, sobre o contingenciamento das importações, sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que fosse capaz de possibilitar o aproveitamento de oportunidades surgidas no mercado brasileiro, sobre os desafios da globalização, contra o contrabando na Paraguai e,



Cabral discursa no Senado em defesa da Zona Franca de Manaus.

também, desconstituindo a historinha de que a ZFM sobrevive à custa de renúncia fiscal.

Seu trabalho indormido e seu prestígio político nacional, com trânsito entre os maiores líderes políticos e empresariais do Brasil, sempre fizeram com que as investidas contra a ZFM não alcançassem seus verdadeiros objetivos. Por isto sua terra e a região abrangida pela ZFM muito lhe devem.

| Depoimento de **Ronaldo Bonfim** |

“ Em relação à Zona Franca de Manaus (ZFM), os amazonenses têm imensa dívida com o senador Bernardo Cabral. Não só os amazonenses, mas todos aqueles que têm vínculos com a ZFM. Não fora sua atitude firme e competente quando a atual Constituição estava sendo elaborada, não teríamos a pujança econômica que todos assistimos no dinamismo da indústria e do comércio incentivados com a legislação administrada pela Suframa.

Na condição de Relator da Constituinte, o então deputado federal Bernardo Cabral – com habilidade e competência – fez inserir no texto da Carta magna de 1988 a intocabilidade dos incentivos da ZFM até o ano 2013. Graças a essa providência, a instituição tornou-se mais forte aos olhos dos investidores e mais respeitada junto ao governo federal.

Convém salientar que o discernimento de Cabral, hoje senador da República, ao escolher aquela data estava fixando um referencial no tempo para que o pacto tripartite entre a União, o Estado do Amazonas e o município de Manaus, que deu origem à ZFM, fosse reestudado, objetivando eventual reestruturação dos incentivos originais em função dos novos tempos reinantes na segunda metade do século XXI. Por essa razão, não se deve considerar aquele ano como prazo limite para a existência da ZFM. Ao invés do término da Suframa, em 2012, o setor industrial de Manaus deverá estar apresentando um faturamento global de US\$ 97 bilhões, se continuar a tendência de crescimento expressa nos últimos oito anos. (...). Também não interessa ao Brasil extinguir, sem melhor alternativa, um modelo de desenvolvimento comprovadamente bem-sucedido, que vem marcando a presença da nação no extremo norte, onde se situa o maior segmento

da linha de nossas fronteiras internacionais. Na falta de outra justificativa, até por uma razão geopolítica, é importante manter na região um centro dinâmico, com uma economia prosperada – que não agride o ambiente – indicando ao mundo, de forma bastante clara, a decisão brasileira de conservar a Amazônia integrada ao território nacional.

A ZFM é um processo que interage com as transformações da economia, ajustando-se com rapidez à dinâmica dos novos tempos. Por esse motivo ela não pereceu no início da década, quando o governo Collor abriu a economia do país. Ao invés de acabar, com profetizaram as cassetas da época, tornou-se mais forte e mais competitiva. (...).

O feito de Bernardo Cabral deverá ficar inscrito na história da ZFM com um ato heróico, de caráter estratégico, de grande importância para seu fortalecimento institucional.

O relato contido neste artigo, de cunho memorialista, objetiva recordar o valor inestimável da atuação desse ilustre político amazonense em benefício da Zona Franca de Manaus, do Estado do Amazonas e de toda a Amazônia Ocidental.

Faço este registro sob forma escrita na expectativa de que tenha vida longa, esperando que fique sempre presente em nossa lembrança, a dívida que todos temos com o senador Bernardo Cabral. Como diziam os romanos, *verba volante, scripta manent*. ”

Economista, mestre pela Universidade Vanderbilt (EUA)

Fonte: Plaqueta Zona Franca de Manaus II, edições do Senado Federal.

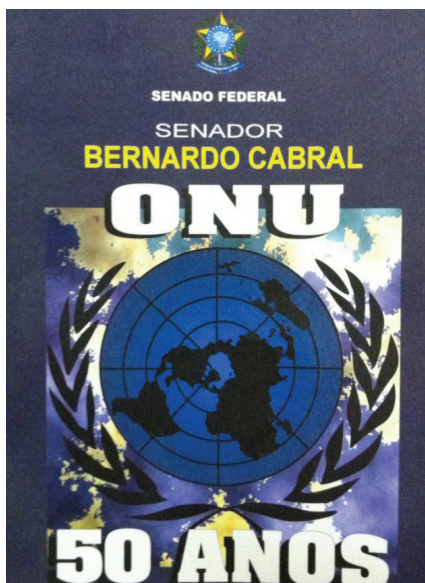
Cabral igualmente teve papel de grande destaque na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Cumpriu muitas missões no estrangeiro e trabalhou textos de grande relevo e utilidade nesta seara, como os discursos, que viraram plaquetas sobre a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Proclamação do Estado de Israel e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ainda quando deputado federal, já tivera participação em momentos históricos do Congresso em suas relações internacionais. O senador Nelson Carneiro, presidente do Congresso Nacional, por ocasião da Sessão Solene em Comemoração ao Bicentenário da Revolução Francesa, abriu os trabalhos conferindo-lhe a honra pela Câmara: *“Há precisamente 200 anos, no dia 20 de julho, era feito o juramento na Assembleia Nacional Francesa. Naquele momento, para consagrar esta efeméride, o Congresso Nacional reúne, hoje, quantos conservam e mantêm o culto da liberdade, da*

liberdade que, no século XVIII, teve a sua expressão maior na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Para traduzir o pensamento do Congresso Nacional, concedo a palavra ao nobre deputado Bernardo Cabral, que falará pela Câmara dos Deputados”.

Mais adiante, EM 1999, em Budapeste, Hungria; e Viena, Áustria, Cabral proferiu formidável palestra na XIX BIENNIAL CONFERENCE ON THE LAW OF THE WORLD, evento promovido pela Associação Mundial de Juristas, sob o tema “Podem os Estados eximir-se de cumprir Tratados ainda não em vigor, mas que criam normas internacionais de natureza peremptória?”.

Um de seus mais iluminados textos, enquanto esteve na Comissão de Relações Exteriores, foi produzido por ocasião das comemorações pelos 50 anos da Organização das Nações Unidas (ONU), falando em nome do Senado Federal, cujo interior teor pode ser conferido neste livro, na seção onde figuram seus discursos.



Cabral, na ONU.



Discurso de Despedida - Senador Bernardo Cabral - Senado Federal Brasília - 2002

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– Senhor Presidente, Sras. E Srs. Senadores,
quero chamar este pronunciamento de discurso de despedida, apesar de considerá-lo um tanto diferente, por trazer no seu bojo a distinção de certos adeuses, pois há de servir de adorno o engaste eterno da minha lembrança.

Recordo a época em que cheguei ao Parlamento, nos idos de 1967, mal saído da casa dos 30 anos de idade, onde, na Câmara dos Deputados, ao meio de tantas figuras notáveis, fui escolhido vice-líder da Oposição, então comandada pelo modelo de homem público do saudoso Mário Covas, cujo nome a classe política até hoje soletra com respeito.

Da postulação altiva dessa oposição política na Câmara dos Deputados, em aditamento à ação que já vinha contrariando muitos interesses, tantos parlamentares, dentre os quais eu próprio, tivemos os nossos mandatos eletivos cassados e suspensos os nossos direitos políticos por dez anos, além de outras punições ditadas pelo famigerado Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968. No entanto, não se conhece ninguém que tenha sido acusado, em algum tempo, acusado por venerar a sua pátria. Não há ira de injustos identificável com a glória. Os pósteros se afirmam na serena sublimação se seus éditos morais. O veredicto que louva ou condena qualquer individualidade humana se arrima nos lastros das provas irrecusáveis, e essas jamais foram exibidas. Tal perseguição motivou a diáspora que se abateu sobre tantos colegas, alguns partindo para o exterior, outros ficando confinados aqui mesmo, no seu torrão natal. Espécies de párias, sem documento de identidade, sem título de eleitor, sem permissão para abrir conta nos bancos oficiais, proibidos de fazer concurso público ou exercer qualquer função pública. Diáspora essa que, muitos anos depois, cedeu lugar ao reencontro, e o palco foi a Assembléia Nacional Constituinte, que, por ser dos tempos atuais, dispense-me de sobre ela tecer comentários.

Hoje, no nosso País, o grande tema, o mais momentoso é o da fome. Senhor Presidente, não sei em que razões se inspiram os chefes de Estado de algumas falsas democracias quando permitem, por omissão, a morte de milhares de crianças. Se não há pelotões de fuzilamento, a fome se encarrega de destruir essa preciosa reserva humana. Note-se a respeito a dolorosa aliança de poder com essa mesma fome, pois, por não querer combatê-la, revela-se o seu fiador abrindo brechas no âmbito de uma civilização. Os túmulos de meninos assassinados pela fome são sepulturas sem inscrição.

Os que, todavia, registramos essa clamorosa sucessão de tragédias, não relutamos em comprovar o pavor que aparece anônimo. São meninos que não escaparam aos golpes da in-

justiça social, encerrados, por fim, no sepulcro do esquecimento. A pergunta paira no ar: por que essa humanidade de calças curtas e desprovida da fortuna está proibida de viver? Há alguma lei despótica, por certo, impedindo o exercício de um sagrado direito.

Tal dispositivo evidentemente exclui-se das cartas constitucionais, mas preside e demanda o espírito de cegos governantes, ou seria simples lugar comum afirmar-se que as crianças, por leis inalistáveis, caem em desprezo diante dos que promovem os festins palacianos? De outra parte, seria válido o conceito de que nação adulta é nação sem infância?

Por igual, é lícito afirmar que a culpa não cabe só aos governos, mas também a nós como parcela da humanidade, pois, quando se fala desses meninos famintos, desses meninos que a fome não mata, e os que não morrem integram a faixa proletária, sendo praticamente todos seduzidos pelo fantasma do delito, é de se indagar: o que faz o Estado? Despreza-os e deles se lembra apenas na hora de os fazer recolher ao cárcere, antônimo filosófico da universidade.

Ao Governo que se instala no dia 1º de janeiro de 2003, deixo essas reflexões.

Permita-me os eminentes colegas falar agora um pouco sobre a reforma do Judiciário. Permitam-me, porque seria desconcertante não fazê-lo, que dê uma ligeira palavra sobre a Reforma do Judiciário, cujo texto se encontra neste Plenário para votação em primeiro turno e que, talvez, não seja o ideal, mas o possível no momento atual, a partir dos quadros políticos institucionais.

O balanço que faço é de um texto que contenha instrumentos efetivos e imediatos de solução para a grande maioria dos problemas do Poder Judiciário, a permitir que novas frestas de luz iluminem os operadores do Direito e seus doutrinadores na busca de soluções modernas, a partir de premissas novas, com o abandono de vários dogmas já sepultados pela atual prática do Direito.

Teses, princípios e soluções incontestáveis há alguns anos devem ser relidos com urgência, atualizados ou abandonados, para não persistirmos na utopia do acesso ao Judiciário apenas como prescrição constitucional, e que, como princípio fundamental, não sobrevive fora das condições ideais de temperatura e pressão dos mais ricos escritórios e gabinetes do País.

Os operadores do Direito verão que um Judiciário ágil, eficiente, desburocratizado e efetivo é útil tanto para o jurisdicionado quanto para cada um dos setores que atuam nessa área direta ou indiretamente.

Isso tudo me leva a crer que nesta reforma do Judiciário, insultado, ofendido, noites em claro, fins de semana desperdiçados, férias não gozadas, talvez eu tenha feito uma ingrata peregrinação, espécie de romeiro desapontado, pois acabou ficando às claras, com as engenhosas manobras regimentais, para dizer o mínimo, que, ao invés de se elevar o percentual do debate de forma racional se fez o pior: ficou reduzida a zero a taxa de responsabilidade na discussão das profundas e preocupantes questões que afligem o Judiciário.

Fecho parênteses, Senhor Presidente, e o faço porque este é um momento de despedida. É hora de concluir e, ao fazê-lo, verifico que o horizonte da minha vida vai-se aproximando cada vez mais, alcançando, no dizer do filósofo, “a decrepitude do corpo, que conserva o desejo, mas perde a esperança”. É hora, pois, de jogar fora as eventuais mágoas, se é que elas existem, e cultivar apenas as boas lembranças.

Quero despedir-me de todos: do Senador governista, aquele que apóia o Governo, e do opositor, sem levar em conta qualquer excesso nas suas críticas, aos funcionários. Quero despedir-me, portanto, daquele que é mais graduado ao mais humilde, da Consultoria Legislativa e, sobretudo, dos leais companheiros do meu gabinete de apoio.

Concedam-me, ainda, a benevolência de ressaltar que, sendo um homem sem ganâncias materiais, mas ricamente provido de va-

lores morais e espirituais, jamais me submeti a pressões de interesses particulares contrariados, nem a pressões de grupos insensíveis ao interesse público. Não saio, portanto, da política como pioneiro do nada ou como desbravador do inútil, uma vez que, no exercício do meu mandato de Senador, nunca utilizei o aval da omissão ou concedi a cautela do meu silêncio, pois os que assim pensam e procedem sentirão um dia que a omissão e o silêncio foram gestos de covardia e não merecerão o respeito dos seus semelhantes ou a compreensão dos seus pósteros, acabando por serem levados ao cadafalso da opinião pública. Também não me viram os meus ilustres colegas senadores, em nenhum instante, participar como conviva do banquete da calúnia, injúria ou difamação, recursos que jamais substituirão os argumentos.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quando, ao início destas minhas palavras, ressaltava ser este um discurso de despedida, sabia por antecipação que, ao final, teria que pedir desculpas pelo tempo que a todos fiz perder e, por igual, registrar agradecimentos pela deferência da homenagem de aqui permanecerem e, quem sabe, pelo privilégio de alguns apartes – já vejo microfones levantados –, circunstâncias que ampliam o quanto me valeu o aprendizado ao longo desses oito anos na companhia de V. Ex^{as}.

Quero dirigir, ao acercar-me do ponto final, uma palavra de profundo agradecimento ao meu Estado, ao eleitor amazonense que me levou, pela sua generosidade e pelo seu voto, a mais alta tribuna política do País, o Senado Federal, e dele me fez mandatário orgulhoso.

Por derradeiro, sinto na pele o que me ensinava o meu velho pai: “Feliz do homem público que carrega consigo as cicatrizes orgulhosas do dever cumprido”.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Bernardo Cabral, sabendo que seria

desejo de todos homenagear, justamente, a figura de V. Ex^a, fui o primeiro a lhe pedir um aparte. Pela sua estatura neste Senado e na Câmara, V. Ex^a é um gigante do Parlamento brasileiro até o dia de hoje, sem interrupção e sem descontinuidade alguma. V. Ex^a, no exercício do mandato de deputado ou de senador, agigantou-se entre os seus pares pela seriedade, pela dedicação, pelo espírito de brasilidade e pela defesa do seu Estado e da região amazônica. V. Ex^a, mais recentemente, destacou-se na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na relatoria da reforma do Judiciário. Por tudo isso, V. Ex^a foi um gigante reconhecido por unanimidade nesta Casa. O Brasil inteiro reverenciou seu trabalho na Constituinte, que tantos caminhos abriu neste País. Cumprimento V. Ex^a da forma mais convicta e segura de que estou fazendo justiça ao dizer que V. Ex^a tem sido um gigante neste Parlamento e, certamente, continuará sê-lo em outras oportunidades, em novos períodos que ainda se abrirão para um representante da magnitude, da inteligência e do brilho de V. Ex^a – tudo isso ao lado da primorosa oratória. Por todas essas qualidades, pela honradez e pela ética, V. Ex^a merece a homenagem dos seus pares e de todos os brasileiros. Meus cumprimentos pelo trabalho de V. Ex^a – tanto pelo trabalho mais antigo como pelo trabalho mais recente – sem nenhuma queda de qualidade em relação a tudo que V. Ex^a tem feito nesta Casa. Meus cumprimentos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Edilson Lobão, peço a V. Ex^a que registre os colegas que estão me dando a honra do aparte e que, ao final, conceda-me um tempo para a devida resposta.

O SR. PRESIDENTE (Edilson Lobão) – A Mesa atenderá o pedido de V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço o aparte do Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Eminente Senador Bernardo Cabral, talvez nesta Casa ninguém tenha acompanhado a

vida de V. Ex^a como eu o fiz. Há quarenta e três anos, V. Ex^a era chefe de minha Casa Civil. Jovem, ainda, foi Secretário de Segurança, Deputado Estadual, Deputado Federal. Cassado pelo AI-5, não baixou a cabeça e venceu, elegendo-se presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Veio a redemocratização e V. Ex^a voltou ao Amazonas eleito Deputado Federal e, posteriormente, Senador da República. Durante todo esse período – quase cinquenta anos –, não há uma mácula na vida de V. Ex^a. O Amazonas tem uma dívida muito grande com V. Ex^a pela projeção recebida, pelo trabalho executado, pelo conceito que V. Ex^a goza aqui em Brasília e fora do País. Por tudo isso, acho que o término do mandato de V. Ex^a é uma perda para o Amazonas. No futuro, o Amazonas vai fazer uma reflexão e verificar que o seu eleitorado foi profundamente injusto com V. Ex^a, não compreendeu o extraordinário trabalho feito durante toda uma vida pública. Quero dizer-lhe que aqui continuaremos trabalhando pela nossa terra e pela nossa gente e que acredito que V. Ex^a continuará vitorioso. V. Ex^a não foi derrotado: V. Ex^a foi vítima. Acredito que todo o Amazonas compreende isso. Parabéns por sair daqui de cabeça erguida.

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo aparte ao Senador Jorge Bornhausen.

O Sr. Jorge Bornhausen (PSDB – SC) – Eminente Senador Bernardo Cabral, longa amizade nos une – começou há mais de vinte anos, quando V. Ex^a decidiu organizar o congresso da OAB em Santa Catarina, mais precisamente em nossa capital. Ali nos conhecemos e ali construímos, em uma delicada situação, um congresso democrático, o qual V. Ex^a presidiu com a sua habilidade, como presidiu a OAB, com inteligência, capacidade e, sobretudo, na busca da harmonia e dos interesses maiores daquela entidade. Posteriormente, encontramos-nos no Parlamento nacional. V. Ex^a teve a incumbência de ser Relator de uma Constituição, e isso é muito difícil pelo conflito de interesses. Muitas vezes, quando algo não sai de acordo com aquilo que alguns pen-

sam, voltam-se contra o Relator, que apenas procura fazer com que se constitua a maioria, procurando imprimir, naturalmente, a sua inteligência e o seu conhecimento, como fez V. Ex^a na Carta Magna deste País. Posteriormente, tive a felicidade, como Presidente do PFL, de convidá-lo para participar do nosso partido; participar na direção do nosso partido, em que V. Ex^a tem sido um extraordinário companheiro, um grande conselheiro, um hábil articulador e, sobretudo, um advogado permanente da nossa agremiação. Quero me congratular com V. Ex^a agora, no período em que encerra o seu mandato e que deixa, como um grande trabalho nesta Casa, como Relator novamente, a reforma do Poder Judiciário – um belo e excelente trabalho, harmonioso, fruto da sua habilidade, da sua capacidade e da sua inteligência. Receba, pois, em nome pessoal, como amigo e como Senador, e em nome do Presidente, da presidência do seu partido, o nosso abraço e a nossa congratulação.

O Sr. Antonio Carlos Junior (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Junior.

O Sr. Antonio Carlos Junior (PFL – BA) – Senador Bernardo Cabral, quando aqui cheguei nos fins de maio do ano passado, tinha a certeza de que teria uma grande amizade com V. Ex^a. Pelo relacionamento de meu pai, que esteve com V. Ex^a aqui no Senado, e de meu irmão, seu companheiro na Constituinte, isso já me criava uma simpatia por V. Ex^a antes de tê-lo como companheiro. Foi extremamente gratificante tê-lo como companheiro aqui, nesta Casa e, principalmente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tive a sua lealdade, a sua amizade e a sua cumplicidade nesse tempo que trabalhamos juntos. E essa árdua e importante reforma do Judiciário contou com a sua extrema dedicação, competência e fôlego. V. Ex^a contou com a importante colaboração do Senador Osmar Dias. Mas também procuramos ajudá-lo, juntamente com o

Senador José Fogaça e os demais membros da Comissão, no sentido de votar esse projeto, o que acabou não acontecendo por interesses outros, gerando uma frustração em todos nós. Mas esse é só um dos pontos do seu invejável currículo: advogado há 50 anos; Secretário de Segurança Pública, Secretário do Estado do Interior e Justiça, e Chefe da Casa Civil do Estado do Amazonas; Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia do Amazonas; Deputado Federal pelo Amazonas, cassado em 1969; membro nato e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Deputado-Constituinte; Relator da Comissão de Sistematização; Relator-Geral da Assembléia Nacional Constituinte de 1988; Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados em 1989; Ministro da Justiça em 1990. Eleito para o Senado como o mais votado do Amazonas, presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito de Títulos Públicos e, atualmente, é o grande presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e o Relator da PEC N^o29, a qual gostaríamos, repito, que tivesse sido votada. Serei eternamente grato a V. Ex^a por tudo que aprendi, não só na lealdade e na amizade, mas também na maneira como me conduzir nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Senador Bernardo Cabral, serei breve, de uma brevidade que irá me privar de dizer tudo o que gostaria de V. Ex^a. Assim como o Senador Jorge Bornhausen, tive o privilégio de conhecê-lo quando Prefeito de Fortaleza. E V. Ex^a, na condição de Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ali comparecia naquela cidade para promover também um desses eventos que a Ordem realiza regularmente – e todos naquele momento delicado em que vivíamos – destinados a ter uma grande repercussão política. A partir dali, cimentamos uma ami-

zade sólida que foi tecida por um amigo comum, o grande advogado Sérgio Ferraz. Depois nos encontramos na Assembléia Constituinte, quando V. Ex^a, junto com o Presidente Ulysses Guimarães – posso dizer – foram os dois pilares fundamentais para que fizéssemos aquela travessia onde todos os anseios democráticos, todas as demandas confluíam para lá, em uma grande expectativa da sociedade brasileira. Chegamos ao fim daquele trabalho já foi uma façanha, e todos creditamos grande parte do êxito a V. Ex^a. Mas gostaria de destacar aqui, no plano pessoal, o caráter de V. Ex^a, a maneira como se relaciona com os colegas, a sua fidalguia, a lhanza de trato, a maneira discreta com que se conduz. E, no plano político, duas lealdades às quais V. Ex^a tem-se mantido fiel, tem conservado ao longo de toda a sua vida pública: a lealdade à Justiça, aos princípios, aos postulados, aos valores da Justiça, no sentido mais amplo que possamos querer dar a essa palavra; e a lealdade ao seu Estado. V. Ex^a, que é normalmente um homem muito tranquilo, poucas vezes perdia a serenidade e geralmente o fazia quando via que se atentava contra os interesses do seu Estado. Isso, para mim, tem um valor muito importante, porque tendo se mantido fiel a esses dois compromissos que nortearam e que balizaram a sua atividade política, tem cumprido realmente com o seu papel, com o seu destino de homem público. E V. Ex^a é uma alma generosa, que acolhe esses revezes como conseqüências da política, da vida pública. Uma das características da democracia é a incerteza. E nós que somos políticos, que disputamos eleições, que temos mandato, devemos compreender essa volubidade da opinião pública, o exercício legítimo que o eleitor tem de escolher os seus representantes. E V. Ex^a não se abate com isso, porque vai sair daqui com o certificado de que se conduziu no Senado, como em outras funções que ocupou, de maneira correta, com uma postura à altura do caráter e da formação jurídica e política que V. Ex^a tem. Então, leve o nosso abraço e este depoimento, singelo, mas que se complementa com os que já foram oferecidos

e com outros que virão. Quero destacar como o Senador Roberto Saturnino foi feliz no seu aparte. Nós todos poderíamos ter feito coro com V. Ex^a, para não tomarmos tanto tempo e, talvez, poupármos V. Ex^a da emoção que lhe acomete neste momento. Leve o nosso abraço, a nossa amizade, o nosso reconhecimento e saiba que o País fica a dever muito a V. Ex^a. Poucos são os relatores de uma Constituinte, e V. Ex^a leva esse galardão – talvez como a suprema conquista da sua vida pública –, tendo-se havido bem na função. É isso que queremos dizer, em nome dos cearenses, pois V. Ex^a teve sensibilidade para as questões regionais, foi um relator digno desse processo de integração da Pátria brasileira, obtendo, com a Constituição de 1988, a celebração de um grande pacto. Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço, com prazer, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT –SP) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a colocou como ponto inicial do seu pronunciamento a prioridade do novo Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, de combater a fome e a miséria neste País, expressando a sua concordância com esse objetivo maior, que todos aguardamos, com a certeza de que será empreendido e bem-sucedido pelo novo Governo. V. Ex^a falou sobre a reforma do Judiciário, tema a que se dedicou intensamente, sobretudo nos últimos meses – e somos testemunhas disso. Nas últimas semanas, como V. Ex^a bem sabe, tivemos algumas divergências sobre aspectos da reforma do Judiciário, mas, como Líder do PT e do Bloco de Oposição, quero dizer que, ao longo desses oito anos, aprendemos com V. Ex^a, sobretudo com relação a sua forma de agir e dialogar com cada um dos Senadores, inclusive com os Senadores do Partidos dos Trabalhadores e comigo próprio. Sempre tive em V. Ex^a um exemplo de como conduzir um diálogo construtivo. Na maior parte das ve-

zes, Senador Bernardo Cabral, votamos juntos matérias neste plenário e, tantas vezes, V. Ex^a deu seu apoio às proposições por mim defendidas. Quero agradecer por esses gestos de V. Ex^a e por tudo aquilo que aprendi com o seu trabalho, que merece o nosso respeito e apoio. Muito obrigado.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço o eminente Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Sr. Presidente, permita-me quebrar a regra e falar de pé. Quero prestar uma grande homenagem a um grande brasileiro, a uma pessoa que aprendi a admirar ao longo de minha vida. Falo com a mesma emoção do nosso colega Antônio Carlos Júnior. É uma despedida, é um momento de tristeza, é o momento em que o nosso cancionista, Almir Sater, disse com muita propriedade: “Todo mundo ama um dia, todo mundo chora. Um dia, a gente chega; noutro dia, a gente vai embora”. É com um misto de tristeza e de alegria que hoje assumo essas palavras. Alegria por toda a convivência que tivemos ao seu lado, alegria pelo aprendizado, alegria por ouvi-lo dentro da expressão verdadeira de quem conhece a Constituição, de quem conhece as regras, de quem conhece o Senado, é íntegro e é um grande orador. Lembro-me de que, pouco tempo depois que V. Ex^a foi cassado, passeando pela rua, jamais poderia imaginar que o já famoso Bernardo Cabral me conhecesse. E V. Ex^a me chamou pelo nome: “Lindberg, continue com a luta pelo direito de voto em Brasília. É uma questão de tempo”. Guardei essas palavras e levamos nossa proposta à frente. Hoje, Brasília vota. Quero também saudá-lo com alegria pelo brilhantismo de sua inteligência. Quero brindá-lo pelos cargos que V. Ex^a ocupou no Amazonas e que foram citados aqui, como a presidência da OAB, exercida em um momento difícil da história do Brasil em que o País passava por uma revolução, e V. Ex^a, na sua autenticidade, sempre falava a verdade com

austeridade e muita coragem. Lembro-me de um fato muito importante: V. Ex^a foi Presidente da Comissão Parlamentar da Constituinte de 1988 e, por duas vezes, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Nacional Constituinte. Creio que não exista no nosso País outro político que tenha alcançado, por duas vezes, cargo de tamanha importância, dirigindo e escrevendo um rumo para a democracia do Brasil. Não quero me estender muito, amigo Senador, mas encerro este aparte com os versos do grande poeta e jornalista Fernando Sabino, que retratam fielmente a sua vida:

“De tudo, ficaram três coisas:
a certeza de que estamos sempre
começando,
a certeza de que é preciso continuar e
a certeza de que somos interrompidos
antes de terminar.
Faça da interrupção um caminho,
da queda, um passo de dança,
do medo, uma escada,
do sonho, uma ponte,
e da procura, um encontro.”

Só lamentamos por V. Ex^a não ter conseguido deixar um marco importante na história do País: o término da reforma judiciária. Muito lamento a ingratidão daqueles que não compreenderam. Muito obrigado, vá com Deus, seja feliz. Em breve, V. Ex^a estará de volta.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Bernardo Cabral, o Senador Gilberto Mestrinho disse que o Amazonas perde. Eu digo que a Amazônia e também o Brasil perdem uma grande figura no Senado Federal. Eu, particularmente, tive a oportunidade de conviver com V. Ex^a na Constituinte e aprendi muito não só com seu saber jurídico, mas também com a capacidade que V. Ex^a teve de

saber costurar tantos interesses e tantas idéias divergentes num projeto que, ao fim, deu praticamente a todos a satisfação de ter atendido, se não no todo, em grande parte àquilo que foram defender naquela Assembléia Nacional Constituinte. Eu, particularmente, além de outros temas, tinha como ponto máximo a luta pela transformação do meu Território Federal de Roraima em estado-membro da Federação. V.Exª soube conduzir e acolher o anseio de todos os Deputados Federais de Roraima e do Amapá, transformando, portanto, aqueles territórios daquela figura esdrúxula de espécie de autarquia federal em estados-membros da Federação, dando aos seus habitantes a condição de cidadãos brasileiros por inteiro. No Senado Federal não foi diferente. V. Exª se dedicou de corpo e alma a várias tarefas, mas principalmente à tarefa da reforma do Judiciário, que passou oito anos na Câmara dos Deputados. Aqui nenhuma crítica ao trabalho da Câmara dos Deputados, que é muito diferente do nosso, mas em apenas dois anos aqui, V. Exª soube dar celeridade a esse trabalho e, ouvir todo mundo, como V. Exª já teve oportunidade de dizer dessa tribuna, e indo praticamente a todos os estados brasileiros participar de seminários e debates, concluir por um trabalho que, como bem disse V. Exª, se não é perfeito, com certeza é o que se pôde fazer para este momento da história brasileira. Em apenas dois anos, V. Exª conseguiu concluir a proposta de reforma do Judiciário, e talvez esse trabalho lhe tenha custado a reeleição, exatamente porque privou da sua presença na campanha, baseada no corpo-a-corpo na sua base eleitoral no Amazonas. Esse seu trabalho não será esquecido nem pelos brasileiros de outros lugares e tenho certeza de que será reconhecida pelos amazonenses a injustiça cometida com V. Exª por sua não-reeleição. Os grandes homens sobem – assim como V. Exª – atravessar esses momentos. V. Exª deixa para todos nós um exemplo de competência, de serenidade e de honestidade no trabalho. Parabéns, quero estar sempre ao seu lado onde estiver.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Senador Bernardo Cabral, procurei ser breve para oferecer oportunidade a todos os companheiros que pretendem apartear V. Exª para manifestar o reconhecimento por seu trabalho e por sua dedicação à causa pública do Estado do Amazonas e de nosso País. Eu não poderia deixar de apartá-lo, porque tenho uma longa convivência com V. Exª. Morei no Estado do Amazonas – como V. Exª sabe – estudei no Colégio D. Bosco e no velho Ginásio Amazonense, quando o conheci. V. Exª era acadêmico de Direito, já participava da vida pública no Estado do Amazonas e era considerado um dos melhores oradores daquela época e manteve-se assim até hoje. Todos nós reconhecemos que V. Exª galgou posições destacadas na vida pública do País graças ao seu preparo intelectual e graças também a sua oratória. Portanto, quero não apresentar congratulações a V. Exª. Penso que devemos lamentar, pois o Senador perdeu uma figura proeminente como V. Exª, um homem que prestou tão grandes e assinalados serviços a este País, como relator da Assembléia Nacional Constituinte, como relator da reforma do Judiciário e de tantos outros projetos importantes que tramitaram tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Aceite, portanto, a solidariedade de um companheiro que, como V. Exª, deixou de ser reeleito nas últimas eleições. Meus cumprimentos a V. Exª pelo magnífico pronunciamento de despedida nesta tarde no Senado Federal.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Bernardo Cabral, V. Exª me permite um aparte?

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Também peço um aparte a V. Exª, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM) – Concedo o aparte ao Senador Fran-

celino Pereira e, posteriormente, ao Senador Amir Lando.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permita-me a Casa proclamar que V. Ex^a é o maior de todos nós. Ninguém o excede em lucidez, inteligência, talento e honradez. V. Ex^a é um exemplo para todos os brasileiros nesta Nação sempre aflita diante de seu futuro. V. Ex^a só nos deixa uma solução: avançar sempre, contra todos os riscos. Reitero que o Brasil é um País desigual e injusto. A sua luta será sempre incomum, mas por ser instigante atrai, envolve, torna-se prazerosa, tanto mais que aos obstinados e aos éticos não lhes falta o dom do recomeço. V. Ex^a há de ter o prazer, que para nós é uma honra, de não perder o contato conosco, com esta Casa. O brilho da sua inteligência não foi correspondido pela decisão do povo do seu Estado, mas a inteligência brasileira, de ponta a ponta, aponta V. Ex^a como um dos homens públicos mais honrados deste País.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Quero que V. Ex^a leve para sua esposa, para o seu Estado, para o Rio de Janeiro, se V. Ex^a transferir-se para aquela capital, a nossa palavra de solidariedade, de respeito e de consideração ao seu destino, que é o melhor de todos os destinos de todos nós. Muito obrigado.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Bernardo Cabral, 1982. Congresso Nacional de Advogados. Florianópolis. V. Ex^a presidindo a Ordem dos Advogados do Brasil. V. Ex^a era grande, respeitado, saudoso por todos os advogados do Brasil o grande Presidente. Não era Senador, não era Deputado. Ser grande não depende necessariamente do exercício de um cargo político. Vossa Excelência o era, foi como Deputado e Senador e será, com absoluta certeza, agora, depois de deixar esta Casa. Mas, daquele momento, lembro-me de um encontro frutuoso, o “Temário e Justiça Social.” Desfilaram ali os cérebros deste País, dos quais destacarei três: Goffredo da Silva Tel-

les Júnior* - Justiça Social e Liberdades Concretas; Miguel Reale Júnior* - Justiça Social e Participação Política; e o grande e inesquecível Barbosa Lima Sobrinho – Justiça Social e a Imprensa. Aí, Justiça Social e Reforma Agrária; Justiça Social e Habitação. Enfim, discutimos ali um projeto de País. Eu, modestamente, representando o meu Estado de Rondônia, onde tive a oportunidade de conhecer V. Ex^a pessoalmente, e daquele momento em diante, pude nutrir uma profunda admiração pela higiene de postura e pela preocupação social que hoje permeia o discurso de V. Ex^a e que guarda a coerência daquele encontro de 1982, onde se mostrava o quadro doloroso e dramático da população brasileira, dos excluídos, e que hoje ainda estão aí a exigir de nós uma resposta. E no meio de aplausos e de emoção, naquele discurso de despedida, lembra V. Ex^a Paganini e as cordas que se romperam e, por fim, ele executou, com aquilo que era próprio do grande gênio, apenas com uma corda, que era a corda do coração, como ele disse. É isto que V. Ex^a hoje recebe de nós: essa manifestação do coração, de carinho, de respeito, de admiração ao jurista emérito, ao professor honorário e, sobretudo, ao paradigma de parlamentar. Conheci V. Ex^a mais de perto também na Constituinte como relator-geral e pude, mais uma vez, confirmar a grandeza e o amor à pátria, à causa social e, sobretudo, à justiça. V. Ex^a não sai do Senado. As idéias, o ideal e, sobretudo, a devoção à justiça hão de nos dar lição, a cada dia, a cada momento, porque – repito – V. Ex^a foi o paradigma que há de inspirar todos nós na ação parlamentar.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Antes de V. Ex^a fazer qualquer advertência, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Advertência, não.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – ...ao orador. Eu queria dizer a V. Ex^a que solicitei ao Senador Edilson Lobão, antes que V. Ex^a me desse a honra de estar presente, que pudesse responder a todos os colegas. Espero

que V. Ex^a, ao final, garanta-me esse privilégio para que eu possa ser mais curto nos agradecimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Até por isso, peço aos Srs. Senadores que pedirão aparte que o façam no prazo de dois minutos. Desse modo, teremos oportunidade de ouvir a todos e ainda a resposta do Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – E a palavra final do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sem dúvida.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Pois não, Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Bernardo Cabral, não preciso de mais de dois minutos para manifestar a minha opinião sobre Bernardo Cabral. Meu amigo Bernardo Cabral, eu estava aqui vendo V. Ex^a falar, ouvindo os apartes e lembrando-me, não sei se V. Ex^a se lembra, não faz muito tempo, do momento mais importante que vivi no Congresso Nacional nesse meu segundo mandato de Senador. Foi uma sessão importante da CCJ. Lembro-me com muito orgulho da Mesa que eu presidia – eu era Presidente da CCJ – e estava a meu lado o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado. De um lado e do outro os Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do STN, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior do Trabalho e o Procurador-Geral da República. Como eu me senti importante naquele dia, Senador Bernardo Cabral! Foi um momento importante da minha vida, só que aquele momento não era meu; era seu. Era a sessão de aposição do retrato do ex-Presidente da CCJ, Bernardo Cabral, e aquelas figuras estavam lá pelo prestígio de Bernardo Cabral, não era de José Agripino nem da CCJ, era de Bernardo Cabral. V. Ex^a ensinou-me esse momento importante na vida

parlamentar. Logo depois, chegava ao Senado o projeto de reforma do Judiciário. Eu presidia a CCJ e precisava designar um relator. Foi a tarefa mais fácil da minha vida. Eu não tinha nenhuma outra escolha para ser perfeito e acabado senão escolher Bernardo Cabral, a quem, com muita honra, entreguei a tarefa de relatar o projeto de reforma do Judiciário, que criou uma grande expectativa no Brasil e precisa ser bem compreendido. Essa reforma não resolverá a questão da agilidade do Judiciário no Brasil, mas, sim, a reforma processual. V. Ex^a é muito consciente disso, pois trabalhou no sentido de aperfeiçoar o que era possível e estava contido na reforma do Judiciário. Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a está fazendo o que se costuma chamar de discurso de despedida. Companheiro Bernardo Cabral, em nome do Partido da Frente Liberal, a que pertencemos, manifesto o meu pensamento: se eu fosse amazonense, seria um homem muito orgulhoso do meu contrerrâneo, que foi Presidente da OAB, Relator da Constituinte, um homem sem nódoa no comportamento ético e moral, amigo dos amigos e afável na convivência. Esse é o sentimento dos seus companheiros do Partido da Frente Liberal, que querem continuar vendo V. Ex^a nas reuniões de Executiva. Senador Bernardo Cabral, o Senador Lindberg Cury falou em chegar e sair. Um homem de sua estatura não vai embora, porque V. Ex^a chegou para ficar, lembrado pela sua competência de Relator da Constituinte e Presidente da OAB, decente e probo na convivência com seus amigos, dos pareceres brilhantes a culminar com o parecer sobre a reforma do Judiciário, que seguramente será aprovada e, sem dúvida, levará a marca de Bernardo Cabral. Que Deus o proteja, Senador.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Senador Bernardo Cabral, quando V. Ex^a começou a falar, afirmando que se estava des-

pedindo de seus colegas, fiquei pensando na dimensão da sua pessoa. No Senado Federal, V. Ex^a foi um dos Senadores mais trabalhadores que conheci. Considero que a pessoa trabalhadora tem uma das mais importantes qualidades em qualquer cidadão. V. Ex^a desempenhou bem os mandatos que recebeu durante a vida como advogado e político. A população que lhe deu esses mandatos no Congresso Nacional foi bem atendida. V. Ex^a, que foi bom Senador e um homem público de bem, disse que estava chegando ao horizonte da vida. O que penso e desejo é que continue a trabalhar onde estiver, em qualquer tempo, que será muito útil à coletividade brasileira. O seu exemplo e sua competência são marcos que devemos seguir. Deixo-lhe meu abraço, e felicidades nessa nova parte de sua vida.

O Sr. Antero Paes de Barros (Bloco/PSDB – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (Bloco/PSDB – MT) – Senador Bernardo Cabral, quero deixar registrados os meus cumprimentos e dizer que um dos momentos mais importantes da minha vida foi quando saí da Câmara Municipal de Cuiabá para a Assembléia Nacional Constituinte. Talvez V. Ex^a não se recorde, mas fui o único Constituinte que não tomou posse no dia da posse, porque havia uma eleição em que meu partido precisava de meu voto em Cuiabá na eleição da Câmara Municipal, e minha família toda aqui, querendo que eu tomasse posse. Fiquei, portanto, dividido entre minha família e meu dever partidário. Então, recorri à sabedoria jurídica de V. Ex^a. “Posso tomar posse? Posso tomar posse depois?” E V. Ex^a respondeu: “Vá tranquilo, defenda o seu partido”, que, por sinal, era o nosso – era o velho MDB -, e votei na Câmara, tomei posse aqui um dia depois com a garantia jurídica de V. Ex^a que não haveria nenhum problema como de fato não houve. Depois tive a oportunidade de defendê-lo para que fosse o nosso Relator

da Constituinte. E todas as vezes que me dirigi a V. Ex^a, eu sempre cumprimentei como Bernardo Cabral, pois não sei onde foi maior: se como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, amigo de um dos maiores amigos meus, o nosso poeta maior Benedito Santana da Silva Freire, Presidente da Ordem no meu Estado de Mato Grosso; ou se como Relator da Constituinte; ou se, agora, como Senador da República produzindo um documento pelo qual, mesmo que possa necessitar de alguns ajustes, a História lhe fará justiça e vai assegurar a V. Ex^a a enorme participação na reforma do Judiciário. Tenho a mais absoluta convicção de que a reforma que aqui realizamos será aprovada e, seja quando for aprovada, lá estarão as impressões digitais do Senador Bernardo Cabral. Não conheço nenhum grande homem público que não tenha sofrido nenhum revés eleitoral e V. Ex^a, neste momento, é um deles. Parabéns pela sua vida pública, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte ao Senador Olivir Gabardo e, em seguida, ao Senador Carlos Wilson.

O Sr. Olivir Gabardo (Sem Partido – PR) – Eminente Senador Bernardo Cabral, não poderia me furtar ao grato dever de, nesta oportunidade, testemunhar a minha admiração por V. Ex^a e especial apreço que desenvolvi nesses poucos dias em que aqui tenho convivido com os eminentes Senadores e, em especial, com V. Ex^a na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Gostaria de dizer duas palavras apenas, eminente Senador. Nesse curto espaço de tempo, pude aduzir à minha vida mais um amigo. Como dizia meu falecido pai, nessa vida o homem deve granjear amizades, porque de amizades é que vivemos. No tratamento que me dispensou e na maneira como recebeu este seu companheiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, posso dizer da sua fidalguia e do respeito e admiração que nutro por V. Ex^a por ter me recebido como um irmão na comissão que preside. Quero também destacar que o conhecimento pessoalmente há poucos dias, mas admiro-o de longa data pelo

seu trabalho na Constituinte, pelo seu trabalho aqui no Senado na reforma do Judiciário, mas muito especialmente pelo extraordinário trabalho, pela produção científico-jurídica que produziu na sua vida. Isto nos leva, neste momento, a prestar a V. Ex^a, como todos estão prestando, a mais elevada e profunda homenagem e os votos de muito sucesso na sua vida política futura. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Com a palavra o Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson (PTB – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Pois não, nobre Senador Wilson Campos.

O Sr. Wilson Campos (PTB – PE) – Senador Bernardo Cabral, lideranças como V. Ex^a não se despedem da vida pública porque deixam exemplos. O Senado Federal ficará marcado por mais de cem anos com a presença de um líder, de um referencial político do País. Confesso que, quando V. Ex^a era Deputado Federal e foi Relator da Constituinte, eu já acompanhava, lá em Pernambuco, há muito tempo, a carreira política de V. Ex^a e imaginava: “Será que um dia terei o privilégio de conviver e de aprender com um parlamentar como o Deputado Bernardo Cabral?” Com o tempo, Deus me ajudou e o povo de Pernambuco me elegeu senador, em 1994, concedendo-me, assim, a oportunidade de estar aqui e ser o que sonhei: um aprendiz, sempre aprendiz, do Senador Bernardo Cabral. Portanto, quando V. Ex^a pronuncia seu discurso como se fosse de despedida, e o Brasil inteiro o acompanha pela TV Senado e vê o Plenário quase todo presente a fim de homenageá-lo, imagino que o Senador Bernardo Cabral será sempre lembrado por aqueles que virão se sentar nestas cadeiras como senadores da República. Deixarei o Senado Federal juntamente com V. Ex^a no próximo dia 30 de janeiro. Mas sairei orgulhoso por poder dizer a meus filhos, meus netos, à minha família que fui colega de um dos maiores brasileiros, que é o Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Pois não, nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Bernardo Cabral, vou me juntar aos pronunciamentos neste momento emocionante do Senado Federal, para dizer a V. Ex^a que grandes homens não passam nem perdem esperanças. Suas idéias, Senador, são universais e indelévels, e esta Casa, para todo o sempre, reverenciará seu pensamento e a sua figura de homem culto e sereno construtor da democracia. E, ao despedir-se, V. Ex^a simbolicamente deixa para esta Casa e para o Brasil uma contribuição muito forte, justamente aquela contribuição que diz respeito ao processo eleitoral deste País e que consagra muito mais aqueles que amealham recursos materiais do que aqueles que têm espírito elevado como V. Ex^a. Vossa Excelência é um espírito de luz, guia de tantas ações nossas no Senado e na Nação brasileira. Nossas homenagens e nossas saudades. Temos certeza de que o exemplo de V. Ex^a e os frutos do seu trabalho, tão precioso para todos nós, deixarão marcada esta Casa para todo o sempre. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Casildo Maldaner e, a seguir, Senador Tião Viana.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Bernardo Cabral, se não estou equivocado, em 1988, eu Vice-Governador de Santa Catarina e Pedro Ivo como Governador disse-me: “Olha, vai a São Paulo porque o Deputado Bernardo Cabral estará sendo homenageado pelas universidades coligadas e vai representar Santa Catarina nessa homenagem”. Nunca me esqueço daquela época. De lá pra cá, não só o meu Estado de Santa Catarina, como disse há pouco o Senador Jorge Bornhausen, mas o Brasil inteiro o vem admirando – e nós, em particular. Para ser breve, endosso o que os colegas já expuseram. V. Ex^a está saindo. Saio

com V. Ex^a. Tive a honra de aqui chegar e agora de daqui sair em conjunto com V. Ex^a. Os exemplos de mestre de V. Ex^a ficam para serem seguidos. E o que eu já tive a honra de dizer, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fica reafirmado neste momento. A presença de V. Ex^a será sempre lembrada. E os ensinamentos de V. Ex^a, sem dúvida, ficarão para o Brasil.

Meus cumprimentos.

O Sr. Tião Viana (Bloco/ PT – AC) – Senador Bernardo Cabral concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Bernardo Cabral, desejo manifestar meu sincero reconhecimento à trajetória política de V. Ex^a no Parlamento brasileiro. Tive oportunidade de acompanhar, nesta Legislatura, a atividade parlamentar de V. Ex^a e me fica a melhor das impressões. Sinto que neste momento não estamos perdendo um parlamentar. Estamos admirando e reverenciando uma missão cumprida de maneira digna por V. Ex^a na responsabilidade do mandato. V. Ex^a pode ter a mais absoluta certeza de que é um vitorioso no Parlamento brasileiro. Sempre observei que as atitudes de V. Ex^a são como as de um verdadeiro curador do processo legislativo, alguém que observava a atividade parlamentar de maneira pormenorizada, os conceitos do Parlamento brasileiro e, com muita atenção, as melhores manifestações filosóficas que se podia apresentar em decorrência dos debates que se travava no Parlamento. O que fica, de minha parte, é uma profunda e elevada admiração. Há muitos anos, observei, ainda na fase de movimento estudantil, uma entrevista do Deputado Ulysses Guimarães, que alertava que as pessoas deveriam atentar para algumas manifestações físicas, com seus olhos pequenos, que refletiam muita e intensa inteligência. E é preciso observar, de maneira admirável, essa característica de V. Ex^a. De minha parte, fica a certeza de que V. Ex^a cumpriu, nes-

te mandato, um papel histórico fundamental. O Senado brasileiro tem orgulho de V. Ex^a. Mesmo tendo votado, em muitos momentos, como adversário, porque somos de partidos diferentes, sempre tive a maior admiração por V. Ex^a, pois sempre foi um adversário de profunda lealdade. A V. Ex^a minha admiração e meu reconhecimento histórico.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Senador Bernardo Cabral, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Obrigada, Senador Bernardo Cabral, pela paciência demonstrada nesta tarde, ao ouvir todos os seus amigos e colegas que querem participar desse pronunciamento histórico. Tenho, Senador Bernardo Cabral, uma vida pública longa: 44 anos de militância na política. Nesse período, experimentei a cassação de meus direitos políticos por 10 anos. Fui Vereador, Deputado, Governador. No decorrer dessa vida, o ponto alto foi minha presença no Senado, aprendendo, sentindo e conhecendo os grandes valores da República: homens e mulheres que dedicaram uma vida à Pátria. Devo salienta que, dentre tantas figuras ilustres, em meu coração, em minha concepção, V. Ex^a se destaca: uma vida servindo ao seu País. O Presidente, com muita razão, concedeu-nos dois minutos a fim de que cada um pudesse manifestar-se. Diria, Senador Bernardo Cabral, que V. Ex^a pode se considerar, nesta hora, um brasileiro de consciência absolutamente tranqüila porque cumpriu o seu dever, sobretudo com sua Pátria. Enquanto nossos colegas pronunciavam seus apartes, lembrava-me daquela passagem do grande apóstolo Paulo que, ao final de sua caminhada, escreveu: “Combati o bom combate, acabei a carreira e guardei a fé”. V. Ex^a combateu o grande combate ao fazer da sua Pátria e do seu povo uma grande Nação. V. Ex^a conclui – digo assim por saber que essa carreira não vai terminar – um período de luta extraordi-

nário na carreira pública, produzindo aquilo que poucos brasileiros tiveram a oportunidade de fazer, com sentimento, com amor, com responsabilidade e com competência, e guardou a fé na Pátria. V. Ex^a sempre acreditou neste País, como acredita. Posso dizer, com muita honra e muito orgulho, que tive o prazer de privar do seu relacionamento quase que íntimo no decorrer desses oito anos. Quando eu presidia a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, naqueles momentos de dificuldade, bastava que eu dirigisse o olhar a V. Ex^a para que fôssemos acudidos, trazendo-nos luzes. Lembro-me de que, na Comissão Especial de Segurança Pública – criada por iniciativa do Presidente Ramez Tebet –, em um trabalho complexo, pesado, a presença de V. Ex^a nos transmitia também segurança, garantia de que os trabalhos teriam um final feliz. Durante duas vezes Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nesse período, V. Ex^a mostrava tranqüilidade à Casa. Assim, ao descer dessa tribuna, V. Ex^a deve elevar o seu pensamento ao alto e agradecer a Deus pela oportunidade de servir tanto e tão bem ao nosso querido País. Meus cumprimentos.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Eminente Senador Bernardo Cabral, sempre nutri por V. Ex^a um profundo sentimento de admiração ao acompanhar sua vida pública, na OAB, na Constituinte, na sua ação parlamentar no Senado Federal. Ao aqui chegar, há pouco mais de dois anos, meu sentimento de admiração consolidou-se e ampliou-se. Destaco aqui, sobretudo, a dimensão humana do ilustre homem público Bernardo Cabral, que ficou demonstrada em seu discurso, ao se referir à sua indignação com relação à fome e à pobreza no País. Também faço referência à dimensão humana de V. Ex^a no trato pessoal, na sua atitude lhana de atenção e colaboração

com Senadores desde os mais experientes até os mais novos. Considero V. Ex^a um público do País na atualidade. Em nome do povo capixaba, do povo da minha terra, desejo votos de felicidades e de pleno sucesso em sua nova fase da vida. Congratulo-me e parablenizo V. Ex^a pela última de suas obras, que foi o relatório da reforma do Judiciário. Felicidades.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço V. Ex^a, Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Bernardo Cabral, todos temos alguns momentos e alguns dias especiais. V. Ex^a, sem dúvida, nesta tarde, deve estar reconhecendo que está tendo um dia especial, porque vem apresentar à sociedade brasileira, à Nação brasileira, a síntese do grande trabalho que V. Ex^a fez como Senador da República. Se isso não bastasse, é um momento sem dúvida especial pelos apartes que V. Ex^a está recebendo. Exceto o meu, os demais apartes vêm recheados de confirmações, de reconhecimento, e, agora incluindo o meu, quero destacar principalmente o nosso entusiasmo, a nossa alegria e a nossa certeza de que este aparte não é apenas uma formalidade, mas a expressão do nosso sentimento. V. Ex^a tem uma vida dedicada ao seu querido Amazonas, mas sempre olhando além, com a responsabilidade que tem de uma vida também dedicada ao Brasil, uma vida pública cujo registro outros já fizeram e que peço permissão para dispensar. E quero enfatizar que V. Ex^a conseguiu mesclar, ao longo desse tempo, ao longo dessa vida, o homem público que mescla com o cidadão, o cidadão que mescla com o amigo. V. Ex^a não separa a sua convivência de amizade, de cidadão, de político e de homem público. V. Ex^a conseguiu manter o sentimento da lealdade, da fraternidade, do respeito, da dedicação e da competência. V. Ex^a se dedicou muito, com a consciência que tem de que cada momento é único. Desejo-lhe felicidades, agradeço pelos ensinamentos, pelas oportunidades que tivemos

de convívio, pelo apoio que recebi em todos os momentos que buscava no companheiro e no amigo a amizade que V. Ex^a me dispensou. Todos sabemos como V. Ex^a gosta deste País. A história é escrita a cada momento e este é mais um grande momento desta Casa, é mais um grande momento do Senado escrito com a participação de V. Ex^a. Parabéns e que seja muito feliz, companheiro.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo um aparte ao Senador Maguito Vilela e, em seguida, ao Senador José Alencar, que, a partir de 1º de janeiro, será o Vice-Presidente da República.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Bernardo Cabral, quero também apresentar meus cumprimentos a V. Ex^a, porque entrou na vida pública de cabeça erguida, sempre esteve na vida pública de cabeça erguida e continuará nela de cabeça erguida, deixa o Senado, mas continuará sendo um homem público querido e respeitado nacionalmente. V. Ex^a, como Presidente da OAB, desenvolveu um trabalho relevante a todos os advogados e ao País, concomitantemente. V. Ex^a se firmou como um dos juristas mais importantes deste século. Depois, como Deputado Federal Constituinte, brilhou – e eu tive a oportunidade de ser seu liderado na Assembléia Nacional Constituinte, onde V. Ex^a foi o Relator e também prestou relevantes serviços à Pátria brasileira. Depois, como Ministro da Justiça, com conhecimento profundo de Direito, atuou com competência e muita dignidade. Como Senador da República, sempre foi um grande líder nesta Casa. Como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, também desenvolveu um trabalho exemplar. Portanto, V. Ex^a é um vencedor, um dos homens públicos mais importantes deste País. Ouvi o Senador Gilberto Mestrinho e, posteriormente, o Senador Antero Paes de Barros dizerem que V. Ex^a sofreu um revés eleitoral no Amazonas. Acredito que foi o Estado do

Amazonas, o povo amazonense e, por que não dizer, o Brasil sofreu um revés, porque V. Ex^a ainda tem muitas idéias extraordinárias para servir a este País. Assim, quero apresentar os meus cumprimentos a V. Ex^a e dizer que sou um profundo admirador de sua conduta ilibada, proba e competente na vida pública e profissional. Sei que V. Ex^a vai continuar ajudando o Brasil com pareceres, advogando em causas importantes, tenho convicção absoluta disso. Quero lamentar que o Senado e a vida pública brasileira tenham perdido um de seus expoentes em função naturalmente do revés que, volto a repetir, não é do Amazonas ou do amazonense, mas do Brasil e dos brasileiros. Muito obrigado.

O Sr. José Alencar (PL – MG) – Senador Bernardo Cabral, peço a V. Ex^a um aparte.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte ao nobre Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PL – MG) – Eminente Senador Bernardo Cabral, todos nós – eu sinto – estamos hoje compartilhando esta sessão em que V. Ex^a ouve e participa de todas estas manifestações que lhe são devidas. A lhaneza, a própria hospitalidade, a diplomacia são características da sua personalidade admirável, como um dos parlamentares de que todos nós mais nos orgulhamos. V. Ex^a, lembro-me bem, como relator da Constituinte, nos recebia – naquele tempo, nós pela Federação das Indústrias e às vezes pela Confederação Nacional da Indústria – para discutir determinadas questões ligadas à nova Constituição que nascia. Desde aquela época, V. Ex^a nos conquistou a todos pelo seu espírito público arraigado, pela capacidade com que V. Ex^a nos convencia e, às vezes, até concordava com algumas posições que trazíamos. Aquilo tudo fez crescer no coração de cada um de nós o sentimento de respeito e de admiração pelo trabalho admirável que V. Ex^a trouxe ao Parlamento nacional. Devo dizer, eminente Senador Bernardo Cabral, que também estou me despedindo do Senado Federal. Aprendi muito nesta Casa.

| Depoimento de Paulo Figueiredo |



“ Senador Bernardo Cabral

Neste começo de ano, recolho num samba de Nelson Cavaquinho a seguinte reflexão: “Se alguém quiser fazer por mim, que faça agora. Me dê as fiores em vida, o carinho, a mão amiga, para aliviar meus ais. Depois que eu me chamar saudade, não preciso de vaidade, quero preces e nada mais”. Uma das maiores expressões da espontaneidade poética da música brasileira. Nelson reclamava do esquecimento que vinha sofrendo. Um único verso (“tire o seu sorriso do caminho, que eu quero passar com a minha dor”) já o consagrara, em sequência (“hoje pra você eu sou espinho, espinho não machuca a flor”) de desdobramento comovente.

Pinço a plangência do sambista da Mangueira, parceiro de Guilherme de Brito, Cartola e Carlos Cachça, e com ela estranho a singularidade com que se vem tratando no Amazonas o senador Bernardo Cabral. Aqui e ali, uma tímida homenagem, que destoa de sua passagem pela vida pública brasileira. Veja na outra ponta, tantos outros recebendo louros, alguns de extensão exagerada, enquanto na mesma proporção procura-se relegar o notável amazonenses a certo olvido. Há nomes de bairro,

prédios e logradouros em Manaus conferidos sem nenhuma razão a personagens sem a menor relevância histórica.

Creio que chegou a hora de prestar a Cabral as deferências merecidas, na dimensão de sua importância, como político e como homem de larga e reconhecida projeção nacional. Não custa lembrar que Cabral foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, nos anos negros da ditadura militar, e mais tarde ministro da Justiça, já com o país redemocratizado. Como relator da Constituição de 88, independente dos institutos que dão solidez ao regime de liberdades, erigidos com sua participação, soube conferir status de garantia constitucional ao modelo Zona Franca de Manaus, como manto protetor permanente contra os inimigos do desenvolvimento do Amazonas. No Senado Federal, revelou-se tribuno intemorato em defesa dos interesses regionais, encerrando o mandato consagrado pela relevância de seus pares.

Não conheço na representação política do Estado quem lhe tenha excedido em notoriedade e importância. Em várias ocasiões testemunhei a medida de seu prestígio pessoal, mesmo já afastado de suas funções públicas, apenas e tão somente no exercício da cidadania e da advocacia na cidade do Rio de Janeiro, onde desfruta de honrarias dignas de sua estatura moral.

Ético, probo e de conduta inatacável, jamais se serviu dos cargos que exerceu. Ao contrário, fez da ação política uma prática constante em homenagem à moralidade e à decência, características hoje raríssimas na vida pública brasileira. ”

Advogado

Professor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM)

Fonte: Jornal Diário do Amazonas, 09/01/2010

Aprendi sempre política elevada, especialmente quando ouvia os pronunciamentos de V. Ex^a. Então, por tudo isso, e mais pelo apreço que todos nós devemos a V. Ex^a, como pessoa humana, é que queremos que V. Ex^a continue prestando relevantes serviços, como foram todos os serviços que V. Ex^a prestou ao nosso País. Continue disponível, prestando relevantes serviços ao Brasil, porque o Brasil não pode se despedir de V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio e, logo em seguida, ao Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. Luiz Otávio (Bloco/PPB – PA) – Mestre Bernardo Cabral, na parte da manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nós também já fizemos o registro de todos os nossos companheiros e colegas, inclusive, o do Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Osmar Dias. Agora, apenas para acrescentar ao que foi dito pela manhã, digo que me sinto orgulhoso de ser um seguidor de V. Ex^a e de ter tido oportunidade de conviver com V. Ex^a nesses quatro anos em que estou no Senado. Reconheço que a nossa geração teve oportunidade de aprender e conviver com V. Ex^a. Tive a honra também de sempre votar com V. Ex^a. Sempre acompanhei o seu encaminhamento e as suas indicações como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania durante esses dois últimos anos na Presidência. Além da sua competência, do seu conhecimento, da sua vivência e da sua experiência, sempre V. Ex^a primava e prima pelo bom senso, pela humildade, pelo reconhecimento do trabalho em prol do povo brasileiro, em especial da nossa querida Amazônia. Portanto, Professor Bernardo Cabral, professor da vida, professor da Constituinte, professor do nosso dia-a-dia, muito obrigado por tudo que fez e que continuará fazendo pelo nosso Brasil.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE)
– V. Ex^a me concede um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE)
– Senador Bernardo Cabral, o número de Senadores que já o apartearam e dos que estão se preparando para fazê-lo reflete melhor do que as palavras o respeito, o carinho e admiração angariados por V. Ex^a nesta Casa, ao longo dos seus oito anos de mandato. De minha parte, gostaria apenas de me somar a esses diversos pronunciamentos, externando, mais uma vez, a honra de ter convivido com V. Ex^a nesse período, não só no plenário do Senado Federal, mas também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. V. Ex^a foi Presidente por duas vezes daquela Comissão e conduziu-a da forma mais democrática possível, forma essa indelevelmente registrada em sua própria personalidade. V. Ex^a, que tem dado uma contribuição muito grande à democracia do nosso País como Presidente da OAB, como Relator da Constituinte, como Deputado Federal e como Senador, agora se despede desta Casa; mas, tenho certeza, como já foi dito por outros colegas, não é o encerramento de sua vida pública; é apenas uma etapa que se encerra, já que V. Ex^a, com o seu conhecimento, talento, capacidade, ainda tem muito a contribuir para o engrandecimento do nosso País. Quero que V. Ex^a seja feliz nos novos caminhos a trilhar no próximo ano e manifesto, mais uma vez, a minha satisfação por esses oito anos de convivência. Muito obrigado.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Bernardo Cabral, direi algumas poucas palavras para expressar a alegria que tive, na minha vida pública, de conviver com V. Ex^a como Deputado e também como Senador. Estivemos juntos na Câmara Federal, inclusive na Constituinte, de que V. Ex^a foi Relator, e estamos juntos no Senado neste período em que

V. Ex^a exerceu a segunda parte de seu mandato. Posso dizer-lhe, como simples engenheiro, que sempre tive a oportunidade de aprender muito com seus pareceres e com sua participação como grande jurista. Em toda sua longa vida pública, ressalto o papel importantíssimo de V. Ex^a como Relator da Constituinte. Certa vez, conversando com um político alemão, ele disse-me que dificilmente a Alemanha conseguiria fazer uma nova Constituição no século XXI, porque a quantidade de interesses envolvidos seria tão grande que poderia causar uma revolução. Na nossa Constituinte, a situação não era diferente. V. Ex^a teve a oportunidade de coordenar grandes interesses que surgiram e o fez de maneira correta, leal e, sobretudo, competente. Em toda a sua vida pública, em que foi Ministro, Deputado Federal, Senador, Presidente da OAB, além de outros cargos, destaco que o Brasil muito lhe deve pelo trabalho paciente, competente, diuturno realizado por V. Ex^a como Relator da Constituinte. Espero que V. Ex^a continue, em sua vida pública, prestando serviços ao Brasil. O nosso partido estará sempre ao seu lado e V. Ex^a, sempre conosco para continuarmos a realizar esse trabalho. Muito obrigado.

O Sr. Artur da Távola (Bloco/PSDB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Artur da Távola (Bloco/PSDB – RJ) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a, já há bastante tempo de pé nessa tribuna, recebe a homenagem da Casa e de seus pares. Como se percebe, trata-se de preito sincero e, ao mesmo tempo, de extremo respeito por V. Ex^a. Vendo a homenagem eu pensava no porquê dessa manifestação unânime da Casa. V. Ex^a é um homem dotado de inteligência, característica que fascina o ser humano. Grande parte desse preito é pela sua inteligência. V. Ex^a é um homem culto, de gostos refinados. Quem o acompanha como amigo e já teve oportunidade de viajar com V. Ex^a conhece-lhe a cultura e o refinamento. Existe uma palavra que

está em desuso e cujo significado é muito pouco examinado: etiqueta, que é a pequena ética do comportamento e que virou até sinônimo de algo que se coloca num pedaço de papel, embora não o seja. Só tem etiqueta, no sentido antigo, justamente quem tem a ética do comportamento. E esta ética é filha da cultura. V. Ex^a é um homem amável, o que é outra característica muito interessante. Até mesmo em suas santas raivas – tive oportunidade de assistir a algumas -, V. Ex^a fica muito vermelho, porque guarda dentro de si quase toda a raiva, pondo para fora só um terço dela, mais uma prova do temperamento amável desse homem cordial, lembrado por Sérgio Buarque de Hollanda como caracterização do homem brasileiro. V. Ex^a é hábil. Sabe conduzir um processo, sabe comandar uma Comissão – deu várias provas disso -, soube ser Relator da Constituinte. E a habilidade é parte inerente da ação política. Outra característica que julgo explicar a homenagem prestada pela Casa é que V. Ex^a, como todo bom político, é maleável no circunstancial, mas inflexível no essencial. Pouca gente tem noção da importância do que significa ser maleável no acidental, ou seja, conciliar no circunstancial, mas não conciliar no essencial, que são as idéias, as convicções. Nessas, V. Ex^a em nenhuma hipótese é maleável, e faz muito bem. Há pessoas, Senador Bernardo Cabral, para quem o destino indica a tarefa de dar de si mais do que receber. É o caso de V. Ex^a. É claro que há outras pessoas na política a quem o destino deu a faculdade de receber mais do que dar. São as tramas da política, são desígnios acima da nossa vontade. A política não é uma atividade movida exclusivamente pelo mérito. Ela mistura mérito com acaso. E V. Ex^a, portanto, deixa esta Casa – percebo – um pouco triste. Mas quero lhe dizer, Senador Bernardo Cabral, que V. Ex^a há de ter muitas alegrias, apesar da dor da separação de algo que lhe é profundo e inerente. Primeiro, V. Ex^a está na idade da razão e poderá, como jurista, escrever, opinar, dar aulas com uma visão muito mais ampla e muito mais generosa do mundo. V. Ex^a está na fase

das paixões políticas e das ilusões acalmadas não desaparecidas, mas acalmadas. Portanto, Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a pode ir hoje para casa pensando no seguinte: “Dei o bom combate, estou sereno, pronto para continuar a servir o meu País”. Parabéns, Senador, por tudo o que V. Ex^a é e representa.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE)
– Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE)
– Senador Bernardo Cabral, é verdade que o Senado Federal é reconhecido e caracterizado como uma Casa onde predominam a cordialidade, o equilíbrio, a moderação e a gentileza. E V. Ex^a é o retrato, sem dúvida alguma, de todo esse espírito dominante no Senado Federal. Se é verdade que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, o povo do Amazonas descobriu o Cabral e o trouxe para cá, para o Congresso Nacional, onde fez um lastro de amizade, ganhando e granjeando a simpatia de todos nós, não apenas pelo relacionamento humano, solidário com os colegas, sobretudo pela sua competência demonstrada ao longo de todos estes anos, notadamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se mostrou um defensor intransigente das liberdades, dos direitos constitucionais. E sou prova disso! Como Senador da Oposição, quantas vezes fui procurar o aconselhamento do meu amigo, Senador Bernardo Cabral, e a sua assinatura em muitas matérias importantes para o povo brasileiro, como a questão da revitalização do rio São Francisco. E V. Ex^a, como Senador das Águas, jamais poderia furtar-se a esse apoio para a salvação do Velho Chico. Às matérias favoráveis à saúde, à alimentação e a toda e qualquer proposta que avançasse na direção social, da boa política, V. Ex^a se somava, não só às propostas apresentadas por mim, mas pelos Senadores dos demais partidos. Portanto, esta Casa deve muito a V. Ex^a, e muito mais o povo brasileiro. Que Deus o ajude na

nova caminhada! Que V. Ex^a retorne à atividade política, porque o Brasil precisa dela.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Senador Bernardo Cabral, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– Concedo o aparte ao Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Senador Bernardo Cabral, já há tantos apartes que fica cada vez mais constrangedor usar o tempo e limitar os demais colegas. Mas, tendo sido colega de V. Ex^a por tantos anos e tendo tido o privilégio de, ao longo destes vinte e tantos anos de mandato, ter sido testemunha viva, ocular e auricular de grandes momentos por que passou este Parlamento, momentos em que V. Ex^a era uma das personagens centrais, eu não poderia deixar de registrar que levo comigo – nós que estamos encerrando o mandato –, entre o acervo, o patrimônio de aprendizado que colhi, ensinamentos de vida, de hombridade, de serenidade, de grandeza, de maleabilidade humana e de grande rigidez moral que testemunhei na experiência junto a V. Ex^a. O Brasil talvez não saiba e talvez jamais venha a saber, Senador Bernardo Cabral, o que ocorreu no Prodasen naqueles anos de chumbo da Assembleia Nacional Constituinte. V. Ex^a, um grande negociador, um homem pacífico, harmônico, flexível, do diálogo, aberto para múltiplas opções, disposto a fazer concessões a favor do interesse comum, do interesse público, disposto a aceitar acordos, com esse seu espírito, com essa sua bonomia pessoal, mas quando se tratava do interesse do Brasil, do interesse da Nação, do superior interesse público, V. Ex^a era uma rocha de inflexibilidade. Fui testemunha de parlamentares que traziam recados a V. Ex^a, recados que continham inclusive ameaças a V. Ex^a, que não alterou um milímetro do caminho que traçou e a que se propôs, tendo produzido a mais bela e democrática Constituição de toda a história constitucional do Brasil. Levo este testemunho, este depoimento, mas levo comigo esse aprendizado. Posso dizer aos brasileiros que convivi com Tancredo Neves,

com Ulysses Guimarães, com Nelson Carneiro, com Pompeu de Souza, com João Calmon, com Afonso Arinos e com Bernardo Cabral, de quem tirei lições de vida e de coragem. Portanto, V. Ex^a sai desta Casa, mas deixa nela a sua marca, deixa no Congresso a sua imagem, deixa para o Brasil e para o futuro sua visão de homem público, sua grandeza e sua dimensão. É possível, Senador Bernardo Cabral, que, daqui a alguns anos, a Constituição brasileira esteja completamente reformada, porque ela precisa ser atualizada, precisa estar consentânea com o novo mundo e o com os novos tempos. Mas, se ela pode ser reformada hoje, se ela pode ser atualizada, modernizada, tornada consentânea com o presente, é porque V. Ex^a introduziu nela os instrumentos democráticos que permitiram que isso ocorresse. V. Ex^a fez uma Constituição que não é só democrática em si, ela é metafisicamente democrática. Ou seja, ela é democrática sobre si mesma, sobre sua própria operação, como norma, como lei, como código, como Carta Maior da República. Portanto, cumprimento V. Ex^a, que sabe que sempre terá, neste Senador, um amigo e, mais do que tudo, um admirador, um aprendiz das suas grandes lições de esperança e coragem.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo um aparte à Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Meu nobre colega e amigo Bernardo Cabral, nesta tarde de hoje, este plenário do Senado está movido pela emoção. Todos estamos emocionados. É possível senti-lo pelo tom de voz de cada um. E não poderia ser diferente, em se tratando do discurso de despedida em um político nobre, da envergadura de V. Ex^a. O Brasil perde muito, e este Senado perderá bastante. Lamento profundamente o que perderá o Estado do Amazonas, o Estado de Roraima, a que pertence e, principalmente, toda a região amazônica. Agora que todos os políticos despertaram para defender a Amazônia,

quando V. Ex^a seria tão útil continuando na Casa, um dos que levantaram a bandeira para defender aquela região, esquecida por tantos, não podemos contar com a sua participação neste Senado. Entretanto, a marca fica. A história pode passar, mas o trabalho, não. Ainda lembro, nos dias difíceis da Constituinte, em que tive o prazer de ser sua colega, que, em nosso estado, àquela época território, tínhamos apenas quatro Deputados Federais. Não tínhamos Senadores por tratar ainda de território. Mas Roraima contou com cinco Deputados Federais. Se não fosse a intervenção, a compreensão e até o sentimentalismo de V. Ex^a, não teríamos conseguido transformar o Território de Roraima em estado. Graças ao Senador Bernardo Cabral, conseguimos autonomia e transformamos aquele antigo Território em Estado da Federação brasileira. O povo do Amazonas talvez não saiba o que significou Bernardo Cabral na Constituinte no que se refere à salvação da Zona Franca de Manaus, o povo do Amazonas talvez não conheça o Bernardo Cabral da Constituinte, foi S. Ex^a quem salvou a Zona Franca de Manaus. Ainda me lembro da reunião de líderes – uma reunião para o acordo das lideranças – presidida pelo Deputado Nelson Jobim, atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Já estávamos dando a questão por extinta, mas S. Ex^a, com a serenidade que lhe é peculiar, fez a exposição de motivos e convenceu todos. S. Ex^a sempre foi uma voz brilhante a defender este País com fidalguia e honestidade. É bonito dizer que S. Ex^a já era conhecido antes mesmo de chegar ao Parlamento. Foi Presidente da OAB. Sempre tido como um homem honesto, passou pela Câmara dos Deputados, assumiu o Ministério da Justiça e chegou ao Senado. Mas a característica mais brilhante de S. Ex^a, além da cultura, é a sua honestidade. S. Ex^a ultrapassou todas as barreiras, muitas conquistas, algumas decepções – mas todo ser humano as enfrenta. Como muitos já disseram, S. Ex^a não conseguiu se reeleger, mas quem perde é o Estado do Amazonas, a região amazônica, o Brasil. Siga em frente, Senador Bernardo Cabral,

porque, pelos depoimentos dos seus colegas, tenho certeza de que até os seus últimos dias, carregará, com orgulho, a admiração de todos. Parabéns por tudo que representa para nosso País, parabéns à sua família, parabéns à sua companheira, a quem conheço de perto, pessoa digna, que sempre o acompanha nos momentos de alegria e de tristeza. Siga em frente, Senador, a vitória será sua.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Com prazer, Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Eminentíssimo Senador Bernardo Cabral, chegamos juntos no Senado Federal e findaremos, também juntos, nossos mandatos. Mas sei, Senador Bernardo Cabral, que o Senado continuará sendo uma de nossas casas, pois V. Ex^a também tem, na OAB, outra importante referência. Entramos pela porta da frente, Senador, e por ela estamos saindo! Como Roraima, o Amapá também deve a V. Ex^a a passagem de território a estado. Nossos oito anos de convívio foram de cordialidade, amizade, respeito, sobretudo, de aprendizado permanente. Foram muitas as vezes que fui à sua bancada me aconselhar juridicamente. Quantas e quantas vezes recorri a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em quem sempre encontrei em aliado permanente às causas do Brasil, da Amazônia, do Amapá e do povo brasileiro. Senador Bernardo Cabral, o estilo de V. Ex^a é fino. V. Ex^a é um verdadeiro cavalheiro, de uma elegância exemplar no trato, na fala, no modo de se referir a qualquer questão, por mais polêmico que seja. V. Ex^a é um conciliador e soube associar, acima de tudo, sabedoria à serenidade, como destacou o Senador Artur da Távola. Mas V. Ex^a também se indignou, muitas e muitas vezes, mesmo sem perder o controle emocional, mas colocando para fora sua indignação quando sentia seus ideais serem lesados, feridos. Recentemente, assistimos, mais uma vez,

a um exemplo dessa indignação, quando o Senado deixou de votar a reforma do Judiciário, tão bem conduzida por V. Ex^a. Participo desta homenagem em meu nome e em nome do povo do Amapá. Tenho certeza de que V. Ex^a continuará a servir ao Brasil e ao Senado Federal como consultor permanente tanto dos atuais Senadores como dos da futura geração, a exemplo de tantos outros Senadores, como o nosso saudoso Senador Josaphat Marinho, que permanentemente era consultado, mesmo depois de deixar o Senado Federal. Senador Bernardo Cabral, a eleição, lamentavelmente, não é fruto da razão. Não é ela que conduz o processo eleitoral, é a emoção, a situação econômica, política, financeira e as condições materiais. Mas respeitamos a vontade do povo, e o povo do Amazonas talvez lhe reserve uma outra missão, pois tenho claro, das vezes que visitei o Amazonas, o prestígio de V. Ex^a naquele estado. O líder perde o mandato, fica sem mandato, mas não perde a liderança, não deixa de ser referência para o seu povo. E V. Ex^a continuará sendo uma referência para o Senado brasileiro, para o povo do Amazonas, para o povo brasileiro. Parabéns, Senador Bernardo Cabral, pelo mandato exemplar que V. Ex^a desempenhou na Câmara Federal e, sobretudo, no Senado Federal. Muito obrigado.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Geraldo Melo, ouço V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Meu caro e eminentíssimo amigo, Senador Bernardo Cabral, não quero alongar-me, porque muito do que precisava ser dito a V. Ex^a nesta tarde já o foi. Não preciso lembrar ao Brasil que o clima de liberdade e de democracia que respiramos hoje é obra de todos os que acreditam nela. Entre os construtores dessa sociedade livre, seguramente se há de enxergar fortemente presente a mão de V. Ex^a. Não preciso lembrar o que representou a construção do novo País e da nova democracia brasilei-

ra, sua contribuição como líder de um movimento de libertação, de reação, de dignidade e de independência, como Presidente da OAB, como Relator da Constituinte e aqui, nesta Casa, dando dimensão e grandeza ao trabalho de todos os dias. Quero apenas agradecer a V. Ex^a. Também vou embora, Senador Bernardo Cabral e a sensação de perda que tenho em muito se acrescenta pela ausência de V. Ex^a, dos seus conselhos, da sua experiência e do seu exemplo, o qual tive o privilégio de desfrutar durante estes oito anos. Fui, com muita honra, seu Vice-Presidente na CPI dos Precatórios. O imenso trabalho que realizamos madrugada adentro, semanas e meses, foi um momento alto da nossa passagem nesta Casa, pelos ensinamentos, pela sabedoria, pela demonstração de equilíbrio e de experiência que V. Ex^a partilhou com todos, inclusive com seu Vice-Presidente. Onde eu estiver, cada dia em que vir materializada, nas conquistas do povo, a democracia que V. Ex^a tanto ajudou a construir; onde eu estiver e precisar recordar os ensinamentos preciosos que tive oportunidade de receber como Senador de todos os colegas; onde eu estiver e me recordar de um amigo, companheiro, colega solidário, homem eminente, ilustre e sério, lembrarei de V. Ex^a e por isso não poderia deixar de juntar a minha voz à justa homenagem que a Casa presta a V. Ex^a nesta tarde. Obrigado, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Bernardo Cabral, serei breve. Já tivemos oportunidade de, hoje pela manhã na Comissão De Constituição, Justiça e Cidadania, externar a nossa posição pessoal e também em nome da Liderança do Governo. Quero aduzir que V. Ex^a é não só um Senador do Amazonas mas também um Senador amazônida. E nós, amazônidas, temos muito orgulho do

seu trabalho, da sua biografia e da sua ação no Congresso Nacional. Quero parabenizá-lo e dizer que o Estado de Roraima, como disse a Senadora Marluce Pinto, deve muito a V. Ex^a, que tem serviços prestados ao País, mas principalmente à nossa querida região amazônica. Nada mais justo, portanto, do que essa homenagem que prestamos hoje a V. Ex^a, e que também continuaremos nesta luta, conjuntamente, em prol do País. Meus parabéns e felicidades em sua trajetória.

O Sr. Fernando Ribeiro (PMDB – PA) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte, Senador Fernando Ribeiro.

O Sr. Fernando Ribeiro (PMDB – PA) – Senador Bernardo Cabral, eu gostaria de, publicamente, registrar que foi um imenso privilégio, nesta minha breve passagem por essa Casa, ter convivido com V. Ex^a não só no plenário, mas também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que recolhi desta convivência muitos ensinamentos que, quando deixar esta Casa – aliás junto com V. Ex^a -, me farão guardar de forma terna as recordações deste trato diário. E, creio, poderei dizer, quando relatar os momentos que aqui passei, que construí com V. Ex^a uma amizade que não se encerra com este mandato. Um grande abraço, muita saúde e paz para V. Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Senador Bernardo Cabral, peço a V. Ex^a um aparte.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Nobre Senador Bernardo Cabral, eu posso assegurar a V. Ex^a que hoje fiz um cálculo perfeito. Eu tinha um compromisso inadiável aqui fora, mas quando vi que V. Ex^a assomou à tribuna tive certeza de que todos os senadores gostariam de apartear-lo, como de fato o fizeram, e por isso houve tempo de eu chegar aqui e ainda ter o prazer de me despedir brevemente de V. Ex^a. Quero dizer-lhe que V. Ex^a é um dos homens

vencedores deste País. V. Ex^a foi o Relator da Constituição Cidadã, no dito do saudoso Dr. Ulysses Guimarães; V. Ex^a foi o Relator da reforma do Judiciário, matéria importantíssima que deveria efetivamente ser implantada ainda no decorrer deste ano; V. Ex^a, antes de tudo, foi um guru para aqueles que não tinham a sua experiência, acumulada ao longo da sua vida. Quero deixar patenteada aqui a impressão de que esta Casa estará mais pobre a partir da próxima legislatura por perder um Senador de escol, de ponta, como é V. Ex^a. Eu o admiro muito e, além do mais, sou-lhe muito agradecido porque alguns pedidos que fiz a V. Ex^a foram prontamente atendidos. Seja muito feliz na sua jornada futura junto a Dona Zuleide e a seus familiares. Deste modesto Senador, a eterna admiração e a eterna gratidão.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Senador Bernardo Cabral, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo um aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Senador Bernardo Cabral, colega e querido amigo, eu sinto que posso falar valorosa gente do Estado do Tocantins, que juntamente com o Senador Carlos Patrocínio e Eduardo Siqueira Campos tenho a honra de representar nesta Casa. O povo tocantinense reverencia o extraordinário trabalho desenvolvido por V. Ex^a, fundamental na criação dessa nova unidade da Federação que é o Estado do Tocantins, que vem dando mostras, no seu curto espaço de vida – quatorze anos, da importância da redivisão territorial do País. V. Ex^a recebe, portanto, entre outros avanços, permitiu a criação do Estado do Tocantins. Em meu nome, aduzo as afirmações que já foram aqui expedidas pelos eminentes colegas a respeito deste convívio extraordinariamente rico e forte que tivemos com V. Ex^a. Seguramente, experimentaremos uma lacuna de difícil superação no Senado. A competência com que se houve na Comissão de Sistematização, mais recentemente

na reforma do Judiciário e nas tratativas de assuntos do maior relevo deste País como as questões ligadas à água, à integração das bacias, enfim, a todas as matérias que V. Ex^a trazia para discussão quer neste plenário, quer nas comissões que integrava, notadamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que V. Ex^a ainda preside com raro brilho, deixa ensinamentos muito fortes para todos nós e, particularmente, para este seu amigo e admirador. Formulo votos de firmeza, de muita alegria e de muitas felicidades nos embates futuros que V. Ex^a haverá de travar fora do plenário do Senado Federal.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Meu caro amigo, Senador Bernardo Cabral, em primeiro lugar, ouço a voz de um dos meus pares no Senado. Antes de entrar nesta Casa, eu acompanhava seu trabalho, pelo que já admirava como homem público. Depois que vim a ser seu colega nesta Casa, nesses dois anos e meio de convivência, quero dizer que aprendi muito com V. Ex^a, que é um exemplo para o Brasil de homem honesto, sério, um exemplo do que pode existir de melhor do homem público. Por isso desejo toda a felicidade, tudo de bom para V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. José Serra (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Pois não, Senador José Serra.

O Sr. José Serra (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria, Senador Bernardo Cabral, trazer-lhe meu abraço. Já convivemos muitos anos e de forma particularmente intensa durante a Constituinte. Acompanhei de perto o seu trabalho; mais do que isso, participei dele, como V. Ex^a se recorda. Quando V. Ex^a relatava a Constituição, tive oportunidade de ser Relator de alguns pontos no capítulo de Orçamento, Tributação e Finanças.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– De muita valia.

O Sr. José Serra (Bloco/PSDB – SP) – Mas, além disso, de participar com V. Ex^a e os relatores adjuntos da discussão de artigo por artigo, de dispositivo por dispositivo, procurando prestar minha colaboração em todas as matérias que tinham a ver com a nossa economia, com o nosso sistema político. Quero dar aqui o testemunho de duas características de V. Ex^a que foram muito importantes naquele período. Em primeiro lugar, a cordialidade que esta Casa conhece muito bem. Em segundo lugar, a abertura a idéias, a opiniões, e a iniciativas de outros. São duas condições que não esgotam, mas caracterizam boa parte do seu espírito público, da sua atuação e do seu desempenho no plano da política nacional e das questões públicas do nosso País. Quero dar esse testemunho. No Senado, não convivemos tanto, dadas as circunstâncias que envolveram o exercício do meu mandato. Exerci, praticamente, 20% do mandato como parlamentar, tendo o restante decorrido enquanto ocupava o cargo de Ministério, primeiro, do Planejamento e, depois, da Saúde. A partir da minha atuação no Ministério, pude também comprovar o empenho de V. Ex^a no encaminhamento de questões tanto da sua região, do seu Estado – Amazonas -, como do nosso País. Como já foi dito aqui, o término do seu mandato caracteriza apenas um momento de sua vida pública. V. Ex^a saberá como prolongá-la no próximo período até que possa voltar ao nosso convívio seja no Congresso Nacional, seja no Executivo. Meu grande abraço, Senador Bernardo Cabral, e até sempre.

O Sr. Edilson Lobão (PFL – MA) – Senador Bernardo Cabral, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– Sr. Presidente, havia ainda o pedido de aparte do Senador Osmar Dias, mas não o vejo no plenário. Assim, com muito prazer, ouvirei o Senador Edilson Lobão, Vice-Presidente desta Casa.

O Sr. Edilson Lobão (PFL – MA) – Não gostaria que V. Ex^a concluísse o seu discurso sem dizer-lhe pelo menos algumas palavras. Ouvi o pronunciamento de V. Ex^a quando estava no exercício da Presidência, acompanhei, em seguida, os apartes. Está presente em minha cabeça o que disse o Senador Gilberto Mestrinho: “V. Ex^a não foi derrotado: foi vítima em seu Estado”. Percebi a emoção também do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior e ouvi o que afirmou o nosso Líder, Senador José Agripino, utilizando palavras que pareciam tão largas, porém tão insuficientes. V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, disse que se considera um romeiro desapontado. Não o é. V. Ex^a é, de fato, um peregrino de grandes causas políticas e institucionais de nosso País. Leve o meu abraço.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)
– Senhor Presidente, os apartes estão esgotados, mas peço a V. Ex^a que me conceda mais alguns minutos.

O Senador Edilson Lobão acabou de fazer duas referências que seriam os pontos fulcrais deste meu agradecimento. A primeira diz respeito ao depoimento do Senador Gilberto Mestrinho, que, ao longo de mais de 40 anos, fez questão de enfatizar a minha seriedade e a minha honestidade, o que é muito importante tendo em vista que S. Ex^a foi Deputado Federal, três vezes Governador do meu Estado e, agora, é Senador da República.

No que tange à segunda referência, eu diria que as lágrimas que tentaram bailar nos olhos do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior demonstram que entre mim e S. Ex^a está plantada uma amizade que será suficientemente forte para vencer o tempo, a distância e o silêncio. Jamais imaginei, quando vim para cá, que pudesse ter a imensa alegria, não desta consagração, mas do momento que vivo e de que partilham alguns amigos, um dos quais está ali na tribuna de honra. Quando, cassado, eu estava no Rio de Janeiro, esse amigo advogava com raro brilho e hoje continua a fazê-lo no meu Estado. Foi uma surpresa mui-

to agradável revê-lo. Quero deixar registrada nos *Anais* do Senado Federal a presença do Dr. Paulo Figueiredo, pela sua independência e amor ao Amazonas.

Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me proporcionou nesta tarde, depois do que fez o Senador Edilson Lobão, a forma pela qual eu ficaria mais alguns minutos na tribuna. Penso que esse seja um recorde, porque já são 18 horas e 4 minutos e nenhuma vez o orador foi alertado para que daqui saísse. Talvez isso demonstre o comportamento de quem sabe que o homem público tem dois instantes: o de seu prestígio pessoal, que se acaba quando ele larga o cargo – seja Governador, seja Presidente da República, seja Senador, seja Deputado Federal -, e o do conceito, que é muito mais valioso. Tal conceito, a meu ver, está aqui espriado nesta tarde. Foi homenageado não o Senador que sai, mas o conceito que ele plantou ao longo da sua vida inteira. Isso, Senador Ramez Tebet, para um homem público é a coisa mais importante que pode existir. Hoje houve dois momentos profundamente tocantes: as lágrimas do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior e o beijo da Senadora Heloísa Helena, que fez questão de vir à tribuna dar-me um beijo porque, como disse, a emoção não lhe permitia me apartear.

Senhor Presidente, isso em uma Casa em que existem várias correntes políticas, lideranças da Oposição e do Governo, em que existem pessoas que pensam de forma diferente é um grande alento para alguém que sai, conforme as palavras de meu velho pai, com as cicatrizes orgulhosas do dever cumprido.

Se tivesse obtido outro mandato, talvez não estivesse hoje tão certo dessa minha íntima alegria pelo que ouvi, pelo o que a minha mulher deve ter ouvido, pelas palavras a ela dirigidas. Zuleide e eu estamos gratos ao Senado, por ter permitido que alguém vindo das barrancas do Amazonas, que saiu da casa do lado de lá (a Câmara dos Deputados), e teve a sua igrarité tangida para o Sul do País pelos vendavais dos éditos de exceção, no caso o

Ato Institucional nº 5. Jamais poderia imaginar tudo isso. Fui confinado no Rio de Janeiro, pois o Estatuto do Cassado não me permitia que de lá saísse e de lá fiz a minha segunda terra. Lá convivi com Roberto Saturnino, que começou a abertura desses apartes e com o então Paulo, que hoje é Artur da Távola, todos nós cassados, afastados da vida pública. Esse reencontro, Sr. Presidente, depois da diáspora havida, para mim, é o maior galardão! Tenho a certeza de que alguns homens públicos saem da política pela porta dos fundos; outros, por onde entraram: pela porta da frente, de cabeça erguida. É o que sinto. Plantei aqui muitas amizades. Ouvi o que disse o Senador José Alencar, que, a partir do dia 1º de janeiro, ocupará o cargo de Vice-Presidente da República. Senti suas entrelinhas. Saio daqui plenamente recompensado por saber que ficaram as palavras ditas no passado quando S. Ex^a estava na Federação, e eu chegava a Belo Horizonte. Emocionaram-me também o aparte, de pé, do nosso amigo Lindberg Cury e as palavras do Senador Carlos Wilson, amigo da vida inteira, amizade que vem do seu pai, amizade que nos unia ao velho Ulysses Guimarães.

O que eu poderia imaginar mais nesta tarde, depois de ter ouvido o Líder do meu partido fazer aqui aquela declaração? Nada mais, Sr. Presidente! Não há por que alguém cultivar mágoas. O passado, como diria Churchill, deve ser enterrado.

Nesta tarde, entretanto, saio daqui com uma leve frustração, pois o Senador Osmar Dias tinha sido o primeiro a me pedir o aparte e, quando pude concedê-lo, S. Ex^a já não estava no plenário. Vejo-o agora, na sua cadeira, e incorporo o seu silêncio como um dos melhores apartes que eu poderia ter recebido, porque, como Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi um amigo de toda lealdade.

Senador Ramez Tebet, V. Ex^a está a encerrar este período da sua presidência. Praza aos céus que o Senado Federal possa viver, no próximo ano e a partir dele, momentos de muita

cordialidade. O País vai precisar – tomem nota disso – de muito acordo, de muita transigência, de muita colaboração. O fosso que ainda pode haver entre o povo e a Nação tem de ser superado. Não devemos criar esperanças que sejam apenas frágeis aspirações em trânsito para o desencanto. Que tais esperanças possam ser concretizadas.

Saio da tribuna certo de que, onde estiver, não perco o ideal pelo lado público. Sair da vida política não implica sair da vida pública. Em algum instante poderei dizer aos meus netos que uma das coisas que mais me honraram na vida foi ter convivido com oitenta senadores que, ao final do meu mandato, me prestigiaram desta forma. Só cabem duas palavrinhas: muito obrigado.

(Palmas prolongadas. O orador é efusivamente cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Bernardo Cabral, suas últimas palavras bem demonstram o que todos esperamos de V. Ex^a. Deixa V. Ex^a a política – e assim se pronunciou – mas não deixa a vida pública. Portanto, acalentamos, e vamos acalentar, essa esperança. Que V. Ex^a continue a trajetória que começou naturalmente com Bernardo Cabral, o advogado; Bernardo Cabral, Presidente da Ordem dos Advogados; Bernardo Cabral, Deputado Federal, Constituinte, Relator da Constituição de 1988; Bernardo Cabral, Senador, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com quem tive a honra de conviver como seu Vice-Presidente, como fui também do ilustre Senador José Agripino; Bernardo Cabral, homem público, de coração amazonense e de alma verde-amarela, de alma brasileira. V. Ex^a ouviu hoje o testemunho não dos seus colegas, mas o testemunho do Brasil a respeito da sua vida pública.

Vale a pena realmente ter o que V. Ex^a falou: conceito. Porque todos os Senadores presentes a esta Casa, de todos os Estados brasileiros, pronunciaram-se para enaltecer a figura de V. Ex^a, como disse o eminente Senador José Agripino naquela sessão onde as altas auto-

ridades da República estavam presentes. Não era eu Presidente do Senado, mas o seu Vice-Presidente. Eu também compunha, Senador José Agripino, aquela Mesa, quando descerramos a fotografia do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Bernardo Cabral. Mas V. Ex^a não vai ficar presente nesta Casa pela fotografia e pela moldura da fotografia naquela Comissão. V. Ex^a estará presente nesta Casa pelos ensinamentos que legou a todos nós e pelo seu sentimento, sentimento de homem público, sentimento de amor à Pátria, como V. Ex^a sempre procedeu, de homem probo, digno e honrado.

A Presidência, neste momento, apenas se associa às homenagens. Mais do que eu, falou o Brasil inteiro, por meio dos ilustres parlamentares que o apartearam, sobre o que não consideramos a despedida de V. Ex^a, porque a despedida é uma coisa que compunge o coração do ser humano. Assim me referi outro dia, quando falava com o Senador Carlos Wilson. Acho que é um até breve, até um outro momento, momento feliz. Haverá sempre um momento para o reencontro de V. Ex^a com seus colegas e o continuar de V. Ex^a na vida pública, peregrinando por esse Brasil, pelas universidades, onde quer que V. Ex^a esteja, seja qual for o caminho que V. Ex^a vai trilhar na sua nova vida, eu diria, nesse interregno.

Portanto, Senador Bernardo Cabral, receba aqui não a fala só do Presidente; receba aqui a fala do seu amigo, de quem sempre o admirou e nutre por V. Ex^a um sentimento de profunda amizade.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Muito obrigado.



Memorial e Biblioteca Bernardo Cabral

Num espaço de 400m², em dois andares, localizado no instituto cultural da Fundação Rede Amazônica, na Bola da Suframa, Distrito Industrial, em Manaus, funciona desde 28 de dezembro de 2005 o Memorial e Biblioteca Bernardo Cabral, onde se encontram seu acervo particular de mais de 3000 livros, suas condecorações, medalhas, diplomas e fotografias, dentre outras raridades, como a coleção de constituições antigas de vários países do

mundo. Ali o estudante e o pesquisador terão à disposição 15 computadores e mesas de estudo. O acesso é gratuito. E o espaço funciona de 8h às 12h e das 14h às 18h. A ideia e a iniciativa de criá-lo partiram do presidente da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, Dr. Phelippe Daou. A administração do lugar coube ao historiador e membro da Academia Amazonense de Letras Abrahim Baze.







Painel





Com José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Luiz Eduardo Magalhães.



Na ONU, com o ministro Amorim.



Com o senador Romeu Tuma.



Com o senador Nelson Carneiro, ocasião em que ambos recebiam o “Mérito do Trabalho”, outorgado pelo TST.



Com os amigos jornalistas Umberto Calderaro Filho, proprietário do jornal A Crítica, de Manaus, e Arlindo Porto.



Com o senador e vice-presidente da República Marco Maciel.



Com o presidente do Bradesco, Lázaro Brandão.



Cabral e Ulysses, após mais um dia de trabalho na Constituinte.



Com Ivo Pitanguy, seu filho Élcio e outros amigos.



No Ideal Clube, em Manaus, Cabral discursa. Entre os presentes, figuras ilustres: Milton Cordeiro, Jefferson Péres, Phelippe Daou, Gaitano Antonaccio e Oyama César Ituassu, dentre outros.



ex-ministro da Justiça do Brasil, jurista Bernardo Cabral, sendo investido Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém, no dia 8 de outubro de 2009, na Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, Rio de Janeiro, pelo Grão Prior e Ordem, Dom Filippo Santoro, bispo de Petrópolis-RJ.

esta faculdade era subordinada ao Sepulcro), de M.Pierredon (L'Ordre Mestre recebe a colaboração do Grande Magistério, o qual, de acordo com o Patriarca Latino de Jerusalém, define considerandos Sargentos, os quais insigne et ses costumes") e em o programa de ação e as operações a favor da estrutura cristã na TERRASANTA O Santo Sepulcro exerce, como na época das Cruzadas, grande fascínio sobre ateus e crentes. Incontáveis autores já se debruçaram sobre sua história e o mundo, artigos interesse

Cabral é admitido na Ordem dos Cavaleiros do Santo Sepulcro.



Com o então deputado Michel Temer, hoje vice-presidente da República.



Serafim Corrêa, prefeito de Manaus, homenageia Bernardo Cabral.



Discursando, no lançamento de outra obra sua no Senado, com ouvintes de peso: José Agripino, Élcio Álvares, José Sarney e Antonio Carlos Magalhães, dentre outros.



João Havelange, João Ricardo Moderno e Bernardo Cabral.



Entre os amigos Arnaldo Niskier e Celso Lafer.



Com José Aparecido de Oliveira.



Com Amazonino Mendes, ao receberem a Medalha do Mérito do Estado do Acre.



Cabral e o ex-presidente Collor.



O presidente João Figueiredo recebe o presidente da OAB Bernardo Cabral, após o atentado do Rio Centro.



Cabral entrega o troféu Dom Quixote ao ministro Ayres Britto



Cabral, sob o olhar de Ronaldo Costa Couto, ingressa no PMDB de Mestrinho e é candidato a deputado federal constituinte.



Com Ronald Reagan , presidente dos EUA, e advogado americano.



Com Marco Aurélio Mello.



Com Arnaldo Niskier.



Entrando no auditório da CNC para receber o título de doutor honoris causa da Academia Brasileira de Filosofia.



Cabral e Sebastião Nery.



Cabral e Zuleide entre advogados amigos. Na foto, estão Felix Valois e José Paiva, ambos ex-presidentes da OAB-AM.



Com Ulysses Guimarães e Henry Maksoud.



Bernardo Cabral, no púlpito da Academia Amazonense de Letras



Cabral entrega a Marcos Vilaça, que foi a Manaus acompanhado de sua esposa, o título de Membro Honorário da Academia Amazonense de Letras.



EPÍLOGO

Justiça histórica

Por meio de requerimento subscrito pelos deputados federais Eduardo Gomes (PSDB-TO), Bruno Araújo (PSDB) e Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA), depois de exame pela Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados, presidida pela deputada Luíza Erundina (PSB-SP), foram devolvidos em sessão solene daquela Casa, no dia 27 de novembro de 2012, os mandatos dos parlamentares cassados, através dos odiosos atos institucionais, pelo regime militar que se instalou no Brasil em 1964. Na justificativa, os autores da propositura dizem que *“um país que não conhece o seu passado, dificilmente poderá planejar e construir com precisão o seu futuro. O Brasil tem experimentado, nos últimos anos, ações conjuntas de todos os Poderes da República, para resgatar parte de sua identidade e história: a aprovação da Lei da Anistia e a formação da Comissão da Verdade revelam a intenção de se conhecer parte do nosso passado suprimida dos livros escolares e permitir a sua transmissão às futuras gerações. Então, Sr. Presidente, nada mais oportuno do que homenagear na Câmara dos Deputados todos aqueles que tiveram subtraídos seus mandatos por força dos atos de exceção”*.

Dentre os homenageados figurara, nomes expressivos e respeitados da história política do país nos últimos anos, como Leonel Brizola, Mário Covas, Ivete Vargas, Francisco Julião, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Almino Affonso e **Bernardo Cabral**.

Cabral, cuja trajetória é retratada neste livro, foi cassado em 1968 pelo AI 5, no verdor de sua juventude e quando acabara de ser considerado, pelo Comitê de Imprensa da Câmara como um dos dez melhores deputados do ano anterior. Na condição de vice-líder do MDB, o já então brilhante e moderado parlamentar não cometeu delito algum. Apenas se opôs, com coragem e dignidade, como primeiro orador do dia, ele que era professor de direito, ao pedido dos militares para processar e cassar o deputado Márcio Moreira Alves, por conta de discurso contra a ditadura que este fizera da tribuna.

Cabral não guardou rancores. Não é homem de rancores, mas de trabalho, luta e persistência. Nunca baixou a cabeça, mesmo nos momentos mais difíceis, que não foram poucos. Apesar de tudo – e de tudo a pesar – construiu, com as bênçãos de Deus e o apoio

do povo, uma biografia inigualável, cheia de glórias.

Aos 80 anos e afastado há quase dez anos da vida parlamentar, Cabral mantém uma agenda digna de chefe de Estado, sempre lotada de compromissos, em geral para palestras, para reuniões, para consultorias e para sessões de homenagem que lhe fazem os mais diversos segmentos da sociedade, no Brasil e no exterior. Ele vive no Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, com a sua esposa Zuleide, onde ambos se radicaram depois do golpe militar. É consultor, também, da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Quase toda semana, porém, invariavelmente, pega uma avião e vai para algum lugar onde lhe querem ouvir. E faz isto com gosto, sem cansaço, sem reclamações. Sua disposição física, seu bom humor, sua amabilidade, sua memória, sua clareza de raciocínio, sua oratória, a sua capacidade de trabalho são inesgotáveis. E causam espanto. E encantam a quantos têm o privilégio de gozar de seu precioso convívio. Ele nunca deixa de vir a Manaus, quase todo mês está de volta ao seu Amazonas querido, onde também possui uma legião de amigos e familiares. O Amazonas, onde quer que ele vá, não o deixa. Cabral é o embaixador informal do Amazonas, é cidadão da Amazônia, cidadão do mundo. No jornal *A Crítica*, de Manaus, Bernardo Cabral colabora com artigos assinados na coluna de Opinião, aos os domingos. Seus escritos configuram uma contribuição inestimável, pela ponderação, pela experiência, pela lucidez e pela imensa cultura que deles defluem, para os grandes debates nacionais. Ele continua a desenvolver na tribuna jornalística, jornalista de origem que é, com o mesmo brilho, o papel que sempre desempenhou ao longo de sua trajetória: o de homem público reto, vocacionado para defesa das causas justas, um exemplo e farol, enfim, para as novas gerações.

Bernardo Cabral é um estadista da República, ombreando-se, mesmo, com grandes vultos da Nação. Legislador, filósofo, doutrinador, político, escritor, orador, jornalista, homem público na mais benfazeja acepção do

termo. É daquelas pessoas que deveriam viver para sempre, se biologicamente para sempre fosse possível viver. Suas ideias e, mais do que isto, suas atitudes diante da vida, no entanto, jamais passarão. Muito ao contrário, tendem a eternizar-se na história, lugar reservado aos verdadeiros benfeitores da Humanidade e aos heróis que a Pátria conhece e sabe honrar.

Este livro, portanto, é um tributo justo e devido, embora ainda modesto diante da grandiosidade de seu protagonista. E não é único, porque tanta gente já falou e escreveu, com engenho e arte, sobre Bernardo Cabral. Este livro, porém, possui características especiais que o tornam digno de ser lido: traz depoimentos do próprio Cabral, em longas entrevistas concedidas ao autor; procura trabalhar com linearidade os acontecimentos relevantes da vida do biografado; é abrangente, posto que reproduz depoimentos de alguns de seus amigos (sim, alguns, porque eles são tantos que não seria possível contemplar a todos), colhidos em fontes primárias ou secundárias, que o enriqueceram sobremaneira; e registra os principais discursos de Cabral, bem como imagens a que ninguém, antes, teve acesso. Uma das maiores dificuldades que o autor teve na concepção desta obra foi encontrar a oportunidade para dizer “aqui termina este livro”, eis que a trajetória de Cabral é tão rica, tão intensa, tão cheia de fatos importantes e de homenagens as mais diversas que, certamente, passando-se mais uma semana desta publicação, haveria – e haverá – um novo e precioso capítulo a ser escrito. O correto, o adequado, portanto, a ser dito, é que este livro não tem a pretensão da definitividade, da última palavra, do ponto final no que diz respeito a Bernardo. É, ao contrário disso, o renovado ponto de partida para outros estudos que, por certo, o sucederão.

| Depoimento de **Luíza Erundina** |



“ (...) A Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça sabe, no entanto, que as instituições brasileiras não podem deixar de voltar, cada uma, os olhos para suas próprias entranhas quando se trata de trazer à luz as verdades da ditadura. Ela se orgulha, por isso mesmo, da parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para a preparação do ato público de homenagem aos advogados dos presos políticos sob a ditadura realizado em 13 de novembro de 2012. E se orgulha, com ainda maior razão, de iniciativas destinadas a difundir o conhecimento sobre a situação da própria Câmara dos Deputados no período.

Não se trata de idealizar o Parlamento como vítima passiva de ditadores. A realidade histórica é certamente muito mais complexa. A instituição assumiu, mais de uma vez, atitudes de viés colaboracionista com o regime de 1964. Mas é indispensável mostrar que o pluralismo político inerente à composição da Câmara dos Deputados produziu uma situação de permanente tensão com a ditadura, que resultou em

constantes intervenções autoritárias contra os focos de resistência parlamentar ao arbítrio. Recordar os três fechamentos do Congresso Nacional e as quase duas centenas de mandatos de deputados federais arbitrariamente cassados indiscutivelmente parte do esforço de resgatar a memória da repressão que se abateu sobre o país a partir de 1964.

A devolução simbólica dos mandatos dos deputados federais cassados pela ditadura militar constitui antes de tudo um ato de justiça para com os votos de cidadãs e cidadãos usurpados pela cassação dos mandatos parlamentares. O momento de solenidade se completa, no entanto, com a persistente produção e difusão de conhecimento sobre o que aconteceu com as instituições representativas naquela quadra histórica. ”

*Coordenadora da Comissão Parlamentar
Memória, Verdade e Justiça*



Cabral ao lado de Luíza Erundina, o autor e Orpheu Santos Salles, editor da revista Justiça e Cidadania, na sessão solene de devolução de seu mandato cassado pela ditadura.



Os heróis cassados ouvem, no Plenário da Câmara, o hino Nacional, momento histórico e de grande emoção.



Cabral, que já recebera o diploma de deputado, é condecorado com o distintivo da Casa.



Cabral acena para as galerias, que o aplaudem.

| Depoimento de Arthur Virgílio Neto |

“Lembro-me do Bernardo na casa de minha família, no Rio, em dezembro de 1966. Disse ao meu pai: “Quem diria, Arthur! Um menino do Careiro foi o deputado mais votado desta eleição”.

Bernardo, que vinha de excelente atuação na Assembleia Constituinte, conquistou cadeira na Câmara para mandato curto, porém profícuo. Tomou posse em fevereiro de 1967. Foi cassado no dia sete desse mesmo mês dois anos após, em 1969, pela brutalidade do Ato Institucional N° 5 (AI-5), instrumento que a ditadura se utilizou para deter a crescente maré de protestos de rua – com predominância de estudantes, artistas e intelectuais – que a acuava. Isso se juntou à criação da Frente Ampla, liderada pelos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek e pelo arqui-inimigo de ambos, o ex-deputado federal e ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

A tensão política atingiu o ponto culminante quando, no restaurante Calabouço, assassinaram o estudante Edson Luiz, que virou símbolo e mártir da resistência a um regime que dava sinais de esgotamento. O AI-5 veio para silenciar as ruas, cassar mandatos, suspender mais direitos políticos, censurar a imprensa, “legalizar” a invasão de domicílios, negar direitos básicos da civilização, como o habeas corpus.

Bernardo era vice-líder de Mário Covas. O destino honrou esses dois brasileiros e mais meu pai na mesma lista de cassação. Lutaram juntos, tombaram juntos, para que o Brasil não se ajoelhasse.

Se as eleições diretas para os governos estaduais não estivessem proibidas e Bernardo não tivesse sido proscrito, ninguém seria capaz, em 1970, de deter sua caminhada ao Palácio Rio Negro pela oposição, contra máquinas poderosas e o poder econômico. Os anos de chumbo traçaram destino diverso e lá foi ele para sua



banca de advocacia, sem perder as esperanças e sem se deixar dominar pela amargura.

Não parou, fez-se secretário-geral do Conselho Federal da OAB e, a seguir, presidente dessa valorosa instituição. Com a anistia, retornou ao Amazonas e, em 1986, retomou seu mandato de deputado federal, novamente com a maior votação do pleito. O passo seguinte foi tornar-se relator-geral da Constituinte, que redundou na Carta de 1988.

Em 1994, chegou ao Senado como um de seus membros mais ilustres, honrando a representação amazonense. Hoje, prestando consultoria jurídica à Confederação Nacional do Comércio, resume sua vida com um punhado de vitórias, algumas duras provações e muitas amizades sólidas.

Era um dos grandes amigos de meu pai. Dei meu filho mais velho, deputado Arthur Bisneto, para que apadrinhasse. Quando Arthur Virgílio filho revive, no registro dos 25 anos de seu falecimento, e meu compadre completa 80 anos, desejo, com fé, que ambos sirvam de exemplo às gerações que estão chegando.

O Amazonas merece que seja assim. ”

*Ex-Senador
Prefeito de Manaus*

Fonte: Jornal Diário do Amazonas (01/04/2012)

| Depoimento de **Arnaldo Niskier** |



“Bernardo Cabral foi um dos heróis da Assembleia Nacional Constituinte. Por ele, como relator, passaram mais de 40 mil emendas, o que dá bem a dimensão do trabalho enfrentado. Com a inestimável ajuda de mitos políticos como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Afonso Arinos e Mário Covas, entre outros, pôde reduzir de forma orgânica as contribuições a 2.500 artigos, para chegar aos 245 que compuseram a nossa primeira Constituição Cidadã.

Ao chegar à Câmara, em 1967, jamais poderia supor que a ele caberia uma posição ímpar na concretização da transição democrática, para viver na liberdade plena o Estado de Direito com que todos sonhamos. Era o destino traçado para o jovem amazonense, hoje uma figura notável da história do Brasil.

É esse o advogado, o professor, o político, o escritor de amplos méritos, academicamente impecável, que devemos saudar, pelo que representa para a cena cultural brasileira. Este livro inspirado nos deixa a sensação de que, hoje, se faz justiça aos reconhecidos méritos de Bernardo Cabral.”

Da Academia Brasileira de Letras

Fonte: prefácio à segunda edição do livro “Bernardo Cabral, o cronista”.



“MEU FILHO, NÃO EXISTEM COINCIDÊNCIAS
NEM ACASOS. ACASOS E COINCIDÊNCIAS SÃO
PSEUDÔNIMOS QUE DEUS UTILIZA QUANDO
NÃO QUER ASSINAR SUAS OBRAS.”

Antonio Bernardo Andorinha



Entrevista

Entre as muitas idas e vindas de Bernardo Cabral a Manaus ou do autor ao Rio de Janeiro, ficaram registradas muitas horas de conversa. O material é muito rico. A seguir, uma entrevista bate-bola com o biografado.

O Senhor é considerado o grande responsável pela sobrevivência da Zona Franca de Manaus, articulando e conseguindo a inserção do art. 40 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, valendo-se de seu prestígio nacional e de sua condição de relator. Como foi aquele momento?

BC- A articulação foi muito difícil. Eu devo declarar que, se eu não tivesse na posição de relator, não teria saído, porque o PT era muito contra, o próprio Lula, que liderava o partido, era contra... Mas nós tivemos uma bancada muito unida e aguerrida. E na bancada eu devo destacar o trabalho da nossa colega Beth Azize, pois fizemos muitas reuniões em sua casa, para onde ela convidou o Lula, e nós fizemos uma composição. Quase que eu arrancava 30 anos ao invés de 25, se não tivesse havido a intervenção de um outro deputado do PT, que não foi o Lula, mas aqui eu me reservo o direito de não dizer o nome, que atrapalhou a negociação, dizendo que eu queria levar tudo. Mas eu cedi nas horas, no repouso semanal remunerado e eles cederam em relação a Zona Franca de Manaus. No capítulo dos direitos sociais, art. 7º, houve, claro, um acordo com o relator e esse acordo se transformou, lá na frente, na Zona Franca de Manaus, que é um ganho extraordinário para a nossa gente e para o nosso Estado.

Sempre atuando e protagonizando fatos expressivos da vida pública nacional, o Senhor conviveu com muitas persona-

lidades. Quais delas lhe causaram as melhores impressões?

BC- Não quero cometer a indelicadeza da omissão, pois na hora que você faz este registro, você acaba incorrendo nisso. Mas duas pessoas ficaram marcadas para sempre na minha memória por suas atuações no plano político nacional: Ulysses Guimarães, que foi o grande sustentáculo do PMDB e um Político de altíssima clarividência. Ele era capaz de conhecer o panorama do que estava havendo, homem preparado, professor de direito e, na minha opinião, durante muito tempo, não vai haver outro Ulysses Guimarães. Primeiro porque ele exercia com muita dignidade o cargo, foi o autor da grande marcha pelas diretas já, foi antecandidato a presidente da República, sempre foi corajoso e a grande conquista de Assembleia Nacional Constituinte foi ter o Ulysses como presidente. Acho que se não tivéssemos Ulysses, não teríamos a Assembleia Nacional Constituinte. Eu tenho o primeiro exemplar da Constituição Federal com a dedicatória dele: "Sem o talento do Bernardo Cabral não teríamos a Constituição." Mas eu respondi que, se não fosse por ele, nós é que não a teríamos, pois entre 86 e 87 corria um boato de que iriam fechar a Assembleia Nacional Constituinte e o Ulysses foi para a tribuna e fez o seguinte discurso: "Estamos aqui para fazer a Constituição cidadã. Nós não estamos aqui para ter medo." Ele nos levantou e fomos até o final. O Ulysses tinha uma força moral muito grande que não deixou que o PMDB se perdesse, como hoje, infelizmente, aconteceu. Quanto ao Mário, eu posso dizer isto de perto porque nós fomos cassados na mesma ocasião. O Mário Covas nunca cedeu. Eu também nunca cedi. Tudo aquilo que nós passamos, se fosse preciso passar de novo pelo País, eu passaria, sem

nenhuma titubeação. De modo que esse dois nomes ficaram gravados. Agora, é claro que no mundo jurídico havia vários colegas. O meu estado, o Amazonas, teve uma grande faculdade, que foi federalizada e dela saíram grandes nomes para o Brasil. E o País deve muito ao nosso estado, porque foi daí que se originou o Decreto-Lei 288/67, que o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco editou para a Zona Franca de Manaus. Foi à custa desses talentos, que ainda temos até hoje. De modo que, se alguém tivesse que me perguntar qual é o maior orgulho que eu tive, foi o de ser amazonense.

Aproveitando o ensejo, gostaria de perguntar a sua opinião sobre algumas outras personalidades. É possível?

BC- Claro, vamos lá.

E o que dizer do Costa e Silva, o general presidente que cassou seu mandato?

BC- Eu não convivi com o Costa e Silva. Eu acho que o Costa e Silva cometeu uma violência muito grande na sua gestão, quando baixou o AI5. Na reunião de seu ministério, somente o Pedro Aleixo se opôs, porque disse que tinha medo do guarda, que iria cometer arbitrariedades. Veio a cassação, mas o Pedro Aleixo foi o único que votou contra. Quando, porém, o Costa e Silva teve o acidente vascular cerebral, uma junta militar tomou conta do poder, impedindo que o Pedro Aleixo assumisse.

Castelo Branco?

BC- Um homem que teve os seus pecados, como ter determinado a cassação do Juscelino, mas, para o Amazonas foi fundamental, pois se deve a ele a Zona Franca de Manaus. Ele tinha sido general e comandante da 8ª região militar e sabia que esta era uma área de segurança, que precisava de uma medida assim. Mas o Castelo Branco não queria que fosse um militar o seu sucessor, ele estava preparando o nome do Bilac Pinto, que tinha sido deputado federal e estava com embaixador do Brasil em Paris, mas o Costa e Silva, que era ministro do Exército, o general mais antigo, quatro estrelas, disse que ia viajar ao exterior e impôs a candidatura dele. E O Castelo não teve o que fazer.

João Baptista de Figueiredo?

BC- Não era um despreparado. Eu convivi com ele. Eu era presidente da OAB e ele me passou um telegrama, dizendo que faria a abertura, mas lamentavelmente não fez como queria exatamente, porque teve aquele problema no coração, mas aí todo mundo queria tomar conta do poder. Deve-se ao Figueiredo a ponte Rio de Janeiro – Niterói, ao Figueiredo se devem as comunicações. Ele é pouco conhecido porque disse aquela frase: “Prefiro cheiro de cavalo a cheiro de povo”. Então, essas frases, na boca do presidente da República, têm uma poder tão grande, que as pessoas esquecem das coisas boas que também foram feitas.

José Sarney?

BC- Interferiu nos trabalhos da Constituinte, quando sua posição deveria ter sido de magistrado. Lutou pelo seu mandato e pelo presidencialismo, com métodos pouco ortodoxos. No plano pessoal, sempre tive um bom relacionamento com ele. Quando eu saí do Senado, inclusive, ele me escreveu de próprio punho juras de amizade e exaltação de minhas qualidades.

Sua opinião sobre FHC, Lula e Dilma?

BC- O Fernando Henrique, intelectual, vaidoso, que não chegou a ser o que se esperava. Lula, metalúrgico que de todos os políticos brasileiro foi o que teve a maior sensação de verificar o que poderia chegar a ser, pois foi candidato quatro vezes. O que lhe falta em excesso (cultura) sobre em intuição política. Como administrador também não foi bem. E a Dilma está recente, ela padece de um vício de origem que é ser grata ao homem que a fez. De modo que um fio condutor filosófico dois deles chegaram ao poder por sorte. Fernando Henrique, por sorte do real, criado pelo Itamar. E a Dilma, que chega ao poder pela sorte de ter sido chefe da Casa Civil.

Saulo Ramos?

BC- Olha, o Saulo Ramos, na época da Assembleia Nacional Constituinte, quis meter o bedelho dele – era consultor geral da República – nos trabalhos soberanos que ali se de-



O autor em uma das muitas entrevistas com Bernardo Cabral

senvolviam, queria interferir, mas encontrou resistência de minha parte. Ele chegou, uma vez, a mandar uma Constituição toda preparada, veja só a pretensão... e ele ficou muito aborrecido porque, numa votação que, lá, segundo se dizia, beneficiava empreiteiras, eu derrubei. Aí ele fez um trabalho dizendo que a Constituinte não tinha poderes legítimos, era indireta. E eu dei uma resposta e nesta resposta eu o coloquei no seu devido lugar, sem citar o seu nome, só dizendo “Senhor consultor geral da República”, o País está bem. Derrotei todos os seus argumentos. E criei um inimigo. Curiosamente, quando eu fui ministro da Justiça, foi ele quem me passou o cargo. E ao me passar o cargo, fez um belo elogio a meu respeito. Depois eu fui senador. Ele não disse nada. Dezesete anos depois de tudo, ele publicou um livro onde diz que me nomeou o Relator da Constituinte, me destituiu da relatoria e pôs um novo Relator, ou seja, absolutamente mentiroso. Eu não li o livro todo, mas na parte que o meu amigo Carlos Chagas faz o registro, eu dei uma resposta forte. Mas houve alguém que me disse que quando ele era consultor

fez umas marmeladas enormes no negócio do café, que os exportadores tiveram que desembolsar algum dinheiro. Não sei se é verdade, mas eu ouvi. Eu disse a ele que procurasse explicar essa história com os exportadores de café, que até hoje sentiam as algibeiras vazias. O ódio dele é gratuito. Eu nunca fiz nada a esse camarada. Dizia um amigo meu chamado Cascione, que foi deputado por Santos - o Saulo é de lá - o Cascione dizia que o Saulo era um cara inteligente, mas como advogado quem redigia as petições para ele era o Cascione. Vicente Cascione, estou dando nome, porque ele me disse e nunca escondeu isto. Saulo é uma pessoa que não tem nenhum valor moral para atacar ninguém. É inteligente, mas comete uma coisa que eu considero reprovável: ele sai da crítica para alguém, para sentar no sofá do deboche. E fica debochando e escorregando em certas coisas que não caem bem ao homem público.

Agora, em relação aos governadores do Amazonas? O Plínio Coelho, em cujo primeiro governo o Senhor foi secretário de Estado?



BC- No primeiro mandato, ele foi um excelente governador. Eu acho que até hoje nenhum governador foi tão eficiente quanto o Plínio. Primeiro porque, quando ele se elegeu, com 35 anos, ele era deputado federal, encontrou o Estado com o cofre dilapidado. E ele teve o condão de se reunir de pessoas da melhor categoria. Tinha no seu secretariado Olavo das Neves, Aderson de Menezes, Villar Câmara, enfim. E mais tarde, você veja a coincidência da vida, em 1958, quando eu estava com 26 anos, o Plínio me convidou para ser secretário de Justiça. No segundo mandato ele não foi o mesmo personagem. Eu fui testemunha ocular. O Plínio se reunia semanalmente com os secretários de Estado e com os líderes de governo ele se reunia diariamente. Ele orientava como a Assembleia deveria funcionar. E eu acompanhava como secretário. Naquela altura eu não pensava em ser candidato. Tinha uma coisa: ele exercia o poder com grande categoria porque ele era um homem preparado. Erudito. De muita leitura. De modo que eu o considero, daqueles com quem convivi, o melhor.

E o Gilberto Mestrinho?

BC- Foi um bom companheiro. Teve seus pecados, mas era um defensor da Amazônia. Foi um governador que teve os seus méritos

também. As pessoas gostavam muito dele ou não gostavam, mas no saldo total, como governador eu acho que ele se saiu muito bem. E como senador, curiosamente, ele foi presidente daquela Comissão de Orçamento e, com seu conhecimento de finanças, exerceu o cargo com correção. Agora, como governador, o pessoal reclamava porque o Gilberto teria tomado algumas atitudes que não teriam ficado bem. Eu, quando fui chefe da casa civil dele, nunca presenciei nenhum deslize cometido por ele. Todavia, o Gilberto, quando voltou para o governo do Estado, já no seu segundo mandato, fez algumas composições que, aquela altura, pareciam danosas. Foi, enfim, um governador que as pessoas não falam muito nele, mas que deu o valioso contributo de seu trabalho.

O Arthur Reis, primeiro governador nomeado pelo regime militar?

BC- Foi um bom governador, pois deu dimensão ao nosso estado, pois quando tentaram internacionalizar a Amazônia, ele a defendeu com todo o vigor.

E o Amazonino Mendes?

BC- O Amazonino fez um bom governo quando estava aí por volta de seu segundo mandato. Eu pude até acompanhar de perto. Quero dizer que foi na gestão do Amazonino que o Júlio, meu filho, foi para o TCE. Mas eu nunca pedi nada. O Amazonino mesmo testemunhou isto. Ele era amigo pessoal do Júlio. E o escolheu. Só este gesto dele, faria, como tem feito, que eu não faça qualquer comentário que possa ser depreciativo a ele. O Júlio tem mérito para estar no TCE, pois advogou comigo no Rio de Janeiro, foi deputado federal, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e chegou ao TCE por seus predicados pessoais. Eu nunca pedi nada. E ele tampouco. O Amazonino fez muitas obras. Em Parintins o Bumbódromo; aqui o Sambódromo. Eu sou o único político vivo que não foi da chamada escola nem do Gilberto e nem do Amazonino. Eu cheguei pelo Plínio.

Há mais alguém que o Senhor queira mencionar?

BC- De todos os governadores que passaram, eu acho que o Amazonas deve muito a um homem chamado Eduardo Ribeiro, pois só um estadista constrói para o futuro; o simples político constrói para o dia seguinte. Este Teatro Amazonas, na época áurea da borracha, quando o Amazonas contribuía com 50% do orçamento da União. Aliás, eu quero lhe dizer, para encerrar, que a história corrige os erros do passado. Quando alguém tenta denegrir a sua imagem, lá no futuro a história corrige e faz com que o mérito da pessoa venha à tona.

Fazendo um balanço de sua vida, o Senhor acha que escolheu a profissão certa?

BC- A profecia de meu pai se cumpriu, tornei-me advogado. Papai costumava dizer: “Meu filho, não existem coincidências. Coincidência é o nome que Deus dá quando não quer assinar suas obras.” Exerci a política, mas nunca fui político profissional. Minha profissão foi, sempre, a de advogado. Quase me tornava engenheiro, não fosse o acontecido com o meu irmão. Fiz psicologia e serviço social também. Mas Deus escreve certo, mesmo. Hoje eu posso lhe dizer, sem nenhuma dúvida, que eu só seria, mesmo, advogado. Não sei se eu me daria bem em outra profissão, pois eu sou, sobretudo, um cidadão que respeita e procura preservar os mais sagrados direitos do ser humano. E isto você só consegue na advocacia.

Tempos depois da morte de seu irmão, o Senhor se tornou chefe de Polícia do Estado do Amazonas e, lá, por essas coincidências do destino, encontrou como seu subordinado o policial que o tinha matado. Qual foi a sua reação?

BC- De fato, três anos depois, em 1957, eu fui nomeado chefe de Polícia, eu tinha 25 anos, e o diretor da guarda civil, desses tipos subservientes, chegou a mim e disse: “O Senhor sabe que o guarda que matou o seu irmão ainda está figurando na folha de pagamento?”. Eu olhei para ele e respondi: “Eu não quero saber disso. O assunto com este cidadão já foi resolvido pela justiça. Não quero saber.” Mas isto correu por toda a Polícia, falavam da minha dignida-

de, sem ato de revanchismo. E eu passei a ser admirado pela Polícia Civil. Cinco anos (1962) depois eu sou candidato a deputado estadual e a Polícia civil em peso me apoiou. E por isto fui o deputado estadual mais votado na história do Amazonas.

O Senhor completou 80 anos em 2012. Depois de tanta coisa vivida, de estar no centro dos acontecimentos, qual o conselho que o Senhor daria para as novas gerações. Valeu a pena fazer política?

BC- É evidente que eu não posso dar conselhos às novas gerações, mas se conselho eu não posso dar, com a minha idade eu posso revelar o que a experiência me ditou ao longo da vida. Em primeiro lugar, se você pretende seguir a carreira política, não titubeie, não hesite nenhum instante em dizer que isto ou aquilo violenta a sua consciência, para não ficar decepcionado consigo próprio a vida inteira. Ou seja, produza o seu trabalho com ética, dignidade, não tenha medo de afrontar os poderosos, não faça concessões, que amanhã a sua família deles se envergonhe, porque você não teve um parâmetro de atitude, ou seja, indicar caminhos e soluções e não viver à custa daquilo que todo mundo condena, que é a pusilanimidade, a falta de caráter e, sobretudo, o assalto ao erário. Guarde isso de uma vez por todas, não tenha medo de olhar para o seu passado, porque quem não tem medo de olhar para o seu passado consegue caminhar para o futuro sem nenhum medo. Porque quem caminha na fantasia, acaba tropeçando na realidade. E esta é dura, quando você não consegue guardar o conceito de homem reto.

CURRICULUM VITAE

BERNARDO CABRAL

Nome: J. (osé) BERNARDO CABRAL

Estado Civil: CASADO

Nome do Pai: ANTONIO BERNARDO

Nome da Mãe: CECÍLIA CABRAL
BERNARDO

Data de Nascimento: 27/03/1932

Cidade: Manaus

Estado : AM

Profissão: Advogado

Registros O A B

1.180 – A (DF)

335 – B (RJ)

2. ESCOLARIDADE

2.1. Ginásial (1943/1946) e Científico (1947/1949) - Colégio Estadual do Amazonas, conquistando o primeiro lugar de sua turma (Manaus - AM).

2.2. Ciências Contábeis, em 1950 - primeiro lugar da turma (Manaus -AM).

2.3. Bacharel em Direito - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas - primeiro lugar e Orador da Turma, da qual era o mais jovem (1950/1954).

2.4. Psicologia e Serviço Social, em 1958 - Orador da Turma - Não houve classificação entre os concludentes do Curso - (Manaus - AM).

3. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

3.1 Processo Civil pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, janeiro de 1983).

3.2 Legislação sobre Tóxicos, na “City University of New York - John Jay College of Criminal Justice” (New York, julho de 1983).

3.3 Direito de Família pela Universidade Urbaniana do Vaticano (Roma, janeiro de 1984).

3.4 Legislação sobre Tóxicos pela Universidade de Londres-King’s College (Londres, julho de 1984).

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

4.1 A partir de 1954, começou a advogar, como solicitador, no Tribunal do Júri de Manaus (AM).

4.2 Delegado de Roubos e Furtos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (Manaus - março/abril de 1955).

4.3 Promotor Substituto da Comarca de Itacoatiara - Amazonas (setembro a março 1955/56)

4.4 Promotor de Justiça - Concurso de Provas e Títulos - segundo lugar 1956 - não aceitou a nomeação.

4.5 Chefe de Administração do Departamento de Assistência e Previdência Social - DAPS - (abril de 1956).

4.6 Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas. Na época com apenas

25 anos de idade, era o mais jovem em todo o País (agosto de 1957).

4.7 Secretário de Estado do Interior e Justiça do Estado do Amazonas. sendo, na época, o mais jovem em todo o País (1958/59).

4.8 Chefe da Casa Civil do Governador do Estado do Amazonas (1959/60).

4.9 Procurador Jurídico e Fazendário do Estado do Amazonas (1961).

4.10 Deputado Estadual à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas - Líder do Partido e, após, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1962/66).

4.11 Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Amazonas (1964/65).

4.12 Professor da Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB), primeiro como Assistente, depois como Titular (1968).

4.13 Deputado Federal pelo Amazonas (1967/68). Vice-Líder do então M.D.B. - o mais votado da Capital e do seu Partido. Eleito pelo Comitê de Imprensa da Câmara Federal um dos 10 (dez) melhores deputados nos anos de 1967/68. Cassado o mandato e suspensos os seus direitos políticos pelo AI-5, em fevereiro de 1969, por 10 (dez) anos.

4.14 Advogado no Estado do Rio de Janeiro, ininterruptamente, a partir de 1969.

4.15 Conselheiro Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do extinto Estado da Guanabara (1974).

4.16 Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (1974/79).

4.17 Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil (Biênio 1979/81).

4.18 Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Biênio 1981/83).

4.19 Membro Nato da Ordem dos Advogados do Brasil a partir de 04/04/1983.

4.20 Membro Efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros - "IAB" - desde 1972, onde exerceu as funções de Membro da

Comissão de Admissão de Sócios (1974/75) e orador Oficial do IAB 1976/1977).

4.21 Membro Efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas desde 1967.

4.22 Diretor Cultural do Clube dos Advogados do Rio de Janeiro (1979/1981).

4.23 Presidente da Primeira Comissão (matutina) de julgamento de Teses da VI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (Salvador/1976).

4.24 Presidente da Segunda Comissão (vespertina de julgamento de Teses da VII Conferência nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (Curitiba/1978).

4.25 Ex-Presidente para todas as Américas da WORLD ASSOCIATION OF LAWYERS OF THE WORLD PEACE THROUGH LAW CENTER (Washington - USA).

4.26 Membro Titular da Academia Amazonense de Letras (Manaus 09/02/83).

4.27 Membro Honorário da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.(30.X.1984).

4.28 Membro Efetivo da Academia Amazonense de Letras Jurídicas.

4.29 Membro Efetivo da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado.

4.30 Professor Honorário da Universidade de Telaviv (Israel). Diploma entregue em sessão solene no dia 15 de janeiro de 1986, na cidade de Telaviv, pelo Magnífico Reitor Professor Moshe Many.

4.31 Acadêmico Emérito da Academia Rondoniense de Educação (1986).

4.32 Deputado Federal Constituinte pelo Estado do Amazonas (o mais votado no Estado - eleito em 1986).

4.33 Relator da Comissão de Sistematização, na Assembléia Nacional Constituinte (Brasília-1987).

4.34 Relator Geral da Assembléia Nacional Constituinte (Brasília-1988).

4.35 Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados (Brasília-1989).

4.36 Ministro de Estado da Justiça (Brasília-1990).

4.37 Senador da República pelo Estado do Amazonas (o mais votado no Estado - eleito em 1994).

4.38 Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (Brasília/1995 e 1996).

4.39 Membro Titular da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (Brasília/1995, 1996,1997,1998,1999,2000,2001 e 2002).

4.40 Presidente do Diretório Regional do Partido da Frente Liberal (P.F.L) no Estado do Amazonas.

4.41 Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996.

4.42 Membro Titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (Brasília 1997/1998/1999/2000).

4.43 Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (Brasília 1997/1998 e 2001/2002).

4.44 Presidente, para o Brasil da Associação Mundial dos Juristas (Washington, DC 1999/2000).

4.45 Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas (Rio de Janeiro, RJ-1999).

4.46 Presidente Nacional para o Brasil da WORLD JURIST ASSOCIATION (Washington, DC).

4.46 Palestrante na X Assembléia Geral da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores – OLACEFS – (Brasília, novembro/2000).

4.47 Chefe da Missão Técnica à Organização Meteorológica Mundial – (Geneve – Suíça, outubro/2001).

4.48 Membro do Conselho Editorial da Revista Justiça e Cidadania.

4.49 Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio – desde 2003.

4.50 Consultor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio – CNC – (Rio de Janeiro, desde fevereiro/2003).

4.51 Membro do Conselho Consultivo da Associação Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

5 TÍTULOS, COMENDAS E CONDECORAÇÕES

5.1 MEDALHAS

5.1. 1 Craveiro Lopes - concedida pelo Governo Português (1959).

5.1.2 Mérito Tamandaré - concedida pelo Governo da República Federativa do Brasil (julho/1961).

5.1.3 Quarta (São Paulo/1970), Quinta (Rio de Janeiro/1974), Sexta (Salvador/1976) e Sétima (Manaus/1980), Conferências da Ordem dos Advogados do Brasil.

5.1.4 Moniz Sodré - Centenário (1881/2891), concedida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (1981).5.1.5 Mérito Legislativo - concedida pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1982).

5.1.6 Honra ao Mérito - concedida pela Associação dos Advogados de Campinas (julho/1982).

5.1.7 Ordre des Avocats à La Cour de Paris - Palais de Justice - 1840/1974 (Paris, julho/1982).

5.1.8 Caixa de Assistência - Advogados de Minas Gerais (Belo Horizonte, agosto/1982).

- 5.1.9 Comemorativa dos 25 anos de Fundação - Ordem dos Velhos Jornalistas, concedida em 1982.
- 5.1.10 Telaviv University - concedida na sede da Universidade de Telaviv pelo Diretor da Faculdade de Direito, Professor YORAM DINSTEIN em 17 de outubro de 1982.
- 5.1.11 Ordem dos Advogados Portugueses - concedida pela Ordem dos Advogados de Portugal (Lisboa, 14 de janeiro de 1983).
- 5.1.12 Centenário “Nascita de S. Francesco D’Assisi” Itália - entregue pelo prefeito da Cidade de Assisi - 1984.
- 5.1.13 Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso - concedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça - Exmo. Senhor Desembargador Benedito Pereira do Nascimento.
- 5.1.14 Presidente Montezuma - concedida pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (Rio de Janeiro, 29/08/1985).
- 5.1.15 Mérito Benemerência - concedida pelo Real Gabinete Português de Leitura.
- 5.1 8º Congresso Internacional de Criminologia - entregue pelo Ministro da Justiça de Portugal, Dr. Mário Raposo (Lisboa, 21/01/1986).
- 5.1.17 Tiradentes - concedida pela Polícia Militar do Estado do Amazonas (Manaus, 14/04/1986).
- 5.1.18 Mérito - concedida pela Associação Brasileira de Conselhos e Tribunais de Contas dos Municípios.
- 5.1.19 Tribunal de Contas do Município de São Paulo - 1988.
- 5.1.20 Mérito de Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros (10/12/1989).
- 5.1.21 Inconfidência - concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais (21/04/1989).
- 5.1.22 Classe Ouro - Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Recife, 07 de agosto de 1989).
- 5.1.23 Mérito Ferroviário (30/09/1990).
- 5.1.24 Cinqüentenário da Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, setembro de 1989).
- 5.1.25 Mérito industrial do Rio de Janeiro - concedida pela “FIERJ” (Rio de Janeiro, maio de 1990).
- 5.1.26 GRÃ CRUZ da Ordem do Rio Branco, conferida pelo Decreto do Presidente da República Federativa dos Brasil (22 de maio de 1990).
- 5.1.27 GRÃ CRUZ da Ordem de “Bernardo O’Higgins”, conferida pelo Presidente da República do Chile (12 de novembro de 1990).
- 5.1.28 “As Termas e a Clínica Geral - Caldas de Chaves” entregue pelo Diretor Clínico Dr. Mário Carneiro, na cidade de Chaves - Portugal (julho de 1991).
- 5.1.29 GRÃ CRUZ da Ordem do Infante Dom Henrique, conferida pelo Presidente da República Portuguesa (4 de outubro de 1995).
- 5.1.30 Medalha de Honra ao Mérito Advocático – concedida pela OAB-Secção Pará – (1º/09/1996)
- 5.1.31 PRIMEIRA CLASSE da Ordem Francisco de Miranda, conferida pelo Presidente da República da Venezuela (11 de outubro de 1996).
- 5.1.32 Medalha do Mérito concedida pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e a Associação Mineira do Ministério Público em comemoração dos 30 anos da CONAMP – 08 e 09 de junho de 2001.
- 5.1.33 Medalha de Grande Oficial do Ministério do Trabalho e Emprego outorgada pelo Presidente da República – Brasília (09.12.2002).
- 5.1.34 Medalha do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, concedida pelo Conselheiro-Presidente THIERS MONTEBELLO.
- 5.1.35 Medalha concedida pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, em agradecimento pela visita (31/07/2003).

- 5.1.36 Medalha Professor SAN TIAGO DANTAS, concedida pela Associação Nacional dos Procuradores Federais - ANPAF (Brasília, 10/11/03)
- 5.1.37 Medalha Comemorativa dos 10 anos da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO (12/11/03).
- 5.1.38 Medalha SERZEDELLO CORRÊA, concedida por ocasião do XXII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil - Paraíba (14/11/2003).
- 5.1.39 Medalha “LEVY CARNEIRO de Advocacia 2003”, concedida pelo Colégio Brasileiro de Faculdades de Direito, no XXIII Encontro de Faculdades de Direito - na sede da OAB- RJ (27/11/2003).
- 5.1.40 Medalha de Mérito Bernardo Cabral, concedida pelo Centro de Ensino Preparatório Aufiero - Manaus - AM (22/05/04).
- 5.1.41 Comenda do Comércio do Estado de Mato Grosso, concedida pelo Presidente da Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso - Dr. Jamil Nadaff (21/06/04).
- 5.1.42 Medalha de Destaque na “Área Jurídica, concedida pela Universidade Federal do Amazonas” (09/07/2004).
- 5.1.43 Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região (03/12/2004).
- 5.1.44 Medalha do Presidente do Conselho de Governadores do Distrito Múltiplo LA, AL 2004-2005, concedida pelo The International Association of Lions Clubs – Manaus (03/06/05).
- 5.1.45 Medalha do Mérito Segurança Pública, no grau de Cavaleiro, concedido pela Governadora Rosinha Garotinho e o Secretário de Estado de Segurança Pública, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados, 20 de março de 2006.
- 5.1.46 Título de Doutor Honoris Causa, concedido pelos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – 20 de maio de 2005.
- 5.1.47 Medalha de Honra ao Mérito – Profª Martha Falcão, “por seu brilhantismo profissional” – Manaus 16.05.2006.
- 5.1.48 Ordem do Mérito Judiciário, Grau Grã-Cruz – Concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região – 03 de julho de 2006.
- 5.1.49 Comenda da “Cruz da Ordem Nacional do Mérito Ecológico e Ambiental”, concedida pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística, Ecológica, Medalhística, Cultural e Educacional. Em 04 de agosto de 2006. Local: Auditório da SUFRAMA.
- 5.1.50 Medalha Comemorativa da Gestão 2004/2007 do Conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Brasília, 11/12/2006.
- 5.1.51 Medalha de Mérito Pedro Ernesto concedida pelo Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Vereador Ivan Moreira – 20 de dezembro de 2006.
- 5.1.52 Título de Emérito concedido pela Confederação Brasileira de Atletismo – Manaus, 12 de fevereiro de 2007.
- 5.1.53 Medalha do Mérito Industrial do Amazonas concedida pela Federação das Indústrias do Amazonas, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Indústria Amazonense. – FIEAM – Manaus, 28 de maio de 2007.
- 5.1.54 Medalha do Mérito Comercial do Amazonas concedida pela Federação de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas – FECOMÉRCIO, Centro do Comércio do Estado do Amazonas – CECEAM, Serviço Social do Comércio – SESC e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, pelos relevantes serviços prestados a Economia regional e ao Desenvolvimento da Livre Empresa. Manaus, 16 de julho de 2007.

- 5.1.55 Medalha Comemorativa dos 110 anos da Fundação da Academia Brasileira de Letras, concedida em 28 de setembro de 2007.
- 5.1.56 Medalha em Homenagem ao Dr. José Bernardo Cabral, pela importância da sua luta em prol das MPE e pela transformação do CEBRAE com C para SEBRAE com S, contribuindo para consolidação da Sistema SEBRAE. Em 05/10/2007 – Sebrae –AM.
- 5.1.57 Medalha de Menção Honrosa da Classe Rural Amazonense do Ano de 2008. Concedida pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Manaus, 22 de setembro de 2008.
- 5.1.58 Medalha por ocasião da Cerimônia Comemorativa dos 20 anos da Constituição – Palácio do Planalto – 22 de outubro de 2008.
- 5.1.59 Medalha do Mérito Agrícola do Amazonas, pelos relevantes serviços prestados à Economia Rural Cabocla, concedido pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Manaus, 22 de setembro de 2008.
- 5.1.60 Medalha de Honra do Mérito Municipal “Jamil Seffair” concedida pela Câmara Municipal de Manacapuru, aprovada pela Resolução n] 007 de 26 de março de 2008. Manacapuru-AM, 29 de novembro de 2008.
- 5.1.61 Título de Doutor Honoris Causa, concedido pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM – 27 de março de 2009.
- 5.4.62 Medalha Colar do Mérito de Contas – TCE-AM – 16/10/2009.
- 5.4.63 Elos Clube de Olhão – Medalha Comemorativa dos 200 Anos da Viagem do Caíque “Bom Sucesso” Olhão/Rio de Janeiro – 6 de julho de 1808 – 22 de setembro de 1808, em reconhecimento pelos serviços prestados à causa Lusofonia.
- 5.4.64 – Medalha Cour de Cassation France concedida pela École Nationale de La Magistrature à Paris. 30.12.2009.
- 5.4.65 – Medalha JK da Ordem do Mérito do Transporte no grau Grã Cruz – concedida pela Confederação Nacional do Transporte, em Brasília, 10/03/2010.
- 5.4.66 – Medalha da Academia Internacional de Direito e Economia – AIDE – confere o título de Acadêmico ao Ministro Bernardo Cabral, CNC/RJ – 10/05/2010.
- 5.4.66 – Medalha da Academia Brasileira de Letras – Centenário de Nascimento de Raquel de Queiroz – 17/11/1910 – 17/11/2010.
- 5.4.67 – Medalha da Ordem dos Advogados do Brasil – 80 Anos OAB 1930 - 2010.
- 5.4.68 – Medalha da LUMSA Università 1939-09 – concedida pela Libera Università Maria Santíssima Assunta – Roma, 14/01/2011.
- 5.4.69 – Título de Sócio Honorário pelos relevantes serviços prestados, concedido pela Associação dos Aposentados da Rede Ferroviária Federal S/A. Rio, 17/12/2011.
- 5.4.70 – Medalha concedida pela Academia Brasileira de Filosofia – Ad Veritatem – Doutor Honoris Causa – 27 de março de 2012.
- 5.4.71 – Título de Benemérito em reconhecimento pelos seus relevantes serviços prestados, concedido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, 28 de março de 2012.

5.2 PLACAS DE HOMENAGENS

5.2.1 HONRA AO MÉRITO

5.2.1.1 Concedida pela Associação dos Advogados de Campinas - SP (julho de 1982).

5.2.1.2 Concedida pela Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte - 1982).

5.2.2 HOMENAGENS

5.2.2.1 Diretório Acadêmico XVI de abril - concedida pela Faculdade de Direito da PUC (Campinas - agosto de 1982).

5.2.2.2 Diretório Acadêmico “Alexandre Gusmão” da Faculdade Católica de Direito de Santos (Santos, 17/09/1982).

- 5.2.2.3 Ordem dos Advogados do Brasil - Sub-Secção de Anápolis-GO (02/12/1982).
- 5.2.2.4 Oferta da B'nai B'rith do Rio de Janeiro - em reconhecimento pela sua luta em prol dos Direitos dos Homens (10/12/1982).
- 5.2.2.5 Universidade Católica Portuguesa - outorgada em Lisboa pelo Magnífico Reitor Professor José Barcelar de Oliveira e entregue, na mesma cidade, pelo Exmo. Senhor Ministro da Justiça de Portugal.
- 5.2.2.6 Universidade de Paris (Sorbonne) - outorgada e entregue na cidade de Paris, pelo Magnífico Reitor (Paris, 21/01/1983).
- 5.2.2.7 Concedida simultaneamente pela Universidade Católica do Paraná e OAB/PR (18/05/1983).
- 5.2.2.8 “Penhorados e Justos Reconhecimentos” concedida pela OAB/MT (30/06/1983).
- 5.2.2.9 “City University of New York” John Jay College of Criminal Justice, concedida na Sede da Universidade de New York pelo Presidente Geral W. Linch (11/07/1983).
- 5.2.2.10 “Com os Melhores Cumprimentos e Agradecimentos” - dos juristas brasileiros presentes em New York (15/07/1983).
- 5.2.2.11 Conselho Seccional da OAB do Estado do Amazonas (Manaus, 19/09/1983).
- 5.2.2.12 Pontifícia Universidade Urbaniana - outorgada e entregue na cidade de Roma pelo Magnífico Reitor (13/01/1984).
- 5.2.2.13 Dos Juristas Brasileiros - presentes na Universidade Urbaniana em Roma (13/01/1984).
- 5.2.2.14 Do Corpo Docente e Discente do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas e entregue na cidade de Manaus pelo Magnífico Reitor (12/03/1984).
- 5.2.2.15 University of London entregue pelo seu Diretor Professor John Freeman (julho de 1984).
- 5.2.2.16 Paris (Sorbonne) outorgada e entregue na cidade de Paris pelo Magnífico Reitor presente à solenidade o Embaixador do Brasil Dr. A. Corrêa do Lago (janeiro de 1985).
- 5.2.2.17 Pontifícia Urbaniana, outorgada e entregue na cidade de Roma pelo Magnífico Reitor (julho de 1985).
- 5.2.2.18 Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Goiás - 1988.
- 5.2.2.19 Do Empresariado Amazonense pelos 25 (vinte e cinco) anos da Zona Franca de Manaus (Manaus, 10/10/1988).
- 5.2.2.20 Dos Trabalhadores Amazonenses - concedida pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Estado do Amazonas (Manaus, 20/10/1988).
- 5.2.2.21 Benemérito da Formação Profissional do Amazonas - outorgada pelo SENAI/AM pelos relevantes serviços prestados à causa da Educação pelo Trabalho (Manaus, outubro de 1988).
- 5.2.2.22 Polícia Federal do Brasil - Homenagem de Agradecimento da DPF/SR/RJ - 25 de junho de 1990.
- 5.2.2.23 Do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (agosto de 1991).
- 5.2.2.24 Academia Rondoniense de Educação (agosto de 1991).
- 5.2.2.25 Professor Emérito - Congregação da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, Sessão Solene (São Paulo, 14/08/1987).
- 5.2.2.26 Gratidão da Polícia Civil do Estado de São Paulo - 1988.
- 5.2.2.27 Visitante ilustre do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (15/08/2000).
- 5.2.2.28 Placa de Prata do Club de Regatas Vasco da Gama pelos seus 102º de existência (21/08/2000).
- 5.2.2.29 Placa do Centro Acadêmico de Direito, Manaus-AM, pelos relevantes serviços prestados em favor dos Direitos Humanos e da Educação Superior do Amazonas (11.12.2000).

- 5.2.2.30 Placa de Homenagem concedida pelo Presidente do TRT – AM, Desembargador José dos Santos Pereira Braga (24/07/2001)
- 5.2.2.31 Placa de agradecimentos da Escola de Comando do Estado Maior da Aeronáutica – Rio de Janeiro (11.03.2002).
- 5.2.2.32 Placa de Prata do Governador do Amazonas – de agradecimento pela relevante participação no II Simpósio sobre a Estratégia da Resistência – Mobilização da Vontade Nacional em Defesa da Amazônia.
Manaus – (1º/03/2002)
- 5.2.2.33 Placa do 3º Congresso do Ministério Público da Região Amazônica, pelos bons ofícios prestados ao Ministério Público Brasileiro – Palmas-TO (28.05.2002).
- 5.2.2.34 Placa de reconhecimento da ANFIP, pelo apoio em torno das questões da mais alta relevância – Brasília (junho/2002).
- 5.2.2.35 Placa de 1ª Homenagem “Personalidade e Ouro”, conferida pelo Centro Acadêmico de Psicologia – CAPSI/CEULM – ULBRA (29/08/2002).
- 5.2.2.36 Placa de Prata de Homenagem do Comitê Israelita do Amazonas, pelos relevantes serviços prestados. (07/09/2002).
- 5.2.2.37 Placa de agradecimentos da Faculdade Martha Falcão (10.09.2002).
- 5.2.2.38 Placa de agradecimentos da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Associação dos Magistrados do Amazonas, pelos relevantes serviços dedicados ao Poder Judiciário e à Magistratura Nacional – Manaus (13.09.2002).
- 5.2.2.39 Placa de Prata conferindo o título de “Presidente de Honra da Liga Feminina do Estado do Amazonas”, em “reconhecimento ao apoio recebido ao longo de seus 18 anos de existência” (26/09/2002).
- 5.2.2.40 Placa do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais da Justiça, Manaus (12.11.2002).
- 5.2.2.41 Placa da OLB-SESCOOP/AM pelos relevantes serviços prestados em prol do Cooperativismo (05.07.2002).
- Placa da Agência Nacional de Águas (1º Simpósio de Recursos Hídricos da Amazônia), pelos relevantes serviços prestados.
Manaus -AM. 27.08.2003
- 5.2.2.43 Placa de agradecimento ao Patrono da Turma José Bernardo Cabral - CIESA - Centro Integrado de Estudos Superiores do Amazonas outorgada pelos Bacharelados de Direito 2003.
- 5.2.2.44 Placa de congratulação ao Patrono das Águas Senador Bernardo Cabral - outorgada pela Diretoria Colegiada e demais servidores da ANA - Agência Nacional de Águas (28/06/2004).
- 5.2.2.45 Placa conferida pelos Auditores Fiscais de Tributos Estaduais, pela importante contribuição para o desenvolvimento do Estado do Amazonas (15/07/2004).
- 5.2.2.46 Placa conferida pela empresa C.C.E. - Som e Imagem, pela imensa contribuição ao desenvolvimento do Amazonas (15/07/2004).
- 5.2.2.47 Placa conferida pela ABMCJ/ MG - Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, em homenagem pela palestra proferida no seu XVI Congresso, cujo tema “As Carreiras Jurídicas - O Poder Judiciário - Reforma - Novas Perspectivas “ (18/11/04).
- 5.2.2.48 Placa concedida pelas Classes Empresariais – FECOMERCIO-AM; FIEAM,;CIEAM; ACA; FAEA e SEBRAE-AM – pela ação política na defesa do Amazonas, de livre Empresa e do Sistema “S” (17-06-2005).
- 5.2.2.49 Placa com os cumprimentos dos juristas brasileiros, presentes a Pontifícia Universidade Urbaniana Vaticano. (12/01/2006).
- 5.2.2.50 Placa de homenagem dos notários e registradores do Estado de São Paulo, em agradecimento pela colaboração e dedicação dispensadas à classe. São Paulo, 19/12/2006.
- 5.2.2.51 Placa com os cumprimentos e agradecimentos dos juristas brasileiros

presentes a Humboldt Universität Zu Berlin, 16/01/2007.

5.2.2.52 Placa concedida pela ANA – Agência Nacional de Águas, por ocasião das comemorações dos dez anos de promulgação da Lei 9.433/97, conhecida como a Lei das Águas, Brasília 05/março/2007.

5.2.2.53 Placa concedida pela Ministra de Estado do Meio Ambiente – Sra. Marina Silva, em agradecimento pelos serviços prestados em benefício das águas brasileiras – Comemoração aos 10 anos da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Brasília 19/03/2007.

5.2.2.54 Placa ref. Medalha do Mérito Industrial do Amazonas concedida pela Federação das Indústrias do Amazonas, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Indústria Amazonense. – FIEAM – Manaus, 28 de maio de 2007.

5.2.2.55 Placa concedida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pela AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil e pela EMARF – Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região em agradecimento pela participação e contribuição no projeto “200 anos: da Corte à Corte – O Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil”. Armação de Búzios – RJ, de 28 a 31 de agosto de 2008.

5.2.2.56 Troféu concedido pelo Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP – no dia 29 de outubro de 1988, ao “Constituinte Bernardo Cabral pela sua valiosa contribuição durante a Constituição de 1988”.

5.2.2.57 Placa concedida pela Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, em agradecimento pela conferência proferida sob o tema “O Processo de Elaboração da Constituição Brasileira de 1988”, Manaus, 06/10/2008.

5.2.2.58 Troféu em Homenagem da Sociedade Consular do Amazonas – entregue no dia

06/08/2009 em solenidade presidida pelo Presidente Cônsul RAUL ECHENIQUE (rep. do Chile).

5.2.2.59 Troféu Forte de Copacabana concedido pelo Museu Histórico do Exército – Rio de Janeiro, 25/09/2009.

5.2.2.60 Placa concedida pelo Instituto Superior do Ministério Público em homenagem pela inigualável contribuição para a realização do Seminário Problemas de Responsabilidade Civil – Rio de Janeiro, 20/10/2009.

5.2.2.61 – Placa da concedida pelos juristas brasileiros presentes à École Nationale de La Magistrature Paris-França, 30.12.2009.

5.2.2.62 – Placa concedida pela Academia Amazonense de Medicina – Laurel ao Benfeitor Senador Bernardo Cabral em reconhecimento ao trabalho meritório para que a Academia pudesse ter a sua sede. – Manaus, 22.05.2010.

5.2.2.63 – Placa concedida pelos juristas brasileiros presentes ao seminário de Direito Penal realizado na Libera Università Maria Santíssima Assunta – Roma, 14/01/2011.

5.2.2.64 – Placa concedida pela Câmara Municipal de Iranduba de Título de Cidadão Benemérito de Iranduba, pelos relevantes serviços prestados à sociedade Irandubense. Iranduba, 10 de junho de 2011.

5.2.2.65 – Troféu concedido pelo Conselho da Comunidade Portuguesa e Luso Brasileira do Amazonas, na magna data dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados a Comunidade Luso Brasileira. Manaus, 10 de junho de 2011.

5.2.2.66 – Placa concedida pelo partido Democratas-AM, em homenagem pela brilhante atuação no parlamento e como Ministro da Justiça em 1990. Manaus, 20 de agosto de 2011.

5.2.67 – Placa concedida pelo Sindicatos – Sindicato do Tribunal de Contas do Amazonas – confere título de Honra ao

Mérito na Ordem de Grande Oficial. Manaus, 11 de novembro de 2011.

5.2.68 – Troféu Jubileu de Prata concedido pela Associação dos Aposentados da Rede Ferroviária S/A – RFFSA - Rio, 17 de dezembro de 2011.

5.2.69 – Placa concedida pela Fundação Cultural de Campos - Centro Universitário Fluminense – Campus I Direito de Campos – em homenagem e gratidão do Curso de Direito do UNIFLU, por sua esplêndida Aula Magna – Campos dos Goytacatz, 15 de abril de 2012.

5.2.70 – Placa concedida pela Fundação Universidade do Amazonas – peã iniciativa e inestimável contribuição para o engrandecimento de nossa Instituição e para o desenvolvimento da Região Amazônica. Manaus, 12 de Junho de 2012.

5.2.71 – Placa concedida pelo Dr. Wellington Lins – Presidente da FAMETRO – Faculdade Metropolitana de Manaus, em homenagem pela contribuição com o estado do Amazonas, ao longo de sua vida pública. Manaus, outubro 2012.

5.3 ORDENS

5.3.1 Mérito da República Italiana (Grau de Comendador). Conferido pelo Presidente da República Italiana (27/12/1985).

5.3.2 Rio Branco (Grau de “Grande Oficial”). Conferida pelo Presidente da República Federativa do Brasil (13/05/1987).

5.3.3. Mérito Naval (Grau de Comendador) Conferida pelo Presidente da República Federativa do Brasil (11/06/1987).

5.3.4 Mérito Militar (Grau de Comendador). Conferido pelo Presidente da República Federativa do Brasil (25/08/1987).

5.3.5 Mérito Aeronáutico (Grau de Grande Oficial). Conferida pelo Presidente da República Federativa do Brasil (23/20/1987).

5.3.6 Congresso Nacional (Grau de Grande Oficial). Conferida pelo Grão Mestre, Senador Nelson Carneiro (17/12/1987).

5.3.7 Mérito Judiciário Militar (Grau de Alta Distinção), em 08/04/1988.

5.3.8 Mérito Judiciário do Trabalho (Grau de Grande Oficial), em 11/05/1988.

5.3.9 Mérito das Forças Armadas (Grau de Comendador) em 25/07/1989.

5.3.10 Mérito Judiciário Militar (Grã-Cruz), em 25/05/1990.

5.3.11 Rio Branco (Grau de Grã-Cruz), em 25/05/1990.

5.3.12 Mérito Naval - promoção do Grau de Grande Oficial (11/06/1990).

5.3.13 Mérito Judiciário do Trabalho - promoção ao Grau de Grã-Cruz (11/08/1990).

5.3.14 Mérito Militar - promoção ao Grau de Grande Oficial (25/08/1990).

5.3.15 Ordem do Mérito Comercial (Grau de Grã-Cruz) da Confederação Nacional do Comércio.

5.3.16 Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique, conferido pelo Presidente da República Portuguesa (1995).

5.3.17 Ordem do Mérito Dom Bosco, no Grau de Grande Cruz, concedida pelo TRT – 10ª Região (31/08/2001).

5.3.18 Da Ordem do Mérito do Tocantins (Grau de Grã-Cruz) (2002).

5.3.19 Do Ministério da Defesa Nacional (Grau de Grande Oficial) (11/12/2002).

5.3.20 Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região (Grau de Grã-Cruz) (03/12/2004).

5.3.21 Ordem do Mérito Judiciário – TRT 11ª Região, Grau Grã-Cruz – Manaus 03 de julho de 2006.

5.3.22 ANOREG-RJ & SINOREG-RJ agradecem ao eterno Senador por sua inesquecível colaboração ao país, quando da magnânima atuação como Relator-Geral da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988. (24/11/2007).

5.3.23 Investidura de Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém – Igreja

Nossa Senhora do Outeiro da Glória – 08 de outubro de 2009.

5.3.24 Ordem da Estrela do Acre, no grau de GRÃ-CRUZ, concedida pelo Governador Tião Viana, no Palácio do Governador, em solenidade realizada no dia 05 de outubro de 2011.

5.3.25 Ordem do Mérito Comercial do Acre, no grau de GRÃ-CRUZ, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre. (outubro/2011).

5.4 DIPLOMAS

5.4.1 Cidadão Honorário da Cidade do Rio de Janeiro - Câmara Municipal do Rio de Janeiro - 1981.

5.4.2 Cidadão de Belém – Título concedido pela Câmara Municipal de Belém.

5.4.3 Benemérito do Estado do Rio de Janeiro - Título concedido pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (07/12/1984).

5.4.4 Benemérito do Instituto dos Advogados Brasileiros - Entregue pelo Presidente da República Dr. José Sarney (Rio de Janeiro, em 03/07/1985).

5.4.5 Câmara Municipal de Patos de Minas (06/04/1987).

5.4.6 Professor Emérito das Faculdades Metropolitanas Unidas - Sessão Solene da Congregação (São Paulo, março de 1982).

5.4.7 Sócio Benemérito da Associação Brasileira dos Detetives Profissionais Superiores, Inspetores e Agentes de Segurança - ABDPSIAS (25/05/1987).

5.4.8 Cidadão de Fernando de Noronha (30/09/1988), concedida pelo Governador do Território Federal de Fernando de Noronha.

5.4.9 Honra ao Mérito - Centro Acadêmico de Direito - Universidade Federal do Amazonas (01/12/1988).

5.4.10 Sócio Benemérito da Associação Nacional dos Juizes Classistas - Justiça do Trabalho (Rio de Janeiro, 31;03;1989).

5.4.11 Homenagem Especial - 40 anos da Casa do Estudante Universitário do Estado do Amazonas (08/04/1989).

5.4.11 Sócio Benemérito da Associação dos Procuradores da Fazenda Nacional (Brasília, junho de 1989).

5.4.13 Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (01/12/1989).

5.4.14 Cidadão Honorário Tefeense - Câmara Municipal de Tefé, Amazonas - 1989.

5.4.15 Sócio Honorário da Associação Brasileira dos Constitucionalistas (junho de 1990).

5.4.16 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito - Comemoração do 350º aniversário de sua criação - 1990.

5.4.17 Membro Honorário da Sociedade Brasileira de Sexologia - 1990.

5.4.18 Sócio Honorário da Associação Comercial do Amazonas (18/06/91) - em 120 anos de existência só foram distribuídos oito diplomas até a essa data.

5.4.19 Cidadão Honorário do Município de Boca do Acre (AM) - Câmara Municipal de Boca do Acre - 1995.

5.4.20 Visitante Ilustre do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - (15/08/2000).

5.4.21 Sócio Proprietário Benemérito do Club de Regatas Vasco da Gama (21/08/2000).

5.4.22 Do Mérito do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais da Justiça, pelo incessante trabalho – Manaus-AM (12.11.2002).

5.4.23 Centro de Ensino Preparatório Aufiero - Ourtorga da Medalha de Mérito Bernardo Cabral pelos relevantes serviços prestados à Comunidade Jurídica Brasileira. (22.05.2004).

5.4.24 Federação do Comércio do Estado do Amazonas - Medalha de Reconhecimento “Jubileu de Ouro” (50 anos) - (16/07/2004).

5.4.25 Diploma e Colar Acadêmico concedida pela Academia de Letras, Ciências e Artes do Amazonas (ALCEAR), em 14/07/2004.

5.4.26 Diploma da Pontifícia Universidade Urbaniana Vaticano. (12/01/2006).

5.4.27 Diploma da Medalha do Mérito Segurança Pública, no grau de Cavaleiro, concedido pela Governadora Rosinha Garotinho e o Secretário de Estado de Segurança Pública, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados, 20 de março de 2006.

5.4.28 GRÃ-CRUZ da Ordem do Mérito Comercial da Amazônia, concedida em Sessão Solene de 18.08.2006 (Manaus-AM).

5.4.29 Homenagem ao Dr. José Bernardo Cabral, pela importância da sua luta em prol das MPE e pela transformação do CEBRAE com C para SEBRAE com S, contribuindo para consolidação da Sistema SEBRAE. Em 05/10/2007 – Sebrae –AM

5.4.30 Ordem do Mérito Forte São Joaquim outorgado pelo Governo do Estado de Roraima – Grau de GARNDE OFICIAL da mesma Ordem. Roraima, 13 de novembro de 2007.

5.4.31 Diploma e Colar do Mérito “Ministro Miguel Seabra Fagundes” concedidos pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, considerando os relevantes serviços prestados ao Fortalecimento das Atribuições Institucionais dos Tribunais de Contas – Brasília, 1º de Dezembro de 2008.

5.4.32 Diploma do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, concedendo título de honraria a escultura-símbolo – “O Gaúcho”, em reconhecimento pelo relevantes serviços prestados ao Sistema de Fiscalização dos Gastos Públicos e no aprimoramento das relações institucionais. Palácio Flores da Cunha, 1º de dezembro de 2008.

5.4.33 Diploma de Honra ao Mérito concedido pelo Colegiado da Sociedade Consular do Amazonas, pelo reconhecimento ao apoio brindado aos Consulados – Manaus, 24 de abril de 2009.

5.4.34 Diploma da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro reconhecendo como Irmão da Irmandade Senador José Bernardo Cabral, 02 de junho de 2009.

5.4.35 Diploma da Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro e medalha JK – Mérito do Transporte, no grau Grã Cruz concedida pela Confederação Nacional do Transporte, Brasília, 10/03/2010.

5.4.36 Diploma da Academia Internacional de Direito e Economia – AIDE – confere o título de Acadêmico ao Ministro Bernardo Cabral, CNC/RJ – 10/05/2010

5.4.37 Diploma de participação como Conferencista na Academia Amazonense de Letras, tema: Diálogos Qualificados – Revisitando Nabuco. - Manaus 12 de junho de 2010.

5.4.38 Diploma de Sócio Benemérito concedido pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Manaus, 11 de dezembro de 2010.

5.4.39 – Diploma de Título de Cidadão Benemérito de Iranduba – concedido pela Câmara Municipal de Aranduba, pelos relevantes serviços prestados a sociedade Irandubense. Iranduba, 10 de junho de 2011.

5.4.40 Diploma concedido pela Associação dos Aposentados da Rede Ferroviária S/A – RFFSA - de Sócio Honorário pelos relevantes serviços prestados. Rio, 17 de dezembro de 2011.

5.4.41 Diploma concedido pela Academia Brasileira de Filosofia conferindo Título de Doutor Honoris Causa. 27 de março de 2012.

5.4.42 Diploma

6. CERTIFICADOS

6.1 Seminário “Os novos Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira” (Rio de Janeiro de 12 a 16/12/1988).

6.2 Como Conferencista do Projeto Meio Século - As Constituições Brasileiras - Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, setembro/1989).

6.3 Ordem de “Bernardo O’Higgins” concedida pelo Presidente de la República de Chile, em 12/11/90

6.4 Gratidão de toda a laboriosa Classe dos Auditores e Ministros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil (Brasília - 1999)

6.5 Certificado de Participação, como Palestrante do 1º Seminário Internacional do Parlamento Amazônico (Belém -PA) 02 e 03 de Junho de 2000.

6.6 Certificado de Participação como Presidente de Mesa do Seminário Internacional sobre o Direito Ambiental – Conselho da Justiça Federal – Brasília – 11/05/2001.

6.7 Certificado de Participação do 55º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil – Macapá (AP) 27/04/2002.

6.8 Certificado de Participação, como palestrante do XXII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil (João Pessoa/PB 11 a 15 de novembro de 2003.

6.9 Certificado de participação com méritos da Conferência “Justiça Dom Quixote Uma lição de otimismo” realizado pela Confraria D. Quixote, Revista Justiça e Cidadania e Centro Cultural Justiça Federal, em 24/05/04.

6.10 Concedido pela Federação Brasileira dos Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE e Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do Amazonas, pela participação, como Conferencista, do V Congresso Nacional da FEBRAFITE, no dia 14/07/2004).

6.11 Concedido pela Associação dos Advogados de Campina Grande-PB, pela participação na XXV Semana do Advogado, de 10 a 13 de agosto/2004.

6.12 Certificado de Participação, como Palestrante da IX Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro, realizada pela OAB de 19 a 21 de maio de 2005.

6.13 Concedido pela Confederação Nacional do Comércio, pela participação no VIII

Congresso do Sicomercio, entre os dias 05 e 07 de novembro de 2007, Hotel Sofitel – Rio de Janeiro

6.14 Concedido pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, pela participação no I Encontro Nacional do Sistema CNJ, sobre o tema “A Evolução do Processo Judicial Digital” – Boa Vista –RR 12 a 14 de novembro de 2007.

6.15 Certificado de participação como palestrante no Projeto 200 Anos da Corte à Corte – O Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil – 9º Encontro de Magistrados Federais da 2ª Região 2008 – RJ/ES, realizado de 28 a 31 de agosto em Búzios/RJ.

6.16 Certificado concedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro pela participação como palestrante no Ciclo de Palestras e Debates 20 anos de Constituição, realizado em 30 e 31 de outubro de 2008.

6.17 Certificado concedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e a Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena pela participação como Conferencista na Conferência “Constituição de 1988 – 20 anos – Relato de um Constituinte” – Porto Alegre, 01 de dezembro de 2008.

6.18 Certificado de participação como palestrante no seminário Problemas de Responsabilidade Civil, concedido pelo Instituto Superior do Ministério Público, CNC/RJ, 04 de setembro de 2009.

6.19 Certificado de Estágio concedido pela École Nationale de La Magistrature à Paris. (Presidente Lamandar) 30.12.2009.

6.20 Certificado pela palestra proferida “Trabalhos Desenvolvidos na Assembléia Nacional Constituinte – 1987 a 1988 Constituição Federal de 05 de outubro de 1988” na UCAM – Universidade Cândido Mendes (Jacarepaguá) - 29/03/2010.

6.21 Certificado pela Palestra proferida “A Constituição Federal de 1988” – Rotary Club do Rio de Janeiro – 28/04/2010.

6.22 Certificado por haver sido aprovado como Membro Titular – por indicação do Juiz Francisco Horta, membro do Conselho Consultivo da ACAN – Associação Cultural do Arquivo Nacional – Rio, 22/07/2010.

6.23 Certificado de participação no Seminário de Direito Penal realizado na Libera Università Maria Santíssima Assunta – Roma, 13 e 14/01/2011.

6.24 Certificado de Benfeitor – ano 2010 – em virtude de sua generosa contribuição para as atividades de promoção social e humana de crianças e adolescentes em situação de risco - Pastoral da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

6.25 Certificado IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros – palestra proferida “Processo Constituinte 1987/1988”, no 1º Ciclo de Estudos da Constituição, 25/03/2011.

6.26 Certificado OAB 12ª Subseção de Campos dos Goytacazes/RJ - palestra proferida “O Judiciário e a Constituição de 1988”, realizada no Tribunal do Júri – Fórum Dra. Maria Tereza Gusmão Andrade, em 04 de abril de 2011.

7. PARANINFO

7.1 Dos Concludentes do Curso de Direito - Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa/1981).

7.2 Graduados de Direito - Faculdade de Anápolis (Goiás/1982).

7.3 Curso de Direito - Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas (Goiânia-GO/1990).

8 PATRONO

8.1 Patrono da Turma Técnicos em Contabilidade de 1960 – Escola Técnica de Comércio Ruy Barbosa.

8.2 Graduados de Direito da Fundação Universidade do Amazonas - Turma JOSÉ BERNARDO CABRAL (Manaus, agosto/1985).

8.3 Graduados de Direito - CEUB (Brasília, agosto/1990).

8.4 Patrono da Turma dos Bacharelados de Direito (2003) Centro Integrado de Estudos Superiores do Amazonas – CIESA.

8.5 Patrono da Turma Prof. José Antonio Candeia – Medicina –UFAM (Manaus – 23, fevereiro/2006).

9 COLAR

9.1 Academia Amazonense de Letras (Manaus/1983).

9.2 Mérito Judiciário, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (30/11/89).

9.3 Mérito Tobias Barreto, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe (15/08/89).

9.4 Academia Rondoniense de Educação (1986).

9.5 Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas (2000).

9.6 Sindicato dos Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul – Colar de Mérito do SINDEP-MS.

9.7 Colar da Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Amazonas – 04.12.2002.

9.8 Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal, concedido pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, 03/11/2008.

9.9 Medalha “Colar do Mérito de Contas” – TCE-AM – 16/10/2009.

10 CONFERÊNCIAS

10.1 No Brasil: em todas as capitais dos Estados e no então Território Federal de Roraima, como Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e como Deputado Constituinte em

Universidades, Congressos, Seminários e Simpósios.

10.2 Na Universidade de Fez, Casablanca (Marrocos-1988).

10.3 No Exterior: Cidade de Paris (05 a 07/10/1989) na “Association Française des Constitutionnalistes” - Senado da França.

10.4 Lisboa: Ordem dos Advogados Portugueses.

10.5 Associação Mundial dos Juristas – XIX Biennial Conference on the Law of the World – Budapeste, Hungria e Viena, Áustria (3-10 outubro,1999).

10.6 Paris - outubro 2001 - Group Suez Lyonnaise des Eaux - Comissão des Conseillers des Ressources des Eaux.

10.7 Casablanca (Marrocos) - março 2002 - Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos nos Países Amazônicos - Water Resources Advisor Committee (W.R.A.C.).

11 TRABALHOS PUBLICADOS

11.1 Pareceres Jurídicos nas Revistas do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e Forense.

11.2 O Poder Constituinte, Fonte Legítima - Soberania - Liberdade (1988).

11.3 Pareceres como Relator da Assembléia Nacional Constituinte (1988).11.4 Os Quatro “S” (1995).

11.5 ONU - 50 anos (1996).

11.6 Cem anos do Teatro Amazonas (1996).

11.7 Relatório Final - Emendas Constitucionais (1996).

11.8 Coletânea de Discursos (1996).

11.9 Coletânea de Pareceres (1997).

11.10 Medalha Ruy Araújo (1997).

11.11 Coletânea de Pareceres (1997).

11.12 Legislação Eleitoral (1997).

11.13 Aposentadoria e Estabilidade (1997).

11.14 Síntese Parlamentar (1º Semestre de 1998).

11.15 Cinquenta Anos (OEA, ONU, Proclamação do Estado de Israel e Declaração Universal dos Direitos Humanos - 1999).

11.16 Síntese Parlamentar II (2º Semestre de 1998).

11.17 Operação Mãos Limpas (1998).

12 LIVROS PUBLICADOS

12.1 Palavra em Ação (1980, 2ª Edição) – 2.000 exemplares esgotados

12.2 O Papel das Hidrovias no Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica Brasileira (1995, 1ª Edição - 1996, 2ª Edição) - esgotados. (2.000 exemplares, cada edição).

12.3 O Município e a Cidadania (1996, 1ª Edição).- esgotada (1.000 exemplares) - esgotados

12.4 Direito Administrativo - Tema: Água – (1º e 2º Edição - 1997) de 2.000 exemplares de cada edição - esgotados.

12.5 Legislação Estadual de Recursos Hídricos Volume I (1º Edição - 1997) 5.000 exemplares - esgotados.

12.6 Legislação Estadual de Recursos Hídricos Volume II (1º Edição - 1997) 5.000 exemplares - esgotados.

12.7 Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável I (1º Edição- 1997) 2.000 exemplares – esgotados.

12.8 Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável II (1º Edição – 1998) 2.000 exemplares – esgotados.

Tratados Internacionais de Recursos Hídricos (1º Edição - 1998) 5.000 exemplares - esgotados.

12.10 A Cooperação Técnica e Financeira Internacional (1º Edição -1998) - 5.000 exemplares – esgotados.

12.11 Legislação Brasileira de Resíduos Sólidos e Ambiental Correlata – Vol. I (1º Edição - 1999) - 5.000 exemplares – esgotados.

- 12.12 Legislação Brasileira de Resíduos Sólidos e Ambiental Correlata – Vol. II (1º Edição - 1999) 5.000 exemplares – esgotados.
- 12.13 Legislação Brasileira de Resíduos Sólidos e Ambiental Correlata – Vol. III (1º Edição - 1999) 5.000 exemplares- esgotados.
- 12.14 Legislação Brasileira de Resíduos Sólidos e Ambiental Correlata – Vol. IV (1º Edição - 1999) 5.000 exemplares- esgotados.
- 12.15 Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável III (1º Edição 2000) 2.000 exemplares- esgotados.
- 12.16 A Agência Nacional de Águas – ANA – Caderno Legislativo 005/2001 Vol. I (1º Edição - 2001) 5.000 exemplares- esgotados.
- 12.17 A Agência Nacional de Águas – ANA – Caderno Legislativo 005/2001 Vol. II (1º Edição - 2001) 5.000 exemplares- esgotados.
- 12.18 Tratado de Cooperação Amazônica como Instrumento Institucional e Legal para o Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica (1º Edição - 2001) 1.000 exemplares - esgotados.
- 12.19 Les Opportunités de Developpement Pour Le Group Suez Lyonnaise Des Eaux Dans La Région de L'Amazonie (1º Edição – 2001) 1.000 exemplares – esgotados.
- 12.20 Manual de Obtenção de Recursos Federais para Municípios – Orientação aos Prefeitos (Sem Intermediação de Terceiros) (1ª Edição - 2001) 1.000 exemplares – esgotados.
- 12.21 Termos de Referência para o Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos nos Países Amazônicos, Visando o Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia Amazônica - Conferência em Casablanca – Marrocos (1º Edição - 2002) 1.000 exemplares - esgotados.
- 12.22 Dossiê da Missão Técnica à Organização Meteorológica Mundial OMM – Genebra - Suíça (1º Edição - 2002) 2.000 exemplares.
- 12.23 Resumo de Matérias do Jornal do Senado Federal sobre o Senador Bernardo Cabral – Período: Agosto de 2000 a abril de 2002 (1º Edição – 2002) 3.000 exemplares - esgotados (2º Edição – 2002) 1.000 exemplares – esgotados.
- 12.24 Recursos Hídricos Renováveis – Palestra proferida no dia 6 de setembro na FIDA e FIFCJ (1º Edição- 2002) 1.000 exemplares.
- 12.25 Reforma do Judiciário e a Promessa Constitucional de Acesso à Justiça e de Participação Popular (1º Edição – 2002) 4.000 exemplares.
- 12.26 Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável IV (1ª Edição – 2002) 2.000 exemplares.
- 12.26 A Palavra em Ação (2002 - 3ª edição). 3.000 exemplares.
- 12.27 Discurso de Despedida (1ª Edição – 2002) 4.000 exemplares - esgotados.

BIBLIOGRAFIA

- *Ata da Sessão Comemorativa dos 100 anos do Centenário da República – A liberdade abre as asas sobre nós, Subsecretaria de Edições Públicas do Congresso Nacional, 1989, Brasília.*
- *Ata da Sessão de Homenagem a Bernardo Cabral, Sessão do Tribunal de Contas dos Municípios, 1993, Belém.*
- *Ata da Sessão Legislativa de outorga da Medalha do Mérito Ruy Araújo pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas a J. Bernardo Cabral, Gráfica do Senado Federal, 1997, Brasília.*
- *Ata da Sessão de outorga do título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade Federal do Amazonas, a J. Bernardo Cabral, 27/03/2009.*
- Almeida, Maria Fernanda Lopes. *Veja, sem censura, Ed. Blocker Comercial Ltda, 2008, São Paulo.*
- Antonaccio, Gaitano. *Bernardo Cabral, o jurista, o político, o intelectual, Ed. Komedi, 2007, Campinas.*
- Antonaccio, Gaitano. *Políticos influentes do Amazonas – 1889 a 2005/2006, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Manaus.*
- Bastos, Aurélio Wander, *A OAB e os paradoxos da conciliação.*
- Couto, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil 1964-1985, Ed. Record, 1999, São Paulo.*
- Cony, Carlos Heitor. *O ato e o fato, Civilização Brasileira, 1975, Rio de Janeiro.*
- Lopes, Júlio Aurélio Vianna. *A Carta da Democracia – O processo constituinte da ordem pública de 1988, Top books, 1, Rio de Janeiro.*
- *História da OAB- A OAB na voz de seus presidentes, vol. 7, gestão de Rubens Aprobato Machado.*
- Cabral, J. Bernardo. *O Poder Constituinte – Fonte legítima, Soberania e Liberdade, Centro de Documentação e Informação do Congresso Nacional, 1988, Brasília.*
- Cabral, J. Bernardo. *A herança político-jurídica do príncipe regente e da família real no país, ano XXIV, n.º 32 e 33, 2008, Rio de Janeiro.*
- Cabra, J. Bernardo. *A palavra em ação – momentos de oratória, 2ª edição, 1980, Rio de Janeiro.*
- Cabral, J. Bernardo. *Relatório final da Comissão Especial criada para Regulamentar os textos das Emendas Constitucionais, Gráfica do Senado Federal, 1995, Brasília.*
- Cabral, J. Bernardo. *O Direito Internacional Constitutivo – Lex Ferenda e a Sujeição Impositiva dos Estados, Associação Mundial dos Juristas, XIX Bicennial Conference on the Law of the World, Budapeste (Hungria) e Viena (Áustria), 1995, Gráfica do Senado Federal, Brasília.*
- Cabral, J. Bernardo. *Discurso proferido no Plenário do Senado Federal em 11/08/1995, Os quatro S, Gráfica do Senado Federal, 1995, Brasília.*
- Cabral, J. Bernardo. *The World Jurist Association – Law and Judicial System of Nations, 2002, Washington DC, USA.*
- Cabral, J. Bernardo. *Discurso na Sessão Solene em Comemoração ao Bicentenário da Revolução Francesa, 1989, Congresso Nacional, Brasília.*
- Cabral, J. Bernardo. *Conferência: Les opportunités de Développement pour le group Suez Lyonnaise des Aux dans La région de l'Amazonie, 2001, Paris, França.*
- Cabral, J. Bernardo. *A Reforma do Judiciário e a promessa de acesso à Justiça e da participação Popular – Trabalho apresentado na XVIII Conferência Nacional dos Advogados, realizada em*

- Salvador, de 11 a 15/2002, *Gráfica do Senado Federal*, 2002, Brasília.
- Cabral, J. Bernardo. *Cem anos do Teatro Amazonas – discurso pronunciado no Senado*, *Gráfica do Senado Federal*, 1996, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Renewable Water Resources*, *Gráfica do Senado Federal*, 2002, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Zona Franca de Manaus – Gráfica do Senado Federal*, 1996, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Coletânea de discursos*, *Gráfica do Senado Federal*, 1996, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Síntese parlamentar, 2º semestre de 1988*, *Gráfica do Senado Federal*, 1999, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Síntese parlamentar, 1º semestre de 1988*, *Gráfica do Senado Federal*, 1998, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Atividade parlamentar*, 1995, *Gráfica do Senado Federal*, 1996, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Discurso de Posse de Bernardo Cabral na Academia Brasileira de Filosofia*, 27/03/2012, Rio de Janeiro.
 - Cabral, J. Bernardo. *Audiência Pública com magistrados italianos – Operação Mãos Limpas*, 1998, *Gráfica do Senado Federal*, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Discurso na Sessão Solene em comemoração aos 50- anos da Organização dos Estados Americanos – OEA, ONU, Proclamação do Estado de Israel e Declaração Universal dos Direitos Humanos*, *Gráfica do Senado Federal*, 1998, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *ONU – 50 anos, discurso na Sessão Solene*, 1995, *Gráfica do Senado Federal*.
 - Cabral, J. Bernardo. *O Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento institucional e legal para o gerenciamento de recursos hídricos da Bacia Amazônica*, *Gráfica do Senado Federal*, 2002, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Reforma do Poder Judiciário – PEC 29/2000/2001. Parecer na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal*. 2001, *Gráfica do Senado*, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Legislação brasileira de resíduos sólidos e ambientais correlatos*, vols. I e II, 1999, *Gráfica do Senado Federal*, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *O município e a Cidadania – Seleção de textos para o estado e os cidadãos*, 1996, *Gráfica do Senado Federal*, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Recursos hídricos e desenvolvimento sustentável*, vols. 1 e 2, 1996, *Gráfica do Senado Federal*, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Artigo A revisão da Constituição*, *O Globo*, 13/06/1993, Rio de Janeiro.
 - Cabral, J. Bernardo. *O papel das hidrovias no desenvolvimento sustentável da região amazônica*, 1996, *Gráfica do Senado Federal*, Brasília.
 - Cabral, J. Bernardo. *Discurso de despedida do Senado Federal*, *Gráfica do Senado Federal*, 2002, Brasília.
 - Guimarães, Ulysses. *Discurso O Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia*, *Assembleia Nacional Constituinte*, *Centro de Documentação e informação*, 1988, Brasília.
 - Guimarães, Ulysses. *Discurso na Sessão da Assembleia Nacional Constituinte*, 27/07/1988, Brasília.
 - Hamilton, Duda; e Markun, Paulo. 1961, *o Brasil entre a ditadura e a guerra civil*, Ed. Benvirá, 2011, São Paulo.
 - *Jornal OAB Federal*, ano II, nº. 6, agosto de 1982, *Conselho Federal da OAB*.
 - *Jornal OAB-MT*, abril de 1981.
 - *Jornal A CRÍTICA*, 17/05/1954, Manaus.
 - *Jornal A CRÍTICA*, 14/12/1968, Manaus.
 - *Jornal A CRÍTICA*, 08/02/1969.
 - *Jornal Diário do Amazonas*, 09/01/2010.
 - *Jornal Diário do Amazonas*, 05/06/2005.
 - *Jornal Diário do Amazonas*, 10/04/2009.
 - Leonelly, Domingos; e Oliveira, Dante. *Diretas já – 15 meses que abalaram a ditadura*, Ed. Record, 2004, São Paulo.
 - Nunes, Vera Lúcia Lacerda. *Homenagem ao Senador Bernardo Cabral – Sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal*, *Gráfica do Senado Federal*, 1999, Brasília.

- Porto, Arlindo. *Bernardo Cabral, um paladino da democracia – coletânea de artigos do autor, de 1983 a 1988*, Instituto Umberto Calderaro Filho, 1988, Manaus.
- O Globo, *caderno especial, Anteprojeto Bernardo Cabral – Comissão de Sistematização*, 19/11/1987, Rio de Janeiro.
- *Revista Justiça e Cidadania*, 14/10/2012, Rio de Janeiro.
- *Revista Justiça e Cidadania*, 06/05/2000, Rio de Janeiro.
- *Revista Justiça e Cidadania*, 01/01/2002, Rio de Janeiro.
- *Revista Justiça e Cidadania*, março 2011, rio de Janeiro.
- *Revista Justiça e Cidadania*, abril 2008, Rio de Janeiro.
- *Revista Justiça e Cidadania*, n° 159/2010, Rio de Janeiro.
- *Revista Justiça e Cidadania*, n° 129, abril 2011, Rio de Janeiro.
- *Revista Veja*, edição 1112, 10/01/1990, São Paulo.
- *Revista Veja*, 21/03/1990, São Paulo.
- *Revista Veja*, 07/09/1988, São Paulo.
- Sacartezini, A. C. *Dr. Ulysses, uma biografia*, Ed. Marco Zero, 1993, São Paulo.
- Severiano, Américo. *Diretor da Assessoria das Bancadas do Norte-Nordeste, Bernardo Cabral – uma liderança a serviço do Amazonas*, Empresa Gráfica Jornal Horizonte Ltda, 1967, Brasília.

SOBRE O AUTOR

Júlio Antonio de Jorge Lopes é natural de Manaus e advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É membro da Academia Amazonense de Letras, professor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM), diretor jurídico da Rede Calderaro de Comunicação (RCC), articulista e editorialista do jornal A Crítica e conselheiro da Editora da Amazônia. Possui atuação destacada, há mais de 22 anos, em defesa de jornalistas e de órgãos de imprensa. Em 2011 recebeu da Associação dos Delegados de Polícia do Amazonas (ADEPOL/AM) a Medalha do Mérito Senador Bernardo Cabral.





BERNARDO CABRAL, UM ESTADISTA DA REPÚBLICA só foi possível graças à colaboração de dezenas de pessoas, todas elas identificadas na obra. A revista Justiça e Cidania merece menção honrosa, porquanto de suas páginas muitos depoimentos marcantes foram transcritos. Não consegui, apesar das pesquisas, identificar a autoria de algumas fotos, mas como elas são de cunho histórico, foram reproduzidas para marcar o contexto em que os fatos se deram, podendo, entretanto, seus autores entrar em contato comigo através do e-mail julioantoniojlopes@gmail.com para que constem em 2ª edição.